



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1453

Terça-feira - 25 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3
Antônio Carlos	4
Arroio Trinta.....	9
Atalanta.....	13
Biguaçu	14
Bom Retiro	21
Braço do Trombudo	27
Brunópolis	33
Camboriú.....	34
Campo Alegre	41
Campos Novos.....	43
Canelinha	53
Canoinhas.....	53
Capinzal	58
Catanduvas.....	61
Chapadão do Lageado	61
Concórdia	63
Cordilheira Alta	65
Correia Pinto.....	66
Corupá	67
Curitibanos	69
Doutor Pedrinho.....	70
Ermo	74
Eral Velho	76
Faxinal dos Guedes.....	77
Forquilha.....	92
Fraiburgo.....	93
Garopaba.....	97
Garuva	98
Gaspar	98
Governador Celso Ramos	102
Guarujá do Sul.....	102
Herval d'Oeste	103
Ilhota	110
Imbituba	111
Iomerê	114
Ipumirim	114
Irineópolis	115
Itaiópolis	116
Itapiranga.....	117
Itapoá	138
Jacinto Machado	142
Joaçaba.....	149
Lages	154
Lauro Muller	155
Lebon Regis.....	160
Leoberto Leal.....	167
Luzerna	168
Meleiro	193

Modelo	194
Monte Carlo	220
Morro da Fumaça	220
Navegantes.....	221
Novo Horizonte	222
Orleans	224
Ouro Verde	229
Palhoça	230
Palmitos	231
Papanduva.....	231
Passo de Torres.....	232
Passos Maia	234
Pinheiro Preto	236
Porto Belo.....	237
Porto União.....	239
Presidente Castello Branco	243
Rio do Sul.....	245
Santa Terezinha do Progresso	253
São Bento do Sul.....	254
São Domingos.....	258
São João do Sul	261
São José.....	263
São Lourenço do Oeste.....	286
São Pedro de Alcântara.....	287
Schroeder	300
Siderópolis.....	309
Sombrio.....	323
Timbé do Sul	324
Timbó	324
Três Barras	359
Treze Tilias	369
Tunápolis.....	369
Turvo	371
Vargem Bonita	373
Videira.....	382
Vitor Meireles.....	383
Xavantina	384
Xaxim.....	385

Associações

EGEM	386
------------	-----

Consórcios

CIGA	389
CINCO	389
CIS Nordeste	389
CIS/AMAUC.....	393
CIS/AMFRI.....	393
Consórcio Mampituba	393

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



25 DE MARÇO

Parabéns, Caçador, por seus 80 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Extrato Convênio Nº 002/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 002/2014

CONVÊNIO N. 002/2014 de 17/03/2014

CONVENENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação de Agricultores Vale do Estreito

OBJETO: Dar suporte financeiro para que a Associação possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em duas parcelas iguais, com vencimento em 19.03.2014 e 10.09.2014.

VIGÊNCIA: 17.03.2014 à 31.12.2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO o seu Presidente Sr. Valdecir Casali.

Extrato Convênio Nº 003/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 003/2014

CONVÊNIO N. 003/2014 de 17/03/2014

CONVENENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação de Agricultores Nova Olinda

OBJETO: Dar suporte financeiro para que a Associação possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em duas parcelas iguais, com vencimento em 19.03.2014 e 10.09.2014.

VIGÊNCIA: 17.03.2014 à 31.12.2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO o seu Presidente Sr. Rodolfo Weinheimer.

Extrato Convênio Nº 004/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 004/2014

CONVÊNIO N. 004/2014 de 17/03/2014

CONVENENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação de Agricultores Vale do Rio Água Doce

OBJETO: Dar suporte financeiro para que a Associação possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em duas parcelas iguais, com vencimento em 19.03.2014 e 10.09.2014.

VIGÊNCIA: 17.03.2014 à 31.12.2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO o seu Presidente Sr. Roberto Jacob Klotz.

Extrato Convênio Nº 005/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 005/2014

CONVÊNIO N. 005/2014 de 17/03/2014

CONVENENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação de Agricultores Vale do Retiro

OBJETO: Dar suporte financeiro para que a Associação possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em duas parcelas iguais, com vencimento em 19.03.2014 e 10.09.2014.

VIGÊNCIA: 17.03.2014 à 31.12.2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO o seu Presidente Sr. Sérgio Caron.

Extrato Convênio Nº 006/2014

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 006/2014

CONVÊNIO N. 006/2014 de 17/03/2014

CONVENENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação dos Assentados e Assentadas Conquista da Luta

OBJETO: Dar suporte financeiro para que a Associação possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas e aquisição de novos equipamentos.

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em duas parcelas iguais, com vencimento em 19.03.2014 e 10.09.2014.

VIGÊNCIA: 17.03.2014 à 31.12.2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO a sua Presidente Sra. Ivanir Terezinha Teston Paz.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 038/2014

DECRETO Nº 038/2014

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.445/2013 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 55.570,00, (cinquenta e cinco mil e quinhentos e setenta reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 1º bimestre de 2014 em anexo a este Decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.16.000000 – Infra-Estrutura em Transporte – R\$ 1.910,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0006.2019	Manutenção de Equipamentos e Serviços Públicos	1.910,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.910,00

FONTE 0.1.58.000000 – MDEB – R\$ 4.870,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.365.0004.1002	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	4.870,00
4.4.90.00	Investimentos	4.870,00

FONTE 0.1.18.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério – R\$ 18.530,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0004.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	18.530,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.530,00

FONTE 0.1.19.000000 – Manutenção e Desenvolvimento Ensino Básico – Máximo 40% – R\$ 13.110,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0007.2031	Manutenção do Ensino Fundamental	13.110,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.110,00

FONTE 0.1.63.000000 – Manutenção FMAS – R\$ 180,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.08.244.0008.2014	Manutenção de Ações de Assistência Social	180,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	180,00

FONTE 0.1.24.000009 – Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água – R\$ 410,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	410,00
4.4.90.00	Investimentos	410,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000037 – ASPS/PSF – R\$ 2.050,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	2.050,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.050,00

FONTE 0.2.64.000042 – ASPS/PSF – R\$ 3.390,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	3.390,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.390,00

FONTE 0.2.64.000082 – ASPS/PSF – R\$ 3.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	3.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.200,00

FONTE 0.2.64.000038 – ASPS/Saúde Bucal – R\$ 2.480,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2029	Saúde Bucal	2.480,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.480,00

FONTE 0.2.64.000039 – ASPS/PSF Estadual – R\$ 4.930,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2029	Ações de Saúde da Família - PSF	4.930,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.930,00

FONTE 0.2.67.000034 – ASPS/ Farmácia Básica – R\$ 310,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	310,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	310,00

FONTE 0.2.02.000000 – Rendimentos de Recursos Próprios – R\$ 200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2026	Manutenção da Unidade de Saúde	200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	200,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 24 de Março de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

1.000,00

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO											
REFERÊNCIA 1º BIMESTRE DE 2014											
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA			DIFERENÇA
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA										
	RECEITAS PRIMÁRIAS										
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-	-	-	1.655,00	1.928,23	273,23	1.655,00	1.928,23	273,23	
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%	-	-	-	208,00	254,00	46,00	208,00	254,00	46,00	
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%	-	-	-	594,00	685,60	91,60	594,00	685,60	91,60	
0.1.17.000000	Iluminação Pública	-	-	-	39,00	57,45	18,45	39,00	57,45	18,45	
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	-	-	-	3,50	1,59	(1,91)	3,50	1,59	(1,91)	
0.1.58.000000	MDEB	-	-	-	49,00	44,13	(4,87)	49,00	44,13	(4,87)	
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.60.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	-	-	-	-	0,05	0,05	-	0,05	0,05	
0.1.62.000000	Outras Transf. FNDE	-	-	-	-	83,14	83,14	-	83,14	83,14	
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério – Mínimo 60%	-	-	-	269,00	250,47	(18,53)	269,00	250,47	(18,53)	
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico – Máximo 40%	-	-	-	179,00	165,89	(13,11)	179,00	165,89	(13,11)	
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar	-	-	-	1,60	2,56	0,96	1,60	2,56	0,96	
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil	-	-	-	1,60	2,56	0,96	1,60	2,56	0,96	
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	-	-	-	1,80	2,78	0,98	1,80	2,78	0,98	
0.1.63.000000	Manutenção do FMAS	-	-	-	1,66	1,48	(0,18)	1,66	1,48	(0,18)	
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	-	-	-	74,52	74,52	-	74,52	74,52	
0.1.22.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	-	-	-	-	0,33	0,33	-	0,33	0,33	
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	-	-	-	2,58	2,58	-	2,58	2,58	
0.1.22.000074	Construção Quadra Esportiva	-	-	-	-	0,52	0,52	-	0,52	0,52	
0.1.22.000021	Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000006	Manutenção Transporte Escolar – Segundo Grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000008	Preserv. e Desenvolv. Patrimônio Histórico	-	-	-	-	1,43	1,43	-	1,43	1,43	
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000023	Pavimentação de Ruas - SDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000025	Construção de Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000026	Convênio SDR - Festas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000007	Manutenção da Escola e Banda de Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000027	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.24.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	-	-	-	1,00	0,59	(0,41)	1,00	0,59	(0,41)
0.1.52.000049	FNAS - FEAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	-	-	-	-	0,55	0,55	-	-	-
0.1.24.000069	Ministério da Integração - Defesa Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000073	Ministério Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000080	Manutenção do Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000081	Reforma do Ginásio de Esportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.81.000000	Aquisição de Veículo para a Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.89.000013	Alienação de Veículos	-	-	-	0,20	0,23	0,03	0,20	0,23	0,03
0.1.83.000011	BADESC - Pavimentação Ruas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.83.000079	BADESC - PAC 2 - Pró-Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.83.000084	Operação de Crédito - PMAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000050	Manutenção da Frota Rodoviária	-	-	-	-	2,81	-	-	2,81	-
	SOMA	-	-	-	3.004,36	3.563,49	559,13	3.004,36	3.563,49	559,13
	UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	-	-	-	3,40	3,20	(0,20)	3,40	3,20	(0,20)
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	-	-	-	1,20	3,76	2,56	1,20	3,76	2,56
0.2.64.000032	ASPS/PAB	-	-	-	26,50	29,49	2,99	26,50	29,49	2,99
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	-	-	-	-	2,94	2,94	-	2,94	2,94
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	-	-	-	6,80	6,49	(0,31)	6,80	6,49	(0,31)
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	-	-	-	3,60	14,38	10,78	3,60	14,38	10,78
0.2.64.000036	ASPS/PACS	-	-	-	34,00	35,69	1,69	34,00	35,69	1,69
0.2.64.000037	ASPS/PSF	-	-	-	45,00	42,95	(2,05)	45,00	42,95	(2,05)
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	-	-	-	4,80	2,32	(2,48)	4,80	2,32	(2,48)
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	-	-	-	10,00	5,07	(4,93)	10,00	5,07	(4,93)
0.2.64.000042	NASF Estadual	-	-	-	3,40	0,01	(3,39)	3,40	0,01	(3,39)
0.2.64.000076	PMAQ	-	-	-	5,00	42,68	37,68	5,00	42,68	37,68
0.2.64.000082	NASF Federal	-	-	-	3,20	-	(3,20)	3,20	-	(3,20)
0.2.64.000078	PSE	-	-	-	-	2,40	2,40	-	-	-
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	-	-	-	5,40	5,72	0,32	5,40	5,72	0,32
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	-	-	-	1,06	1,06	-	1,06	1,06
	SOMA	-	-	-	152,30	198,16	45,86	152,30	198,16	43,46

[illegible]

Antônio Carlos, 24 de Março de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ANA CARLA PRIM
Controladora Interna

CARLICE B. SCHMITZ
Contadora

Arroio Trinta

PREFEITURA

Contrato Nº 0012/2014 - Mercado Rz Ltda Me

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0012/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2014, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE E DO ENSINO FUNDAMENTAL, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATO, portador do CPF sob nº 260.894.160-53 e Carteira de Identidade nº 80.008960-61, residente e domiciliado na Rua Francisco Nava s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa MERCADO RZ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 85.373.157/0001-15, com sede na Rua XV de Novembro, nº 357 no município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Sra SALETE VARISA PARIZOTTO, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 518.025.209-10, e Carteira de Identidade nº 1.701.003, residente e domiciliada na Rua Joaquin Moreira dos Santos, 29, Bairro Floresta, no Município de Videira - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0002/2014, Pregão Presencial Nº 0002/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o fornecimento de Merenda Escolar para alunos DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE E DO ENSINO FUNDAMENTAL, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, para os meses de fevereiro a julho de 2014, ou até que durar a quantidade licitada, conforme processo licitatório epígrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - A Merenda Escolar deverá ser entregue pela contratada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará mensalmente pelos produtos da Merenda Escolar, conforme for retirada pela Secretaria Municipal de Educação e conforme a liberação dos Recursos Federais, sendo o valor total de R\$10.160,50(DEZ MIL CENTO E SESSENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) sendo que o valor da mesma, não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em 13 de fevereiro de 2014 e terminará em 31 de julho de 2014, ou até que a Merenda Escolar for totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de

elementos do Orçamento de 2014.

16/2014

00002.00009.00010.00306.00010.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00
Aplicações Diretas Valor R\$ 14.450,00

17/2014

00002.00009.00010.00306.00010.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00
Aplicações Diretas Valor R\$ 30.000,00

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 04 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

HÉLIO RENATO MARTINS FOGLIATTO

Prefeito Municipal

Contratante

MERCADO RZ LTDA ME

CNPJ 85.373.157/0001-15

SALETE VARISA PARIZOTTO

Sócia Gerente

Contratada

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

ELÓI MARCELINO PARIZOTTO

CPF: 551.607.949-72

Contrato Nº 0021/2014 - Carboni Veículos Ltda

CONTRATO Nº 0021/2014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA CARBONI VEÍCULOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2014.

PREGÃO Nº 0005/2014.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, com sede à Rua XV de Novembro, nº 26, CEP: 89590-000 Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – SC doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa CARBONI VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.525.386/0001-82, Inscrição Estadual nº 250.591.944, com sede na Rodovia SC 453 km 56, no Município de VIDEIRA - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor HÉLCIO ANTÔNIO KOKCHHANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 765.171.449-00 e RG nº 2.141.795, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0006/2014, PREGÃO Nº 0005/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, 0 (ZERO) KM, COR BRANCA, 1.8, 16 V, FLEX, 4PORTAS, ANO 2014, CONFORME PROCESSO Nº 006/2014, PREGÃO Nº 005/2014 QUE, COM SEUS ANEXOS, INTEGRAL ESTE TERMO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS LEGAIS.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido na Unidade de Saúde Central, Posto de Saúde, conforme determinação da Administração Municipal, sendo por conta da contratada toda

despesa de transporte.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 65.000,00(SESSENTA E CINCO MIL REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste.

Cláusula Quarta – O prazo do presente Contrato é de 30 dias, ou seja, de 12 de março de 2014 a 12 de abril de 2014. O contrato poderá ser renovado, por igual período desde que haja interesse de ambas as partes.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014 conforme segue:

50/2014

00002.00002.00004.00122.00003.1.000003.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações DiretasValor R\$ 16.275,00

136/2014

00002.00002.00004.00122.00003.1.000003.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações DiretasValor R\$ 48.825,00

Parágrafo único – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 05 (cinco) dias após a entrega do veículo, mediante liberação dos recursos pelo Governo Estadual, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento do veículo de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do veículo e aparelhos necessários à boa e perfeita entrega do mesmo. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos

e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluindo qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 12 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

CARBONI VEÍCULOS LTDA

CNPJ 83.525.386/0001-82

HÉLCIO ANTÔNIO KOCHHANN

Contratada

Testemunhas:

IRIO SERIGHELLI

CPF: 163.594.709-00

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

Errata - Pregão Nº 0005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta informa que houve alterações em alguns itens do Processo Licitatório nº 0007/2014, Pregão Presencial nº 0005/2014, tendo como objeto: Aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para a Unidade de Saúde Central do Município de Arroio Trinta, conforme Proposta nº 10479.381000/1130-01 do Ministério da Saúde – Governo Federal e altera-se a data de abertura do referido Processo Licitatório.

1) - A DESCRIÇÃO DOS ITENS PASSA A SER:

Item 05 - Autoclave Horizontal Digital 60 Litros Câmara Inox. Características mínimas: Deverá possuir câmara de esterilização em aço inoxidável com painel digital com dois displays independentes ou similar. Possuir teclado de membrana e avisos que permitem o

controle simultâneo dos parâmetros do ciclo. Deverá possuir controle do ciclo totalmente automático através de microprocessador eletrônico e possibilidade de ciclos programáveis e que permite ajustes de tempo segundo a segundo e de temperatura grau a grau. Deverá possuir fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial. Secagem do material com ajustes de temperatura grau a grau e de tempo segundo a segundo. Com opção de ciclos extras. Sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado. Guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização. Atuação descontínua da resistência durante o ciclo para menor consumo de energia elétrica. Deverá possuir sistema de segurança automático, com mensagens de erro visuais e sonoras. O equipamento deverá ser resistente, de fácil instalação, operação e manutenção. Garantia mínima de 2 anos contra defeitos de fabricação. Apresentar Registro junto ao Ministério da Saúde, Apresentar catálogo para análise.

Item 06 - Suporte de Soro Inox c/ 04 Ganchos e Rodizio. Deverá ser fabricado em tubos de aço inox 304 com altura regulável. Possuir base com 04 pés em tubos. Na parte superior possuir 04 Ganchos em barras redonda. Base em "H". Possuir altura mínima: 1000mm e Altura máxima: 2000mm. Possuir 4 rodízios.

Item 07 - Computador (Desktop-Básico)

MICROCOMPUTADOR 3.3 GHZ, 4GB DE MEMÓRIA, HD DE 500 GB, TECLADO, MOUSE E CAIXAS DE SOM, MONITOR DE 18.5 POL., WINDOWS 8.

Especificações:

Processador no mínimo INTEL CORE I3 ou AMD A10

Memória RAM 4GB, DDR3, 1600 MHz

Disco Rígido mínimo de 500 GB

Tipo de Monitor 18,5" (1366 x 768)

Mouse USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO)

Fonte Compatível com o item

Garantia mínima de 12 meses

Teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio)

Interfaces de Rede 10/100/1000 e WIFI

Interfaces de Vídeo Integrada

Unidade de disco ótico CD/DVD ROM

Item 19 - Estetoscópio adulto, fabricado em aço inoxidável, que permita auscultar sons de baixa e alta frequência girando o lado do auscultador. Revestimento da borda anti-frio para maior conforto do paciente. Mola do ângulo flexível e interna ao tubo de PVC. Todas as partes do produto devem ser isentos de látex. O equipamento deverá acompanhar um identificador de propriedade para encaixe no Y do tubo. Deverá vir sobressalente, dois pares de olivas e uma membrana para a campânula. Garantia mínima de três anos comprovada através do manual registrado na ANVISA.

Item 22 - Desfibrilador Externo Automático portátil para uso em situações de emergências cardíacas. Para pacientes adultos e pediátricos a partir de 1 ano de idade. O equipamento deve ser leve, não ultrapassando 2 Kg, incluindo a bateria. Deve ser resistente a quedas, vibrações, resistente à água e poeira conforme normas de segurança internacionais e INMETRO IP55 ou superior. O equipamento deve possibilitar a visualização e o áudio da sequência de operação para o usuário, com comando de voz em português.

Forma de onda bifásica com escala de energia até 200 Joules. Memória interna para armazenar ECG e eventos. O dispositivo deve possibilitar a transferência de dados para um computador. A garantia do equipamento deverá ser no mínimo de 5 anos comprovada através do manual da Anvisa. Deverá acompanhar 1 estojo para transporte, 1 par de eletrodos adulto e manual de operações em português. Apresentar Registro junto ao Ministério da Saúde. Apresentar Catálogo para análise.

Item 24 - Detector fetal mesa com 2,2hz para ausculta de batimentos cardíacos fetais. Modelo deverá ser de mesa com as dimensões aproximadas de 95 x 200 x 210 mm. Equipamento para ausculta cárdio-fetal a partir da 10ª semana. Deverá ser de alta sensibilidade para ausculta coletiva, com botão Liga/Desliga com regulação de volume. Possuir botão com regulação de tonalidade e frequência de 2,2 mhz. Possuir ciclagem de 6.000 a 60.000 e saída para fone de ouvido ou gravador de sons. Possuir alimentação elétrica selecionável em 110 ou 220V. 50/60 hz. Deverá conter filtro minimizador de interferência durante a utilização. Ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultra-som. Gabinete do equipamento deverá ser confeccionado em poliéster PSAI de alto-brilho e alto-impacto ou similar que não enferruje. Deverá possuir suporte para alojamento do transdutor, fixado na lateral do gabinete. Deverá acompanhar fone de ouvido para ausculta individual e 1 tubo com 100gr de Gel Condutor. Peso líquido aproximado de 1,600kg. Garantia de 02 anos contra defeitos de fabricação. Apresentar registro junto ao Ministério da Saúde. Apresentar catálogo para Análise.

Item 25 - Otoscópio Adulto com lâmpada Halôgena, 2,5v, com 05 espêculos e estojo, cabo em metal recartilhado para uso com 02 pilhas tamanho "C" e regulação de intensidade de luz, conexão para otoscopia pneumática, com cabeçote em metal cromado, com lupa, lente giratória com aumento de 4 vezes. Controle de intensidade da luz e liga/desliga. Contém 05 espêculos de diferentes medidas, cabo recartilhado em metal antiderrapante para melhor empunhadura, isento de borracha e plástico, com garantia de um ano contra defeitos de fabricação. Acompanha 01 (uma) lâmpada sobressalente.

2) – NOVA DATA PARA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Os documentos para credenciamento e os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura até às 10:00h do dia 09 de abril de 2014 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, para abertura no mesmo dia às 14:00h.

Arroio Trinta, 24 de março de 2014.
TARCISIO LIDANI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

Decreto Nº 1599

DECRETO Nº 1599, de 24 de março de 2014.

Nomeia Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Arroio Trinta; Nomeia o Coordenador de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 1676/2014,

DECRETA:

Art.1 Ficam nomeados os 07 (sete) membros titulares e os 03 (três) membros suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL do Município de ARROIO TRINTA, conforme abaixo relacionados:

1 – MEMBROS TITULARES

ALCIDIR FELCHILCHER - Prefeito – Membro – Presidente
MARCIANO BIAVA - Coordenador da COMPDEC – Membro
CARLOS MAGRO - Membro – Secretário
NELSON PIROLI - Membro
ORLANDO BALDO - Membro
SANDRA PAGLIARINI CIVIDINI - Membro
LUIZ BIAVA - Membro

2 – MEMBROS SUPLENTES

ADILSON ANSILIERO - Membro Suplente
FABIANA HOELTGEBAUM - Membro Suplente
JULIANO CIVIDINI - Membro Suplente

Art. 2 Compete aos Conselheiros, entre outras atribuições definidas em lei e no regulamento, analisar a situação de eventos adversos e propor soluções de Proteção e Defesa Civil, mobilizar a comunidade, notadamente voluntários auxiliando o coordenador da COMPDEC, para que as medidas e atendimentos sejam tomados com celeridade e de acordo com a legislação e outras normas em vigor.

Art. 3º Fica nomeado o servidor MARCIANO BIAVA para Coordenador de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e como titular compete ao mesmo coordenar, organizar e executar as atividades de proteção e defesa civil no âmbito do município, em especial as definidas no art. 9º da Lei Complementar nº 1676/2014, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 24 de março de 2014.
NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Atalanta

PREFEITURA

Decreto Nº 021/2014

DECRETO Nº 021/2014

"Homologa as Inscrições de Candidatas ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014, e dá Outras Providências".

Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014 da Prefeitura Municipal de Atalanta, a seguir relacionado:

Nº INSCRIÇÃO	CARGO	NOME
001	Técnico de Enfermagem	Daiani Paula kurth
002	Técnico de Enfermagem	Cristiani Eigen

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 17 de março de 2014

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 022/2013

DECRETO Nº 022/2013

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Ceder Veículo e Motorista ao Município de Petrolândia-SC, que Declarou Situação de Emergência Pública."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado conforme Lei Municipal nº 1073/2008, o veículo Caminhão Tanque Mercedes Benz/L 1318, Placas MHO-6422, a Diesel, Ano e Modelo 2007, e o funcionário municipal Nicolau Kubiack, Matrícula nº 65, para trabalhar na limpeza de ruas do município de Petrolândia-SC, atingido pelas chuvas nos últimos dias.

Art. 2º - O funcionário trabalhará no dia 19 de março de 2014.

Art. 3º - As despesas de locomoção do veículo até o município atingido, bem como do funcionário público cedido, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 18 de março de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município e Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial 2/2014 – Registro de Preço, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 40.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, 30.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL NÃO FILTRADO E 20.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10 Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 04 de abril de 2014 às 10:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 24 de março de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014

REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão

Presencial 5/2014 - Registro de preço, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 40.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, 150.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL NÃO FILTRADO E 70.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 04 de abril de 2014 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente, ou pelo fone (47)3535-0101, e e-mail: compras@atalanta.sc.gov.br.

Atalanta, 24 de março de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Edital

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município e Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial 3/2014 - Registro de Preços, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR PARA USO DAS UNIDADES SANITÁRIAS DO MUNICÍPIO. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 07 de abril de 2014 às 08:30 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 24 de março de 2014.
POLASTRI
Prefeito Municipal

Dispensa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA-SC
PROCESSO Nº 12/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

CONTRATO: 19/2014
CONTRATADA: NILSON JOSÉ DA SILVA
OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO DA ESCOLA COMPLEMENTAR DE ENSINO FUNDAMENTAL - NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. VALOR TOTAL: 7.920,00, (sete mil novecentos e vinte reais)
DOTAÇÃO: recursos próprios do Orçamento do Município de Atalanta
PRAZO: 31/12/2014

Atalanta, em 24 de março de 2014
TARCISIO POLASTRI,
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Portaria Nº 908/2014**

PORTARIA nº 908 de 21 de março de 2014
Exonera o(a) Servidor(a) Cristiane Silva de Jesus, ocupante do cargo temporário de Enfermeiro da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Cristiane Silva de Jesus, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 06/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.
JOAO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 909/2014

PORTARIA nº 909 de 21 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JUCELIA CATIA TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUCELIA CATIA TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/03/2014 a 30/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 031/2014

DECRETO Nº 031/2014 DE 24 DE MARÇO DE 2014.
DECRETA LUTO OFICIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO O FALECIMENTO DO SENHOR DOMINGOS MORESCO JÚNIOR NO DIA 23/03/2014;

CONSIDERANDO QUE O SENHOR MORESCO EXERCEU OS CARGOS DE VEREADOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E SECRETÁRIO MUNICIPAL.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial nas repartições públicas municipais por 3 (três) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 31/2014 PMB

OBJETO: REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2014.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 9 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 9 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 85/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOlhIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DO MUNICÍPIO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 9 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 9 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 24 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 913/2014

PORTARIA nº 913 de 20 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GILSON REIS DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CARPINTEIRO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILSON REIS DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CARPINTEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 20 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 911/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 911 de 24 de março de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS e pelo Município de Florianópolis nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, detentor(a) da matrícula 510 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, detentor(a) da matrícula 510 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00009/13-9, da qual se extraiu o período de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 18 (dezoito) dias, e pelo Município de Florianópolis, datado em 07/05/1992, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos e 25 (vinte e cinco) dias para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de março de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria nº 910/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 910 de 24 de março de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) IVONETE FERREIRA CORREA, detentor(a) da matrícula 370 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) IVONETE FERREIRA CORREA, detentor(a) da matrícula

370 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00038/05-8, da qual se extraiu o período de 06 (seis) anos 01 (um) mês e 08 (oito) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de março de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria nº 912/2014

PORTARIA nº 912 de 24 de março de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIS GHIDINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIS GHIDINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2014 a 31/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2014.

Biguaçu, 24 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 914/2014

PORTARIA nº 914 de 24 de março de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 833/2014, que exonerava a servidora Marines Jaqueline Schnorrenberger, do cargo temporário de Professor III (Artes), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 833 de 19 de março de 2014, que exonerava a servidora Marines Jaqueline Schnorrenberger, do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2014.

Biguaçu, 24 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 915/2014

PORTARIA nº 915 de 24 de março de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 013/2014, que designava o servidor Paulo Rodrigo Ferreira, para responder pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 013 de 09 de janeiro de 2014, que designava o servidor Paulo Rodrigo Ferreira, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras, para responder pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 20/03/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2014.

Biguaçu, 24 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 10.019/2014 Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.019/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 3.706,80 (três mil setecentos e seis e oitenta centavos).

Vigência: 12/03/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.015/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.015/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 2.058,00 (dois mil e cinquenta e oito reais).

Vigência: 12/03/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.187/2013 - Processo: CV Nº 76/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.187/2013
Processo: CV Nº 76/2013 – FMS

Objeto: REFORMA NA UNIDADE DE SAÚDE SANTA CATARINA.

Fornecedor: CAMPOS & CAMPOS ENGENHARIA LTDA ME

Valor: R\$ 20.275,04 (vinte mil duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Decreto Nº 029/2014

DECRETO Nº 029/2014 DE 14 DE MARÇO DE 2014.
Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

02. GABINETE DO PREFEITO

0206.06.182.0006.2052	Funcionamento e Manutenção do Funrebom	5.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.33.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.33.000000	Investimentos	5.000,00

15. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1501.27.812.0005.2050	Apoio ao Esporte Amador	100.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	100.000,00
	SUPLEMENTA:	

3.3.50.00/0.1.00.000000	Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos	100.000,00
-------------------------	--	------------

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	8.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	8.000,00
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	50.000,00
	ANULA:	
	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
	Outras Despesas Correntes	50.000,00
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	20.000,00
	ANULA:	
	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
	Outras Despesas Correntes	20.000,00
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – MAC/SAMU	70.000,00
	ANULA:	
	Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00
	SUPLEMENTA:	
	Outras Despesas Correntes	70.000,00
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	30.000,00
	ANULA:	
	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
	Outras Despesas Correntes	30.000,00
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	60.000,00
	ANULA:	
	Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
	SUPLEMENTA:	
	Outras Despesas Correntes	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 028/2014

DECRETO Nº 028/2014 DE 12 DE MARÇO DE 2014.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.096.591,39 (Um milhão, noventa e seis mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e nove

centavos) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2013 apurado em fonte de recurso:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	16.951,47
3.1.90.00/0.3.13.000000	Pessoal e Encargos Sociais	16.951,47
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério	1.955,40
	Pessoal e Encargos	1.955,40
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE	VALOR
0701.12.361.0003.2021	Capacidade e Formação Continuada de Profes	41.960,00
	Outras Despesas Cor	41.960,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	287.818,29
4.4.90.00/0.6.70.000192	Investimentos	156.018,29
4.4.90.00/0.6.70.000197	Investimentos	131.800,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.1011	Aquisição de Veículos	12.500,00
4.4.90.00/0.6.85.000101	Investimentos	12.500,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	37.290,11
3.3.90.00/0.6.20.000000	Outras Despesas Correntes	25.046,44
3.3.90.00/0.6.28.000193	Outras Despesas Correntes	11.400,00
3.3.90.00/0.6.81.000041	Outras Despesas Correntes	843,67

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	79.603,03
3.3.90.00/0.6.28.000042	Outras Despesas Correntes	7.134,79
3.3.90.00/0.6.28.000203	Outras Despesas Correntes	1.850,00
3.3.90.00/0.6.29.000125	Outras Despesas Correntes	70.618,24

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	190.220,09
3.3.90.00/0.6.28.000047	Outras Despesas Correntes	28.162,04
3.3.90.00/0.6.28.000179	Outras Despesas Correntes	162.058,05

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	67.454,82

3.1.90.00/0.6.28.000046	Pessoal e Encargos Sociais	67.454,82
-------------------------	----------------------------	-----------

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	74.219,95
3.3.90.00/0.6.28.000044	Outras Despesas Correntes	74.148,90
3.3.90.00/0.6.29.000052	Outras Despesas Correntes	71,05

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	619,57
3.3.90.00/0.6.28.000050	Outras Despesas Correntes	619,57

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	18.293,10
3.3.90.00/0.6.28.000049	Outras Despesas Correntes	7.498,10
3.3.90.00/0.6.28.000206	Outras Despesas Correntes	4.950,00
3.3.90.00/0.6.29.000053	Outras Despesas Correntes	5.845,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU	9.746,33
3.3.90.00/0.6.28.000048	Outras Despesas Correntes	8.596,69
3.3.90.00/0.6.30.000000	Outras Despesas Correntes	1.149,64

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	47.794,56
3.3.90.00/0.6.28.000119	Outras Despesas Correntes	47.794,56

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	83.046,26
3.3.90.00/0.6.28.000187	Outras Despesas Correntes	83.046,26

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	41.080,94
3.3.90.00/0.6.27.000000	Outras Despesas Correntes	24.493,26
3.1.90.00/0.6.28.000043	Pessoal e Encargos Sociais	16.587,68

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	86.037,47
3.3.90.00/0.6.28.000045	Outras Despesas Correntes	29.772,11
3.3.90.00/0.6.28.000120	Outras Despesas Correntes	56.265,36

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Lei nº 3465/2014, de 24/03/2014

Sancionada em 24/03/2014

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Lei Nº 3465/2014

LEI Nº 3465/2014 DE 24 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DO IMÓVEL DESCRITO NO ART. 1º À ENTIDADE FILANTRÓPICA, SEM FINS LUCRATIVOS PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante processo licitatório, à entidade filantrópica, sem fins lucrativos, pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogáveis por igual período, o bem público municipal de uso especial constituído de um terreno com área de 26.050,01 m², situado na Rodovia Estadual SC 408, no loteamento "Cidade Deltaville", Município de Biguaçu, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, livro nº 02, folha nº 01, matrícula nº 24.966 e o Hospital nele edificado, no estado em que se encontra, com área total construída de 7.749,05m², capacidade para 131 leitos e equipamentos, instrumentos e mobiliários já instalados, construídos em convênio com a Organização Mundiais, da Família, através de seu Comitê Nacionais Brasileiros - União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais afins.

Art. 2º - A concessão autorizada por esta lei obriga a entidade sem fins lucrativos, vencedora do processo licitatório, a colocar o Hospital em funcionamento no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do termo de concessão.

Parágrafo Único - Caso a entidade sem fins lucrativos vencedora, dê ao objeto desta lei, destinação diferente daquela estabelecida no art. 1º, o bem reverterá ao patrimônio do Município com as benfeitorias até então realizadas, independentemente de quaisquer procedimentos judiciais e indenizações.

Art. 3º - Até a assinatura do termo de concessão autorizado por esta lei, pode o Município de Biguaçu continuar a executar as obras de conclusão do Hospital com os recursos de convênios e a correspondente contrapartida exigida.

Art. 4º - O Município de Biguaçu se reserva ao direito de acionar extra ou judicialmente a Organização Mundial da Família, através de seu Comitê Nacional Brasileiro - União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância, à Família e Entidades Sociais afins, por eventual descumprimento de suas obrigações constantes no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira assinado com base na Lei Municipal nº 2801/2009.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

263.03.14 - P. Lic. Trat. Maria A. Formento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 263/14 de 21.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 19 de março de 2014, a funcionária Maria Alvina Formento, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

264.03.14 - P. Lic. Trat. Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 264/14 de 21.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de março com término no dia 21 de março de 2014, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo Assistente Administrativo – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

265.03.14 - P. Lic. Trat. Marilu Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 265/14 de 21.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 19 de março de 2014, a funcionária Marilu de Almeida, Ocupante do cargo Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

266.03.14 - P. Lic. Trat. Gisele B. Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 266/14 de 21.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico no dia 18 de março de 2014, a funcionária Gisele Bley Ramos, ocupante do cargo Temporário de Fonoaudióloga - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

267.03.14 - P. Nom. Sirlei T. R. Nunes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 267/14 de 21.03.14

Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

R e s o l v e:

Nomear Sirlei Terezinha Rossini Nunes brasileira, casada, para exercer o cargo de provimento em comissão de Cargo de Secretário Adjunto da Saúde – Nível 33, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a contar do dia 21 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

268.03.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Neide M. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 268/14 de 21.03.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 20 de março de 2014, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

269.03.14 - P. Lic. Premio Maria N. B. Schlemper

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 269/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 091/13 de 08.07.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

270.03.14 - P. Lic. Premio Gervasio M. Kuhl

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 270/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 095/13 de 01.08.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); ao funcionário Gervasio Marcelino Kuhl, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

271.03.14 - P. Lic. Premio Naiara L. Deinani

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 271/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 119/13 de 08.07.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

272.03.14 - P. Lic. Premio Jose Simiano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 272/14 de 21.03.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 107/13 de 28.10.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); ao funcionário José Simiano, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

273.03.14 - P. Lic. Premio Maria Ap. S. Simiano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 273/14 de 21.03.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 108/13 de 28.10.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Maria Aparecida da Silva Simiano, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

274.03.14 - P. Lic. Premio Eliani Ap. G. Schmitt

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 274/14 de 21.03.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 117/13 de 26.11.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Eliane Aparecida Guckert Schmitt, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

275.03.14 - P. Lic. Premio Ana J. P. Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 275/14 de 21.03.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 120/13 de 26.11.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Ana Janete Pessoa de Souza, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta PP 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 13/2014, "Aquisição de um caminhão basculante. Abertura Pregão: dia 07/04/14 as 14h00min, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações podem ser obtidas no Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/11:30 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 25 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

276.03.14 - P. Lic. Premio Fabiane Gerber

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 276/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 012/14 de 07.02.14, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Fabiane Gerber, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

277.03.14 - P. Lic. Premio Verginia M. Chiquetti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 277/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 025/14 de 12.03.14, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Verginia Moretti Chiquetti, ocupante do cargo de Motorista

- Padrão 1 – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

278.03.14 - P. Lic. Premio Rosenilda Moretti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 278/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 063/13 de 03.05.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Rosenilda Moretti, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

279.03.14 - P. Lic. Premio Vanderleia F. R. Koch

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 279/14 de 21.03.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 070/13 de 13.05.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Vanderleia Freitas Ribeiro Koch, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

280.03.14 - P. Lic. Premio Luciane T. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 280/14 de 21.03.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 121/13 de 26.11.13, e despacho em 21.03.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de março, abril e maio, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Sete) a 2012 (Dois Mil e Doze); a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

281.03.14 - P.Lic. Mot. P. Fam.Magda R. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 281/14 de 24.03.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 23 de março com término no dia 21 de abril de 2014, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

282.03.14 - P. Lic. Trat. Saude Andrea N. Kuhnen

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 282/14 de 24.03.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 21 de março de 2014, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnen, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

283.03.14 - P. Lic. Trat. Lolita S. Vasconcelos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 283/14 de 24.03.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 17 (dezessete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de março com término no dia 09 de abril de 2014, a funcionária Lolita Saturnino Antonio Vasconcelos, Ocupante do cargo Agente de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – ACS – Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

284.03.14 - P.Des. Prof. Francislene W. Moretti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 284/14 de 24.03.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Francislene Werlich Moretti, para atuar como Professora 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 24 de março com término no dia 19 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 02/2014 para Contratação de Professor ACT, Educação Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

285.03.14 - P. Férias Berenice Schlemper

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 285/14 de 24.03.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Berenice Schlemper, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Programa Saúde da Família, para gozá-las a partir do dia 24 de março com término no dia 22 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

286.03.14 - P. Férias Dauri Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 286/14 de 24.03.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

R e s o l v e:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Dauri Deucher, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir do dia 24 de março com término no dia 22 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 031/2014

DECRETO Nº 031/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 165.536,42 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

1.061 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde

(58) 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 165.536,42

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro – convênio da Saúde do recurso 0.3.0023, do exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 032/2014

DECRETO Nº 032/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 716.000,00 (setecentos e dezesseis mil), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

1.061 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde

(2) 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0463 - Aplicações Diretas
R\$ 716.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 recurso 1.0023 – Convênio da Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Lei 0784/2013

LEI Nº 0784/2014.

Cria crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(14) – 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0002 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementado o Crédito Adicional a seguir especificado, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.1.061 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde

(1) – 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0002 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Lei Complementar 121/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 0121/2014

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências".

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Econômico Fiscal – REFIS, no âmbito do município de Braço do Trombudo, com a finalidade de incentivar e promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas físicas e jurídicas, parcelados ou não, judiciais ou administrativos, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos até 31 de dezembro de 2013, junto à Fazenda Municipal, constituído ou não de ofício, através de parcelamento e redução de multa e juros nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei Complementar.

§ 1º Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento.

§ 2º O Contribuinte que optar por regularizar seus débitos junto ao Município de Braço do Trombudo, na Tesouraria, formaliza ato de confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados, consignando no expediente que renuncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, bem como desiste dos recursos interpostos, relativamente aos débitos incluídos no respectivo pedido de opção.

Art. 2º Os créditos tributários regularizados através do REFIS poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros legais previstos no Código Tributário Municipal.

§ 1º O REFIS beneficiará o contribuinte através da dispensa parcial dos encargos, juros, multas e correções monetárias acrescidos aos débitos tributários, que variará conforme a forma de pagamento, da seguinte forma:

I- redução de 95% (noventa e cinco por cento) da multa e juros para quitação em parcela única;

II- redução de 60% (sessenta por cento) da multa e juros, para pagamento em até 4 (quatro) parcelas; e

III- redução de 30% (trinta por cento) da multa e juros, para pagamento em até 10 (dez) parcelas.

§ 2º O valor mínimo das parcelas será o seguinte:

I- R\$ 100,00 (cem reais) para Pessoa Física;

II- R\$ 200,00 (duzentos reais) para Pessoa Jurídica;

§ 3º A primeira parcela deverá ser paga até o último dia útil do mês de formalização do REFIS, e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 4º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte em débito com o fisco municipal, seja pessoa física ou jurídica, que

a partir da formalização da opção fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento descrito no artigo anterior.

§ 1º A opção para benefício do programa de Recuperação Econômico Fiscal deverá ser formalizado mediante requerimento específico, que conterà entre outros os seguintes dados:

I- O tipo de débito que deseja incluir;

II- Período a que faz referência o valor devido;

§ 2º O contribuinte terá até o dia 31 de dezembro de 2014 para aderir ao REFIS municipal.

§ 3º O contribuinte que requerer o parcelamento até o dia 31 de dezembro de 2014, poderá efetuar os pagamentos no ano de 2015.

Art. 4º A opção pelo REFIS municipal, implica ao contribuinte assumir as seguintes obrigações:

I- Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos fiscais abrangidos pelo programa;

II- Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III- Cumprimento regular das parcelas do débito consolidado;

Parágrafo único - A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento antes efetuado pelo contribuinte, seja administrativo ou judicial, de acordo com o montante faltante para pagamento, ressalvadas as parcelas já pagas.

Art. 5º Efetuada a negociação de débitos fiscais através do REFIS, o contribuinte beneficiado fica impedido de celebrar novo parcelamento administrativo até a total quitação das parcelas assumidas pelo programa.

Art. 6º Em caso de débito parcelado pelo REFIS, o atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas sucessivas ou 03 (três) alternadas implicará no cancelamento automático do parcelamento, e na perda dos benefícios fiscais dispostos no §, 1º, incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei, restabelecendo os valores e condições anteriores ao parcelamento, deduzindo-se os valores pagos até a data do cancelamento.

§ 1º O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas, ou ainda, na inscrição em dívida ativa, caso ainda não tenha sido feito.

§ 2º O atraso no pagamento de qualquer parcela provoca o acréscimo de multa no percentual de 0,1% (um centésimo por cento) por dia de atraso no valor da parcela, limitada ao percentual máximo de 3% (três por cento) ao mês, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º A exclusão do Programa produzirá seu efeito de imediato, implicando na exigibilidade total dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais previstos na legislação municipal aplicável.

§ 4º O inadimplemento de tributos municipais relativos a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo também gera a exclusão do contribuinte do REFIS.

§ 5º Da decisão que excluir o optante do REFIS, caberá recurso ao

Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º Os débitos fiscais consolidados pelo REFIS serão recolhidos aos cofres do Município, através da forma definida pelo departamento competente, após a assinatura do Termos de Adesão ao Programa do REFIS, previamente disponibilizado pelo órgão responsável pelo programa.

Art. 9º Os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de adesão no REFIS e parcelamento de que trata a presente Lei observarão os regulamentos aplicados aos parcelamentos vigentes, no que couber.

Art. 10. O REFIS não alcança os créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 11. Incidirão honorários advocatícios sobre o crédito ajuizado, tal como prevê o art. 20 do Código de Processo Civil, pelo valor constante do processo judicial, a serem satisfeitos juntamente com a parcela única.

Art. 12. A Tesouraria comunicará de imediato ao Assessor Jurídico do Município a adesão do contribuinte ao Programa, quando este possuir débito ajuizado.

Art. 13. Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, §3º, o inciso II da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro não ultrapasse a R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 14. O disposto na presente Lei Complementar não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 21 de março de 2014.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Decreto 033/2014

DECRETO 033/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0784/2014 de 21.03.2014, etc

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(14) – 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0002 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementado o Crédito Adicional a seguir especificado, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.1.061 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde

(1) – 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0002 – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2014.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 01/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
ATO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 09 Horas do dia 14/04/2014, estará selecionando a melhor proposta por preço global para CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, MODELO FNS/PAC 2, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme propostas aprovadas nº 11481782000113001 e nº 11481782000113002, no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB) do Fundo Nacional de Saúde (FNS)/PAC 2. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações do Fundo Municipal de Saúde, fone 47 3547-0179 ou no e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br, ou no site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 21 de outubro de 2014.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Ata de Registro de Preços Nº 4 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Micro ônibus com 27 lugares (13092)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.2400	1
2	Ônibus com 47 lugares (13093)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5400	1
3	Micro ônibus com 27 lugares Executivo, poltronas Soft, as condicionado, frigobar e DVD (13094)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5900	1
4	Ônibus com 47 lugares Executivo, poltronas convencionais, DVD e Banheiro (13095)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.8900	1
5	Ônibus executivo, calefação, banheiro, som, DVD, capacidade 42 lugares (13098)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014 Data do Registro: 24/03/2014 Válido até: 24/03/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Micro ônibus, ar condicionado, som, DVD, frigobar, capacidade 27 lugares (13099)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014
PROCESSO Nº 8/2014

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 24 de Março de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 23/2014 – Edital de Pregão Presencial nº 19/2014

Objeto: Recuperação de Máquina. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 14hs:00min do dia 08/04/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 22/2014

DECRETO Nº22, de 11 de março de 2014.

CONCEDE PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO PARA A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL DE BRUNÓPOLIS-SC, O CAMPO DE FUTEBOL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO SADY TALAMINE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, e ainda:

Considerando o requerido pela ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE BRUNÓPOLIS (ADREC), com sede na Rua Joaquin Rosa, 33, centro da cidade de Brunópolis-SC, que solicita a cessão do Campo de Futebol Municipal Sady Talamini, para realização de um torneio no dia 13 de abril de 2014 a partir das 9:00 horas, cujo objetivo é a arrecadação de fundos para manutenção das atividades da Associação, tendo em vista que a mesma vem participando de inúmeras competições e eventos com cidadãos de Brunópolis dentro e fora do Município.

Considerando ainda o caráter cultural da referida Associação e a finalidade social da mesma;

Considerando a prática de Esportes a ser desenvolvidas deve ser sempre apoiada e motivada pelo Poder Público;

Considerando ainda o intuito de beneficiar a associação e invocada a conveniência do bom uso, bem como a conservação do referido imóvel e no interesse público das instalações.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso precário para a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE BRUNÓPOLIS-ADREC, com sede na Rua Joaquim Rosa, 33, centro da Cidade, inscrita no CNPJ n.18.325.917/0001-21, declarada de utilidade pública pelo Plenário da Câmara Municipal, dos bens patrimoniais denominado Estádio Municipal Sady Talamine e instalações, de propriedade do município de Brunópolis.

Parágrafo único - Os bens públicos a que se refere o caput do artigo 1º, serão para uso, permitido a título precário e gratuito, devendo sua utilização ser específica para realização de torneio de futebol a realizar-se na data de 13 de abril de 2014, a partir das 9:00 horas com encerramento previsto para o mesmo dia.

Art. 2º A associação recebe os bens descritos no artigo 1º, devendo conservá-los no estado em que se encontram, não podendo

alterar as características dos mesmos, nem promover qualquer edificação nos bens cedidos, sem expressa autorização do município.

Art. 3º A associação não poderá ceder em sub-permissão ou a qualquer outro título, parcial ou totalmente, oferecer o imóvel como garantia de obrigação, desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público, o bem recebido, sem expressa autorização do município, sob pena de revogação imediata do presente decreto e atos decorrentes, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no sentido de restabelecer os direitos do município.

Art. 4º Enquanto durar a permissão de uso, a Associação defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo município, sob pena de indenização dos danos.

Art. 5º Toda e qualquer alteração, construção ou edificação, caso for realizada no imóvel pela associação, será incorporada ao patrimônio do município, sem direito de restituição ou indenização pela melhoria, nem mesmo no final do prazo assinalado como termo final da permissão de uso.

Art. 6º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à consecução dos objetivos deste Decreto, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da permissão de uso, serão de responsabilidade da Associação.

Art. 7º A responsabilidade civil, criminal, trabalhista, tributária, fiscal e previdenciária, bem como de licenças específicas perante os órgãos e/ou instituições em decorrência do uso dos bens descritos no artigo 1º, é exclusiva da associação, ficando isento o município das mesmas.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do uso dos bens descritos no Art. 1º e as com água, energia elétrica, telefone, internet e outros serão a cargo da Associação.

Art. 8º A associação deverá comprometer-se de que as atividades ali exercidas, não provocarão interferência a ordem pública e zelará pela conservação dos imóveis.

Art. 9º O município se reserva o direito de vistoriar os bens descritos no art. 1º, sempre que achar necessário e conveniente, sem necessidade de comunicar por escrito a associação.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 11 de março de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi Publicado no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços PR 17/2014-PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 017/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 010/2014 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS E CHUVEIROS PORTÁTEIS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS EM CAMBORIÚ, VISANDO A MELHOR COMODIDADE DOS VISITANTES DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/03/2015

1ª Publicação.

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito nº 194 -1168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1168/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ5955	54947561E	6920/0	11/02/2014	233
AJK3868	54946573E	6920/0	30/01/2014	233
AKT9220	54947163E	6599/2	25/01/2014	230 * V
AKT9220	54947164E	6637/2	25/01/2014	230 * IX
AKT9220	54947165E	6556/1	25/01/2014	230 * I
AKT9220	54947166E	7340/0	25/01/2014	252 * IV
AKT9220	54947167E	5010/0	25/01/2014	162 * I
AKT9220	54947168E	5061/0	25/01/2014	163 c/c 162 * I
AMO0533	54947577E	6920/0	11/02/2014	233
AOE7185	54946696E	5010/0	02/02/2014	162 * I
AOE7185	54946697E	6599/2	02/02/2014	230 * V
AOE7185	54946842E	6912/0	02/02/2014	232
AQW4613	54946894E	5045/0	15/02/2014	162 * V
ASJ8311	54946787E	6599/2	05/02/2014	230 * V
BQO5479	54947558E	6920/0	11/02/2014	233
BYA1438	54945881E	6599/2	08/02/2014	230 * V
BYA1438	54945882E	5037/1	08/02/2014	162 * III
CHS3030	54947201E	5045/0	20/01/2014	162 * V
CJU6668	54946534E	6599/2	15/01/2014	230 * V
CNU6040	54946567E	6920/0	30/01/2014	233
DKN3543	54946570E	6920/0	30/01/2014	233
DRM6494	54947654E	6599/2	05/02/2014	230 * V
DRM6494	54947655E	5045/0	05/02/2014	162 * V
DRM6494	54947656E	6912/0	05/02/2014	232
GPG4040	54947859E	5045/0	17/02/2014	162 * V
GPG4040	54947860E	6599/2	17/02/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBM8315	54946889E	6599/2	13/02/2014	230 * V
IBM8315	54946890E	5045/0	13/02/2014	162 * V
IBY9092	54946837E	5037/1	01/02/2014	162 * III
IJK0056	54947114E	5010/0	07/02/2014	162 * I
IJK0056	54947115E	5118/0	07/02/2014	164 c/c 162 * I
JPR7370	54946094E	6599/2	06/02/2014	230 * V
JPR7370	54946095E	6408/0	06/02/2014	221
KAM2630	54946767E	6599/2	16/01/2014	230 * V
KAM2630	54946768E	5029/2	16/01/2014	162 * II
LCY9942	54947022E	5010/0	03/02/2014	162 * I
LCY9942	54947023E	6599/2	03/02/2014	230 * V
LYI5835	54947857E	5010/0	16/02/2014	162 * I
LYN9385	54946605E	5010/0	18/01/2014	162 * I
LYO1284	54947567E	6920/0	11/02/2014	233
MAF2865	54946543E	5045/0	20/01/2014	162 * V
MBA8923	54947273E	5010/0	11/02/2014	162 * I
MBA8923	54947274E	6599/2	11/02/2014	230 * V
MBA8923	54947275E	6610/2	11/02/2014	230 * VII
MBA8923	54947276E	5061/0	11/02/2014	163 c/c 162 * I
MBO5592	54947570E	6920/0	11/02/2014	233
MBX6049	54624158E	6599/2	10/02/2014	230 * V
MBX6049	54624159E	5010/0	10/02/2014	162 * I
MBX6049	54624160E	6580/0	10/02/2014	230 * IV
MCH0807	54946600E	6920/0	31/01/2014	233
MCR1539	54946785E	6556/5	05/02/2014	230 * I
MCR1539	54946786E	6912/0	05/02/2014	232
MCY8617	54946796E	5010/0	07/02/2014	162 * I
MDF1445	54946855E	5010/0	17/01/2014	162 * I
MDO5789	54946888E	6912/0	13/02/2014	232
MDT3614	54947752E	5010/0	13/02/2014	162 * I
MDT3614	54947753E	5061/0	13/02/2014	163 c/c 162 * I
MDW4088	54946689E	5045/0	29/01/2014	162 * V
MDW4088	54946690E	6912/0	29/01/2014	232
MDW4088	54946827E	5037/1	29/01/2014	162 * III
MDZ4051	54947072E	6653/1	11/02/2014	230 * XI
MEB2761	54946589E	6920/0	31/01/2014	233
MEB9172	54946771E	5010/0	29/01/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEF3092	54946780E	5045/0	04/02/2014	162 * V
MEF8142	54622499E	5045/0	24/01/2014	162 * V
MEF8142	54622500E	6912/0	24/01/2014	232
MEK4843	54946602E	6637/2	14/01/2014	230 * IX
MEP6605	54947014E	6599/2	29/01/2014	230 * V
MEQ3851	54946793E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MEU8850	54946866E	6599/2	30/01/2014	230 * V
MEW3916	54946691E	6912/0	29/01/2014	232
MEW3916	54946830E	7340/0	29/01/2014	252 * IV
MEY9946	54622498E	5045/0	17/01/2014	162 * V
MFC5243	54946581E	6920/0	30/01/2014	233
MFJ3653	54947024E	5045/0	07/02/2014	162 * V
MFL1660	54946533E	5045/0	15/01/2014	162 * V
MFJ9545	54946494E	6599/2	25/01/2014	230 * V
MGA8112	54947357E	6912/0	06/02/2014	232
MGA8112	54947358E	5045/0	06/02/2014	162 * V
MGA8112	54947362E	7340/0	06/02/2014	252 * IV
MGB2377	54945940E	5010/0	14/02/2014	162 * I
MGJ9786	54946663E	5045/0	19/01/2014	162 * V
MGM6865	54946536E	6912/0	18/01/2014	232
MGM6865	54946661E	5045/0	18/01/2014	162 * V
MGN9627	54946091E	6637/2	29/01/2014	230 * IX
MGO7652	54947665E	5010/0	13/02/2014	162 * I
MGO7652	54947666E	5061/0	13/02/2014	163 c/c 162 * I
MGV2024	54946580E	6920/0	30/01/2014	233
MHB6390	54947030E	5010/0	08/02/2014	162 * I
MHB6390	54947031E	6599/2	08/02/2014	230 * V
MHG3828	54946577E	6920/0	30/01/2014	233
MHH0426	54946047E	6599/2	17/01/2014	230 * V
MHL5124	54947041E	6599/2	10/02/2014	230 * V
MHS5020	54946579E	6920/0	30/01/2014	233
MHT9538	54947207E	5169/1	22/01/2014	165
MHT9538	54947208E	5274/1	22/01/2014	175
MHT9538	54947209E	6637/2	22/01/2014	230 * IX
MXH0579	54946656E	6912/0	16/01/2014	232
MHY9149	54947657E	5045/0	05/02/2014	162 * V
MHY9149	54947658E	6599/2	05/02/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG5259	54947236E	7340/0	29/01/2014	252 * IV
MIQ2070	54947038E	6599/2	08/02/2014	230 * V
MIU1716	54946789E	5010/0	05/02/2014	162 * I
MIU1716	54946790E	6599/2	05/02/2014	230 * V
MJE7960	54947015E	6599/2	29/01/2014	230 * V
MJE7960	54947016E	6556/1	29/01/2014	230 * I
MJF6218	54947301E	6599/2	23/01/2014	230 * V
MJF6218	54947302E	6912/0	23/01/2014	232
MJK5808	54946821E	6912/0	27/01/2014	232
MJO9708	54946685E	6599/2	28/01/2014	230 * V
MJZ3840	54947703E	6599/2	06/02/2014	230 * V
MJZ3840	54947704E	6912/0	06/02/2014	232
MKR4628	55653933D	6610/2	22/01/2014	230 * VII
MKY0196	54947191E	5010/0	17/02/2014	162 * I
MKY0196	54947192E	5061/0	17/02/2014	163 c/c 162 * I
MLB5933	54946791E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MMJ1373	54946500E	5045/0	04/02/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito nº 194 - 1169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1169/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFH0940	54947235E	7366/2	29/01/2014	252 * VI
AHD2125	54947553E	5568/0	11/02/2014	181 * XIX
ALC3028	54947664E	5193/0	07/02/2014	168
IOF1253	54947170E	6050/1	26/01/2014	208
LWU6153	54947116E	5452/1	09/02/2014	181 * VIII
LXV6511	54947179E	5568/0	03/02/2014	181 * XIX
LZA3668	54947554E	5568/0	11/02/2014	181 * XIX
MAT6431	54946841E	5185/1	02/02/2014	167
MBC6383	54623880E	5738/0	29/01/2014	186 * II
MBR1307	54623128E	5525/0	23/12/2013	181 * XV
MBZ1495	54946937E	5525/0	19/01/2014	181 * XV
MEI9907	54947905E	5185/1	15/02/2014	167
MEK3531	54946936E	5525/0	19/01/2014	181 * XV
MEL7940	54946020E	5525/0	11/01/2014	181 * XV
MEQ1915	54946025E	5525/0	14/01/2014	181 * XV
MEW3916	54946692E	5207/0	29/01/2014	169
MEW3916	54946829E	5185/1	29/01/2014	167
MEX2081	54947402E	5525/0	29/01/2014	181 * XV
MEX9980	54947229E	5541/5	28/01/2014	181 * XVII
MFE0799	54946657E	5185/1	16/01/2014	167
MFH7912	54947152E	5525/0	21/01/2014	181 * XV
MFQ4751	54947210E	5185/1	23/01/2014	167
MFY1734	54455495E	5525/0	06/01/2014	181 * XV
MGA8112	54947360E	5185/1	06/02/2014	167
MGA8112	54947361E	5185/2	06/02/2014	167
MGB2377	54945941E	6050/1	14/02/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGV8888	54946917E	5525/0	18/01/2014	181 * XV
MHD4817	54623141E	5720/0	17/01/2014	186 * I
MHF5974	54624162E	5410/0	13/02/2014	181 * IV
MHH0426	54946043E	5525/0	17/01/2014	181 * XV
MIG5259	54947238E	7099/1	29/01/2014	244 * V II
MII3810	54624496E	5207/0	28/01/2014	169
MIT3322	54947601E	7366/2	14/02/2014	252 * VI
MIU6556	54946797E	7234/0	07/02/2014	250 * I * a
MJB0728	54946943E	5525/0	21/01/2014	181 * XV
MJD2895	54946900E	5185/1	16/02/2014	167
MJD7416	54623158E	7056/1	15/01/2014	244 * III
MKI9865	54946913E	5525/0	18/01/2014	181 * XV
MKM8450	54947508E	5452/1	06/02/2014	181 * VIII
MLV1174	54623650E	7030/1	31/01/2014	244 * I
MMJ1373	54946499E	5207/0	04/02/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 15/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 15/2014 – modalidade Pregão (presencial)
Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak, Pregoeira Municipal, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 15/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de arbitragem. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, MICHELI KARINE ROSA ME. As empresas AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA e MICHELI KARINE ROSA ME apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. As duas empresas licitantes apresentaram Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para valerem-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. Alexandre Marchiori, representante da empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA e Sr. Edgar Ramos Jr representante da empresa MICHELI KARINE ROSA ME. O critério de julgamento é o menor preço UNITÁRIO POR ITEM. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	357,00	356,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	357,00	357,00		

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,00	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada

MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		
------------------------	--------	--------	--	--

ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		

ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		

ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		

ITEM 10

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 11

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	103,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	104,00	104,00		

ITEM 12

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		

ITEM 13

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada
MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		

ITEM 14

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,50	163,50	1ª	Habilitada

MICHELI KARINE ROSA ME	164,00	164,00		
------------------------	--------	--------	--	--

A empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA foi declarada vencedora dos itens, conforme valores informados na planilha (coluna "Valor proposta após lances". Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.975/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.975/14 DE 21/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 103.477,94 (Cento e três mil quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 – Construções, Ampliações e Reformas nas Creches

Elementos de despesa: 47 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 103.477,94

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 103.477,94 (Cento e três mil quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de março de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.974/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.974/14 DE 20/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 136.984,60 (Cento e trinta e seis mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO

INFANTIL – PRÉ-ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015 – Manutenção de Creches

Elementos de despesa: 165 – 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0062.000000 – Aplicações Diretas R\$ 136.984,60

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior provenientes de Recursos do FNDE no valor de R\$ 136.984,60 (Cento e trinta e seis mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) do Programa Brasil Carinhoso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de março de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.011/14 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

LEI Nº 4.011/14 DE 19/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

Faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício de 2014, no valor de R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.082 – Manutenção do CREAS

Elemento Desp.: 24 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0052.000000 – Aplicações Diretas R\$ 32.100,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do convênio CREAS, provenientes do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 19 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.973/14 Regulamenta Lei Nº 4.011/14 - Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 6.973/14 DE 19/03/2014

REGULAMENTA LEI Nº 4.011/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.011/14 de 19/03/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício de 2014, no valor de R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária: ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.082 – Manutenção do CREAS

Elemento Desp.: 24 – 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0052.000000 - Aplicações Diretas R\$ 32.100,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do convênio CREAS, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de março de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de PP Nº05/2014 Transporte Escolar Apae**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07 de ABRIL de 2014 às 16h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS ESPECIAIS MATRICULADOS NA APAE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00min, e das 13h30min às 17.00horas, diariamente.

Campos Novos, 24 de Abril de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

Aviso de Dispensa Nº 05/2014 Social.**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS.

Processo Licitatório 10/2014.

Dispensa de Licitação nº 04/2014.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO MUSICAL PARA ATUAR EM PROJETOS SCFV DE MÚSICA COM DUARAÇÃO 16 HORAS SEMANAIS.CONFORME ARTIGO 24, INCISO II.

Campos Novos, 24 de Abril de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação TP 09/2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Campos Novos

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014

Processo Licitatório 70/2014

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014, empreitada por preço unitário, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, cujo objeto contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica e recapeamento de pavimentação asfáltica com drenagem pluvial nas ruas Walter Andonini, Cel Pedro Carlos, Caetano Carlos e Cel Pedro Carlos Stefanés, conforme especificações do projeto básico. O recebimento da documentação e das propostas dar-se-á no protocolo, da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada a Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323, Centro- Campos Novos -SC, até às 15 horas do dia 10 de abril de 2014 e serão abertos às 15h30min do mesmo dia. O SUPORTE LEGAL a presente Licitação tem fundamento na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e em alterações introduzidas pela Lei 9.648 de 27 de maio de 1998.

- DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM PLUVIAL NAS RUAS WALTER ANDONINI, CEL PEDRO CARLOS, CAETANO CARLOS E CEL PEDRO CARLOS STEFANES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 1007749-16/2013-Ministério das Cidades

Contrapartida – Recursos Próprios

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Licitação empresas que se enquadrem no ramo de atividade do objeto licitado e que estejam inscritas na Seção de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Campos Novos, ou que atendam todas as condições exigidas para o cadastramento, que deverá ser efetuado até o 3º (terceiro) dia anterior da data marcada para a entrega dos envelopes (Lei 8666/93, art 22 § 2º).

3 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. Os licitantes deverão apresentar 02 (dois) envelopes fechados de forma a não permitir sua violação, até a data e hora estipuladas para a entrega. O primeiro deverá conter os documentos de habilitação e o segundo a proposta de preços. Os envelopes do licitante participante deverão ser devidamente identificados, conforme segue:

Envelope nº. 01- HABILITAÇÃO

Razão Social e CNPJ da Empresa

Telefone e Endereço

Processo Licitatório 70/2014

Tomada de Preços nº 09/2014

Prefeitura Municipal de Campos Novos

Envelope nº. 02- PROPOSTA

Razão Social e CNPJ da Empresa

Telefone e Endereço

Processo Licitatório 70/2014

Tomada de Preços nº 09/2014

Prefeitura Municipal de Campos Novos

3.2. Os envelopes deverão ser entregues fechados e/ou lacrados, no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 15 horas do dia 10 de abril de 2014 e serão abertos às 15h30min do mesmo dia.

3.2.1. O início do recebimento dos envelopes se dará, a partir da data de publicação deste edital, no Protocolo Central da Prefeitura de Campos Novos que funciona de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

3.3. Será aceita a remessa dos envelopes pelos Correios, desde que entregues no Protocolo da Prefeitura de Campos Novos até a data e hora estipuladas para a entrega. Neste caso, os envelopes deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação:

Prefeitura Municipal de Campos Novos
Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323 - Centro.
Campos Novos - SC – CEP 89.620-000

A/C Comissão Permanente de Licitações
(Tomada de Preços nº 09/2014)

3.3.1. No caso de remessa de envelopes via Correio, não caberá a Comissão de Licitação qualquer responsabilidade sobre possível atraso na entrega ou não recebimento dos mesmos.

4 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01):

4.1. Para a fase de habilitação, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1. Documentação de Habilitação Jurídica

a. Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);

b. Apresentar Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do prazo de validade na data de abertura da documentação;

4.1.2. Documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c. Certidão Negativa de Débitos Estadual - do domicílio ou sede da Proponente;

d. Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;

e. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.1.3. Documentação de qualificação econômico financeira

a. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente;

a.1 – Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2 – A certidão do distribuidor que contiver a observação “Esta certidão só tem validade no seu original” também será aceita nas formas indicadas no item 4.2 do edital.

b. Apresentar contrato social com capital social de no mínimo 10% do valor orçado para a obra;

c. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de lei, com Termo de Abertura e Encerramento e devidamente autenticado na Junta Comercial da sede da empresa, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c1. A licitante deverá apresentar planilha com o CÁLCULO demonstrativo da boa situação financeira da licitante, assinado pelo contador da empresa através da apuração das demonstrações contábeis do último exercício, através das seguintes fórmulas:

LG= Índice de Liquidez Geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

LC= Índice de Liquidez Corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e conversíveis a curto prazo)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GE= Grau de Endividamento (indicador da participação relativa dos capitais alheios no ativo real da sociedade).

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

c2) Será inabilitada a empresa proponente que não obtiver os seguintes desempenhos:

1º. O índice de Liquidez Corrente (LC) deverá ser igual ou maior que 1,00.

2º. O índice de Liquidez Geral (LG) deverá ser igual ou maior que 1,00.

3º. O Grau de Endividamento (GE) deverá ser menor ou igual a 1,00.

4.1.4. Documentação de Qualificação Técnica

a. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de

habilitação e proposta de preço, com habilitação para execução de obras civis, emitida pelo respectivo conselho da jurisdição da sede da empresa licitante;

b. Certidão de registro de pessoa física -Engenheiro Civil- no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), em nome do responsável técnico que responderá pela execução da Obra;

c. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA comprovando que a empresa licitante executou obra com no mínimo 50% do quantitativo constante no projeto básico referente a Camada de CBUQ (e=0,04m):

Camada de CBUQ (e=0,04m)

1.286,94 toneladas

d. Comprovante de vínculo empregatício do responsável técnico com a empresa, através da apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado".

d.1. Em caso do profissional ser sócio da empresa a comprovação deverá ser feita através da apresentação da cópia do contrato social da licitante.

e. Apresentação de Licença Ambiental de Operação de Usina de Asfalto emitida pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo de validade e em nome da empresa licitante.

4.1.5. Atendimento ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

a. Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelo próprio licitante;

4.1.6. Declaração de Visita

a. Declaração de visita ao local da obra atestando que a empresa licitante visitou e conheceu o local da obra, em especial, para identificar as instalações já existentes e condições do local onde serão executados os serviços, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais.

4.1.7. Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação.

a. Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação no presente certame licitatório, conforme modelo constante do Anexo 04 deste Edital.

4.1.8. Declaração de que não possui servidor público em seu quadro societário

Declaração atestando que esta não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

4.1.9. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem utilizar das prerrogativas da lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, CERTIDÃO SIMPLIFICADA (atualizada) de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

4.2. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou

publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

4.3. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

4.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada, preferencialmente, com páginas numeradas, em nome do licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

4.5. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

5.1. A proposta deverá ser entregue impressa em uma via, sem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que afetem a idoneidade da proposta em si, assinada, rubricada em todas as folhas pelo representante legal, contendo as seguintes informações:

Razão social do licitante, a modalidade e o número desta licitação, nome do responsável pela proposta, telefone, fax e e-mail, para contato, se houver;

Especificação dos materiais e equipamentos propostos, com a marca e/ou modelo/fabricante para aqueles itens que possuem indicação referencial de marca nos projetos;

Planilha de custos, com os quantitativos e com valores unitários e total em reais (R\$), com duas casas decimais após a vírgula, incluindo toda e qualquer despesa que incida sobre o objeto; Planilha contendo o cronograma físico - financeiro; O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 dias;

O prazo de início da execução da obra de até 05 (cinco) dias úteis após assinatura da Ordem de Serviço e para a conclusão da obra que não poderá ser superior a 06 (seis) meses a partir da autorização para início da Obra;

5.1.1. Na omissão dos prazos de execução total, de início de execução e de validade da proposta, serão considerados os constantes do edital;

5.2. As licitantes deverão apresentar anexada a proposta, a planilha de BDI - benefícios e Despesas Indiretas – com valores discriminados e encargos sociais, conforme modelo da caixa econômica federal;

5.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e horário aprazados;

5.4. As propostas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei;

5.5. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços;

5.6. As licitantes deverão respeitar o PREÇO MÁXIMO estabelecido

para cada item conforme planilha orçamentária;

5.7. Solicitam-se aos licitantes que informem na proposta de preços o número da conta corrente e agência bancária;
6 - DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A Sessão de abertura dos envelopes contendo "Documentação" (envelope nº 01) dar-se-á no horário definido no preâmbulo deste edital, na Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro- Campos Novos - SC - CEP 89.620-000, mesmo local onde será realizada a Sessão de Abertura dos envelopes da "Proposta de Preços" (envelope nº 02).

6.2. Estando presentes os prepostos de todos os licitantes na abertura do envelope Documentação (envelope nº 01) e concordando com o resultado de seu julgamento, a abertura dos envelopes das Propostas de Preços (envelope nº 02) será realizada no mesmo dia.

6.2.1. Não ocorrendo a hipótese prevista neste subitem, a abertura dos envelopes das propostas de preços será efetuada em dia e horário a serem definidos pela Comissão de Licitações, com notificação aos interessados.

6.3. A sessão de abertura dos envelopes terá início com o CREDENCIAMENTO a ser apresentado juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante. O credenciado terá poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

6.4. Os envelopes serão abertos e os documentos e proposta de preços, conforme o caso, serão rubricados pela Comissão de Licitações e pelos prepostos dos licitantes.

6.5. Das sessões de abertura dos envelopes será lavrada ata contendo a síntese do ocorrido, que será assinada pela Comissão de Licitações e pelos prepostos dos licitantes.

6.6. A qualquer momento que julgue conveniente, poderá o Presidente da Comissão de Licitações, suspender os trabalhos durante a sessão de abertura, devendo neste caso, informar a data e horário de reabertura dos trabalhos.

7 - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. O julgamento da habilitação e das propostas de preços, bem como a classificação final, caberá à Comissão de Licitação designada para este fim.

7.2. Os licitantes cuja documentação não atender às exigências deste Edital serão inabilitados bem como serão desclassificados as propostas de preços que não mantiverem conformidade com os requisitos do Edital, que apresentarem preço excessivo ou manifestamente inexequível;

7.2.1. Para fins de julgamento das propostas de preços, serão desclassificadas as propostas:

7.2.1.1 Com preço global excessivo, assim consideradas aquelas com valor global acima de R\$ 396.856,97 (trezentos e noventa e seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos);

7.2.1.2 Com preço inexequível, assim consideradas aquelas com valor inferior a 70% do valor do item 7.2.1.1;

7.3. Havendo empate no preço global entre duas ou mais propostas, a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para

o qual os licitantes interessados serão convocados, sendo que a forma como se procederá o sorteio, será definida pela Comissão, ressalvado o disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8666/93;

7.4. Poderá a Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência na forma da lei, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.5. O objeto desta Tomada de Preço será adjudicado ao licitante que, satisfeitas as condições do edital, apresentar o menor preço global, sendo desconsiderados eventuais equívocos de cálculo das planilhas, prevalecendo o valor global;

7.6. No caso do adjudicatário decair do direito de executar o objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Campos Novos poderá revogar esta licitação, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

7.7. Após o julgamento definitivo das propostas de preços e classificação final, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para ser submetido à homologação pela autoridade competente.

8 - DAS SANÇÕES

8.1. No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início da obra ou para a conclusão final, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 8.1- estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, conforme previsto na décima cláusula da minuta do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) declaração de inidoneidade.

8.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

8.4. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor da garantia, e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

9 - DO CONTRATO

9.1. O vencedor da Tomada de Preço será convocado em até 03(três) dias úteis após a homologação da licitação para depositar a garantia e, no prazo máximo de 48 horas, assinar o contrato, conforme minuta do Anexo I.

9.2. O contratado será obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços ou materiais que não estiverem em conformidade com as especificações constantes do contrato ou ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.

9.2.1. Na hipótese do contratado não efetivar a substituição dos serviços, materiais e equipamentos, este fato constituir-se-á motivo para expedir a declaração de inidoneidade do licitante para

participar de licitações, conforme item 8.2, "d".

9.3. Os preços dos serviços a executar não serão reajustados.

9.3.1. Em caso de revisão de preços as etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento da revisão não sofrerão alteração dos preços.

9.4. As despesas decorrentes da presente Tomada de Preço correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Orgão: Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Unidade: Departamento de Manutenção e Apoio Operacional

Proj/Ativ.: Realização de Obras e Reformas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elemento de Despesa: 114– 4.4.90.51.99.00.00.00.0.1.0024.000 0 Repasse OGU

115 - 4.4.90.51.99.00.00.00.0.1.0000.0000 Recursos Próprios

9.5. Após a homologação do processo a licitante vencedora deverá apresentar, num prazo de até 03 dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra em nome do responsável técnico indicado na fase de habilitação.

9.6. A ordem de serviço será emitida após análise e aprovação do processo pela Caixa Economica Federal.

10- DA GARANTIA

10.1. Antes da assinatura do instrumento de contrato será exigida da licitante vencedora prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da Prefeitura de Campos Novos, contratante, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, numa das modalidades previstas no parágrafo primeiro, do artigo 56, da Lei 8.666/93.

10.2. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução da obra, acrescido dos prazos para recebimento provisório para recebimento definitivo. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a licitante vencedora deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia.

10.3- Caso a licitante vencedora opte pela modalidade caução, a Prefeitura de Campos Novos disponibilizará no Banco do Brasil, a Conta Corrente 5966-8, Agência 0685-8 para o depósito, cujo comprovante deverá ser apresentado antes da assinatura do Contrato.

10.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

10.5. No caso de alteração contratual com acréscimo do valor original, a Contratada deverá apresentar, antes da celebração do termo aditivo, garantia complementar correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do acréscimo, ou substituir a garantia original por outra correspondente a esse percentual no novo valor do contrato.

10.6. Após o cumprimento fiel e integral do contrato e o recebimento definitivo do objeto, a garantia prestada será liberada pela Contratante à Contratada.

11 – DO PAGAMENTO

11.1- O pagamento será efetuado conforme a liberação de recursos do Ministério das Cidades- de acordo com o Cronograma e no valor correspondente ao somatório das etapas dos diversos itens efetivamente executados e concluídos, segundo as aferições efetuadas pelo engenheiro fiscal da obra;

11.2- A licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente a cada pagamento juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, as CND's (Certidão Negativa de Débitos) junto ao INSS, o FGTS, a União, o Estado e o Município, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia da GFIP com a relação dos trabalhadores constantes na SEFIP e cópia da GPS recolhida na matrícula da obra.

11.3. Os pagamentos serão realizados em até 30 dias após a entrega da nota fiscal eletrônica de prestação de serviços.

12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A Prefeitura Municipal de Campos Novos reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade.

12.2. Em relação às decisões proferidas pela Comissão de Licitações, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou publicação do ato pela Prefeitura Municipal de Campos Novos.

12.3. Os recursos interpostos serão processados nos termos do Capítulo V, da Lei 8.666/93, devendo ser encaminhados e protocolados pelos interessados diretamente na Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro- Campos Novos CEP 89620-000, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 13h30min às 18h30min.

12.4. Serão livres de acesso, a qualquer tempo, os servidores dos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo federal, Estadual ou Municipal a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, inclusive documentos e registros contábeis da licitante vencedora, bem como aos locais de execução das obras, colaborando na obtenção de dados e de informações junto à comunidade local sobre benefícios advindos da implantação do projeto quando em missão de fiscalização ou auditoria.

12.5. A Licitante vencedora deverá manter no local da Obra, o Diário de Obras elaborado de forma contínua e simultânea à execução do empreendimento, de forma a conter o registro atualizado de todos os fatos relevantes ocorridos, em especial do quantitativo de pessoal, máquinas alocadas, condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos e não conformidades observadas, bem como estar disponível aos órgãos de fiscalização e controle.

12.6. Após a emissão da Ordem de Serviço, a licitante vencedora deverá afixar no local da obra Placa da Obra segundo orientação constante no site da Caixa Economica Federal – Downloads – Gestão Urbana – Manual de Placas e Adesivos, devendo ser afixada num prazo de até 15 dias contados a partir da autorização do contratante para início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

12.7. O edital e seus anexos serão disponibilizados em meio eletrônico, no site www.campos-novos.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Campos Novos, mediante credenciamento.

12.8. Informações e/ou esclarecimentos acerca desta Tomada de Preço poderão ser solicitadas até dois dias úteis antes da data limite para entrega dos envelopes, mediante correspondência protocolada dirigida a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos Novos, pelo telefone (049) 3541-6200, ou na própria Prefeitura localizada à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro CEP 89620-000, no horário das 13:30 as 18:30 horas de segunda a sexta-feira.

12.9. Constitui anexo do presente edital, dele fazendo parte integrante:

12.9.1. Anexo 01 – Minuta de Contrato;

12.9.2. Anexo 02 – Declaração de Menor;

12.9.3. Anexo 03 - Modelo de Credenciamento;

12.9.4. Anexo 04 - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos da Habilitação;

12.9.5. Anexo 05 - Dados para elaboração do Contrato;

12.9.6. Anexo 06 - Projeto Básico:

Aprovo o Edital

Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei 8666/93

Campos Novos, 24 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

O Município de Campos Novos - entidade Jurídica de direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Expedicionário, 323, Centro Campos Novos- SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 82.939.232/0001-74- neste ato representada pelo Prefeito Sr. Nelson Cruz, doravante denominada de CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ nº _____, representado pelo seu representante legal o Sr. _____, CPF _____ por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se ao Edital da Tomada de Preço nº 09/2014, ao Termo de Compromisso 1007749-16/2013, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

cláusula terceira – do Objeto do Contrato

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM PLUVIAL NAS RUAS WALTER ANTONINI, CEL PEDRO CARLOS, CAETANO CARLOS E CEL PEDRO CARLOS STEFANES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 1007749-16/2013-Ministério das Cidades

Contrapartida – Recursos Próprios

Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

Orgão: Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Unidade: Departamento de Manutenção e Apoio Operacional

Proj/Ativ.: Realização de Obras e Reformas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elemento de Despesa: 114- 4.4.90.51.99.00.00.00.0.1.0024.000 0 Repasse OGU

115 - 4.4.90.51.99.00.00.00.0.1.0000.0000 Recursos Próprios

Cláusula Quinta – Do valor

5.1. Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ ().

5.2. O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo, independente dos quantitativos unitários constantes da planilha de custos da proposta, e não será reajustada.

5.3. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas eventualmente aplicada, a CONTRATADA efetuou fiança bancária em favor da Contratante no valor de R\$ () que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme previsto no Edital.

5.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

5.5. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da Contratante. Após o cumprimento fiel e integral desta contratação e seu objeto recebido definitivamente, a garantia prestada será liberada ou restituída, caso não tenha sido utilizada conforme os casos apontados nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93.

5.6. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão de obra e todos os materiais eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

cláusula sexta – do prazo de execução DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Este contrato será vigente até 31 de dezembro de 2014.

6.2. O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses, a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço e conforme cronograma físico-financeiro.

Cláusula oitava – Do Pagamento

8.1. O pagamento será efetuado conforme a liberação de recursos do Ministério das Cidades e de acordo com o Cronograma e no valor correspondente ao somatório das etapas dos diversos itens efetivamente executados e concluídos, segundo as aferições efetuadas pelo engenheiro responsável da Prefeitura de Campos Novos.

8.2. Para liberação de qualquer pagamento a licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente a cada pagamento juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, as CND's (Certidão Negativa de Débitos) junto ao INSS, o FGTS, a União, o Estado e o Município, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia da GFIP com a identificação da matrícula da obra, e relação nominal dos trabalhadores constantes na SEFIP e cópia da GPS recolhida na matrícula da obra.

8.3. Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

8.4. O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

8.5. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

8.6. Será obrigatório, sob pena de substituição da fatura, constar no corpo da nota fiscal de prestação de serviços a seguinte informação: Contrato 1007749-16/2013 – Ministério das Cidades.
Cláusula nona– do recebimento

9.1. Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 45 dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (se não houver pendências) após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

9.2. Parágrafo único. Por execução final entende-se a conclusão da obra, estando essa em perfeito estado de funcionamento.

Cláusula Décima – Das Penalidades

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa;

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,2% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 20%.

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

10.2. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.3 Se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

Cláusula Décima PRIMEIRA – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;

IV– oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;

V - iniciar os serviços, em até 05 (cinco) dias úteis após assinatura da Ordem de Serviço;

VI - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

VII- Efetuar a matrícula da Obra junto INSS, e apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, antes do recebimento definitivo.

VIII- A Contratada deverá manter no local da Obra, o Diário de Obras elaborado de forma contínua e simultânea à execução do empreendimento, de forma a conter o registro atualizado de todos os fatos relevantes ocorridos, em especial do quantitativo de pessoal, máquinas alocadas, condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos e não conformidades observadas, bem como estar disponível aos órgãos de fiscalização e controle.

IX- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução antes do início da execução de obra.

X- A Contratada deverá afixar Placa da Obra segundo orientação no site da Caixa Economica federal – Downloads – Gestão Urbana – Manual de Placas e Adesivos – durante o período de duração da Obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias contados a partir da autorização do contratante para início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

XI- Não transferir no todo ou em parte, serviços ou obras objeto do Contrato, ressalvadas as sub-contratações de serviços especializados, as quais serão previamente submetidas à Contratante para autorização.

XII- Obedecer aos prazos previstos para início e conclusão da obra, bem como o prazo estipulado para readequação dos serviços que vierem a ser recusados pela fiscalização da obra, ficando sujeita a aplicação das penalidades previstas neste contrato;

Cláusula décima SEGUNDA – Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, fixando-lhe prazo para saná-la;

IV - fornecer a CONTRATADA informações e/ou dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

V - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra;

Cláusula DÉCIMA TERCEIRA – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

Cláusula décima QUARTA – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Cláusula décima QUINTA– Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta, sempre observando os preços de mercado no momento da celebração do termo aditivo.

Cláusula décima SEXTA – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Campos Novos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos, de de 2014.
CONTRATANTE

CONTRATADO

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2014
ANEXO 02

MINUTA DE DECLARAÇÃO**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro que a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____ portador

(a) da Carteira de Identidade nº _____ CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

Campos Novos _____ de _____ de 2013.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

TOMADA DE PREÇO Nº ____/2014
ANEXO 03

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede na rua: _____ nº _____ Bairro _____ cidade _____ cep. _____.

C.N.P.J. sob nº _____, representada pelo Sr. _____,

CREDENCIA o Sr. _____, (CARGO), portador do R.G. nr. _____ e C.P.F. nr. _____, para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Campos Novos em licitação na modalidade Tomada de Preço nº ____/2014, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME:

R.G.:

CARGO:

TOMADA DE PREÇO Nº ____/2014
ANEXO 04

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE**FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____

sediada _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2014.

Nome e número da identidade do declarante

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2014
ANEXO 05

FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Razão Social: _____.

Endereço: _____.

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____.

Telefone: (_____) _____ Fax: (_____) _____.

Nome da pessoa para contatos: _____.

Telefone: () E-mail: .

Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: .

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: .

RG nr.: CPF: .

Conta Corrente (em nome da empresa) Agência Banco: .

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.

SAMAE

Portaria 020/2014

PORTARIA SAMAE CNO 020/2014, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, CAMILA BERWIG, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Padrão 2, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 021/2014

PORTARIA SAMAE CNO 021/2014, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, JOSÉ DOMINGOS DELFES, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Padrão 5, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 022/2014

PORTARIA SAMAE CNO 022/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

NOMEAR, por Concurso Público, na forma do art. 7º, do capítulo III, da Lei Complementar nº 12/11 de 14 de Dezembro de 2011, JEAN CARLOS PEROTONI, para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES, Padrão 3, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

Editais 38/2014 e 39/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 38/2014
MODALIDADE: Convite nº 02/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra com fornecimento de material, para conclusão da sede própria da Rede Feminina de Combate ao Câncer, com uma área construída de 211,969m², situada à Av. Joaquim José de Santanta, nº 2370, Centro, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, Composição do BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital.

DATA DE ABERTURA: 02 de abril de 2014, às 09:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 24 de março de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial 35/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais de Limpeza e Higiene para manutenção das Escolas da rede de Ensino Infantil e Fundamental do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão.

DATA DE ABERTURA: 07 de abril de 2014, às 08:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 24 de março de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Alteração do Edital de Tomada de Preços N.º PMC 05/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 39/2014
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 05/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/03/2014, às 14h15min. Abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DA PONTE NA LOCALIDADE DE ENTRE RIOS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 31/03/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.º PMC 1-150/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-150/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-150/2013 referente ao contrato n.º PMC 150/2013. Data do Aditivo: 31/01/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PALCO PARA SHOWS DAS FESTIVIDADES NATALINAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO NA RUA FREI MENANDRO KAMPS, NAS PROXIMIDADES DA PRAÇA OSWALDO DE OLIVEIRA. Contratada: PAULO SORANSSO FEIRAS E EVENTOS - ME, CNPJ: 09.544.493/0001-03. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/01/2014, passará a ser até 28/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.º PMC 1-01/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-01/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 173/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 83/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-01/2014 referente ao contrato n.º PMC 01/2014. Data do Aditivo: 25/02/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL 24 SETORES, TECLADO 24 SETORES, SENSOR, CAIXA DE PROTEÇÃO, TRANSFORMADOR,

SIRENE E OUTROS DESTINADOS AO SISTEMA DE ALARME DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CANOINHAS. Contratada: INVIOLÁVEL MONITORAMENTO CANOINHAS, CNPJ: 14.689.898/0001-61. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 28/02/2014, passará a ser até 31/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.PMC 1-152/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-152/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 165/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 34/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-152/2013 referente ao contrato n.º PMC 152/2013. Data do Aditivo: 25/02/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DO MATERIAL E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ: 12.496.490/0001-48. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 28/02/2014, passará a ser até 29/04/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.PMC 2-94/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-94/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-94/2013 referente ao contrato n.º PMC 94/2013. Data do Aditivo: 17/02/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A ASSENTAMENTO DE 2.200 METROS LINEARES DE MEIO FIO NO LOTEAMENTO TRÊS COQUEIROS, LOCALIZADO EM MARCÍLIO DIAS. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 3.739,55 (três mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao acrescido de serviço.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.PMC 6-159/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-159/2011
REAJUSTE DE PREÇO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 51/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-159/2011 referente ao contrato n.º PMC 159/2011. Data do Aditivo: 07/02/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM2, DESTINADO AS PUBLICAÇÕES DESTA PREFEITURA. Contratada: ANGELO MARCELO SCHULKA ME, CNPJ: 03.219.641/0001-20. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude de REAJUSTE DE PREÇOS, através do Índice do INPC, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 5.730,00 (cinco mil e setecentos e trinta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N.PMC 7-49/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-49/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 44/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 4/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-49/2013 referente ao contrato n.º PMC 49/2013. Data do Aditivo: 25/02/2014. Objeto Contratado: REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO JUNIOR, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Contratada: J. LOPES CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ: 10.912.255/0001-84. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 28/02/2014, passará a ser até 29/04/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 8-13/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 8-13/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 1/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 1/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-13/2012 referente ao contrato n.º PMC 13/2012. Data do Aditivo: 13/02/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO "C" PRÓ Infância PAC "2". Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 14/02/2014, passará a ser até 14/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 15-63/2009

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 15-63/2009
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 24/2009
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 3/2009

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 15-63/2009 referente ao contrato n.º PMC 63/2009. Data do Aditivo: 24/02/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS. Contratada: BLASCZYK LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.914.825/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato, em virtude de aumento salarial de categoria, conforme convenção coletiva de trabalho, o valor de R\$ 37.054,10 (trinta e sete mil cinquenta e quatro reais e dez centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 13-72/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 13-72/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 69/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 32/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 13-72/2011 referente ao contrato n.º PMC 72/2011. Data do Aditivo: 19/02/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE EQUIPAMENTO GPS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO E SISTEMA DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA, O TREINAMENTO DE USO E A HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO EM EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE DA CONTRATADA. Contratada: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 02.883.607/0001-92. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato o valor de R\$ 817,90 (oitocentos e dezessete reais e noventa centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 5-59/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-59/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-59/2013 referente ao contrato n.º PMC 59/2013. Data do Aditivo: 25/02/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS A UTILIZAÇÃO PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Contratada: MULLER INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo acrescido ao contrato o valor total de R\$ 1.090,40 (mil e noventa reais e quarenta centavos)

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 4-137/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-137/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 134/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-137/2013 referente ao contrato n.º PMC 137/2013. Data do Aditivo: 25/02/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPARO NO BARRACÃO DE RECICLAGEM, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: n.º 07.894.826/0001-90. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 25/02/2014, passará a ser até 28/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 12-72/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 12-72/2011
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 69/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 32/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 12-72/2011 referente ao contrato n.º PMC 72/2011. Data do Aditivo: 31/01/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA

DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO GOVERNO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, POR MEIO DE EQUIPAMENTO GPS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO E SISTEMA DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA, O TREINAMENTO DE USO E A HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO EM EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE DA CONTRATADA. Contratada: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 02.883.607/0001-92. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO do contrato o valor de R\$ 981,48 (novecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos) referente ao veículo, CAMINHÃO CAÇAMBA, PLACA LZQ 9274, N.º 58.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 7-39/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-39/2012
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 42/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 18/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-39/2012 referente ao contrato n.º PMC 39/2012. Data do Aditivo: 21/02/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato o valor de R\$ 15.983,82 (quinze mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. FMS 1-34/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 1-34/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 43/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 08/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-34/2013 referente ao contrato n.º FMS 34/2013. Data do Aditivo: 28/02/2014. Objeto Contratado: LOCAÇÃO. Contratada: ADILSON BREHMER JUNIOR, CPF 563.970.979-00. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O valor do presente contrato que era de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), passará a ser de R\$ 18.162,60 (dezoito mil cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. FMS 2-14/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 2-14/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-14/2013 referente ao contrato n.º FMS 14/2013. Data do Aditivo: 21/02/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA, NA ESPECIALIDADE DE NEUROCIRURGIA, NO PRÓPRIO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O valor do presente contrato que era de R\$ 290.570,00 (duzentos e noventa mil quinhentos e setenta reais) passará a ser de R\$ 299.123,36 (duzentos e noventa e nove mil cento e vinte e três reais e trinta e seis centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. FMS 4-22/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 4-22/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 4-22/2011 referente ao contrato n.º FMS 22/2011. Data do Aditivo: 21/02/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O valor do presente contrato que era de R\$ 2.279.375,00 (dois milhões duzentos e setenta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 2.469.031,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e trinta e um reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. FMS 5-02/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 5-02/2012
ACRÉSCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 41/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna

público o termo aditivo n.º FMS 5-02/2012 referente ao contrato n.º FMS 02/2012. Data do Aditivo: 02/01/2014. Objeto Contratado: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO EM ESCOLAS E OUTRAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA. Contratada: INVIOLÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CNPJ: 95.832.986/001-72. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. O valor do presente contrato que era de R\$ 14.040,39 (quatorze mil quarenta reais e trinta e nove centavos), passará a ser R\$ 14.989,83 (quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação da Primeira Retificação do Termo de Contrato N.º Fmc 06/2013

EXTRATO DA PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 06/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMC 06/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMC 02/2013

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, sito à Rua Vidal Ramos, 632 - Centro, torna público o contrato n.º FMC 06/2013. Data de assinatura: 25/02/2014. Contratada: MIGUEL PROCOPIAK VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 83.187.807/0001-02. Objeto Contratado: LOCAÇÃO. Contratante: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, CNPJ: 02.216.925/0001-08. O valor mensal que era de R\$ 2.238,00 passa a ser R\$ 2.362,96. O valor anual permanece Inalterado.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Lei 5.282 - Concede Incentivo ao Jovem Advogado

Câmara de Vereadores de Canoinhas
O Poder Legislativo aberto à Comunidade
Rua: Três de Maio, nº 150
www.canoinhas.sc.leg.br (47) 3622-3804
89.460-000 Canoinhas – Santa Catarina
LEI Nº 5.282, de 14/03/2014
CONCEDE INCENTIVO AO JOVEM ADVOGADO

O Vereador Neno Pangratz, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam concedidas reduções do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a título de incentivo, aos novos profissionais liberais autônomos de advocacia, nos seguintes índices e períodos:

- I – redução de 100% nos primeiros 36 (trinta e seis) meses de atuação profissional;
- II – redução de 50% nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes.

Art. 2º A isenção de que trata o Art. 1º desta Lei não exime os

profissionais da inscrição e atualização de seus dados no Cadastro de Contribuintes do Município e do cumprimento das demais obrigações acessórias.

Art. 3º A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC, subseção de Canoinhas, informará anualmente a relação dos advogados em atuação, identificando aqueles que possuem direito aos benefícios desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2013.
VEREADOR NENO PANGRATZ
Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara e Vereadores de Canoinhas, em 14/03/2014

DANIEL CARVALHO
Agente Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

FMAS Ata/Contrato 0009/2014

Ata/Contrato Nº : 0009/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada : LUCAS ROBERTO HELLER ME

Valor : 9.791,44 (nove mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0009/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0007/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Serviço de transporte de idosos e usuários atendidos pelo PAIF e pelo PAEFI, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e para idosos.

FMAS Ata/Contrato 0010/2014

Ata/Contrato Nº : 0010/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada : LUCAS ROBERTO HELLER ME

Valor : 19.305,00 (dezenove mil trezentos e cinco reais)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0008/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0006/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Serviço de transporte para crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

PMC Ata/Contrato 0092/2014

Ata/Contrato Nº : 0092/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor : 24.195,00 (vinte e quatro mil cento e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO

DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0093/2014

Ata/Contrato Nº : 0093/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP

Valor : 10.879,80 (dez mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0094/2014

Ata/Contrato Nº : 0094/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA

Valor : 36.060,15 (trinta e seis mil e sessenta reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0095/2014

Ata/Contrato Nº : 0095/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor : 13.977,10 (treze mil novecentos e setenta e sete reais e dez centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0096/2014

Ata/Contrato Nº : 0096/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD

Valor : 7.963,50 (sete mil novecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0097/2014

Ata/Contrato Nº : 0097/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor : 11.514,00 (onze mil quinhentos e quatorze reais)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

PMC Ata/Contrato 0098/2014

Ata/Contrato Nº : 0098/2014

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 128,50 (cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0041/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0031/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE e AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, para Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creches para o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0046/2014

Ata/Contrato Nº : 0046/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

Valor : 6.804,82 (seis mil oitocentos e quatro reais e oitenta e dois centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0047/2014

Ata/Contrato Nº : 0047/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICA LTDA - EPP

Valor : 9.795,09 (nove mil setecentos e noventa e cinco reais e nove centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0048/2014

Ata/Contrato Nº : 0048/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP

Valor : 3.931,83 (três mil novecentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo

Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0049/2014

Ata/Contrato Nº : 0049/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

Valor : 9.622,94 (nove mil seiscentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0050/2014

Ata/Contrato Nº : 0050/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

Valor : 23.903,35 (vinte e três mil novecentos e três reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0051/2014

Ata/Contrato Nº : 0051/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : VANUSA DIAS EIRELI EPP

Valor : 6.060,35 (seis mil e sessenta reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2015

Processo Licitatório Nº 0010/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0010/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2014.

Termo de Alteração

TERMO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0053/2014

Pregão Presencial Nº 0039/2014

No edital do Processo Licitatório Nº 0053/2014; Pregão Presencial Nº 0039/2014; que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Onde se lê:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Larvicida biológico bacillus thuringiensis israelensis - BTI, soro tipo H14, 3.000 UAA, embalagem com no mínimo 10 litros, com validade de no mínimo 24 meses a partir da data da licitação e com registro na ANVISA.	UN	630,00	69,90	4.4037,00

Leia-se:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Larvicida biológico bacillus thuringiensis israelensis - BTI, soro tipo H14, 1.200 UTI, embalagem com no mínimo 10 litros, com validade de no mínimo 24 meses a partir da data da licitação e com registro na ANVISA.	UN	630,00	69,90	4.4037,00

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações
Capinzal, 25 de março de 2014.

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0027/2014 - Pregão Nº 0020/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014

PREGÃO Nº 0020/2014

Objeto: Aquisição de materiais de construções, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 09h15min, do dia 08 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 24 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas – SC, 24 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 031/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 031/2014.

Vigência: 20/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 33/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Liga Regional de Futebol de Salão do Alto Vale do Itajaí.

Valor: R\$ 15.632,00 (Quinze Mil seiscentos e trinta e dois reais).

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
1	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS FEMININO E SUB 15 - jogos com dois período de 15 minutos - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	Part.	32
2	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - Jogo com dois períodos de 20 minutos - inclusos despesas com alimentação e deslocamento.	Part.	72
4	Um árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUIÇO ADULTO - jogos com dois períodos de 20 minutos - inclusos despesas com alimentação e deslocamento.	Part.	30

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 032/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 032/2014.

Vigência: 20/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 33/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Liga Desportiva da Microrregião da Cebola

Valor: R\$ 17.700,00 (Dezessete Mil, setecentos reais).

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
3	Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO ADULTO com 1 (um) arbitro e 2 (dois) bandeiras - Jogo com dois períodos de 30 minutos - incluso despesas com alimentação e deslocamento.	Part.	30

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 136 de 24.03.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 136/2014

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, a Servidora SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, matrícula nº 2576/02 (Código 3.3.02), ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.02, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,

24 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 137 de 24.03.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 137/2014

- CONSIDERANDO, o Atestado Médico apresentado pela Servidora Nerci Ramos, datado de 24/02/2014;

- CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Art. 1º da portaria nº 128/2014 de 14.03.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Conceder em favor da servidora pública, NERCI RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Professora - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 1082/03, licença para tratamento de saúde, pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 13.03.2014 a 27.03.1014, conforme Atestado Médico, sendo os primeiros 12 (doze) dias remunerados pelo Município e os remanescentes pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

24 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Retificação Edital 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2014

RETIFICAÇÃO 01

JOSE BRAULIO INACIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado-SC, com amparo na Lei Complementar nº 0026 de 09.07.2007, Decreto nº 009/2006 de 04.05.2006, Lei Ordinária nº 040 de 15.05.2009, Decreto nº 071 de 15.12.2009 c/c o art. 37, IX, da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, de que trata a Portaria nº 127/2014, torna pública A RETIFICAÇÃO 01 do Edital 01/2014, do Processo Seletivo Público Simplificado conforme segue:

O Item 1 – DAS INSCRIÇÕES, passa a ter a seguinte redação:

1 DAS INSCRIÇÕES

PERIODO

-17 de março a 28 de abril de 2014;

HORÁRIO

- das 07h30min às 13h30min horas;

LOCAL

- Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

O item 6 - DAS PROVAS, passa a ter a seguinte redação:

As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, com 30 questões objetivas, do tipo múltipla escolha, subdivididas em 04 (quatro) alternativas de resposta, de "a" a "d", abrangendo as seguintes disciplinas:

- Língua Portuguesa, Informática e Conhecimentos Específicos da Profissão para as funções de Orientador Social, Médico e Agente Comunitário de Saúde.

- Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos da Profissão para as funções de Técnico em Informática e Instrutor de Música.

- Prova de Títulos para médico e técnico em Informática.

A prova escrita será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), tendo todas as questões o mesmo valor.

Em caso de empate, terá preferência o candidato mais velho, persistindo o empate, o que obtiver maior nota na prova de

conhecimentos específicos da profissão.

As provas serão realizadas no dia 10 de maio de 2014, das 09h00min às 12h00min horas, nas dependências do Centro de Multiuso Sebastião Rode, situado na Rua Pedro Henrique Hille-sheim – Centro do Município de Chapadão do Lageado –SC.

A lista de classificação será publicada no mural público da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, no dia 14.05.2014.

No anexo – CONTEUDO PROGRAMÁTICO, o conteúdo específico para a função de Orientador Social passa a ter a seguinte redação:

Conteúdo Específico:

Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Tipificação Nacional para Serviços Socioassistenciais, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Material disponível em: www.mds.gov.br/assistenciasocial.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

O edital completo será republicado com as devidas alterações.

Chapadão do Lageado (SC), 20 de março de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º TA Contrato Nº 117/2014 - PMC

Contrato Nº : 117/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NOVA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 15/2014

Objeto : Aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos a serem utilizados nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, Recursos Federais ? Salário Educação e condicionador de ar split, para o Protocolo Geral do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 19/04/2015

Assinatura : 11/03/2014

Valor R\$: 844,00 (Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905234000000.01000001

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905206000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905212000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905233000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905234000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905242000000.01580000

Dotação : 322 - 06.004.1007.344905242000000.03620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 114/2014 - PMC

Contrato Nº : 114/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANDRÉIA LORENZI -ME

Licitação : Pregão Presencial 15/2014

Objeto : Aquisição de mobiliário em geral e eletrodomésticos a serem utilizados nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, Recursos Federais ? Salário Educação e condicionador de ar split, para o Protocolo Geral do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 19/04/2015

Assinatura : 11/03/2014

Valor R\$: 1.389,00 (Um Mil e Trezentos e Oitenta e Nove Reais)

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905234000000.01000001

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905206000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905212000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905233000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905234000000.01580000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905242000000.01580000

Dotação : 322 - 06.004.1007.344905242000000.03620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 259/2013 - PMC

Contrato Nº : 259/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 2/2013

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos e Fundações e IPRECON, do município de Concórdia.

Vigência : Início: 13/03/2014 Término: 12/08/2014

Assinatura : 13/03/2014

Valor R\$: 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903988000000.01640000

Dotação : 220 - 13.001.2104.333903988000000.01660000

Dotação : 230 - 14.001.2152.333903988000000.01000001

Dotação : 240 - 15.001.2202.333903988000000.01000001

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 280 - 17.001.2453.333903988000000.01000001

Dotação : 296 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 303 - 19.001.2601.333903988000000.02030000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 173/2012 - PMC

Contrato Nº : 173/2012/2012

Aditivo Nº : 3º TA 173/2012/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência : Início: 18/03/2014 Término: 19/03/2015

Assinatura : 13/03/2014

Valor R\$: 5.225,40 (Cinco Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903958000000.01000001

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903958000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 100/2011 - PMC

Contrato Nº : 100/2011/2011

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENI LIMBERGER

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2011

Objeto : Locação de Imóvel

Vigência : Início: 13/03/2014 Término: 14/03/2015

Assinatura : 13/03/2014

Valor R\$: 25.586,52 (Vinte e Cinco Mil, Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903615000000.01010000

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais de consumo, gêneros alimentícios, higiene e limpeza, para atender as necessidades da Prefeitura, Fundos e Fundações, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 10/04/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 10/04/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 21 de março de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 31/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014- PMC

Objeto: Seleção de empresa através da MAIOR OFERTA POR ITEM para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação legal de óleos lubrificantes minerais usados ou contaminados gerados nas atividades do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MAIOR OFERTA POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/04/2014. Abertura: dia 09/04/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 24 de março de 2014.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 15/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 15/2014

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Herminio de Luca, Diretor de Urbanismo, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 21 de março de 2014, para aquisição de 5.852.420 m² de áreas de terras por utilidade pública, necessária para a implantação do novo traçado da Rua Rosa Chiossi, no Bairro São Cristovão, conforme Lei nº 4.636 de 28 de fevereiro de 2014, em favor da empresa BRF S.A, no valor total de R\$ 58.520,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte reais)

MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 1/2014 (Concessão)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 1/2014 (CONCESSÃO)

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Hermínio de Luca, Diretor de Urbanismo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 24 de março de 2014, para outorga, em caráter emergencial, de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros, no interior do Município de Concórdia, para Linha 01 - Terra Vermelha até Concórdia, via Marchesan, a favor da empresa TRANSKUNZLER-TUR LTDA ME, com sede na Rua Terra Vermelha, s/nº, Linha Terra Vermelha, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 05.127.531/0001-63, no valor de R\$ 100,00(cem reais).

Concórdia, SC, 24 de março de 2014.
MAURI MARAN
Secretario Municipal de Urbanismo e Obras

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Decreto N 161/2014**

DECRETO Nº161 /2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. CLÁUDIO JOÃO POSSA, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 01/01/2014, que serão gozadas no período de 03/04/2014 a 02/05/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLÁUDIO JOÃO POSSA Ciente em: ____ / ____ /2014

Decreto N 162/2014

DECRETO Nº162 /2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor, Sr. MARCOS ROGÉRIO FYDRYSZEUSKI ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, adicional de insalubridade na ordem de 40 %, conforme Anexo V, da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Edital Aviso de Licitação PP 26/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Cordilheira Alta, SC, vem através do seu Prefeito Municipal, tornar público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 36/2014 FMS

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 26/2014 FMS

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos para distribuição gratuita, de uso controlado e de uso interno.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 07/04/2014

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 07/04/2014

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Dispensa de Licitação - Processo 14/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DECORREIA PINTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 14/2014

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR O PRÉ-ESCOLAR MEU CANTINHO. O valor será de 1.285,71 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos) mensais. A contratada é Wilma Aparecida de Andrade, CPF 664.968.459-72. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 25 de março de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Resolução 001/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal n.º 1.612/2005
RESOLUÇÃO 001/2014

Dispõe sobre a realização da semana de conscientização do combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 18 de março de 2014.

Considerando o Art. 11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 “Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, []”;

Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente “Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”;

Considerando o Art. 2º da Resolução 137/2010/CONANDA: “Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990.”;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o custeio da semana de conscientização de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, através dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Corupá – como segue:

I – Peça de teatro “Isso não é brincadeira” com o Grupo Detalhe;
II – Blitz Educativa;

III – Confecção de folders e adesivos da campanha.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 18 de março de 2014.
FELIPE RAFAEL RODRIGUES
PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO 002/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 002/2014

Dispõe sobre aplicação do Plano de Mídia 2014, escrita e falada.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 18 de março de 2014.

Considerando o Art. 11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 “Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, []”;

Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente “Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”;

Considerando o Art. 2º da Resolução 137/2010/CONANDA: “Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990.”;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprova o custeio do Plano de Mídia 2014, através dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Corupá, sendo:

I – Jornais do Município;
II – Rádio do Município.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 18 de março de 2014.
FELIPE RAFAEL RODRIGUES
PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO 003/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 003/2014

Dispõe sobre a realização de Folders para o Programa Família Acolhedora.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com deliberação da Reunião Ordinária

realizada no dia 18 de março de 2014.

Considerando o Art. 11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 "Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, []";

Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.";

Considerando o Art. 2º da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990.";

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o custeio de folders para o Programa Família Acolhedora, através dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Corupá.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 18 de março de 2014.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES
PRESIDENTE DO CMDCA

PORTARIA Nº 2.890/2014

PORTARIA Nº 2.890/2014

NOMEIA ADVOGADO PARA DEFESA DA SERVIDORA PÚBLICA ROSILENE ROMÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009, bem como a solicitação por solicitação da Comissão Processante n. 007/2013, em que se constatou a revelia da servidora indiciada,

RESOLVE:

Art.1º - DESIGNAR o advogado FERNANDO GEAN LUNELLI, OAB n. 25.435 (lotado no Município com matrícula n. 4777-04), nos moldes do artigo 204 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para representar a servidora pública municipal, Sra. Rosilene Romão, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n. 007/2013, conduzido pela Comissão Processante, designada pela Portaria nº 2.733, de 18 de novembro de 2013, publicada no Diário publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 1373, de 22 de novembro de 2013, do Exmo. Senhor Luiz Carlos Tamanini, Prefeito do Município de Corupá.

Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, o advogado supra

designado terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá acompanhar todos os procedimentos legais do Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n. 007/2013.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de março de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 84/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DIGITAL E RECORTE DE PLACAS, BANNERS E FAIXAS EM LONA PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/04/2014.

A partir das 16:00 horas do dia 16/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Março de 2014.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 85/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PONTE DO LAGEADO DA CADEIA, NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 09/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 09/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 21 de Março de 2014.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 86/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO RCV18000 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 16/04/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 16/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Março de 2014.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 8/2012

RESOLUÇÃO Nº 08/2012

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A ALIENAR BENS MÓVEIS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

A Câmara de Vereadores de Curitibanos, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado, nos termos da lei nº 8.666/93, a alienar 4 (quatro) aparelhos de ar-condicionado da marca Elgin, do patrimônio municipal sob os nºs 0374, 0375, 0376 e 0377, autorizando ainda a sua desafetação pública.

Art. 2º O Poder Legislativo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda dos bens descritos no Art. 1º desta Resolução, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Legislativo Municipal procederá a desafetação e a baixa dos bens descritos nesta Resolução do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º O Poder Legislativo Municipal poderá fazer a doação sem encargo dos bens descritos no Art. 1º desta Resolução ao Poder Executivo e à entidades, sindicatos, associações sem fins lucrativos, desde que sediadas no Município de Curitibanos.

Art. 5º O Poder Legislativo terá o prazo de 30 (trinta) dias para dar cumprimento às disposições desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 21 de março de 2014.

JOÃO FLARIS CAMARGO
Presidente

LUIZ CARLOS RIGUES JÚNIOR
1º Secretário

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Portaria 001/2014

PORTARIA no 001, de 02 de Janeiro de 2014.

Concede exoneração a servidora Lúcia Fátima Kisner Moser, ocupante do emprego público de Educadora Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nos artigos 49, I, e 50, “caput”, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER, ocupante do emprego público de Educadora Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Promoção Social, para a qual foi nomeada pela Portaria nº 106, de 02/08/2006, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 002/2014

PORTARIA No 002, DE 11 DE JANEIRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 4º da Lei no 587, de 07 de abril de 2005, combinado com a Lei nº 340 de 14 de maio de 1998; resolve:

NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Com mandato de dois (02) anos, a contar desta data, até 10 de janeiro de 2016, composto pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1. EXECUTIVO MUNICIPAL

a) Titular :
Alicio Giacomozzi

Suplente :
José Arildo de Castilho

2. LEGISLATIVO MUNICIPAL

a)
Titular :
Tony Tadeu Nones

Suplente :
Lúcia Fátima Kisner Moser

3. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

a)

Titular :
Joel Rafael Fronza

Suplente :
Jakson Rodrigo de Castilho

4. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a)
Titular :
José Marcos Claudino dos Santos

Suplente :
Carlos Alberto Ramlow

5. EPAGRI

a)
Titular :
Andre Mazzi

Suplente :
Valdir André Bagio

II -

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

1. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

a)
Titular :
Mansueto Galkowski

Suplente :
Arno Cristofolini

b)
Titular :
Robson Purim

Suplente :
Reivaldo Moreira

c)
Titular :
Osnir José Danna

Suplente :
Feliciano Uber

d)
Titular :
Selvino Nones

Suplente :
Renato Buzzi

e)
Titular :
Rubens Roberto Tomelim

Suplente :
Adolfo Cristofolini

f)
Titular :
Jaime Frainer

Suplente :
Bento Carlos Girelli

g)
Titular :
Reinvald Gumz

Suplente :
Jair Stulzer

h)
Titular :
Laerte Nones

Suplente :
Egidio Buzzi

i)
Titular :
Valdir Giacomozzi

Suplente :
Patrícia Giacomozzi

2. SETOR INDUSTRIAL E COMERCIAL:

a)
Titular :
Jonas Persuhn

Suplente :
Wilson Giacomozzi

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Portaria 003/2014

PORTARIA no 003, de 17 de Janeiro de 2014.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

EXONERAR

O servidor VIGOLD HOELTGEBAUM, do cargo em comissão de Assessor de Obras (DAS-2), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 018, de 14/02/13, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de janeiro 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 004/2014

PORTARIA no 004, de 20 de Janeiro de 2014 .

Nomeia servidora para exercício de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

NOMEAR

A servidora abaixo relacionada, para exercício de cargo em comissão na Administração Direta, a contar desta data:

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME/DN	RG/CPF	CARGO/NÍVEL	SUBSÍDIO
Elaine Cristina Cipriani (DN.14/04/1990)	4.314.605 072.221.429-40	Chefe de Saúde (DAS-3)	R\$ 828,97

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 005/2014

PORTARIA no 005, de 20 de Janeiro de 2014.

Concede exoneração a servidora Cristina Klein Piske, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nos artigos 49, I, e 50, “caput”, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora CRISTINA KLEIN PISKE, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação e Promoção Social, para a qual foi nomeado pela Portaria nº 007, de 01/02/2013, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 006/2014

PORTARIA no 006, de 21 de Janeiro de 2014.

Concede exoneração a servidora Marli Aparecida Buzzi Stulzer, ocupante do emprego público de Professora II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nos artigos 49, I, e 50, “caput”, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora MARLI APARECIDA BUZZI STULZER, ocupante do emprego público de Professora II, lotada na Secretaria de Educação

e Promoção Social, para a qual foi nomeada pela Portaria nº 46, de 01/08/1990, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 007/2014

PORTARIA no 007, de 24 de janeiro de 2014.

Nomeia servidor para exercício de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve:

NOMEAR

O servidor abaixo relacionado, para exercício de cargo em comissão na Administração Direta, a contar de 27/01/2014:

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME/ Data de Nasc.	RG/CPF	CARGO / NÍVEL	SUBSÍDIO
Venâncio Janke (DN. 17/06/1968)	1.847.295-8 693.501.839/00	Assessor de Obras (DAS-2)	R\$ 1.381,62

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de Janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 008/2014

PORTARIA no 008, de 24 de Janeiro de 2014.

Concede Progressão por Habilitação a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pela servidora com a comprovação do curso de graduação realizado;
Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO

A servidora do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Joice Reichel	Agente Administrativo II	01/02/2014	12	12.1

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 009/2014

PORTARIA no 009, de 24 de janeiro de 2014.

Concede Promoção por Qualificação Profissional aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados;

Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aos servidores do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Joice Reichel	Agente Administrativo II	01/02/2014	12.1 - C	12.1 - D
Mario Benício Viviani	Fiscal de Tributos	20/01/2014	15 - C	15 - D

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 010/2014

PORTARIA no 010, de 28 de Janeiro de 2014.

Concede licença para tratar de interesses particulares ao servidor efetivo lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no emprego público de Médico.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 89 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento formulado pelo interessado e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Ao servidor do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificado, pelo período de 06 meses; a contar de 03/02/2014:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Júlio César Abrahão Bidone	Médico	Sem remuneração

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 28 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 011/2014

PORTARIA no 011, de 30 de Janeiro de 2014.

Dispensa servidora do exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e fundado no art. 37, V, da CF, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no art. 15 da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, e no art. 16 da LC nº 49, de 06/10/2006; resolve;

DISPENSAR DA FUNÇÃO GRATIFICADA

A servidora KÁTIA ROZANA PEREIRA, detentor do emprego de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, para a qual foi designada pela Portaria nº 093/2013, a contar de 01/02/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 30 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 012/2014

PORTARIA no 012, de 30 de janeiro de 2014.

Altera temporariamente a carga horária de servidora da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, e no artigo 153 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento apresentado pela servidora na data de 29/01/2014, pleiteando a redução temporária de sua carga horária atual;

Considerando-se a aquiescência da Secretária de Educação e Promoção Social, bem como a possibilidade de substituição da servidor sem prejuízo ao atendimento dos alunos; resolve:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE

A carga horária da servidora CRISLENE NICOCCELLI LAY, ocupante do emprego público de Professora I, sob regime jurídico da CLT, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01/02/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 30 de Janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº01/2014**

Portaria nº01/2014, de 03 de fevereiro de 2014.
Designa servidores da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

A Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/ SC, no uso de sua competência, resolve:

Art.º 1 Designar os funcionários da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, conforme a lei complementar 118/2014 - cria os cargos de servidores do Poder Legislativo da cidade de Doutor Pedrinho.

Art.º 2 Fica designada para atuar no cargo de Assessora Legislativa: Jeniffer Viviani de Souza e Silva

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, 03 de fevereiro de 2014.
DULCEMAR GONZAGA
Presidente da Câmara

Portaria Nº02/2014

Portaria nº02/2014, de 03 de fevereiro de 2014.
Designa servidores da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

A Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/ SC, no uso de sua competência, resolve:

Art.º 1 Designar os funcionários da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, conforme a lei complementar 118/2014 - cria os cargos de servidores do Poder Legislativo da cidade de Doutor Pedrinho.

Art.º 2 Fica designado para atuar no cargo de Assessor Jurídico: Arany Gustavo de Brito Lauth

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, 03 de fevereiro de 2014.
DULCEMAR GONZAGA
Presidente da Câmara

Ermo**PREFEITURA****Comunicado****COMUNICADO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 – Construção de uma Creche Municipal

Comunicamos que as duas empresas inabilitadas: Engetom Construção Civil Ltda e Melcon Construção Civil Ltda EPP, não se pronunciaram quanto a falta de documentação. Sendo assim, a Comissão de Licitação decidiu abrir os envelopes de Proposta de Preços dia 26 de março de 2014, às 08:30 horas na sala de Licitações da Prefeitura.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 22/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 22/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Gold Computadores Ltda EPP

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 17/03/2014 á 27/04/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.453,80

Data da assinatura: 17/03/2014

Extrato do Contrato Nº 23/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 23/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Digiplus Tecnologia Ltda

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 17/03/2014 á 27/04/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 13.716,00

Data da assinatura: 17/03/2014

Extrato do Contrato Nº 24/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 24/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Samuel Cirimbelli - EPP

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 17/03/2014 á 27/04/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 10.755,00

Data da assinatura: 17/03/2014

Extrato do Contrato Nº 25/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Napoly Comercial de Veículos Ltda

OBJETO: Fornecimento de um veículo de passeio zero km, para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 17/03/2014 à 27/04/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 32.000,00

Data da assinatura: 17/03/2014

Extrato do Contrato Nº 26/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 26/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Rif Comercial Atacadista Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 17/03/2014 à 27/04/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 17.459,80

Data da assinatura: 17/03/2014

Extrato do Contrato Nº 24/2014 - Pme

EXTRATO DO CONTRATO nº 24/2014 - PME

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT).

VIGÊNCIA: 18/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR ESTIMADO: R\$ 23.780,00 (vinte e três mil, setecentos e oitenta reais).

Data da assinatura: 18/03/2014.

Extrato do Contrato Nº 25/2014 - Pme

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2014 - PME

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Pavimentadora Jeremias Ltda

OBJETO: Prestação de serviço na recuperação de calçamento com lajota sextavada e pedra irregular com fornecimento de material e mão de obra em diversas ruas do município.

VIGÊNCIA: 24/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR ESTIMADO: R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil, quinhentos reais)

Data da assinatura: 24/03/2014.

Portaria Nº 049, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 049, de 24 de março de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o

cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir NAZIANE LUMMERTZ MARQUES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de março de 2014 encerrando-se em 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 24 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Portaria Nº. 050, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 050, de 24 de março de 2014.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - que Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;

Considerando que nosso município foi contemplado com o referido Programa e a necessidade de servidor para atuar junto ao mesmo. Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARISTELA POSSAMAI LEONARDO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de março de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Decreto N.º 021, de 20 de Março de 2014.

DECRETO N.º 021, de 20 de março de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

07.01 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0115 (71) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação oriundos do recurso 0115 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA M. BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Erval Velho**PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 015/2014

Edital de Pregão nº 010/2014

Objeto: Contratação de serviços de arbitragem para jogos promovidos pela comissão municipal de esportes para o ano de 2014.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 07/04/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Anexo 08 MDE

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.065.000,00	2.065.000,00	243.815,04	243.815,04	11,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	404.000,00	404.000,00	12.872,91	12.872,91	3,19
1.1.1- IPTU	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	8.990,50	8.990,50	17,98
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.882,41	3.882,41	12,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	41.927,00	41.927,00	24,66
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	41.927,00	41.927,00	24,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.048.000,00	1.048.000,00	120.913,14	120.913,14	11,54
1.3.1- ISS	1.030.000,00	1.030.000,00	119.126,01	119.126,01	11,57
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	585,64	585,64	4,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	881,54	881,54	29,38
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	319,95	319,95	10,67
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	443.000,00	443.000,00	68.101,99	68.101,99	15,37
1.4.1- IRRF	443.000,00	443.000,00	68.101,99	68.101,99	15,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.959.000,00	20.959.000,00	3.739.528,55	3.739.528,55	17,84
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	1.640.032,35	1.640.032,35	19,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	1.640.032,35	1.640.032,35	19,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.300.000,00	11.300.000,00	1.944.109,62	1.944.109,62	17,20
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	8.419,80	8.419,80	12,03
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	125.000,00	125.000,00	26.721,57	26.721,57	21,38
2.5- Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	1.001,12	1.001,12	25,03
2.6- Cota-Parte IPVA	960.000,00	960.000,00	119.244,09	119.244,09	12,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.024.000,00	23.024.000,00	3.983.343,59	3.983.343,59	17,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	606.000,00	606.000,00	89.110,14	89.110,14	14,70
5.1- Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	87.007,43	87.007,43	21,75
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	116.000,00	116.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNAE	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.000,00	8.000,00	2.102,71	2.102,71	26,28
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	152.000,00	152.000,00	227.997,07	227.997,07	150,00
6.1- Transferências de Convênios	152.000,00	152.000,00	227.997,07	227.997,07	150,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	976,24	976,24	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	758.000,00	758.000,00	318.083,45	318.083,45	41,96
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.191.800,00	4.191.800,00	745.747,25	745.747,25	17,79
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	328.006,41	328.006,41	19,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.260.000,00	2.260.000,00	388.821,76	388.821,76	17,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	1.683,96	1.683,96	12,03
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	25.000,00	25.000,00	3.186,25	3.186,25	12,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	200,21	200,21	25,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	192.000,00	192.000,00	23.848,66	23.848,66	12,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.190.000,00	5.190.000,00	971.626,28	971.626,28	18,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.180.000,00	5.180.000,00	968.243,19	968.243,19	18,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	3.383,09	3.383,09	33,83
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	988.200,00	988.200,00	222.495,94	222.495,94	22,52
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.114.000,00	3.114.000,00	416.744,69	416.744,69	13,38
13.1- Com Educação Infantil	720.000,00	720.000,00	87.760,13	87.760,13	12,19
13.2- Com Ensino Fundamental	2.394.000,00	2.394.000,00	328.984,56	328.984,56	13,74
14- OUTRAS DESPESAS	2.076.000,00	2.076.000,00	197.224,58	197.224,58	9,50
14.1- Com Educação Infantil	520.000,00	520.000,00	10.276,90	10.276,90	1,98
14.2- Com Ensino Fundamental	1.556.000,00	1.556.000,00	186.947,68	186.947,68	12,01
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.190.000,00	5.190.000,00	613.969,27	613.969,27	11,83
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					613.969,27
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					42,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					20,30
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					36,81
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.756.000,00	5.756.000,00	995.835,90	995.835,90	17,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.610.000,00	1.610.000,00	98.776,03	98.776,03	6,14
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.610.000,00	1.610.000,00	98.776,03	98.776,03	6,14
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.240.000,00	1.240.000,00	98.037,03	98.037,03	7,91
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	370.000,00	370.000,00	739,00	739,00	0,20
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.144.200,00	5.144.200,00	595.886,58	595.886,58	11,58
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.950.000,00	3.950.000,00	515.932,24	515.932,24	13,06
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.194.200,00	1.194.200,00	79.954,34	79.954,34	6,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.754.200,00	6.754.200,00	694.662,61	694.662,61	10,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					222.495,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.383,09
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					42.039,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					267.918,77
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					426.743,84
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					10,71
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	406.000,00	406.000,00	2.114,50	2.114,50	0,52
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.000,00	229.164,90	38.671,20	38.671,20	16,87
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	606.000,00	635.164,90	40.785,70	40.785,70	6,42
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.360.200,00	7.389.364,90	735.448,31	735.448,31	9,95

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	968.243,19	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.383,09	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	971.626,28	0,00

Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 42.039,74, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

ANEXO 12 SAUDE

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.065.000,00	2.065.000,00	243.815,04	11,81
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	170.000,00	170.000,00	41.927,00	24,66
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.030.000,00	1.030.000,00	119.126,01	11,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	443.000,00	443.000,00	68.101,99	15,37
Dívida Ativa dos Impostos	16.000,00	16.000,00	585,64	3,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	53.000,00	53.000,00	9.872,04	18,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	33.000,00	33.000,00	4.202,36	12,73
Cota-Parte FPM	20.959.000,00	20.959.000,00	3.739.528,55	17,84
Cota-Parte ITR	8.500.000,00	8.500.000,00	1.640.032,35	19,29
Cota-Parte IPVA	4.000,00	4.000,00	1.001,12	25,03
Cota-Parte ICMS	960.000,00	960.000,00	119.244,09	12,42
Cota-Parte IPHExportação	11.300.000,00	11.300.000,00	1.944.109,62	17,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	125.000,00	125.000,00	26.721,57	21,38
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	8.419,80	12,03
	70.000,00	70.000,00	8.419,80	12,03
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.024.000,00	23.024.000,00	3.983.343,59	17,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.113.400,00	2.113.400,00	376.624,08	17,82
Provenientes da União	1.925.400,00	1.925.400,00	362.996,55	18,85
Provenientes dos Estados	188.000,00	188.000,00	13.627,53	7,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	829,37	41,47
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.115.400,00	2.115.400,00	377.453,45	17,84
DESPESAS COM SAÚDE				
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.132.900,00	6.132.900,00	2.944.925,64	48,02
	3.231.000,00	3.231.000,00	517.173,41	16,01
	2.901.900,00	2.901.900,00	2.427.752,23	83,66
Pessoal e Encargos Sociais			1.448.719,00	23,62
Outras Despesas Correntes			517.173,41	16,01
			931.545,99	32,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	%(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	%(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	119.500,00	156.386,56	52.500,26	33,57	7.863,70	5,03
Investimentos	119.500,00	156.386,56	52.500,26	33,57	7.863,70	5,03
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.252.400,00	6.289.286,56	2.997.425,90	47,66	1.456.582,70	23,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	%(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	%(i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.113.400,00	2.150.286,56	894.183,21	29,83	504.495,90	34,64
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.113.400,00	2.150.286,56	894.183,21	29,83	504.495,90	34,64
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.113.400,00	2.150.286,56	894.183,21	29,83	504.495,90	34,64
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.139.000,00	4.139.000,00	2.103.242,69	17,83	952.086,80	-11,48
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
354.585,26						

Continua 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		-					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	-	-	-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	5.903.200,00	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	296.600,00			Até Bimestre (i)	% (i/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100	
Vigilância Epidemiológica	52.600,00			2.742.650,36	91,50	1.406.123,03	96,54	
				296.600,00	8,48	49.934,67	3,43	
				52.600,00	0,02	525,00	0,04	
TOTAL	6.252.400,00		6.289.286,56	2.997.425,90	100,00	1.456.582,70	100,00	

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GJORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

ANEXO 14 DEMONSTRATIVO RESUMIDO

Município de Faxinal dos Guedes - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	28.178.600,00	
Previsão Atualizada		—	28.178.600,00	
Receitas Realizadas		5.981.173,12	5.981.173,12	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	18.141,14	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	28.178.600,00	
Créditos Adicionais		—	251.291,06	
Dotação Atualizada		—	28.429.891,06	
Despesas Empenhadas		9.507.835,79	9.507.835,79	
Despesas Liquidadas		4.359.016,46	4.359.016,46	
Superávit Orçamentário		—	1.622.156,66	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.507.835,79	9.507.835,79	
Despesas Liquidadas		4.359.016,46	4.359.016,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			27.815.235,71	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-2.219.071,81	0,00
Resultado Primário		0,00	1.724.445,52	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	28.971,82	0,00	28.971,82	0,00
EXECUTIVO	28.971,82	0,00	28.971,82	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.099.560,59	0,00	98.055,90	1.001.504,69
EXECUTIVO	1.099.560,59	0,00	98.055,90	1.001.504,69
TOTAL:	1.128.532,41	0,00	127.027,72	1.001.504,69
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		426.743,84	25%	10,71
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		416.744,69	60%	42,89
Liquidadas		694.662,61		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida		170.375,32	2.766.274,60	

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		952.086,80	15,00	23,90
Liquidadas		952.086,80		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

ANEXO 01 BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	28.178.600,00	28.178.600,00	5.981.173,12	21,23	5.981.173,12	21,23	22.197.426,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.178.600,00	28.178.600,00	5.062.009,39	17,96	5.062.009,39	17,96	23.116.590,61
IMPOSTOS	2.145.000,00	2.145.000,00	333.865,77	15,56	333.865,77	15,56	1.811.134,23
TAXAS	1.963.000,00	1.963.000,00	229.155,00	11,67	229.155,00	11,67	1.733.845,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	170.000,00	170.000,00	104.710,77	61,59	104.710,77	61,59	65.289,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	380.000,00	380.000,00	45.703,20	12,03	45.703,20	12,03	334.296,80
RECEITA PATRIMONIAL	380.000,00	380.000,00	45.703,20	12,03	45.703,20	12,03	334.296,80
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	50.400,00	50.400,00	62.540,93	124,09	62.540,93	124,09	-12.140,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	720,00	0,00	720,00	0,00	-720,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.400,00	50.400,00	61.820,93	122,66	61.820,93	122,66	-11.420,93
Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	6.949,34	23,16	6.949,34	23,16	23.050,66
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	6.949,34	23,16	6.949,34	23,16	23.050,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.000,00	32.000,00	854,24	2,67	854,24	2,67	31.145,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.177.200,00	25.177.200,00	4.579.043,07	18,19	4.579.043,07	18,19	20.598.156,93
Transf. de Conv.	25.025.200,00	25.025.200,00	4.579.043,07	18,30	4.579.043,07	18,30	20.446.156,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	152.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00
Multas e Juros de Mora	364.000,00	364.000,00	33.052,84	9,08	33.052,84	9,08	330.947,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	129.000,00	129.000,00	17.324,32	13,43	17.324,32	13,43	111.675,68
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	44,34	0,44	44,34	0,44	9.955,66
RECEITAS DIVERSAS	65.000,00	65.000,00	13.612,18	20,94	13.612,18	20,94	51.387,82
RECEITAS DE CAPITAL	160.000,00	160.000,00	2.072,00	1,30	2.072,00	1,30	157.928,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	919.163,73	0,00	919.163,73	0,00	-919.163,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	919.163,73	0,00	919.163,73	0,00	-919.163,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
	0,00	0,00	899.163,73	0,00	899.163,73	0,00	-899.163,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.178.600,00	28.178.600,00	5.981.173,12	21,23	5.981.173,12	21,23	22.197.426,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.178.600,00	28.178.600,00	5.981.173,12	21,23	5.981.173,12	21,23
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.178.600,00	28.178.600,00	5.981.173,12	21,23	5.981.173,12	21,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	55.027,70	—	—	18.141,14	—
Superávit Financeiro	—	55.027,70	—	—	18.141,14	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.178.600,00	251.291,06	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	15,33
DESPESAS CORRENTES	25.455.100,00	18.141,14	25.473.241,14	8.645.941,09	8.645.941,09	4.188.641,14	4.188.641,14	16,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.778.000,00	0,00	12.778.000,00	1.921.035,29	1.921.035,29	1.903.664,24	1.903.664,24	14,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	197.800,00	197.800,00	35.821,97	35.821,97	11,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.377.100,00	18.141,14	12.395.241,14	6.527.105,80	6.527.105,80	2.249.154,93	2.249.154,93	18,15
DESPESAS DE CAPITAL	2.703.500,00	233.149,92	2.936.649,92	861.894,70	861.894,70	170.375,32	170.375,32	5,80
INVESTIMENTOS	2.093.500,00	233.149,92	2.326.649,92	261.894,70	261.894,70	42.087,50	42.087,50	1,81
INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	128.287,82	128.287,82	21,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.178.600,00	251.291,06	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	15,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.178.600,00	251.291,06	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	15,33
SUPERÁVIT (XIII)	---	---	---	---	---	---	1.622.156,66	---
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.178.600,00	251.291,06	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	5.981.173,12	15,33
								24.070.874,60

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GIORDANI PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	--	--

ANEXO 02 DEMONSTRATIVO DE FUNCOES E SUBFUNCIONES

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.178.600,00	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	24.070.874,60
Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	113.345,65	113.345,65	113.345,65	113.345,65	1.006.654,35
Ação Legislativa	1.120.000,00	1.120.000,00	113.345,65	113.345,65	113.345,65	113.345,65	1.006.654,35
Administração	3.141.000,00	3.141.000,00	1.043.493,28	1.043.493,28	563.651,76	563.651,76	2.577.348,24
Administração Geral	3.141.000,00	3.141.000,00	1.043.493,28	1.043.493,28	563.651,76	563.651,76	2.577.348,24
Defesa Nacional	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Defesa Civil	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Segurança Pública	110.000,00	110.000,00	4.705,57	4.705,57	4.705,57	4.705,57	105.294,43
Policimento	110.000,00	110.000,00	4.705,57	4.705,57	4.705,57	4.705,57	105.294,43
Assistência Social	1.571.000,00	1.589.141,14	333.683,26	333.683,26	208.944,85	208.944,85	1.380.196,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Assistência Comunitária	1.496.000,00	1.514.141,14	333.683,26	333.683,26	208.944,85	208.944,85	1.306.196,29
Saúde	6.252.400,00	6.289.286,56	2.997.425,90	2.997.425,90	1.456.582,70	1.456.582,70	4.832.703,86
Atenção Básica	5.903.200,00	5.940.086,56	2.742.660,36	2.742.660,36	1.406.123,03	1.406.123,03	4.533.963,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	296.600,00	296.600,00	254.250,54	254.250,54	49.934,67	49.934,67	246.665,33
Vigilância Epidemiológica	52.600,00	52.600,00	525,00	525,00	525,00	525,00	52.075,00
Educação	7.697.200,00	7.726.364,90	1.294.255,95	1.294.255,95	752.107,58	752.107,58	6.974.257,32
Alimentação e Nutrição	187.000,00	187.000,00	94.959,06	94.959,06	19.625,57	19.625,57	167.374,43
Ensino Fundamental	5.785.200,00	5.814.364,90	1.040.701,76	1.040.701,76	627.165,98	627.165,98	5.187.198,92
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	3.850,00	3.850,00	1.540,00	1.540,00	23.460,00
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação Infantil	1.610.000,00	1.610.000,00	114.745,13	114.745,13	98.776,03	98.776,03	1.511.223,97
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	5.000,00	5.000,00	35.000,00
Cultura	114.000,00	114.000,00	22.000,00	22.000,00	2.000,00	2.000,00	112.000,00
Difusão Cultural	114.000,00	114.000,00	22.000,00	22.000,00	2.000,00	2.000,00	112.000,00
Urbanismo	220.000,00	387.098,46	167.098,46	167.098,46	0,00	0,00	387.098,46
Infra-Estrutura Urbana	160.000,00	327.098,46	167.098,46	167.098,46	0,00	0,00	327.098,46
Saneamento Básico Urbano	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Habitação	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Habitação Urbana	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.178.600,00	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	100,00	15,33
Agricultura	1.150.000,00	1.150.000,00	610.589,37	610.589,37	155.882,80	155.882,80	3,58	13,56
Extensão Rural	1.150.000,00	1.150.000,00	610.589,37	610.589,37	155.882,80	155.882,80	3,58	13,56
Indústria	40.000,00	40.000,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	40.000,00	40.000,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	5.063.000,00	5.063.000,00	1.740.300,70	1.740.300,70	868.310,18	868.310,18	19,92	17,15
Transporte Rodoviário	5.063.000,00	5.063.000,00	1.740.300,70	1.740.300,70	868.310,18	868.310,18	19,92	17,15
Desporto e Lazer	205.000,00	205.000,00	28.537,65	28.537,65	21.567,90	21.567,90	0,49	10,52
Desporto Comunitário	205.000,00	205.000,00	28.537,65	28.537,65	21.567,90	21.567,90	0,49	10,52
Encargos Especiais	1.250.000,00	1.250.000,00	1.147.800,00	1.147.800,00	211.917,47	211.917,47	4,86	16,95
Outros Encargos Especiais	1.250.000,00	1.250.000,00	1.147.800,00	1.147.800,00	211.917,47	211.917,47	4,86	16,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	28.178.600,00	28.429.891,06	9.507.835,79	9.507.835,79	4.359.016,46	4.359.016,46	100,00	15,33

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GIORDANI	FLARI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 03 RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	R\$ 1,00
	Mar/2013	Abr/2013	Maio/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.006.056,62	2.591.444,00	2.812.314,85	2.361.930,96	2.651.486,37	2.504.126,48	2.408.341,12	2.408.974,49	3.148.616,47	3.038.962,13	2.918.253,60	2.888.728,27	32.370.400,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	122.309,71	79.203,62	342.841,32	104.433,65	72.373,14	93.431,44	92.389,19	116.016,88	467.089,65	176.739,04	125.796,56	208.068,82	2.146.000,00	
IPI, IPII	0,00	0,00	256.248,64	13.557,08	12.960,38	19.986,20	7.056,12	0,00	2.064,88	47.801,93	0,00	0,00	330.000,00	
IPI, IPII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,56	25,76	2.765,39	356.751,89	37.389,60	33.888,63	34.203,36	443.000,00	
I.S.S.	51.597,37	60.026,93	51.579,34	54.655,74	48.558,38	61.549,17	75.911,77	100.723,17	71.824,71	82.662,40	56.266,38	62.859,63	1.030.000,00	
I.T.E.U.	32.892,00	6.415,00	23.464,61	22.470,00	5.361,20	5.530,00	4.236,34	6.383,34	23.504,75	4.754,42	12.670,00	29.257,00	170.000,00	
Outras Receitas Tributárias	37.590,34	12.761,69	11.560,73	13.750,83	5.442,98	6.896,51	5.137,21	8.124,98	12.923,42	6.130,69	22.861,94	81.746,83	182.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.082,65	8.113,01	10.263,88	4.532,70	2.031,38	4.636,58	4.368,03	4.872,04	186.500,10	22.249,68	23.768,97	21.934,23	380.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	6.129,92	5.821,19	19.754,14	10.774,91	14.399,98	47.121,90	11.296,95	20.057,94	27.669,41	19.045,82	42.023,14	19.743,02	50.400,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	265,78	0,00	5.650,00	0,00	3.541,14	5.500,00	4.000,00	8.200,00	0,00	5.465,20	2.576,17	4.371,17	30.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	3.743,11	2.610,49	1.863,00	148,00	3.876,00	4.531,00	665,00	1.029,62	10.593,03	64,00	706,55	147,69	32.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.853.035,56	2.399.261,69	2.398.327,11	2.237.325,76	2.553.418,62	2.327.357,25	2.275.800,85	2.230.101,99	2.428.462,18	2.749.780,49	2.708.146,81	2.616.644,51	29.396.000,00	
Conta-Parte do FPM	403.922,81	590.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.237,72	470.244,94	654.101,18	966.788,53	793.108,49	946.920,86	8.500.000,00	
Conta-Parte do ICMS	741.036,62	894.502,31	822.341,10	828.651,76	822.341,10	863.916,08	917.742,96	862.655,81	994.161,24	969.945,57	996.039,01	948.070,61	11.300.000,00	
Conta-Parte do IPI/A	83.715,09	104.552,60	86.856,44	94.318,18	116.414,99	93.815,73	86.395,10	56.134,58	27.797,37	49.172,84	70.071,25	954.597,67	960.000,00	
Conta-Parte do ITR	108,22	198,15	330,02	373,74	345,68	318,08	11.688,59	12.229,22	831,20	795,04	493,18	571,94	4.000,00	
Outras Transferências Correntes	184.697,02	446.170,54	236.790,18	285.094,13	774.503,80	364.196,62	350.809,09	341.630,48	242.216,28	296.099,35	342.264,20	274.754,38	3.230.000,00	
Transferências de LC 61/1989	8.466,77	7.781,88	10.745,30	13.623,48	13.419,48	14.358,92	13.061,31	13.962,63	15.488,17	16.553,51	15.831,30	10.790,27	125.000,00	
Transferências de LC 87/1996	0,00	16.459,81	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.114,95	4.209,90	4.209,90	70.000,00	
Transferências do FUNDEB	425.079,03	420.555,91	443.279,38	400.919,59	387.724,16	418.461,66	421.823,73	408.894,86	461.401,58	424.698,17	506.890,89	461.252,30	5.180.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.528,89	6.434,00	33.615,40	4.715,94	1.866,11	21.543,31	19.601,10	27.696,02	25.294,10	63.596,90	15.234,01	17.816,83	364.000,00	
DEDUÇÕES (II)	260.464,89	305.468,36	341.765,30	310.262,19	278.237,92	308.939,16	300.633,57	295.720,29	344.966,08	342.805,64	371.777,90	373.969,35	4.191.800,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	260.464,89	305.468,36	341.765,30	310.262,19	278.237,92	308.939,16	300.633,57	295.720,29	344.966,08	342.805,64	371.777,90	373.969,35	4.191.800,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.745.630,73	2.195.975,64	2.470.529,55	2.051.668,77	2.373.248,45	2.195.187,32	2.107.707,55	2.114.254,20	2.803.642,39	2.696.196,49	2.546.475,70	2.514.758,92	28.176.800,00	
FONTE: Folha nº 02 de 02, 21/03/2014														

FONTE:
Faxinal dos Guedes, 21/03/2014

EDEGAR GORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAIR RAFAEL TRICHES
CONTADOR GROSS 16.312/046

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 15/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 15/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO – Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO PRAZO – Fica acrescido o valor de R\$ 2.842,57 (dois mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 13 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 86/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 86/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 192/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME

DO OBJETO – prestação de serviços de engenharia na elaboração de projetos de pavimentação, drenagem e sinalização em logradouros públicos do município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada, que, independente de sua transcrição, integra-se ao presente contrato.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2013 para 30/03/2014

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA 19 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 03/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 03/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 161/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BRASECOL ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços na construção do Galpão para secagem de pré-moldado com 768,60 m², ao lado da fábrica de lajotas na garagem municipal sito à Rua 350, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 161/PMF/2013 de 26/01/2014 para 27/03/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/06/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de janeiro de 2014.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Convênio PMF Nº. 03/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 03/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 161/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BRASECOL ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços na construção do Galpão para secagem de pré-moldado com 768,60 m², ao lado da fábrica de lajotas na garagem municipal sito à Rua 350, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 161/PMF/2013 de 26/01/2014 para 27/03/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/06/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de janeiro de 2014.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Convênio PMF Nº 07/2014

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 07/2014

CONVENIENTES - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA,

OBJETO - Constitui objeto deste convênio o repasse de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) durante o exercício 2014, destinados a concessão de bolsas de estudos aos alunos do ensino médio, residentes em Forquilha.

VIGÊNCIA – Até 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº 1.938 de 24/12/2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – Dotação orçamentária vigente.

DATA DA ASSINATURA – 14 de março 2014.

SIGNATÁRIOS – VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e ANA MARIA DAL TOÉ pelo COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA.

VANDERLEI ALEXANDRE

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 58/PMF/2014;

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 58/PMF/2014;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de brinquedos modulados para atendimento aos Centros de Educação Infantil da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de abril de 2014 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 24 de março de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 59/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 59/PMF/2014;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de abril de 2014 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 24 de março de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Extrato de Contrato PMF Nº. 271/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 271/2013
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
DO OBJETO – O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de material didático e brinquedos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.
VALOR – R\$ 18.589,70 (dezoito mil quinhentos e oitenta e nove reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA – 30/06/2014.
DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47), 0501.2011.3390 (69).
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 162/PMF/2013
DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0012/2014 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0068/2014 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012/2014 – PMF

Objeto: Inscrições dos servidores públicos municipais Simara C. F. De Deus, Silvano Pelissaro, Marcos Antonio Maestri Miguel, Elton Luiz Borrachini e André Luiz De Oliveira que participarão nos dias 01, 02, 03 de maio de 2014 no XI Simpósio Nacional de Direito Constitucional na cidade de Curitiba - PR. Contratada: ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL inscrita no CNPJ sob nº 04.475.157/0001-24. Valor e pagamento: R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) até 25/03/2014. Fundamento Legal: Art. 25, inc. II c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 21 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0792/2014

PORTARIA N.º 792, DE 24 DE MARÇO DE 2014.
Retifica e Ratifica a Portaria n.º 737/2014

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 737, de 12 de março de 2014 que contratou por prazo determinado JENENI FÁTIMA DE JESUS DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.739-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, alterando a data do término do contrato para 13 de abril de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 737, de 12 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0793/2014

PORTARIA N.º 793, DE 24 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0048 de 05 de dezembro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALCIDA MARIA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 867.378.809-91, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0794/2014

PORTARIA N.º 794, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0795/2014

PORTARIA N.º 795, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCINÉIA DA SILVA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.513.889-35, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0796/2014

PORTARIA N.º 796, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 23 de maio de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JONARA CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.073.659-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0797/2014

PORTARIA N.º 797, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0798/2014

PORTARIA N.º 798, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STÄGE DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0799/2014

PORTARIA N.º 799, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIVA ARTIFON VARELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.520.089-01, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0800/2014

PORTARIA N.º 800, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0801/2014

PORTARIA N.º 801, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZI ABIGAIL RÖNNAU, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 754.640.209-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de abril de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0802/2014

PORTARIA N.º 802, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais,

no período de 13 de maio de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0803/2014

PORTARIA N.º 803, DE 24 DE MARÇO DE 2014

Nomeia membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0528/2014 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 155 da Lei Orgânica do Município e artigo 3º da Lei 1.066/94, para integrarem o Conselho Municipal de Educação:

I - Representantes de Professores da Educação Infantil:

Titular – ANDREA BOGO

Suplente – LUCIANA FABER DIDOMÊNICO

II - Representantes de Educação Infantil de Entidades Particulares:

Titular – DIRLEY TEREZINHA SCHENATO PASINI

Suplente – CAROLINE CHECHI BALESTRIN

III - Representantes da Educação de Jovens e Adultos:

Titular – JOÃO ADEMIR CANCELIER

Suplente – CAMILA POBENGA DOS SANTOS

IV - Representante de Entidades da Educação Especial:

Titular – CLAUDETE ALVES DE LIMA DOS SANTOS

Suplente – MARIA JOCELI HEPP DALLAZEM

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0804/2014

PORTARIA Nº 804, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Revoga Designação de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1561, de 11 de outubro de 2005, que designou o servidor HAMILTON STUPP DE MACEDO JÚNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.573.269-99, nomeado no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, para prestar serviço junto a Vara do Trabalho de Fraiburgo, a partir de 24 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 039/2014

DECRETO N.º 039 DE 21 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 360.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 350.000,00

15451311.036 - Construção, Remodelação de Praças, Passeios, Passarelas 350.000,00

4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas 350.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 10.000,00

15452332.056 - Func. E Manut. Da Secr. de Plan. Territorial e Meio Ambiente 10.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ
Secretária de Administração

Decreto N.º 040/2014

DECRETO N.º 040 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 240.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 240.000,00

26782311.042 - Paviment., Drenagem, Remodelagem Ruas, Obras Art Esp. 240.000,00

4.4.90.0.1.90.001106 - Aplicações Diretas 240.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), correrão por conta de Operação de Crédito Programa Badesco Cidades II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ
Secretária de Administração

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 277/2014**

PORTARIA Nº. 277, de 24 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 215/2014, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, ao Senhor Aureo José Back, CPF nº 003.867.559-57, RG nº 1.856.972 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Operacional IV, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 24 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 49/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 49/2014

OBJETO: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios para o CAPS (Centro de Atendimento Psico-Social). ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 08/04/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 20/03/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Decreto Nº. 5.878, de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº. 5.878, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA MEMBRO SUPLENTE PARA INTEGRAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada como membro suplente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar a servidora MARAÍSA ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, em substituição ao servidor JEFFERSON AMARAL, cuja atuação ocorrerá apenas em eventual impedimento ou suspeição de um dos titulares, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.393, DE 21 DE MARÇO DE 2014

PORTARIA Nº 3.393, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 11/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARA LUCIA DE LIMA MINOZZO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de março de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão

Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 11/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Mara Lucia de Lima Minozzo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.392, de 21 de Março de 2014

PORTARIA Nº 3.392, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 06/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JOÃO BATISTA CARDOSO DE AGUIAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de março de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo nº 06/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de JOÃO BATISTA CARDOSO DE AGUIAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.394, de 21 de Março de 2014

PORTARIA Nº 3.394, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 10/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE RICARDO SGANZERLA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de março de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de RICARDO SGANZERLA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.564, de 21 de Março de 2014

LEI Nº 3.564, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DEPUTADO FRANCISCO MASTELLA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação de Pais e Professores do Centro de Desenvolvimento Infantil Deputado Francisco Mastella, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 01.162.739/0001-62.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.562, de 21 de Março de 2014

LEI Nº 3.562, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE GASPAR – GASPAR ART.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação dos Artesãos de Gaspar – Gaspar Art inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 19.425.616/0001-32.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.561, de 21 de Março de 2014

LEI Nº 3.561, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.368, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV,

da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, na íntegra, a Lei Municipal nº 3.368, de 31 de outubro de 2011, que autoriza a concessão de uso de área pública municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.563, de 21 de Março de 2014

LEI Nº 3.563, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.440, DE 18 DE JUNHO DE 2012, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR A CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NO GINÁSIO DE ESPORTES WILMAR SULY PEREIRA E CENTRO INTEGRADO JOÃO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso I, do § 2º, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 3.440, de 18 de junho de 2012, passando a vigorar conforme segue:

“[]

I – o critério de julgamento das propostas será o de melhor oferta para a Administração, estabelecendo-se como preço mínimo de locação o valor de 400,00 (quatrocentos reais) mensais para o Ginásio Wilmar Suly Pereira e R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais para o Centro Integrado de Eventos Prefeito João dos Santos; []”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 21 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.870, de 17 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.870, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARIANA DE SOUZA DA LUZ, DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIANA DE SOUZA DA LUZ, cadastro nº 5442, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 24/03/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 1.477/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Dispensa nº 52/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 52/2014

OBJETO: Aquisição de cortador a disco (moto abrasivo). CONTRATO: 12.461.040/0002-09 (MS FERRAMENTAS MOTORIZADAS E MANUTENÇÃO LTDA ME). Valor Total Julgado: R\$ 2.983,00. BASE LEGAL: Art. 24, inciso V da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 20 de Março de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 58/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 58/2014

O OBJETO: Registro de Preços de macadame e derivados. ENTREGA dos envelopes até as 9h do dia 11/04/2014, no Depto. de Compras Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24/03/2014
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Credenciamento Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014

OBJETO: Credenciamento de estabelecimentos comerciais para o fornecimento de gêneros alimentícios, em atendimento ao serviço de atenção à família em situação de risco social através do Auxílio Cidadão. As interessadas em se Credenciar deverão apresentar a documentação exigida no Edital, a partir das 8h do dia 24 de março de 2014, no Depto. de Compras do Paço Municipal, na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC. A íntegra do EDITAL está disponível no site: www.gaspar.sc.gov.br ou no Depto. de Compras no endereço supracitado. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE**Aditivo da Ata de Registro de Preços, Oriunda do Pregão Presencial Nº 36/2013 - SAMAE**

RESUMO DO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da suspensão temporariamente no fornecimento de Hidróxido de cálcio em suspensão para tratamento de água da empresa PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 36/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDO LTDA.,
(08.444.204/0002-04)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	tn HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	127,56	R\$ 483,00	R\$61.611,48

Valor total julgado do Licitante: R\$ 61.611,48 (sessenta e um mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 20 de março de 2014, até 31 de dezembro de 2014.

ENTREGA: O produto químico licitado deverá ser entregue parceladamente, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após efetuada sua solicitação, os produtos químicos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: ETA I - Rua: São Pedro, s/nº - Bairro: Centro - Gaspar - SC

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Gaspar (SC), em 20 de março de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER – Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA - Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS– Equipe de Apoio

GISELA MARIA LOBO MACHADO- Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Errata de Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 031/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público a errata na forma abaixo:

Onde se lê:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/04/2014 às 15h30min.

Leia-se:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/04/2014 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/04/2014 às 17h30min.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 24 de Março de 2014.
MARIANA DE SOUZA FERNANDES
PREGOEIRA

Guarujá do Sul**PREFEITURA****Lei 2345/2014**

Lei Nº 2.345/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A PAGAR O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA PARA MÉDICO VINCULADO AO " PROGRAMA MAIS MÉDICOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a pagar em forma de abono, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia ao profissional médico vinculado ao " Programa Mais Médicos".

Art. 2º O valor a ser pago mensalmente será de até R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) a título de Auxílio Moradia; e de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) fixos a título de Auxílio Alimentação.

Parágrafo 1º O valor pago a título de Auxílio Moradia deverá ser comprovado mediante apresentação de Contrato de Locação ou nota fiscal de prestação de serviços de hospedagem em hotel ou pousada, e deverá custear inclusive os valores relativos a energia elétrica, água e taxas de condomínio, sendo repassados ao profissional médico somente o valor pactuado constante no contrato de locação ou nota fiscal.

Parágrafo 2º O valor pago a título de Auxílio Alimentação será fixo mensal, não necessitando de comprovação.

Art. 3º Os valores serão reajustados conforme estabelecido no programa do Governo Federal.

Art. 4º Os referidos valores não serão base para fins de contribuição previdenciária.

Art. 5º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de Março de 2014.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014
UNIDADE GESTORA:
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO JULGAMENTO: Menor Preço global
OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de em regime de empreitada por preço unitário de Reforma em Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até as 13h30min horas do dia 09/04/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 124.925,52
EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, Para a retirada do Editais e demais anexos junto ao Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), terá um custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 24 de março de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Anulação Tomada de Preços Nº 004/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013

UNIDADE GESTORA:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de em regime de empreitada por preço unitário de Reforma em Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

Trata-se de pedido da comissão permanente de licitações acerca

da aceitabilidade de protocolo de Registro de licitante no SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, junto ao Ministério do Trabalho e emprego, exigência constante do edital de licitação em conformidade com o termo de compromisso para recebimento de recursos firmado com o Ministério Público do Trabalho..

No item 8.1.4 do edital traz o seguinte texto: 8.1.4 – Para fins de comprovação e compromisso de repasse dos recursos financeiros, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de inabilitação:

Registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego nos termos previstos no item 4.17 da NR-4;

O licitante não apresentou o documento em tempo hábil, apresentando apenas o protocolo de solicitação do registro junto ao Ministério do Trabalho.

Diante da documentação acostada aos autos, bem como o parecer da comissão de licitações, ;

DECIDO:

Pelo não conhecimento do protocolo do Registro de licitante no SESMT;

Decido ainda pela anulação do presente processo licitatório e determino ao setor competente que promova o lançamento de novo edital.

Informe-se a parte interessada encaminhando cópia desta decisão.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

Herval d'Oeste, 24 de março de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502/2014

PORTARIA Nº 502/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao Servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, a contar de 17 de outubro de 2013, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 503/2014

PORTARIA Nº 503/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – , Cursos e Atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 2562), nascido aos 01/01/1961, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a contar de 02 de janeiro de 2013, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 504/2014

PORTARIA Nº 504/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora ELAINE ZANEZI (Matr. 2576), nascida aos 03/01/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 03 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 505/2014

PORTARIA Nº 505/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARISTELA CRESTANI (Matr. 57), nascida aos 10/01/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/E, anexo

XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/A, anexo XI, a partir de 10 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 506/2014

PORTARIA Nº 506/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora DIRLEI ZARPELON BETTONI (Matr. 24), nascida aos 20/01/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/F, anexo XI, a partir de 20 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 507/2014

PORTARIA Nº 507/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SILVANA LAZZARINI BULLA (Matr. 2571), nascida aos 21/01/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 21 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 508/2014

PORTARIA Nº 508/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SALETE ZANCHETTA (Matr. 2552), nascida aos 25/01/0972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Orientador Educacional, Nível/Referência – 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/B, anexo XI, a partir de 25 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 509/2014

PORTARIA Nº 509/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), nascida aos 27/01/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 27 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 510/2014

PORTARIA Nº 510/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARILENE TANELLO GOMES (Matr. 428), nascida aos 26/01/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 26 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 511/2014

PORTARIA Nº 511/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO PEREIRA DE MORAES (Matr. 226), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, do Nível/Referência – 7/H, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 7/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 512/2014

PORTARIA Nº 512/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JAIME MEDEIROS (Matr. 116), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Téc. em Edif. e Manutenção, do Nível/Referência – 5/H, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 5/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de janeiro de 2014, de conformidade

com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 513/2014

PORTARIA Nº 513/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor LUIZ ERNI BALESTRIN (Matr. 1693), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Nível/Referência – 7/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 514/2014

PORTARIA Nº 514/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor CARLOS ANDRÉ LEMOS (Matr. 2988), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, do Nível/Referência – 12/1/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 12/1/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 515/2014

PORTARIA Nº 515/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora CHARLENE RAMPAZZO (Matr. 1008), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, do Nível/Referência – 9/D, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 9/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 516/2014

PORTARIA Nº 516/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, do Nível/Referência – 8/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 8/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 517/2014

PORTARIA Nº 517/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora FRANCISCA DA SILVA WEBER (Matr. 1212), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/B, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº

281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 518/2014

PORTARIA Nº 518/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IRIA BORSA (Matr. 1211), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/D, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 519/2014

PORTARIA Nº 519/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora NILZA DE FÁTIMA PEREIRA (Matr. 1222), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/D, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 520/2014

PORTARIA Nº 520/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora CLAUDETE BERTOTTI (Matr. 1550), nascida aos 03/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 03 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 521/2014

PORTARIA Nº 521/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora EDNA SCALABRIN MARTINI (Matr. 2952), nascida aos 02/02/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 03 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 522/2014

PORTARIA Nº 522/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora INES RECH MARIN (Matr. 86), nascida aos 23/02/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/C, anexo XI,

com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/D, anexo XI, a partir de 24 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 523/2014

PORTARIA Nº 523/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora INEZITA ROSA-NA DEUERLING BRUNETTO (Matr. 486), nascida aos 14/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/C, anexo XI, a partir de 14 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 524/2014

PORTARIA Nº 524/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora LOREDI DE DEUS E SILVA (Matr. 84), nascida aos 22/02/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência – 8/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/B, anexo XI, a partir de 24 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 525/2014

PORTARIA Nº 525/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA (Matr. 351), nascida aos 12/02/1960, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 8/A, anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/B, anexo XII, a partir de 12 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 526/2014

PORTARIA Nº 526/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MARINÊZ COUTO DE OLIVEIRA ALVES (Matr. 92), nascida aos 22/02/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/C, anexo XI, a partir de 24 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 527/2014

PORTARIA Nº 527/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora MICHELE DA SILVA COELHO (Matr. 363), nascida aos 04/02/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 04 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 528/2014

PORTARIA Nº 528/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SIMONE ROSELI MARTINS (Matr. 1808), nascida aos 23/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 24 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 529/2014

PORTARIA Nº 529/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora SONIAMAR SEBEN WASEN (Matr. 1824), nascida aos 13/02/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/

Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a contar de 15 de fevereiro de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 530/2014

PORTARIA Nº 530/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI (Matr. 3017), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de março de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 531/2014

PORTARIA Nº 531/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora SILVANA PAGANI PEROTONI (Matr. 70), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, do Nível/Referência – 13/1/G, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 13/1/H, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de março de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 532/2014

PORTARIA Nº 532/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Nível/Referência –7/G, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 7/H, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de março de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ilhota**PREFEITURA****Decreto Nº 06/2014**

DECRETO Nº 06 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia os membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da FME – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE ILHOTA.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, bem como a Lei 0784/1997,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os as pessoas a baixo relacionada para compor a Diretoria da Fundação Municipal de Esportes de Ilhota - FME:

- I – Paulo Eduardo Pereira – Diretor Presidente;
- II – Maicon Verela – Coordenador Administrativo;

Art. 2º Nomeia as pessoas abaixo relacionadas para compor o Conselho Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes de Ilhota – FME:

§ 1º Membros titulares:

- I – Airton Correa;
- II – João Roberto Vieira;
- III – Gilberto de Souza;
- IV – Jean Benaci;
- V – Amarildo Avelino Laureano.

§ 2º Membros suplentes:

- I – Fernando Neves;
- II – Alex Miranda;
- III – Alisson Pereira;
- IV – José Teixeira Melo;
- V – Delcio Dario Custódio.

Art. 3º Nomeia as pessoas abaixo relacionadas para compor o Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Esportes de Ilhota – FME:

§ 1º Membros titulares:

- I – Fernando Neves;
- II – Alyne Cristina Debrassi Silva;
- III – Anderson Kniss

§ 2º Membros suplentes:

- I – Ana Lúcia Dalcastagne;
- II – Josiane Oliveira de Azevedo;
- III – Odir Pereira.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA, em 18 de março de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 93/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 93, de 24 de março de 2014.
Dispõe sobre a nomeação de Assessora Especial e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELA DUTRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 068.550.429-88, para exercer o cargo de Assessora Especial junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em substituição da servidora LUCIANA FREITAS DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 841.255.199-00, que encontra-se afastada por licença-maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 91/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 91, de 24 de março de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eliakin Chaves Machado	Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho	079.136.919-64	24/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 01/2014 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN
PROCESSO Nº 10/2014
DISPENSAS Nº 01/2014

Objeto: contratação de uma empresa especializada em serviços de funilaria, pintura automotiva e plotagem no padrão PMSC de uma viatura do tipo van (base operacional móvel) da guarnição especial da polícia militar de Imbituba.

Valor Total: R\$ 6.000,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Marcello da Silva Clingelfus
Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

Portaria PMI/DGP Nº 92/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 92, de 24 de março de 2014.
Dispõe sobre a exoneração do cargo de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Chefe de Departamento, a Sra. DANIELA DUTRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 068.550.429-88, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 04 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 94/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 94, de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessora II, a Sra. ADRIANE CARDOSO FARIAS DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 027.837.429-85, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 249, de 24 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 04 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato do Pregão Presencial Nº 33/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de abril de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização para SEASH, SECULT, SESPORTE e SEDUC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Milene Ribeiro da Silva
Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 95/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 95, de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do

Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANE CARDOSO FARIAS DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 027.837.429-85, para exercer o cargo de Chefe de Departamento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 96/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 96, de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSANA DE SOUZA RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 888.406.709-04, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 34/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 41/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 04 de abril de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de medalhas e troféus para eventos esportivos, com participação dos atletas/alunos do município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Milene Ribeiro da Silva
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 35/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 04 de abril de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de alimentação escolar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal de ensino do município de Imbituba, referentes aos itens não cotados em processo anterior.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Milene Ribeiro da Silva
Pregoeira Oficial

Extrato: PMI Seduc 2014/20A A00 Errata

ERRATA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/20A A00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB,

PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE, SDR OESTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 252.400,56 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº90/2013

Imbituba, 19 de fevereiro de 2013.

ONDE SE LÊ:
Valor: R\$ 252.400,56

DEVE-SE LER:

Valor: R\$ 255.099,56

Extrato: PMI Seap 2014/20B A00

ERRATA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAP 2014/20B A00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SEDETUR, SEDESTH, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E PESCA, SEDUCE, SEMUSA, SEDURB, PROCURADORIA, CULTURA, SESPORTE, SEFAZ, SECRETARIA MEIO AMBIENTE, SDR OESTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 110.342,29 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº90/2013

Imbituba, 19 de fevereiro de 2013.

ONDE SE LÊ:
Valor: R\$ 110.342,29

DEVE-SE LER:

Valor: R\$ 110.342,29

Iomerê**PREFEITURA****Inexigibilidade Nº 01/2014 - PMI**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2014

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços em publicidade de atos oficiais do Município.

Fornecedor: AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA

Valor: R\$ 7.650,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta reais).

Iomerê, 24 de março de 2014

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 22/2014, Dispensa de Licitação Nº 9/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de empresa destinada a manutenção e atualização do site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a administração pública e interesse Público.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 24/03/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Retificação do Extrato de Contrato Nº 08/2014/PM

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2014/PM

Diante do equívoco verificado no valo total do referido Extrato de Contrato nº 08/2014, da publicação dia 06 de março de 2014, onde lê-se Valor: R\$ 262,88 (Duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito Centavos) , lê-se Valor: R\$ 270,09 (Duzentos e Setenta reais e nove Centavos), segue abaixo a respectiva correção no referido Extrato de Contrato:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011, Processo de Licitação nº 84/2011, homologado em 12 de janeiro de 2012.

Objeto: SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 11/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES ALESSI LTDA.

Valor: R\$ 270,09 (Duzentos e Setenta reais e nove Centavos)

Assinatura: 27/02/2014

Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES ALESSI LTDA, situada na RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.297.012/0001-21.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.739/2013

LEI N.º 1739/2013, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) NO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte - CODEPLAN em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Irineópolis (SC) no Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte - CODEPLAN, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Irineópolis (SC), 16 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Errata

ERRATA

No Decreto nº 2.570/2014, de 21 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC sobre o código nº 476822, de 24 de março de 2014, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências,

ONDE SE LÊ:

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de fevereiro de 2014

09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 (121)

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

T O T A L R\$ 40.000,00

LEIA-SE:

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de março de 2014

09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0185

Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

T O T A L R\$ 40.000,00

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Lei Nº. 1.783/2014

LEI Nº 1.783/2014, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEDUP VIDAL RAMOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Centro de Educação Profissional "Vidal Ramos" – "CEDUP Vidal Ramos", visando à disponibilização de 16 (dezesesseis) vagas de bolsas de estudos, no curso profissionalizante de Técnico Agrícola, sendo 09 (nove) vagas com bolsa de 100% (cem por cento) e 07 (sete) vagas com bolsas de 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º - O valor das bolsas de estudos de que trata o convênio autorizado por esta lei será de até R\$ 2.300,00 (dois e trezentos mil reais) anuais por vaga, perfazendo um valor total de R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais) anuais, divididos em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 7.187,50 (sete mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a serem pagas a partir do mês de abril de 2014.

§ 1º. No caso de desistência, reprovação e/ou não conclusão do curso, o beneficiário perderá o direito a bolsa de estudos e os valores percebidos a esse título deverão ser reembolsados à municipalidade na sua integralidade, sob pena de inscrição em dívida ativa e ajuizamento e execução fiscal em desfavor dos devedores.

§ 2º. Será firmado Termo de Acordo Mútuo entre a municipalidade e os pais ou responsáveis dos alunos, os quais assinarão na qualidade de beneficiários e de avalistas/fiadores, notadamente para os fins do previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. Em caso de ressarcimento à municipalidade dos valores recebidos a título de bolsa de estudos, estes deverão ser corrigidos monetariamente pelo IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como sofrerão a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser reembolsado.

Art. 3º - Caberá à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário realizar o acompanhamento dos adolescentes indicados para as vagas constantes do artigo 1º, com orientação e encaminhamento para estágio nos Programas desenvolvidos pelo Município.

Parágrafo único. Os estagiários beneficiados deverão cumprir durante ou após a conclusão do curso, 120 (cento e vinte) horas de estágio não remunerado junto à Secretaria Municipal da Agricultura de Irineópolis e/ou qualquer outra Secretaria que desenvolva atividades em parceria com aquela, cuja obrigação será firmada quando da assinatura do Termo de Acordo Mútuo entre a municipalidade, os alunos bolsistas e seus pais ou responsáveis.

Art. 4º - As vagas de que trata o artigo 1º serão destinadas, preferencialmente, a adolescentes filhos de agricultores do Município de Irineópolis.

Parágrafo único. Os candidatos às bolsas de estudos de que trata esta lei serão selecionados através de laudo social a ser emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, sendo que caso seja necessário, além do laudo, a municipalidade poderá efetuar, a seu critério, teste de seleção entre os interessados.

Art. 5º - A liberação das parcelas mensais ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior e ao fornecimento de relatório de serviços prestados, como também, e principalmente, à apresentação de demonstrativo da situação escolar, com informações específicas de cada aluno bolsista, tudo sob pena de reprovação de contas e não recebimento das parcelas futuras.

Art. 6º - O convênio de que trata a presente lei terá vigência durante o exercício de 2014, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Art. 7º - As despesas advindas da presente autorização, correrão à conta da dotação orçamentária 2009 (56) - 3.3.90.00.00.00.00.0257 - Convênio para Vagas Escolares - Ensino Médio - Aplicações Diretas do orçamento em vigor.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, em 20 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS. Processo licitatório nº 13/2014. Tomada de Preços nº 02/2014. Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção da Unidade Básica de Saúde ESF central, localizada na Rua Coronel Antônio Correa, S/N, centro, no Município de Itaiópolis/SC, com área a construir de 513,60m² conforme Projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e o Memorial Descritivo. Com o fornecimento de materiais e serviços de mão-de-obra. Entrega dos envelopes: até às 14:15 horas do dia 15 de abril de 2014. Local: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234, centro, Itaiópolis/SC. Abertura dos envelopes: no dia 15 de abril de 2014 às 14:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado ou no site: www.itaioplis.sc.gov.br

Jucemara Schmitz
Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 43, de 19 de Março de 2014

DECRETO Nº 43, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Altera membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), nomeados através do Decreto nº 57, de 26 de março de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.889 de 17 de dezembro de 2013;

Decreta:

Art. 1º Fica alterada a alínea "e" inciso IV art. 2º do Decreto nº 57, de 26 de março de 2013 que nomeia o Conselho Municipal de Saúde (CMS), a qual passa a ter a seguinte redação:

...

IV - ...

....

e) DA ASSOCIAÇÃO DE INDIVÍDUOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Titular: Carolina Beatriz Fernandes Sobrinho

Suplente: Cristina Schroeder

....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 19 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 44, de 20 de Março de 2014.

DECRETO Nº 44, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 37.615,00 (trinta e sete mil seiscentos e quinze reais) :

03.03 – Secretaria Municipal de Administração, Serviços Urbanos e Urbanismo

15.451.0076.1006 – Construção e Manut. de Asfalto, Calçamento e Passeios

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

R\$ 37.615,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 20 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 45, de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº 45, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 38/2014, de 05/03/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores ADRIANO KARAL, THIAGO ROHDEN e EGON HAAS para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 38/2014, de 05/03/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 14h00min do dia 21/03/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 20 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretario Municipal de Administração

Decreto Nº 46, de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº 46, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóvel rural para fins de Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis - ITBI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 45 da Lei Complementar nº 25/2009;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores JORGE SIMON, ROQUE PAULI e EUSÉBIO ANUAR TAVARES FILHO para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação dos imóveis constantes das matrículas n. 6.063 e 6.064 – Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis de Itapiranga SC, Linha Baú, município de Itapiranga SC.

§ 1º A nomeação constante no “caput” do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

§ 2º A avaliação prevista no caput deste artigo terá validade por 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 20 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo Licitatório nº 14/2014

Dispensa de Licitação nº 14/2014

Partes: Fundo Municipal de Saúde e Labinbraz Comercial LTDA

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos equipamentos CM 200 e Counter 19, marca WIENER LAB, a disposição do laboratório de análises clínicas, do Fundo Municipal de Saúde.

Fundamento: Inciso XVII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$ 5.701,97

Itapiranga - SC., 24 de março de 2014

Luis Carlos Steffenon

Adm.do FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 48/2014

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 48/2014, cujo objeto é a contratação de empresa, para execução parcelada, de serviços de lixamento e aplicação de sinteco em pavimentação com tacos em salas das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 07 de abril de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 24 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Balanco Orcamentario 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.344.250,00	39.344.250,00	7.127.367,37	18,12	7.127.367,37	32.216.882,63
RECEITAS CORRENTES	39.175.250,00	39.175.250,00	7.091.825,76	18,10	7.091.825,76	32.083.424,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.145.000,00	4.145.000,00	620.159,13	14,96	620.159,13	3.524.840,87
IMPOSTOS	3.210.000,00	3.210.000,00	491.013,17	15,30	491.013,17	2.718.986,83
TAXAS	645.000,00	645.000,00	117.788,25	18,26	117.788,25	527.211,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	290.000,00	290.000,00	11.357,71	3,92	11.357,71	278.642,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	660.000,00	660.000,00	144.956,83	21,96	144.956,83	515.043,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	200.000,00	200.000,00	57.191,28	28,60	57.191,28	142.808,72
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	460.000,00	460.000,00	87.765,55	19,08	87.765,55	372.234,45
RECEITA PATRIMONIAL	141.400,00	141.400,00	39.862,65	28,19	39.862,65	101.537,35
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	42.000,00	42.000,00	6.821,10	16,24	6.821,10	35.178,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	99.400,00	99.400,00	33.041,55	33,24	33.041,55	66.358,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	60,00	2,00	60,00	2.940,00
Receita da Produção Vegetal	3.000,00	3.000,00	60,00	2,00	60,00	2.940,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.900.000,00	1.900.000,00	446.462,20	23,50	446.462,20	1.453.537,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.005.850,00	32.005.850,00	5.775.513,73	18,05	5.775.513,73	26.230.336,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.935.850,00	28.935.850,00	5.281.685,14	18,25	5.281.685,14	23.654.164,86
Transf. de Conv.	3.070.000,00	3.070.000,00	493.828,59	16,09	493.828,59	2.576.171,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	320.000,00	320.000,00	64.811,22	20,25	64.811,22	255.188,78
Multas e Juros de Mora	144.000,00	144.000,00	17.814,14	12,37	17.814,14	126.185,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.000,00	23.000,00	7.859,08	34,17	7.859,08	15.140,92
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	132.000,00	132.000,00	18.453,00	13,98	18.453,00	113.547,00
RECEITAS DIVERSAS	21.000,00	21.000,00	20.685,00	98,50	20.685,00	315,00
RECEITAS DE CAPITAL	169.000,00	169.000,00	35.541,61	21,03	35.541,61	133.458,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	18.000,00	18.000,00	25.250,00	140,28	25.250,00	-7.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.000,00	16.000,00	25.250,00	157,81	25.250,00	-9.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	40.000,00	40.000,00	10.291,61	25,73	10.291,61	29.708,39
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.344.250,00	39.344.250,00	7.127.367,37	18,12	7.127.367,37	32.216.882,63

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.344.250,00	39.344.250,00	7.127.367,37	18,12	7.127.367,37	18,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.344.250,00	39.344.250,00	7.127.367,37	18,12	7.127.367,37	18,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	241.196,78	—	—	43.628,47	—
Superávit Financeiro	—	241.196,78	—	—	43.628,47	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.344.250,00	1.111.394,44	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	12,32
DESPESAS CORRENTES	36.208.501,25	28.682,26	36.237.183,51	6.875.347,43	6.875.347,43	4.702.145,44	4.702.145,44	12,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.303.637,20	-7.904,39	20.295.732,81	3.414.623,47	3.414.623,47	3.125.103,21	3.125.103,21	15,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	315.000,00	0,00	315.000,00	37.462,66	37.462,66	37.462,66	37.462,66	11,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.589.864,05	36.586,65	15.626.450,70	3.423.261,30	3.423.261,30	1.539.579,57	1.539.579,57	9,85
DESPESAS DE CAPITAL	3.005.748,75	1.082.712,18	4.088.460,93	368.093,05	368.093,05	282.372,55	282.372,55	6,91
INVESTIMENTOS	1.699.264,60	1.082.712,18	2.781.976,78	231.346,65	231.346,65	145.626,15	145.626,15	5,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.306.484,15	0,00	1.306.484,15	136.746,40	136.746,40	136.746,40	136.746,40	10,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.344.250,00	1.111.394,44	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	12,32

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.344.250,00	1.111.394,44	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	12,32
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	2.142.849,38	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.344.250,00	1.111.394,44	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	7.127.367,37	12,32

FONTE:

Demons. Exc. Desp. Por Função-Supf 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.344.250,00	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	100,00	12,32	35.471.126,45	
	Legislativa	1.200.000,00	184.786,73	184.786,73	182.683,28	182.683,28	3,67	15,22	1.017.316,72	
	Ação Legislativa	1.200.000,00	184.786,73	184.786,73	182.683,28	182.683,28	3,67	15,22	1.017.316,72	
Administração	6.379.131,20	6.402.245,70	1.308.583,71	1.308.583,71	932.545,99	932.545,99	18,71	14,57	5.469.699,71	
Administração Geral	4.074.108,73	4.074.108,73	891.363,96	891.363,96	644.014,09	644.014,09	12,92	15,81	3.430.094,64	
Administração Financeira	2.252.022,47	2.252.022,47	411.950,15	411.950,15	284.345,81	284.345,81	5,70	12,63	1.967.676,66	
Policimento	53.000,00	76.114,50	5.269,60	5.269,60	4.186,09	4.186,09	0,08	5,50	71.928,41	
Segurança Pública	171.999,99	172.470,95	6.336,47	6.336,47	3.543,71	3.543,71	0,07	2,05	168.927,24	
Defesa Civil	171.999,99	172.470,95	6.336,47	6.336,47	3.543,71	3.543,71	0,07	2,05	168.927,24	
Assistência Social	1.279.142,96	1.289.142,96	194.613,68	194.613,68	162.430,91	162.430,91	3,26	12,60	1.126.712,05	
Assistência à Criança e ao Adolescente	222.142,96	222.142,96	38.105,32	38.105,32	34.485,32	34.485,32	0,69	15,52	187.657,64	
Assistência Comunitária	1.057.000,00	1.067.000,00	156.508,36	156.508,36	127.945,59	127.945,59	2,57	11,99	939.054,41	
Saúde	8.159.931,00	8.685.129,99	1.608.264,44	1.608.264,44	1.036.892,55	1.036.892,55	20,80	11,94	7.648.237,44	
Atenção Básica	8.159.931,00	8.685.129,99	1.608.264,44	1.608.264,44	1.036.892,55	1.036.892,55	20,80	11,94	7.648.237,44	
Educação	9.659.112,04	9.720.524,37	1.652.229,29	1.652.229,29	1.300.533,05	1.300.533,05	26,09	13,38	8.419.991,32	
Alimentação e Nutrição	345.800,00	358.694,78	72.303,96	72.303,96	34.104,50	34.104,50	0,68	9,51	324.590,28	
Ensino Fundamental	6.083.143,04	6.119.597,20	1.076.971,38	1.076.971,38	817.111,01	817.111,01	16,39	13,35	5.302.486,19	
Ensino Médio	285.000,00	294.411,22	9.411,22	9.411,22	0,00	0,00	0,00	0,00	294.411,22	
Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Educação Infantil	2.925.169,00	2.927.821,17	493.542,73	493.542,73	449.317,54	449.317,54	9,01	15,35	2.478.503,63	
Cultura	68.750,00	68.750,00	586,50	586,50	465,91	465,91	0,01	0,68	68.284,09	
Difusão Cultural	68.750,00	68.750,00	586,50	586,50	465,91	465,91	0,01	0,68	68.284,09	
Urbanismo	1.341.926,00	1.379.926,00	418.216,33	418.216,33	283.459,31	283.459,31	5,69	20,54	1.096.466,69	
Infra-Estrutura Urbana	45.000,00	188.041,35	106.737,53	106.737,53	106.737,53	106.737,53	2,14	56,76	81.303,82	
Serviços Urbanos	1.296.926,00	1.191.884,65	311.478,80	311.478,80	176.721,78	176.721,78	3,55	14,83	1.015.162,87	
Habituação	75.993,14	75.993,14	842,60	842,60	842,60	842,60	0,02	1,11	75.150,54	
Habituação Urbana	75.993,14	75.993,14	842,60	842,60	842,60	842,60	0,02	1,11	75.150,54	
Saneamento	3.591.000,00	3.591.000,00	600.390,33	600.390,33	331.242,81	331.242,81	6,65	9,22	3.259.757,19	
Saneamento Básico Rural	92.000,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00	
Saneamento Básico Urbano	3.499.000,00	3.499.000,00	600.390,33	600.390,33	331.242,81	331.242,81	6,65	9,47	3.167.757,19	

Continua 1/2

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.344.250,00	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	100,00	12,32
Agricultura	2.075.750,16	2.075.750,16	416.781,09	416.781,09	178.182,44	178.182,44	3,57	8,58
Extensão Rural	1.735.750,16	1.735.750,16	237.493,09	237.493,09	163.882,44	163.882,44	3,29	9,44
Promoção da Produção Agropecuária	340.000,00	340.000,00	179.288,00	179.288,00	14.300,00	14.300,00	0,29	4,21
Indústria	237.290,13	237.290,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	237.290,13	237.290,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	114.432,38	114.432,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	108.432,38	108.432,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	414.196,08	414.196,08	60.390,79	60.390,79	57.786,55	57.786,55	1,16	13,95
Energia Elétrica	414.196,08	414.196,08	60.390,79	60.390,79	57.786,55	57.786,55	1,16	13,95
Transporte	2.580.710,90	3.033.908,56	560.097,37	560.097,37	307.118,01	307.118,01	6,16	10,12
Transporte Rodoviário	2.580.710,90	3.033.908,56	560.097,37	560.097,37	307.118,01	307.118,01	6,16	10,12
Desporto e Lazer	598.999,87	598.999,87	79.875,67	79.875,67	55.345,39	55.345,39	1,11	9,24
Desporto Comunitário	598.999,87	598.999,87	79.875,67	79.875,67	55.345,39	55.345,39	1,11	9,24
Encargos Especiais	1.395.884,15	1.395.884,15	151.445,48	151.445,48	151.445,48	151.445,48	3,04	10,85
Serviço da Dívida Interna	1.395.884,15	1.395.884,15	151.445,48	151.445,48	151.445,48	151.445,48	3,04	10,85
TOTAL (III) = (I + II)	39.344.250,00	40.455.644,44	7.243.440,48	7.243.440,48	4.984.517,99	4.984.517,99	100,00	12,32

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma turção. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Receita Corrente Liquida 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.265.826,33	4.131.942,20	3.884.928,78	3.517.591,70	3.219.024,18	3.377.526,69	3.633.550,92	3.515.472,14	3.875.975,49	4.305.944,07	4.167.545,40	3.934.250,03	44.819.576,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	189.733,57	1.035.619,33	319.331,45	238.641,67	291.166,22	286.131,03	289.443,71	284.336,29	279.662,73	314.137,78	303.496,16	316.662,95	4.145.000,00
I.P.T.U.	665,81	550.345,46	20.736,85	20.440,80	20.269,01	22.502,50	21.606,81	11.627,23	9.590,86	8.833,87	1.810,08	38.492,44	820.000,00
I.R.R.F.	63.286,77	59.306,86	59.844,07	57.147,38	56.532,88	62.710,09	56.839,54	76.568,32	110.168,48	72.193,28	76.826,46	64.455,32	750.000,00
I.S.S.	48.456,20	178.026,91	115.168,55	124.735,04	111.737,20	110.792,71	112.023,91	113.117,02	113.296,09	130.700,43	153.273,98	124.080,96	1.400.000,00
I.T.B.I.	0,00	33.302,57	26.208,34	28.022,77	27.325,70	22.857,79	25.640,89	20.919,05	3.911,32	25.056,14	15.269,62	15.804,31	240.000,00
Outras Receitas Tributárias	77.344,79	215.633,53	97.371,64	68.265,68	75.303,43	67.867,94	71.132,56	62.106,67	43.036,04	77.334,06	56.316,04	72.829,92	984.674,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	56.967,64	63.624,11	53.130,09	46.090,47	36.640,85	41.811,19	41.546,52	38.234,34	55.672,70	44.005,49	59.648,20	85.308,63	660.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	15.500,76	6.789,65	119.029,88	7.057,51	15.352,99	14.016,00	13.820,57	16.653,36	36.220,86	26.771,64	4.690,85	35.171,80	141.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	81,17	65,00	430,53	1.673,66	2.877,45	3.296,04	2.167,90	1.143,89	572,20	55,78	40,00	20,00	3.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	165.440,10	155.925,73	154.625,47	146.523,90	144.929,43	132.473,55	144.162,83	163.303,61	174.754,46	210.076,50	220.386,19	226.064,01	1.900.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.827.368,57	2.843.045,39	3.215.568,22	2.972.137,32	2.703.134,00	2.873.895,90	3.103.786,45	2.982.817,80	3.265.550,08	3.664.919,56	3.536.961,61	3.256.380,87	37.486.250,00
Cota-Parte do FPM.	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	655.246,65	817.626,44	1.166.045,19	991.385,62	1.058.654,83	9.436.541,47
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.357.411,52	1.317.105,67	1.338.929,73	1.260.093,56	1.230.057,18	1.258.006,58	1.408.016,10	1.246.170,54	1.453.726,27	1.503.112,43	1.447.226,13	1.377.051,44	16.200.000,00
Cota-Parte do IPVA.	106.551,22	105.609,21	146.132,40	134.536,70	140.715,89	113.686,10	126.010,37	131.171,59	68.879,22	37.393,57	71.597,72	88.254,16	1.400.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	14,41	54,23	60,09	126,59	52,61	1.930,13	3.630,84	26,11	0,00	7,35	8,45	2.000,00
Outras Transferências Correntes	362.696,16	314.750,15	311.362,34	335.397,26	343.823,49	312.065,50	504.527,72	476.599,38	397.341,07	401.064,26	476.036,68	197.527,71	4.484.250,00
Transferências da LC 61/1989	15.647,32	14.314,54	19.246,68	20.046,02	19.747,81	21.130,28	19.220,72	20.547,09	22.762,05	24.359,79	23.139,88	19.590,78	250.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	6.072,81	6.072,81	6.072,81	6.072,81	0,00	6.072,81	6.072,81	36.436,86	6.114,79	6.114,79	50.000,00
Transferências do FUNDEB	380.039,08	454.910,81	473.430,55	433.653,95	419.397,16	452.645,76	456.282,26	443.378,90	498.093,11	498.517,46	521.453,44	509.178,71	5.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.734,52	26.665,99	22.793,14	45.467,17	24.921,24	25.902,98	28.602,94	27.390,85	63.194,40	45.977,32	42.310,37	14.641,77	300.000,00
DEDUÇÕES (II)	416.573,79	417.547,67	490.482,06	440.633,82	391.476,09	423.587,74	431.606,73	417.762,75	476.351,62	481.522,16	511.297,57	514.390,26	5.500.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	414.926,48	414.865,64	484.942,88	436.737,03	387.982,42	421.832,75	428.595,08	412.587,69	473.824,78	475.434,80	507.994,05	509.934,70	5.480.400,00
Outras Indenizações	3.647,31	2.679,03	5.539,18	3.946,79	3.495,67	1.754,99	3.014,65	5.195,06	2.526,84	6.087,36	3.403,52	4.455,56	20.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.847.252,54	3.714.394,53	3.394.446,72	3.076.907,88	2.827.548,09	2.953.938,95	3.191.944,19	3.097.709,39	3.399.624,87	3.824.421,91	3.656.247,83	3.419.859,77	39.135.250,00

FONTE:

Dem. Reg. Propr. Previdencia 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, Inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demons. Result. Nominal 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Feb 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.875.396,34	1.875.396,34	1.738.649,94
DEDUÇÕES (II)	2.236.017,87	2.236.017,87	4.061.429,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.257.550,19	2.257.550,19	4.094.333,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.035,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	21.532,32	21.532,32	34.938,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-360.621,53	-360.621,53	-2.322.779,87
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-360.621,53	-360.621,53	-2.322.779,87

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2014 (C - A)
VALOR	-1.962.158,34	-1.962.158,34

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Feb 2014 (C)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demons. Resultado Primario 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	39.075.850,00	7.058.784,21	7.058.784,21	6.027.695,80
Receita Tributária	4.145.000,00	620.159,13	620.159,13	521.299,69
I.P.T.U.	820.000,00	41.302,52	41.302,52	541,39
I.S.S.	1.400.000,00	277.354,94	277.354,94	222.910,56
I.T.B.I.	240.000,00	31.073,93	31.073,93	33.575,03
I.R.R.F.	750.000,00	141.281,78	141.281,78	133.377,92
Outras Receitas Tributárias	935.000,00	129.145,96	129.145,96	130.894,79
Receita de Contribuição	660.000,00	144.956,83	144.956,83	131.117,71
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	660.000,00	144.956,83	144.956,83	131.117,71
Receita Patrimonial Líquida	42.000,00	6.821,10	6.821,10	6.107,85
Receita Patrimonial	141.400,00	39.862,65	39.862,65	8.742,67
(-) Aplicações Financeiras	99.400,00	33.041,55	33.041,55	2.634,82
Transferências Correntes	32.005.850,00	5.775.513,73	5.775.513,73	5.068.555,46
F.P.M.	7.600.000,00	1.640.032,42	1.640.032,42	1.436.024,03
I.C.M.S.	12.960.000,00	2.259.422,24	2.259.422,24	1.959.308,20
Convênios	3.070.000,00	493.828,59	493.828,59	390.495,95
Outras Transferências Correntes	8.375.850,00	1.382.230,48	1.382.230,48	1.282.727,28
Demais Receitas Correntes	2.223.000,00	511.333,42	511.333,42	300.615,09
Dívida Ativa	132.000,00	18.453,00	18.453,00	12.982,28
Diversas Receitas Correntes	2.091.000,00	492.880,42	492.880,42	287.632,81
RECEITAS DE CAPITAL (II)	169.000,00	35.541,61	35.541,61	70.495,37
Operações de Crédito (III)	9.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	40.000,00	10.291,61	10.291,61	4.405,57
Alienação de Ativos (V)	18.000,00	25.250,00	25.250,00	4.322,18
Transferências de Capital	102.000,00	0,00	0,00	61.767,62
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	102.000,00	0,00	0,00	61.767,62
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	102.000,00	0,00	0,00	61.767,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	39.177.850,00	7.058.784,21	7.058.784,21	6.089.463,42

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.237.183,51	4.702.145,44	4.702.145,44	4.407.403,51
Pessoal e Encargos Sociais	20.295.732,81	3.125.103,21	3.125.103,21	2.959.674,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	315.000,00	37.462,66	37.462,66	73.444,85
Outras Despesas Correntes	15.626.450,70	1.539.579,57	1.539.579,57	1.374.284,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	35.922.183,51	4.664.682,78	4.664.682,78	4.333.958,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.088.460,93	282.372,55	282.372,55	241.648,98
Investimentos	2.781.976,78	145.626,15	145.626,15	149.521,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.306.484,15	136.746,40	136.746,40	92.127,74
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.781.976,78	145.626,15	145.626,15	149.521,24

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	130.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	38.834.160,29	4.810.308,93	4.810.308,93	4.483.479,90
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	343.689,71	2.248.475,28	2.248.475,28	1.605.983,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	43.628,47	0,00
Superávit Financeiro	-	-	43.628,47	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00		

FONTE:

ITAPIRANGA, 24/03/2014

Dem. Restos a Pagar 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	21.532,32	21.135,97	-	396,35	39.848,22	531.853,81	430.092,09	430.092,09	25.313,19	116.296,75
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	17.473,06	17.076,71	0,00	396,35	39.848,22	511.989,10	419.852,18	419.852,18	24.646,93	107.336,21
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.370,15	1.203,22	1.203,22	166,93	0,00
FUNDO MUN. REEQ DA OBM FUNREBOM DE ITAPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.973,00	179.520,00	179.520,00	24.480,00	2.973,00
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AME	0,00	6.950,69	6.950,69	0,00	0,00	0,00	5.222,56	4.307,08	4.307,08	0,00	915,48
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286,60	286,60	286,60	0,00	0,00
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV	0,00	4.820,25	4.719,90	0,00	100,35	39.848,22	227.946,44	192.500,91	192.500,91	0,00	75.293,75
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DI	0,00	2.408,85	2.408,85	0,00	0,00	0,00	29.569,84	14.096,54	14.096,54	0,00	15.473,30
SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMEN	0,00	416,00	120,00	0,00	296,00	0,00	34.672,00	26.672,00	26.672,00	0,00	8.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	2.877,27	2.877,27	0,00	0,00	0,00	5.948,51	1.265,83	1.265,83	0,00	4.682,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	0,00	4.059,26	4.059,26	0,00	0,00	0,00	19.864,71	10.239,91	10.239,91	666,26	8.958,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	4.059,26	4.059,26	0,00	0,00	0,00	19.864,71	10.239,91	10.239,91	666,26	8.958,54
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	21.532,32	21.135,97	0,00	396,35	39.848,22	531.853,81	430.092,09	430.092,09	25.313,19	116.296,75

FONTE:

FORNTE:

Dem. Rec. Operações Cred. Desp. Cap. 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		9.000,00	0,00
9.000,00		0,00	9.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS DE CAPITAL		4.088.460,93	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras		0,00	0,00
		282.372,55	0,00
		0,00	3.806.088,38
		0,00	0,00

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.088.460,93	282.372,55	0,00	3.806.088,38
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.079.460,93	-282.372,55		-3.797.088,38

FONTE:

Dem. Rec. Alienação Ativos e Apl. Rec. 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	18.000,00	25.250,00	-7.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.000,00	0,00	2.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.000,00	25.250,00	-9.250,00
TOTAL	18.000,00	25.250,00	-7.250,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Investimentos	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
TOTAL	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	499.456,30	25.250,00	524.706,30

FONTE:

Dem. Parc. Publ. Privadas 1B2014

Município de ITAPIRANGA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

NADA A DECLARAR

DESpesas DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ITAPIRANGA, 24/03/2014

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, com sede à Av. Trompowsky, nº 354, 7º andar, Centro Executivo Ferreira Lima, Centro, CEP: 88.015-300, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.258.027/0001-41, e Inscrição Estadual: 253.419.417.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014 – PROCESSO Nº 05/2014;

Objeto: Contratação de empresa para provimento de software de Gestão Pública e Serviços, desenvolvido em ambiente Web, abrangendo os serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter, manutenção legal e corretiva e suporte técnico conforme especificações e demais condições constantes no Edital.

Valor total: R\$ 649.455,96 (seiscentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

Orçamento: Secretaria de Administração - Código: 298, Órgão: 05, Unidade: 01, Função: 04, Subfunção: 122, Projeto Atividade: 2015, FR: 10042, Subelemento: 33903999.

Data da assinatura: 21/03/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e término condicionado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 21 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Sessão Publica Pregão 11/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014, REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 24/03/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e VALÉRIO PACHECO, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 011/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL-INTERESTADUAL, COM MOTORISTA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ÀS EQUIPES DE ATLETAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ EM EVENTOS ESPORTIVOS, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO

Representantes (Credenciados)
ROGÉRIO MARQUES DA SILVA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Nesta fase foi verificado que a licitante ofereceu proposta apenas para o item 2, entretanto o edital determinava o julgamento por menor preço global. Desta forma o julgamento foi inviabilizado e a proposta apresentada considerada DESCLASSIFICADA. O representante da empresa participante manifestou o interesse em interpor recurso. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 24/03/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALÉRIO PACHECO

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

Representantes
TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO.

Ata de Sessão Pública- Convite Nº 06/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	24/03/2014	Horário:12h:00m
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 06/2014 Nº 24/2014

OBJETO:

Aquisição de troféus e Medalhas para uso da Secretaria de Esporte e Juventude nos eventos que serão realizados nos meses de março à dezembro de 2014, conforme especificações do Anexo I do Edital

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 11/03/2013, jornal diário de grande circulação no Estado no dia 12/03/2014 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas, as quais foram: K` SPORTS COMÉRCIO IND. MAT. ESP. LTDA, CNPJ/MF: 01.918.682/0001-89, WINNER COMÉRCIO E MONTAGEM DE TROFEUS LTDA-ME, CNPJ/MF: 85.198.695/0001-10, A.S SPORT BRASIL LTDA-ME, CNPJ/MF: 03.692.652/0001-22, protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
24/03/2014	440	FENICIA IND. COM. TROFEUS E MEDALHAS LTDA	11.839.972/0001-90
24/03/2014	442	K` SPORTS COM. E IND. DE MAT. ESP. LTDA	01.918.682/0001-89

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação das

empresas licitantes, analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa FENICIA IND. COM. TROFEUS E MEDALHAS LTDA apresentou a documentação exigida no item 2.2.2 do edital com a validade expirada, portanto considerada INABILITADA. Ciente o licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 12:35min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO
MEMBRO

Representante presente:
PAULO ROBERTO KAMIENSKI
CPF: 312.874.099-20
Procurador

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2014
PROCESSO Nº 29/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que se seguem abaixo:

Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a escola, dada a vasta extensão do município;

Considerando que grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima;

Considerando que a manutenção do transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando a evasão escolar;

Considerando que o transporte escolar, dada sua essencialidade e necessidade pública permanente, possui natureza de serviço a ser executado de forma contínua, ao teor do que dispõe o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando a empresa Transita Transporte Itapoá Turismo e Aluguel LTDA é concessionária do serviço de transporte coletivo urbano e rural neste município, conforme contrato de concessão firmado em 1999;

Considerando que a empresa mencionada fornece o vale-transporte utilizado nas linhas de tráfego do município;

Autoriza a aquisição do objeto abaixo descrito:

Fundamento Legal: Artigo 25 caput em combinação com o artigo 26 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de até 5.436 (cinco mil quatrocentos e trinta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.718 (dois mil setecentos e dezoito) alunos, atendendo a 102 (cento e dois) dias letivos.

Valor e condição de pagamento: O valor deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totaliza R\$ 809.529,12 (oitocentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e doze centavos) sendo unidade do passe escolar no valor de R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos), nas quantidades requisitadas pela Secretaria de Educação no período.

Prazo: O contrato inicia em 17/03/2014 com término em 18/07/2014.

Contratada: TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA., com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º. 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC.

Fundamento da Despesa: As despesas correrão por conta das dotações:

Fundo Municipal de Educação - Código: 12, Órgão: 13, Unidade: 01, Função: 12, Subfunção: 361, Projeto Atividade: 2094, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 34, Órgão: 13, Unidade: 02, Função: 12, Subfunção: 365, Projeto Atividade: 2100, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 45, Órgão: 13, Unidade: 03, Função: 12, Subfunção: 366, Projeto Atividade: 2105, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 53, Órgão: 13, Unidade: 04, Função: 12, Subfunção: 362, Projeto Atividade: 2109, FR: 10000, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 14, Órgão: 13, Unidade: 01, Função: 12, Subfunção: 361, Projeto Atividade: 2094, FR: 26102, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 55, Órgão: 13, Unidade: 04, Função: 12, Subfunção: 362, Projeto Atividade: 2109, FR: 26102, Subelemento: 33903999;

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2014
Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA., com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º. 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC.

Licitação: Inexigibilidade nº 02/2014, Processo n.º 29/2014;
Objeto: Aquisição de até 5.436 (cinco mil quatrocentos e trinta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.718 (dois

mil setecentos e dezoito) alunos, atendendo a 102 (cento e dois) dias letivos.

Valor total: R\$ 809.529,12 (oitocentos e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e doze centavos).

Orçamento: Fundo Municipal de Educação - Código: 12, Órgão: 13, Unidade: 01, Função: 12, Subfunção: 361, Projeto Atividade: 2094, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 34, Órgão: 13, Unidade: 02, Função: 12, Subfunção: 365, Projeto Atividade: 2100, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 45, Órgão: 13, Unidade: 03, Função: 12, Subfunção: 366, Projeto Atividade: 2105, FR: 10100, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 53, Órgão: 13, Unidade: 04, Função: 12, Subfunção: 362, Projeto Atividade: 2109, FR: 10000, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 14, Órgão: 13, Unidade: 01, Função: 12, Subfunção: 361, Projeto Atividade: 2094, FR: 26102, Subelemento: 33903999;

Fundo Municipal de Educação - Código: 55, Órgão: 13, Unidade: 04, Função: 12, Subfunção: 362, Projeto Atividade: 2109, FR: 26102, Subelemento: 33903999;

Data da assinatura: 17/03/2014;

Data vigência contratual: Os serviços objeto deste contrato deverão ser fornecidos no período de 17 de março de 2014 até 18 de julho de 2014.

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014 - PROCESSO Nº 32/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o Município de Itapoá não dispõe de cursos de Ensino Superior e que grande maioria dos estudantes universitários não tem condições de arcar com, além das despesas com mensalidade da faculdade, as despesas com transporte rodoviário;

Considerando que desde o ano de 1994, a Prefeitura Municipal de Itapoá oferece os serviços de transporte universitário gratuitamente, proporcionando condições para que os munícipes obtenham uma graduação a nível superior;

Considerando o aumento de alunos que optam pelas faculdades à distância, com aulas presenciais apenas em um dia da semana, a contratação de um novo ônibus para atendimento destes alunos configuraria em desperdício de recursos públicos uma vez que haveriam vários dias na semana em que as poltronas estariam vazias;

Considerando que além do contexto das faculdades a distância, a

contratação de passagens confere um custo menor contraposto a contratação de um novo ônibus para transporte destes universitários;

Considerando que a aquisição das passagens rodoviárias contribui com a permanência da linha de ônibus no horário de ida e volta das aulas, beneficiando também aos alunos de cursos técnicos que encontram dificuldades no deslocamento até Joinville;

Autoriza a aquisição do objeto abaixo descrito:

Fundamento Legal: Artigo 25 caput em combinação com o artigo 26 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de passagens intermunicipais diárias, para o transporte de alunos universitários, no período noturno de segunda a sexta-feira, nos meses de março a junho, no trajeto Itapoá/Joinville/Itapoá-SC, via BR 101.

Valor e condição de pagamento: O contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totaliza o valor de R\$ 42.194,70 (quarenta e dois mil cento e noventa e quatro reais e setenta centavos) sendo a unidade da passagem no valor de R\$ 13,55 (treze reais cinquenta e cinco centavos), pagos mensalmente conforme dias letivos, nas quantidades requisitadas pela Secretaria de Educação no período, conforme o fornecido e listado abaixo:

PASSAGENS UNIVERSITÁRIAS PARA JOINVILLE - NOTURNO						
MARÇO	QUANTIDADES				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ALUNOS	DIAS POR MÊS	PASSAGENS POR DIA	PASSAGENS POR MÊS		
SEGUNDA	23	3	46	138	R\$ 13,55	R\$ 1.869,90
TERÇA	19	2	38	76	R\$ 13,55	R\$ 1.029,80
QUARTA	22	2	44	88	R\$ 13,55	R\$ 1.192,40
QUINTA	26	2	52	104	R\$ 13,55	R\$ 1.409,20
SEXTA	19	2	38	76	R\$ 13,55	R\$ 1.029,80
TOTAL MÊS				482	R\$ 13,55	R\$ 6.531,10
ABRIL	QUANTIDADES				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ALUNOS	DIAS POR MÊS	PASSAGENS POR DIA	PASSAGENS POR MÊS		
SEGUNDA	23	3	46	138	R\$ 13,55	R\$ 1.869,90
TERÇA	19	5	38	190	R\$ 13,55	R\$ 2.574,50
QUARTA	22	5	44	220	R\$ 13,55	R\$ 2.981,00
QUINTA	26	4	52	208	R\$ 13,55	R\$ 2.818,40
SEXTA	19	3	38	114	R\$ 13,55	R\$ 1.544,70
TOTAL MÊS				870	R\$ 13,55	R\$ 11.788,50
ABRIL	QUANTIDADES				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ALUNOS	DIAS POR MÊS	PASSAGENS POR DIA	PASSAGENS POR MÊS		
SEGUNDA	23	4	46	184	R\$ 13,55	R\$ 2.493,20

TERÇA	19	4	38	152	R\$ 13,55	R\$ 2.059,60
QUARTA	22	4	44	176	R\$ 13,55	R\$ 2.384,80
QUINTA	25	4	50	200	R\$ 13,55	R\$ 2.710,00
SEXTA	19	5	38	190	R\$ 13,55	R\$ 2.574,50
TOTAL MÊS				902	R\$ 13,55	R\$ 12.222,10
QUANTIDADES						
ABRIL	ALUNOS	DÍAS POR MÊS	PASSAGENS POR DIA	PASSAGENS POR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SEGUNDA	23	5	46	230	R\$ 13,55	R\$ 3.116,50
TERÇA	19	4	38	152	R\$ 13,55	R\$ 2.059,60
QUARTA	22	4	44	176	R\$ 13,55	R\$ 2.384,80
QUINTA	25	3	50	150	R\$ 13,55	R\$ 2.032,50
SEXTA	19	4	38	152	R\$ 13,55	R\$ 2.059,60
TOTAL MÊS				860	R\$ 13,55	R\$ 11.653,00
TOTAL PERÍODO				3114	R\$ 13,55	R\$ 42.194,70

Prazo: O contrato inicia em 17/03/2014 com término em 18/07/2014.

Contratada: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede á Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786.

Fundamento da Despesa: As despesas correrão por conta das dotações:

Fundo Municipal de Educação - Código: 56, Órgão: 13, Unidade: 05, Função: 12, Subfunção: 364, Projeto Atividade: 2110, FR: 10000, Subelemento: 33903999;

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 12/2014 ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede á Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786.

Licitação: Inexigibilidade nº 03/2014, Processo n.º 32/2014;

Objeto: Aquisição de passagens intermunicipais diárias, para o transporte de alunos universitários, no período noturno de segunda a sexta-feira, nos meses de março a junho, no trajeto Itapoá/Joinville/Itapoá-SC, via BR 101.

Valor total: R\$ 42.194,70 (quarenta e dois mil cento e noventa e quatro reais e setenta centavos).

Orçamento: Fundo Municipal de Educação - Código: 56, Órgão: 13, Unidade: 05, Função: 12, Subfunção: 364, Projeto Atividade: 2110, FR: 10000, Subelemento: 33903999;

Data da assinatura: 17/03/2014;

Data vigência contratual: Os serviços objeto deste contrato deverão ser fornecidos no período de 17 de março de 2014 até 30 de junho de 2014.

Itapoá, 17 de março de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

Aviso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 1º Bimestre de 2014, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Portarias Nº. 060 A 150 de 2014

PORTARIA Nº. 061 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ELENITA DA SILVA VICENTE GIUSTI, portadora do CPF nº. 741.934.739-53, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 062 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, CLEONICE GOMES CLARINDA, portadora do CPF nº. 862.675.669-00, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 063 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JANAINA MONTOVANI MANARIN DA SILVA, portadora do CPF nº. 087.944.929-21, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Dois Irmãos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 064 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LUCILÉIA MATEUS DA SILVA AGUIAR, portadora do CPF nº. 871.693.719-87, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Convivência da 3ª Idade, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 065 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ROSANE MEZZARI, portadora do CPF nº. 019.571.359-13, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EMEB Arizona, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 066 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MARINA DO AMARAL FERREIRA, portadora do CPF nº. 987.453.289-00, no cargo de Servente Educacional, nível SGM E2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no PETI, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 067 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ROSANE DE BORBA, portadora do CPF nº. 008.176.209-74, no cargo de Servente Educacional, nível SGM E2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EMEB Santo Simão, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 068 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSA MARIA PATEL, portadora do CPF nº. 733.888.748-72, nível MAG AT 1A, para atuar no EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 069 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIA GOMES ANTONELI, portadora do CPF nº. 593.503.349-68, nível MAG AT 1A, para atuar no EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 070 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIA ROSELANI BAESSO, portadora do CPF nº. 642.316.909-87, nível MAG AT 1A, para atuar no Pré-Escolar Branca de Neve, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 071 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil LORETE DAMIANI CARDOSO, portadora do CPF nº. 924.260.349-04, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de

10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 072 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ANGELITA BADA RONCONI, portadora do CPF nº. 047.934.789-13, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 073 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil LUCIMAR FERREIRA DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 059.371.259-59, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 074 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil SILVANI DOS SANTOS CANDIOTTO, portadora do CPF nº. 017.013.579-92, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 075 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIANA MONTOVANI MANARIN MONTEIRO, portadora do CPF nº. 044.855.109-80, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 076 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ONÉSIA SILVA PAULINO, portadora do CPF nº. 828.391.159-72, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 077 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil VILMA ANTONELI FURLANETTO, portadora do CPF nº. 776.277.769-53, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 078 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ELAINE MARIA SEMPRESBOM GIUSTI GUIZZO, portadora do CPF nº. 053.208.119-69, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 079 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MICHELLE DO ROCIO COSTA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 004.402.319-73, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 080 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil SOLANGE BITENCOURT DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 079.291.659-06, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 081 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil NEUSA ROCHA, portadora do CPF nº. 062.710.549-19, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 082 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil JULIANA ARMINDA BORGES TUON, portadora do CPF nº. 047.659.529-08, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Dois Irmãos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 083 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil DANIELA SARTOR PAULINO, portadora do CPF nº. 068.338.269-19, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 084 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar

de Ensino de Educação Infantil IRACY CAMBRUZZI, portadora do CPF nº. 691.008.889-15, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 085 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ADRIANA SEMPREG DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 037.375.919-38, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 086 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ADICIRLEIA PAGANINI CARDOSO, portadora do CPF nº. 053.034.219-70, nível MAG AT 1A, para atuar no EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 087 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ELETICIA DE NONI VEFAGO MONTOVANI, portadora do CPF nº. 077.811.939-46, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 088 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil EGRAZIELI DA SILVA DAMIANI, portadora do CPF nº. 060.508.219-76, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 089 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil VIRGINIA DE NONI CAMPOS, portadora do CPF nº. 031.861.739-06, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 090 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil SIRLENE GIUSTI RONÇANI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 037.592.769-70, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos

estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 091 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIA DE FATIMA FERNANDES, portadora do CPF nº. 693.909.919-00, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 092 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil TAMIRIS DA SILVA DA ROSA, portadora do CPF nº. 065.976.929-85, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 093 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil CARMEN LUCIA MANJOURANI PEREIRA, portadora do CPF nº. 567.738.110-15, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 094 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARISA POSSAMAI CANTELI, portadora do CPF nº. 019.295.329-03, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 095 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97, 245/2000 e 470/2006, em vaga excedente a Servidora ANGÉLICA DE BITENCOURT CANDEO APOLINÁRIO, CPF nº. 035.199.209-05, nível MAG PGE 4A, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atender a Especialidade em Assuntos Educacionais, no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 096 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora ELIGIANE MATIAS, portadora do CPF nº. 016.862.929-10, nível MAG LP 1A, para prestar expediente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 097 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97, 245/2000 e 449/2006, em vaga excedente a Nutricionista RUBIA FURLANETTO DE SOUZA, CPF nº. 008.634.619-99, nível ANS 6D, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 098 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Supervisora Educacional ANA SIRLEI FURLANETTO DE SOUZA, portadora do CPF nº. 436.243.169-15, nível MAG PGE 4A, para atuar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 099 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JOÃO PAULO BURIN BRISTOT, portador do CPF nº. 058.235.669-56, no cargo de Motorista, nível TSA 4A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 100 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JULIO CESAR MARIO DA SILVA, portador do CPF nº. 021.744.599-30, no cargo de Motorista, nível TSA 4A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 101 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, SANDER FONTANA TOMASI, portador do CPF nº. 732.443.929-20, no cargo de Motorista, nível TSA 4A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 102 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, RAFAEL HENRIQUE MARIA, portador do CPF nº. 072.242.019-60, no cargo de Vigia, nível SGM 2J, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro Cultural Ângelo Savi Mondo no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 103 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97, 143/97, 245/2000 e 460/2006, MAIARA JUST BENDO, CPF nº. 081.083.549-51, no cargo de Monitora para atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 104 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97, 143/97, 245/2000 e 460/2006, MARIA NAIR CASA-GRANDE RIBEIRO, CPF nº. 501.960.769-20, no cargo de Monitora para atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 105 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97, 143/97, 245/2000 e 460/2006, SUELEN TITONI ELIAS, CPF nº. 065.371.079-89, no cargo de Monitora para atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 106 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97, 143/97, 245/2000 e 460/2006, CRISTINA DA SILVA MARTINS PARAOL, CPF nº. 059.290.689-25, no cargo de Monitora para atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 107 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, OSMAR DORVALINO MACHADO, portador do CPF nº. 342.902.739-04, no cargo de Vigia, nível SGM 2J, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 17 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 108 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ZULMIRA FERREIRA RONZANI, portadora do CPF nº. 645.016.109-53, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 12/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 109 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 03 (três) meses a Servidora ARLETE MARIA CARDOSO, matrícula nº. 127, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 13/02/2014 à 12/05/2014, período aquisitivo 27/02/1989 à 26/02/1994.

PORTARIA Nº. 110 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIA DAS GRAÇAS FONTANA, portadora do CPF nº. 713.303.999-00, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 13/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 111 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ANA PAULA LAUREANO RICARDO, portadora do CPF nº. 033.257.739-23, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 13/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 112 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil SUSANA SCHIMIDT RANAKOSKI, portadora do CPF nº. 008.751.539-33, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 13/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 113 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil TALITA RONÇANI RODRIGUES, portadora do CPF nº. 093.343.709-98, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 13/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 114 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora ZIRLEI BORGES CARDOSO, portadora do CPF nº. 675.134.849-53, nível MAG LP 1A, para atuar no Centro Cultural Ângelo Savi Mondo, na função de Professora do Telecentro, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 13/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 115 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ODETE PIVA, portadora do CPF nº. 718.726.479-87, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014,

com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 116 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ADRIANA MARCOLINO EUZÉBIO DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 071.058.969-73, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 117 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil EDNA HENDZ MARTINS, portadora do CPF nº. 028.110.189-21, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 118 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil DANIELA CARARO CARDOSO CASAGRANDE, portadora do CPF nº. 053.090.379-26, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 119 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MONICA RONÇANI RODRIGUES, portadora do CPF nº. 069.231.569.12, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 120 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSANGELA BUZELLO, portadora do CPF nº. 017.835.179-21, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Carinha de Anjo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 121 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil EVANILDA DOS SANTOS BARCELOS CASAGRANDE, portadora do CPF nº. 801.214.469-72, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 122 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil JANETE PELISSARI PRESTES, portadora do CPF nº. 981.934.149-34, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 123 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil GABRIELA DE CARVALHO PIVA, portadora do CPF nº. 058.724.119-52, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 124 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIA CONCEIÇÃO MATIAS BADA, portadora do CPF nº. 713.302.919-72, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 125 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIZA NART, portadora do CPF nº. 001.092.809-03, nível MAG AT 1A, para atuar no Pré Escolar Branca de Neve, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 126 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARIELI TUON PERUCHI, portadora do CPF nº. 060.842.239-82, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 127 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil DENISE FRANCISCO DA SILVA, portadora do CPF nº. 833.560.459-20, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 128 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil VANICE DA ROCHA DA COSTA, portadora do CPF nº. 054.063.799-84, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais,

para atender a Educação Infantil no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 129 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais ANDREIA SCHAUKOSKI BORGES DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 057.440.009-50, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 130 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Professora de Sala AEE FERNANDA DE SOUZA POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº. 045.436.639-69, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 131 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Inglês JANE MARIA MARQUES, portadora do CPF nº. 584.154.409-87, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 132 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Inglês PATRICIA MEZZARI SAVI, portadora do CPF nº. 048.355.689-07, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 133 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Português MORGANA PATRICIO PIETSCH, portadora do CPF nº. 048.159.099-46, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 134 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Português CINTIA REGINA GABRIEL, portadora do CPF nº. 045.547349-86, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 135 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Educação Física CRISTIANE POSSAMAI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 028.802.089-80, nível MAG LP 1A, para atuar

na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 136 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Física CINTIA ALBINO DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 057.505.949-47, nível MAG LP 1A, para atuar no Programa Sou Craque no Esporte, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sem regência de classe, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 137 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Educação Física JUSSARA OLIVEIRA DA ROLT, portadora do CPF nº. 061.758.269-65, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 138 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes SUSANA POSSAMAI NART, portadora do CPF nº. 040.641.049-60, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 139 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes FABRICIA GIASI FURLANETTO, portadora do CPF nº. 081.133.959-97, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 140 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes TANYA RIBEIRO SCHAUKOSKI, portadora do CPF nº. 072.597.779-58, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEF Prefeito Mario Gomes Colares, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 141 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente o Professor de Artes JOSÉ DIEGO HIPÓLITO PEDRO, portador do CPF nº. 081.082.519-82, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 142 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes ALINE DE NONI DOS SANTOS, portadora do CPF

nº. 062.829.729-73, nível MAG ST 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 143 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Artes ALINE MARTINS BENEDET, portadora do CPF nº. 076.690.699-02, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEB Linha São Pedro, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 144 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada o Professor de Ciências JEFERSON HUMBERTO ESPINDOLA, portador do CPF nº. 959.577.900-87, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 04/03/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 145 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Inglês FRANCIELE PEZENTE DAL TOÉ, portadora do CPF nº. 053.272.603-03, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 146 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Português ANGELA BEATRIZ MORGEROT, portadora do CPF nº. 039.649.839-69, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 147 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Espanhol CRISTIANA AGUIAR GIUST SCHMIDT, portadora do CPF nº. 005.862.599-29, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Figueira, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 17/02/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 148 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, CLAUDIO FAGUNDES MONTEIRO, portador do CPF nº. 077.490.259-01, no cargo de Auxiliar de Mecânico, nível SGM 2E, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 17/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 149 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, VALDIR RODRIGUES DOS SANTOS, portador do CPF nº. 967.116.559-15, no cargo de Auxiliar de Mecânico, nível SGM 2E, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 17/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 150 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LILIAN MARIA ETGES, portadora do CPF nº. 067.264.099-66, no cargo de Técnica de Enfermagem, nível OAG 5A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade Básica de Saúde Central, no período de 17/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Joaçaba

PREFEITURA

Ordem de Serviço Nº229/2014 - Recebida Em 14/03/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 229/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 07.624.275/0001-45 a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Nova Petrópolis, neste Município de acordo com o Processo de Licitação nº 11/2014/FMS – Convite nº 1/2014/FMS homologado no dia 13/03/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 65.481,09 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e nove centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato nº 49/2014/FMS de 13 de março de 2014. O prazo de início é de até 05 (cinco) dias e a execução é de até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2014.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: ANDRÉ LEMOS VIEIRA E CIA LTDA

Representante: ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 026.240.709-40

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Decreto Nº 4.546 de 24 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.546 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PROVENIENTE DA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pelo art. Artigo 15 inciso II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/2013(LOA) e Lei Municipal nº 4.464/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) destinado a criar a dotação abaixo descrita no Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 12: INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNIC. DE JOAÇABA

UNIDADE 12.01: INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNIC. DE JOAÇABA

Proj./Ativ. 2.065 Manutenção das Atividades Administrativas do IMPRES

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.003 Aplicações Diretas
R\$ 22.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo identificada, na mesma importância citada no artigo 1º deste Decreto:

ORGÃO 12: INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNIC. DE JOAÇABA

UNIDADE 12.01: INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNIC. DE JOAÇABA

Proj./Ativ. 2.065 Manutenção das Atividades Administrativas do IMPRES

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.003 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º - Fica o chefe do poder Executivo autorizado a proceder a adequação na da Lei nº 4.388/2013 que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei n.º 4.361 de 05/08/2013 que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2014 – 2017, decorrentes da suplementação constante no artigo 1º desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Extrato PL 02/2014/Frbm - PP 01/2014/Frbm

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2014/FUNREBOM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014/FUNREBOM

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar a transformação e adaptação de veículo tipo furgão (Peugeot Boxer, ano 2013) em ambulância, para utilização em atendimento pré-hospitalar pela 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 08/04/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 08/04/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Nota de Revogação PL 12/2014/FMS - PP 9/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 8/2014 Processo de Licitação: 12/2014 Data do Processo: 28/02/2014
<u>Objeto:</u> Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de software para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis.	
<u>NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2014</u>	
<u>Motivo:</u> Nos termos do memorando expedido pela Secretária de Saúde, na data de 21/03/2014, que solicitou a revogação do processo licitatório para posteriores ajustes temporais, possibilitando tempo hábil para os interessados no instrumento convocatório adequar-se ao exigido por esta Administração quanto ao teste de conceito constante no item 4.2 do Edital, de forma a proporcionar uma concorrência mais justa e igualitária.	
Joaçaba, 21 de Março de 2014	
<hr/> Marcos Weiss - Prefeito em Exercício	

SIMAE**Pregão Presencial PP 0013/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0019/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2014

PROTOCOLO JHL 0619/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0013/2014 – Licitação 0019/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de Preços de materiais para construção (Cimento, areia e cal), para utilização na confecção de pré-moldados (lajes de transição para poços de visita e caixas de proteção de válvulas) para área de esgoto no exercício 2014.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/04/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/04/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/03/2014 a 08/04/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 de Março de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Tomada de Preços JHL 0004/2014

Licitação nº 0018/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0004/2014

PROTOCOLO 0611/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0004/2014 – Licitação 0018/2014, tipo Menor Preço Global– Empreitada Por Preço Unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de adutora de água tratada Denominadas EAT-004 e EAT-023, com fornecimento de materiais e equipamentos (com exceção dos materiais citados no item 13.11 do termo de referencia) no Acesso Adolfo Zigueli em Joaçaba-SC.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/04/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/04/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 25 de Março de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Pregão 0011/2014 Aquisição de Caminhão

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 001562014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2014

PROTOCOLO JHL 0556/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0011/2014 – Licitação 0016/2014, TIPO MENOR PREÇO, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ZERO KM EQUIPADO COM BRAÇO VALETADOR .

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 07/04/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/04/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/03/2014 a 07/04/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 de Março de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Ordem de Serviço 0003/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2014

Autorizo por meio desta, a empresa CIC FLORESTA LTDA a iniciar os serviços referentes à contratação de empresa para implantação de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, na Rua Portal das Flores, no Município de Luzerna, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0011/2014, Tomada de Preços JHL 0003/2014, Protocolo JHL 0350/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0021/2014 de 14 de Março de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 92.544,20 (Noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 14 de Março de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Contratado: CCI FLORESTA LTDA

Engº Responsável: Valdecir Nogueira – Engenheiro Civil

CPF- 255.996.498-81

CREA- SC-873059/D

RECEBI EM ____/____/____

Homologação TP 02/2014 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP
	Processo Administrativo: 8/2014 Processo de Licitação: 8/2014 Data do Processo: 23/01/2014

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2014
b) Licitação Nr.: 2/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/03/2014
e) Data da Adjudicação: 24/03/2014 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA EAT-005, NA ETA DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

					(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
<u>HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6919)</u>									
1	CONSTRUÇÃO DE ELEVATORIA DE AGUA TRATADA EM ALVENARIA - Marca: HERVAL	SV	1	-	132.873,32			132.873,32	
Total do Fornecedor:								132.873,32	
Total Geral:								132.873,32	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15) Saldo: 1.432.602,47

Joaçaba, 24 de Março de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Rerratificação PP 11-2014 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 FMAS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DESCARTÁVEIS PARA O CREAS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a alteração do horário para abertura da sessão pública e recebimento dos envelopes, marcada para às 09:00 horas do dia 03/04/2014, para às 16:00 do dia 16/04/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 24 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 026/2014

DECRETO Nº 026/2014

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA – COBRADE 1.2.2.0.0 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 63 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no inciso 6º do art. 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 de 10 de Abril de 2012.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de enxurrada, provocadas por chuva intensa e localizada, no dia 18 de Março de 2014, atingindo parte do município, conforme Mapa das áreas afetadas anexo a este Decreto;

- Como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no Formulário de Informações do Desastre – FIDE em anexo a este decreto;

- À recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art.1º Fica declarado a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pela Declaração Municipal de Atuação Emergencial DMATE, Formulário de Informações do Desastre – FIDE e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I – Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, Publicado no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Plano de Ação 2014 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Metas	Ações	Prazo	Responsável
Fortalecer os profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Muller	Fomentar a articulação permanente dos órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos e conselho de políticas públicas, para contribuir com o aprimoramento das ações em defesa dos direitos de criança e adolescentes..		
	Apoiar a formação continuada dos profissionais do CRAS e CREAS para o atendimento de criança e adolescente vítima de violência.		
Qualificar as práticas existentes na política municipal de defesa, proteção, promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes.	Apoiar a formação continuada dos técnicos que presta atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas sócio educativas de PSC / LA, garantindo a especificidade do atendimento e a unidade metodológica na execução dos serviços.		
	Realizar seminário, fomentando o fortalecimento da rede a atendimento de criança e adolescente vítima de violência.		
	Fomentar, acompanhar e monitorar a realização de cursos de capacitação, à equipes de saúde, educação e de assistência social, voltados para a implementação de políticas públicas sobre uso abusivo de álcool e outras drogas nos vários segmentos: tratamento, prevenção e reinserção social	Ação continuada	Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e outros atores da rede
Garantir para a população, de forma acessível e clara, informações sobre as políticas públicas de promoção, defesa e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, como forma de mobilização e articulação comunitária na divulgação e defesa desses direitos	Apoiar e articular a realização de seminários sobre educação com ênfase nas medidas socioeducativas e ECA	Segundo semestre de 2014	Conselhos municipais: dos direitos da criança e do adolescente, de assistência social, de educação e saúde
Fortalecimento do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.	Realizar programa de formação continuada para conselheiros de direito		
	Desenvolver metodologias e sistemas de monitoramento e avaliação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente	Ação continuada	
	Realizar cadastro de entidades governamentais e não governamentais, programas e projetos	Primeiro semestre de 2014	CMDCA

Fortalecimento do conselho tutelar, e garantia de atuação qualificada.	<p>Proporcionar capacitação as conselheiras tutelares</p> <p>Articular e supervisionar para que existam as condições adequadas para o conselho tutelar, como: pessoal, equipamentos, ligações para celular, internet, funcionamento do SIPIA-WEB e estrutura física que assegure a privacidade dos atendimentos</p>	Segundo semestre de 2014	CMDCA
Fortalecer o protagonismo infanto-juvenil	<p>Apoiar e divulgar eventos e atividades para estimular e proporcionar o protagonismo infanto-juvenil.</p> <p>Promover oficinas populares conforme as demandas juvenis</p> <p>Constituir cadeira cativa em espaços de relevância para o protagonismo juvenil (ex. CMDCA)</p>	Segundo semestre de 2014	CMDCA
Promoção ao respeito aos direitos da criança e do adolescente de modo a consolidar uma cultura de cidadania	<p>Incentivar a divulgação dos direitos humanos de crianças e de adolescentes, com foco na garantia dos direitos, através dos meios de comunicação.</p> <p>Distribuir o estatuto da criança e do adolescente nas entidades cadastradas</p> <p>Produzir e distribuir portfólio do CMDCA de Lauro Muller nos estabelecimentos comerciais, entidades cadastradas, fundações, ONGs entre outras.</p>	Primeiro semestre de 2014	CMDCA
Consolidar políticas de atenção à saúde de criança e adolescente e suas famílias	<p>Acompanhar e monitorar ações para a implantação do Sistema de Saúde Mental em Lauro Muller</p> <p>Fomentar no município a criação de grupos de apoio à adolescentes grávidas e suas famílias</p>	Segundo semestre de 2014	CMDCA
Ampliar o acesso a políticas e programas que garantam o direito ao esporte e ao lazer	<p>Incentivar ações que possam ampliar programas de esporte e lazer gerenciados pela secretaria de esportes, com recursos federais e/ou municipais, voltados à criança e adolescente.</p> <p>Incentivar projetos de capacitação para os profissionais do esporte proporcionando o debate a respeito do protagonismo infanto-juvenil</p>	Primeiro semestre de 2014	CMDCA

Apoiar a universalização ao acesso e a permanência de crianças e adolescentes na educação	<p>Articular junto ao conselho municipal de educação e a secretaria de educação a discussão da política de educação desenvolvida no município.</p> <p>Realizar diagnóstico para levantamento de necessidade de oferta de creches no município.</p> <p>Incentivar o programa BPC na escola, e sua legitimidade no município, conforme a política nacional de assistência social.</p>	Primeiro semestre de 2014	CMDCA Secretaria de educação e Conselho municipal de educação
Ampliar o acesso e a oferta de políticas culturais nas suas diversas expressões e manifestações	Apoiar ações para a realização de ações voltadas ao incentivo à leitura e a cultura local ou regional, como Noite Cultural e Café Literário (Sarau) com o foco na aproximação família e escola.	Segundo semestre de 2014	Secretaria de educação
Implementar campanhas de combate a violações de direitos praticados contra crianças e adolescentes	<p>Articular e/ou apoiar eventos e/ou campanhas alusivas a datas e temáticas específicas, dentre outras, como as exemplificadas abaixo:</p> <p><input type="checkbox"/> Dia de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (18 de maio e 24 de setembro)</p> <p><input type="checkbox"/> Aniversário do ECA (13 de julho)</p> <p><input type="checkbox"/> Dia da criança (12 de outubro)</p> <p><input type="checkbox"/> Dia do conselheiro tutelar (18 de novembro)</p> <p><input type="checkbox"/> Prevenção de drogas</p> <p><input type="checkbox"/> Enfrentamento à violência</p> <p><input type="checkbox"/> Famílias acolhedoras</p>	Ação continuada Conforme as datas específicas	CMDCA e Sistema de Garantia de Direitos
Captar recursos para o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente por meio de doações de pessoa física e jurídica, multas e penalidades administrativas, etc.	<p>Fazer campanha publicitária sobre como proceder às doações</p> <p>Criar programa de incentivo às empresas que efetivarem seu compromisso social com crianças e adolescentes (ex: selo criança)</p> <p>Mobilizar eventos públicos para incentivar doações de pessoas físicas e jurídicas</p> <p>Realizar campanha junto aos contadores da cidade a fim de auxiliarem seus clientes a realizar doações com deduções do imposto de renda</p>		CMDCA

Incentivar a implementação de políticas públicas de promoção e prevenção na área da infância e da adolescência, por meio do fortalecimento das entidades	Definir critérios de repasse de recursos do FIA para as entidades, buscando incentivar a implementação de políticas públicas inovadoras e complementares (conforme resolução do CONANDA 137/2010) na promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente		
--	--	--	--

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 306/2014

PORTARIA Nº 306 DE 11 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VERA MARCIA ANTUNES, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/03/2014, ficando sua vaga vinculada a licença de Aléia Aparecida Preto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 307/2014

PORTARIA Nº 307 DE 11 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/03/2014, ficando sua vaga vinculada a licença de Saryta Ines Castilho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 308/2014

PORTARIA Nº 308 DE 14 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, EDNA CARVALHO DO VALE, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 14/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 14 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 14 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 309/2014

PORTARIA Nº 309 DE 17 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, SABRINA VESARO, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 310/2014

PORTARIA Nº 310 DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JOCIVANIA PESENTI, Diretor de Departamento, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 03/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 311/2014

PORTARIA Nº 311 DE 17 DE MARÇO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 312/2014

PORTARIA Nº 312 DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária VIVIANE APARECIDA DA SILVA, Oficial Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 13/03/2013 à 12/03/2014, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria Nº 313/2014

PORTARIA Nº 313 DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária LOENI ROSA DE OLIVEIRA, Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 314/2014

PORTARIA Nº 314 DE 17 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR DARCI DEBIAZZI, para ocupar o cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, com lotação na Secretaria de Planejamento e Habitação, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 315/2014

PORTARIA Nº 315 DE 17 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR AMILTON DIAS DE LIMA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 316/2014

PORTARIA Nº 316 DE 17 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR GILMAR CRISTORIO PRATES, para ocupar o cargo de INTENDENTE DISTRITAL, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, com carga horaria de 10 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 317/2014

PORTARIA Nº 317 DE 17 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARCELO RENATO SCHEFFER, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 318/2014

PORTARIA Nº 318 DE 18 DE MARÇO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, JOSIELE DO ROSARIO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 319/2014

PORTARIA Nº 319 DE 18 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ANTONIA MARIA BERTOTTO, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 320/2014

PORTARIA Nº 320 DE 18 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VIVIAN PEREIRA TELLES, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 321/2014

PORTARIA Nº 321 DE 18 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 322/2014

PORTARIA Nº 322 DE 18 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, SCHELLA ALVES DOS SANTOS BARRETO, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 323/2014

PORTARIA Nº 323 DE 18 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, DIANA VANESSA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 324/2014

PORTARIA Nº 324 DE 19 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ELAINE DE FATIMA FELIPE, para exercer o cargo de Servente de Serviços, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 325/2014

PORTARIA Nº 325 DE 19 DE MARÇO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, GRAZIELI SOUZA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 19/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 326/2014

PORTARIA Nº 326 DE 20 DE MARÇO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, VALDIR DO ROSARIO, do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 20/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 327/2014

PORTARIA Nº 327 DE 20 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei

Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, EDRI JOSE FERREIRA, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 328/2014

PORTARIA Nº 328 DE 20 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ROSIANE APARECIDA PIRES DE MORAES, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 329/2014

PORTARIA Nº 329 DE 20 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JUCIELE MARTA NOGUEIRA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 330/2014

PORTARIA Nº 330 DE 21 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ALINE DO PRADO FRANÇA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de março de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 331/2014

PORTARIA Nº 331 DE 21 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JOVANI PESENTI, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 332/2014

PORTARIA Nº 332 DE 21 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VALDEVINO DE OLIVEIRA LARA, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 334/2014

PORTARIA Nº 334 DE 24 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário SIDINEI DE SOUZA FARIAS, Motorista, lotado na Secretaria de Administração, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 14/02/2013 à 13/02//2014, a partir de 23/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 24 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria Nº 333/2014

PORTARIA Nº 333 DE 24 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JOSIANE FERNANDES CARDOZO, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 24/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 24 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 335/2014

PORTARIA Nº 335 DE 24 DE MARÇO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 31/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 24 de março de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Extrato de Contrato

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 018/2014, no uso de suas atribuições legais faz publicar: Contrato de Prestação de Serviços Nº34/2014 – Sequencia nº 538

Contratante...: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

Contratada...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL- CIGA

Valor : 3.840,00 (Três mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : O contrato visa disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lebon Régis ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa do CIGA nº 01/2012-276.

Mairon Leonam
Presidente

Leoberto Leal**PREFEITURA****Termo de Adesão Serviço Voluntário N.º 001/2014**

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2014

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Edson Flores da Cunha, residente e domiciliado a Rua Mainolvo Lehmkuhl, s/n, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 707.436.499-15, RG nº 2.046.495, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades Administrativas, Gerenciais e Gestão Operacional.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto ao Gabinete da Prefeita Municipal, visando sempre o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a juízo das partes.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica.

DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 21 de fevereiro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

EDSON FLORES DA CUNHA
Voluntário

TESTEMUNHAS
KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA MARCIO LOPES
CPF 948.384.109-72 CPF 715.711.679-00

Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2014-PMLL MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014, com data de 24 de março de 2014, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, CNPJ sob nº 83.052.191/0027-00, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, para disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho – PAT, viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais, disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no PAT, fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município, acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao PAT no Município, implementar os trabalhos de interesse do Município e os que lhe couberem no PAT, participar de reuniões quando solicitadas e responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal, o valor estimado para a contratação é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), sendo pago em 09 (nove) parcelas. Leoberto Leal/SC, 24 de março de 2014. JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN – Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos do art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal.

Leoberto Leal/SC, 24 de março de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Edital de Receita FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

12/02/2014	Programa IGD SUAS	500,00
13/02/2014	Programa IGD-M Bolsa Família	1.375,00
25/02/2014	Programa Piso Básico Fixo	6.000,00
28/02/2014	Programa SCFV	10.800,00
28/02/2014	Programa SCFV	27.000,00

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Edital de Receita FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

04/02/2014	Componente Básico da Assistência Farmacêutica	2.380,85
04/02/2014	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade –PMAQ	2.200,00
04/02/2014	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade –PMAQ	2.200,00
11/02/2014	Piso de Atenção Básica PAB Fixo	11.210,00
19/02/2014	Programa Agentes Comunitários de Saúde /PACS Vigilância Sanitária	12.168,00
20/02/2014	Programa MAC Atenção de Média e Alta Complexidade	565,50

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Edital de Receita FMSESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EM nº 042/2013 Luzerna, 12 de novembro de 2013.

Senhor Prefeito:

1. Para reforço da dotação orçamentária consignada ao orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, na Atividade – 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, na Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes, na Fonte de Recursos - 0.1.23 – Transferência de Convênio do Estado para SUS, submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência, o Projeto de Decreto incluso, no valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

2. Os recursos decorrentes desta suplementação, são oriundos do excesso de arrecadação verificado até 12 de novembro de 2013, e que servirão para empenhamento e consequente pagamento das despesas objeto do convênio "Qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde(SUS), especialmente para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (Participa SUS), com foco na promoção da equipe em saúde e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestoras Regionais - CIR e do Sistema de Planejamento do SUS." (Portaria 2.979, de 15 de dezembro de 2011)

3. Este ato tem amparo legal no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e inciso I do artigo nº 22, da Lei Municipal nº 1.076/12 (Orçamento-Programa para 2013).

4. Por isso, sugiro a Vossa Excelência, a edição do Decreto, na forma em que se encontra redigido.

Respeitosamente

Walmor Silvestre Dresch Neto Stroehr
Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Assistência SocialExcelentíssimo Senhor
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal
Nesta.**Edital de Receita PML**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

19/02/2014	Transferência Salário Educação	43.881,85
------------	--------------------------------	-----------

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal**Edital de Receita PML**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB:

30/01/2014	Projeto COHAB Cidadã	6.589,50
------------	----------------------	----------

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal**Decreto 1768**

DECRETO Nº 1768 de 21 de março de 2014.

"FIXA O VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO MENSAL E AUXÍLIO TRANSPORTE A SER PAGO AOS ESTAGIÁRIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 777 de 20 de março de 2008 alterada pela Lei nº 841 de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado o valor da bolsa-auxílio mensal a ser pago aos estagiários não obrigatórios que atuam no MUNICÍPIO DE LUZERNA, conforme descrito na Tabela I:

TABELA I

Nível de Ensino	Jornada de Atividade em Estágio	Bolsa-Auxílio mensal
Estagiário Ensino Médio	04 horas/dia	R\$ 450,00
Estagiário Ensino Técnico	06 horas/dia	R\$ 580,00
Estagiário Ensino Superior	06 horas/dia	R\$ 700,00

Art.2º - Para jornadas de atividade em estágio inferiores às fixadas na Tabela I, o valor da bolsa será proporcional às horas de atividades realizadas.

Art.3º - Fica fixado o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) para subsídio do Auxílio Transporte a ser pago aos estagiários não obrigatórios, que atuam no Município de Luzerna e comprovem a necessidade de auxílio transporte, repassado em espécie, juntamente com o pagamento das bolsas auxílio, mediante a apresentação, ao Setor de Desenvolvimento Humano, dos seguintes documentos:

- a) Declaração solicitando o auxílio transporte;
- b) Comprovante de residência atual.

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2014.

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação Deserta -PL 025.2014 - PP 012.2014 - Aquisição de Veículo - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 0025/2014 – FMS

Pregão nº 0012/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR S. DRESCH STRÖHER no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 0025/2014, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 12 de março de 2014; Mural Público a partir do dia 11 de março de 2014 e no site do Município no dia 11 de março de 2014, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 20 de março de 2014.

WALMOR S. DRESCH STRÖHER

Gestor do FMS

Decreto 1769

DECRETO Nº 1769 de 24 de março de 2014.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10 da Lei nº 1098 de 02.04.2013, e

CONSIDERANDO a Ata nº 005/14 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO/CMI, em 19 de março de 2014,

D E C R E T A:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO/CMI, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE LUZERNA**CAPITULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º- O presente REGIMENTO INTERNO trata da organização, atuação, finalidade e competência do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Luzerna, criado pela Lei nº 1098 de 02 de abril de 2013.

CAPITULO II**CATEGORIA E FINALIDADES**

Art.2º- O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Luzerna, com sede e foro neste Município, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Luzerna, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, criado pela Lei, 1098 de 02 de abril de 2013, tem por finalidade:

I. Zelar pela implementação, defesa e promoção dos direitos da

pessoa idosa;

II. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução.

III. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842 de 04/01/1994, a Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal.

IV. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

V. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violações dos direitos do idoso e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação.

VI. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial do idoso .

VIII. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social com relação ao Idoso, bem como apanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

IX. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

X. Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XI. Convocar e promover as Conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direito do Idoso (CNDI);

XII. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

XIII. Elaborar e revisar o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, submetendo-o à apreciação, no prazo fixado.

XIV. Manter a integração com os Conselhos Municipais, estadual e nacional congêneres, bem como organismos internacionais que tenham atuação quanto à proteção, amparo e promoção dos direitos e interesses do idoso.

CAPITULO II**ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO****SEÇÃO I****DA COMPOSIÇÃO**

Art.3º - O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO será composto por 08(oito) membros, com seus respectivos suplentes, compostos paritariamente de órgãos governamentais e não-governamentais, assim definidos:

I - 02 representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo 01 representando o Setor de Saúde e 01 representando o Setor de Bem Estar Social;

II - 01 representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

III - 01 representante da Secretaria de Fazenda e Administração.

VI - 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Centro);

V - 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Interior);

VI - 01 representante de entidades prestadoras de serviços à comunidade de caráter assistencial ou de atendimento ao idoso;

VII - 01 representante de entidade de ensino superior.

Art.4º - Os membros do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas na Lei 1098/ 2013.

§1º- Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§2º- Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

§3º - Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicam seus representantes.

Art.5º - Os representantes das organizações da sociedade civil serão escolhidos por meio de votação, em Fóruns Específicos.

§1º- A eleição para a escolha das entidades não governamentais será convocada pelo Conselho Municipal do Idoso por meio de edital, publicado no diário Oficial do Estado/Município, onde houver, ou dada a publicação de costume, 60 (sessenta) dias antes do final do mandato.

§2º- As entidades não governamentais indicarão os membros titulares e suplentes para comporem o conselho.

§3º- A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada pelo menos 30 dias antes do final do mandato.

Art.6º - A função do membro do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO não será remunerada e se exercício será considerado de relevante interesse público.

Art.7º- As entidades não governamentais representadas no CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - Extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II- Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;

III - Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave devidamente comprovadas;

Art. 8º - Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III- Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

§1º- O Conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, após apreciação pelo Plenário.

§2º- O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação pelo Prefeito Municipal.

§3º- Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art.9º - Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 10 - Aos membros do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO cabe:

I- Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;

II- Justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião seguinte.

III- Assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

IV- Solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V- Debater e votar a matéria em discussão;

VI- Requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou secretaria;

VII- Pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requer adiamento da votação;

VIII- Apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

IX- Proferir declarações de voto, quando o desejar;

X- Propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;

XI- Propor à Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;

XII- Apresentar questões de ordem na reunião;

XIII- Acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV- Apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XV- Propor alterações no Regimento Interno do Conselho;

XVI- Votar e ser votado para cargos do Conselho;

XVII- Requisitar à Secretaria e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVIII- Fornecer a Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XIX- Requerer votação de matéria em regime de urgência;

XX- Apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre os assuntos ligados ao idoso;

XXI- Deliberar sobre propostas moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao idoso;

XXII- Deliberar sobre propostas, pareceres, recomendações emitidas pelos grupos temáticas;

XXIII- Participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento;

Art.11 - A substituição do Conselheiro suplente completará o mandato do substituído:

I- Em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;

II- No caso de falta do conselheiro titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico.

III- Quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

CAPITULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 12 - O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO estruturar-se-á em:

I- Plenário

II- Secretaria

III- Comissões Permanentes;

IV- Grupos Temáticos

Parágrafo Único - O Plenário é composto pelos Conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art.13 - O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO terá uma Diretoria, constituída por um Presidente e um Vice-Presidente.

Art.14 - O Presidente e o Vice-Presidente do CONSELHO MUNICIPAL

DO IDOSO serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus pares, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, conforme o disposto na Lei n. 1098 de 2002.

Art.15 - Compete ao Presidente:

I- Cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal do Idoso;
II- Representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
III- Convocar e presidir as seções da Plenária;
IV- Submeter a pauta à aprovação da Plenária;
V- Submeter à votação as matérias a serem decididas pela plenária intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo, sempre que necessário;
VI- Participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselhos;
VII- Praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
VIII- Assinar resoluções, portarias e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro conselheiro;
IX- Delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
X- Submeter a plenária o relatório anual do Conselho;
XI- Propor a criação e dissolução de Grupos Temáticos, conforme a necessidade;
XII- Nomear conselheiros para participar dos Grupos Temáticos bem como seus respectivos integrantes;
XIII- Dar publicidade às decisões do Conselho;
XIV- Consultar a Assembleia Geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;
XV- Convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;
XVI- Decidir sobre questões de ordem;
XVII- Desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Presidência;
XVIII- Exercer o voto de qualidade, sempre houver empate;
XIX- Aprovar e encaminhar, "ad referendum", assuntos de caráter administrativo, quando não for possível reunir a Plenária para sua deliberação;
XX- Solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.
Parágrafo Único - O Vice-Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

Art. 16 - São atribuições do Vice-Presidente:

I- Substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando do mandato neste último caso;
II- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
III- Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo presidente.

**SEÇÃO III
DO PLENÁRIO**

Art. 17 - Cabe ao Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO:

I- Deliberar, por maioria absoluta:
a) Nos casos de alteração do regimento interno;
b) Na eleição direta do Presidente e vice-presidente;
c) Quanto a destinação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

Art.18 - Todas as sessões do Conselho serão públicas, precedidas de ampla divulgação e as Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para serem amplamente divulgada como de costume.

Art.19 - O Conselho reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocado por escrito pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Na convocação deverá constar a Ordem do Dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art.20 - As reuniões terão sua pauta preparada pela Secretária, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

I- Abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II- Avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;

III- Outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

Parágrafo Único - A Ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 21 - Os trabalhos das reuniões terá a seguinte ordem:

I- Verificação do quorum necessário para a instalação dos trabalhos;

II- Apresentação das justificativas de ausências;

III- Abertura da sessão pelo Presidente;

IV- Leitura da ata anterior, pelo Secretário, sua discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;

V- Enviada a ata por meio eletrônico, fica dispensada sua leitura, sendo examinados apenas os destaques;

VI- Comunicação do Presidente;

VII- Comunicações dos demais membros do Conselho;

VIII- Leitura do expediente;

IX- Leitura da Pauta do dia;

X- Pedido de inclusão de matéria nova na "ordem do dia";

XI- Discussão e votação da "ordem do dia";

XII- Apresentação dos relatórios das Comissões permanentes e grupos temáticos;

XIII- Deliberações e encaminhamentos;

XIV- Encerramento da sessão;

§1º - Havendo número legal será iniciada a sessão;

§2º - Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quorum, ficará adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário colher assinaturas dos presentes.

§3º - Ausente o Secretário, o Presidente nomeará um ad hoc.

§4º - Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art.22 - As Atas das sessões serão lavradas pela Secretaria onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

§1º - Os assuntos tratados serão registrados em Ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as Resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§2º - Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão e nesta serão consignados em Ata.

Art.23 - As sessões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo Único - Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

**SEÇÃO IV
DAS COMISSÕES E GRUPOS TEMÁTICOS**

Art.24 - As Comissões Permanentes de natureza técnica será constituídas com caráter permanente e os Grupos Temáticos terão

caráter transitório, com tarefas e prazos determinados. Serão constituídas por representantes governamentais e não governamentais e compostas de, no mínimo, 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus Coordenadores.

Parágrafo Único - Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo conselho;
- b) Comissão de normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;
- c) Comissão de Comunicação Social;
- d) Comissão de orçamento e finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento idoso elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do fundo especial municipal e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados.
- e) Comissão de articulação dos Conselhos.

SEÇÃO V DA SECRETARIA

Art. 25 - São atribuições do Secretário-Executivo:

- I- Secretariar as reuniões sessões do Conselho;
- II- Tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;
- III- Encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- IV- Prestar, no plenário, as informações que lhe forem solicitados pela Diretoria ou por Conselheiros;
- V- Redigir as atas das sessões do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, bem como colher as assinaturas dos presentes;
- VI- Controlar a assinatura dos conselheiros comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de duas sessões consecutivas ou quatro intercaladas
- VII- Proceder à leitura das Atas no início das sessões do Conselho;
- VIII- Providenciar cópia e extrato da Ata já aprovada, afixando-a em lugar de costume ou providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;
- IX- Receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente, afixando a pauta no lugar de costume.
- X- Informar aos Conselheiros o calendário de sessões apazadas das sessões e respectivas pautas;
- XI- Receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;
- XII- Proceder à leitura da pauta das sessões;
- XIII- Desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 26 - A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - A Secretaria ficará sob supervisão direta da Diretoria do Conselho Municipal do Idoso.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art.28 - As decisões do Conselho que criem despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros e dotação disponíveis.

Art. 29 - O presente regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros, no mínimo.

Art. 30 - Este regimento interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Extrato de Homologação - PL 024/2014 - PP 011/2014- Camisetas - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0024/2014 - FMS
Pregão Presencial nº 0011/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0024/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição, de forma parcela, de camisetas serigrafadas, de cunho e função informativa, para utilização pelos servidores do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):
*SAMOURA CONFECÇÕES LTDA -ME

- Valor Contratado: 4.332,00

Luzerna (SC), 24 de março de 2014.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS

Decreto 1770

DECRETO Nº 1770 de 24 de março de 2014.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUZERNA - COMDIM/LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1090 de 05.03.2013, e

CONSIDERANDO a Ata nº 002/14 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUZERNA - COMDIM/LUZERNA, em 07 de março de 2014,

D E C R E T A:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUZERNA - COMDIM/LUZERNA, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUZERNA - COMDIM DE LUZERNA

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, instituído pela Lei Municipal nº 1090 de 05 de março de 2013, órgão consultivo e deliberativo, vinculado administrativamente a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tem por finalidade promover na Administração Municipal, políticas públicas que visem a eliminar a discriminação da mulher assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais, sendo o seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

Parágrafo Único - A expressão CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER e a sigla COMDIM, se equivalem para efeitos de referência e comunicação.

CAPITULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art.2º - As competências do COMDIM são as seguintes:

I - fiscalizar o cumprimento de Leis que atendam aos interesses das mulheres;

II - formular diretrizes e propor atividades que objetivem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações e a plena integração da mulher na vida social, econômica, política e cultural;

III - monitorar a elaboração de Programas do Governo em questões relacionadas aos interesses das mulheres;

IV- emitir pareceres sobre projetos relativos à questão da mulher quer sejam de iniciativas do Executivo, do Legislativo ou da Sociedade Civil;

V - sugerir ao Poder Executivo e à Câmara Municipal, a elaboração de projetos que visem assegurar ou ampliar os direitos da mulher e a eliminar da legislação disposições discriminatórias;

VI - estabelecer intercâmbios com entidades afins, que garantam a participação do COMDIM nos eventos e projetos que possam ocorrer em nível local, estadual e federal;

VII- criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para promover estudos, elaborar projetos, fornecer subsídios ou sugestões para apreciação pelo Conselho, com prazo previamente fixado;

VIII - elaborar seu regimento interno, no prazo de 120 (cento e vinte dias) após a eleição e posse das Conselheiras;

IX - articular entidades e grupos de mulheres que comungam de propostas e tomam iniciativas educativas, formativas de integração social, para garantir um processo de libertação e valorização da mulher.

CAPITULO III DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO

Art.3º- O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER tem a seguinte Diretoria:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Secretária.

Art.4º - O mandato de conselheira será de 02 (dois) anos, podendo ser permitida somente uma reindicação ou reeleição para o mandato imediatamente subsequente.

Art.5º- A Conselheira que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas sem justificativa aceita, deixará de integrar o Conselho.

§1º - Sendo dispensada a titular, será substituída pela suplente.

§2º- Sendo dispensadas a titular e a suplente, as entidades representativas farão novas indicações.

Art. 6º - As suplentes poderão ser convocadas para as reuniões do Colegiado e terão direito a voto, na ausência da titular.

Art.7º- A Presidente, Vice-Presidente e Secretária serão

ordinariamente escolhidas na primeira reunião após a posse das Conselheiras, podendo as candidaturas ocorrerem neste mesma ocasião. As candidaturas serão feitas individualmente, para cada um dos cargos previstos no art. 3º deste Regimento, sendo considerada eleita a mais votada.

Parágrafo Único - A Presidente será em um mandato das entidades não governamentais e no seguinte do órgão governamental e assim sucessivamente, a fim de que seja respeitada a alternância.

Art. 8º A Presidente exercerá as seguintes funções:

I- Presidir e coordenar o funcionamento, inclusive as reuniões do COMDIM;

II- Representar o COMDIM;

III- Estabelecer parcerias com outras entidades, empresas privadas e entes públicos;

IV- Sugerir estudos e medidas visando à melhoria da execução das atividades do COMDIM;

V- Comunicar aos órgãos representativos no COMDIM as recomendações do conselho Estadual e Nacional.

VI- Apresentar à Diretoria, para aprovação, o programa e o relatório de atividades do COMDIM;

VII- Autorizar a apresentação de matérias nas reuniões por pessoas que não sejam conselheiras;

VIII- Praticar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades da Diretoria, que lhe forem oficialmente atribuídos;

IX- Requisitar recursos humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

X- Propor a criação de comissões formadas por representantes de Secretarias Municipais e órgãos vinculados, com o objetivo de viabilizar a implementação de políticas de gênero na estrutura governamental;

XI- Zelar pela observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos nas esferas municipal, estadual e federal;

XII- Convocar entidades, empresas, profissionais autônomos ou órgãos governamentais para colaborar no desenvolvimento de projetos;

XIII- Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

Art.9º- A Vice-Presidente deverá assumir as atribuições do artigo anterior, em caso de impedimento da Presidente.

Art.10 - A Secretária incumbe:

I- Auxiliar a Presidência nos serviços administrativos;

II- Despachar com a Presidência e a Vice-Presidência os assuntos pertinentes ao Conselho;

III- Comunicar e/ou entregar a convocação para as reuniões, expedir e receber correspondências;

IV- Elaborar as atas das reuniões e colher as assinaturas dos participantes.

Art.11 - Às Conselheiras compete:

I - Comparecer as reuniões e manifestar sua opinião sobre as matérias em discussão;

II - Estudar e relatar materiais que lhe forem estabelecidas pela Diretoria, no prazo solicitado;

III - Apresentar à Diretoria matérias de interesse da instituição que representa, como também outras demandas da população feminina;

IV - Propor e apoiar o intercâmbio e a articulação entre instituições governamentais e privadas, no âmbito das áreas de atuação do COMDIM;

V - Atuar na mobilização da sociedade visando a eliminação dos preconceitos e discriminação contra a mulher;

VI - Desempenhar outras atividades afins que lhes forem atribuídas pela Presidência ou diretoria.

SEÇÃO II DAS REUNIÕES

Art.12 - O COMDIM reunir-se-á através da Diretoria por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias, registradas em Ata:

I - As reuniões ordinárias ocorrerão bimestralmente em local, dia e horário a ser designado pela Diretoria;

II - As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que convocadas pela Presidência ou solicitadas pela maioria dos membros da Diretoria;

III - A convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias será feita por edital, circulares ou outros meios de comunicação, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas), acompanhada da pauta.

IV - As reuniões serão realizadas com a maioria dos membros em primeira convocação e em segunda, com qualquer número;

V - Os temas a serem inseridos como sugestão de pauta, deverão ser encaminhados à Secretária até 72hrs (setenta e duas horas) antes da reunião.

VI - As reuniões da Diretoria terão duração de no máximo 02(duas) horas com tolerância de atraso de 15 (quinze) minutos para a abertura. Os assuntos porventura não apreciados em virtude do término do tempo serão automaticamente inseridos na pauta da próxima reunião ordinária, podendo ainda ser objeto de reunião extraordinária, na forma prevista neste regimento.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.13 - A função de membro do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER não será remunerada e se exercício será considerado de relevante interesse público.

Art.14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art.15 - As decisões do Conselho que criem despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros e dotação disponíveis.

Art. 16 - O presente regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros, no mínimo.

Art. 17 - Este regimento interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Pregão Presencial - PL 031.2014 - PP 014.2014 - Material de Expediente - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0031/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0014/2014 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de material expediente e material didático destinado à manutenção das atividades da Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme descrições em Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 02 de abril de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 02 de abril de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Relatorio de Compras PML

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AE INDUSTRIA DE MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - IN	REFORMA DE ARMÁRIOS	468	10,000	220,0000	2.200,00
ALCIR JOÃO DENARDI	DIÁRIA	365	3,000	230,0000	690,00
ALCIR JOÃO DENARDI	DIÁRIA	454	1,000	230,0000	230,00
ALEXANDER ROVER	DIÁRIA	634	0,500	140,0000	70,00
ANDRESSA DALLA LANA	CONTRATAÇÃO DE NUTRICIONISTA - 30H SEMANAIS	674	132,000	10,8000	1.425,60
ANGELO BRANDALISE JUNIOR	DIÁRIA	366	3,000	230,0000	690,00
ARNALDO HACK	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA	480	10,000	35,0000	350,00
ASSOC. DE ARTESÃOS, ART. PLAST. E PROD. CA	MASSA ALIMENTÍCIA RECHEADA	519	70,000	0,5600	39,20
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 03 - Matulino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e vic	682	312,280	4,4500	1.389,65
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 03 - Matulino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e vic	683	287,720	4,4500	1.280,35
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 04 - Vespertino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e v	683	146,002	4,4500	649,71
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 04 - Vespertino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e v	685	498,998	4,4500	2.220,54
AUTO POSTO LUZERNA LTDA	CAMISETA MANGA LONGA, TAMANHO G		1,0000	1,0000	1,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	ADESIVO CASCOLA 730GR	415	3,000	19,9000	59,70
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	BOCAL E-40	416	20,000	5,9000	118,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	CABO PP 0,6/1KV 2 X 2,5 MM	414	100,000	2,4500	245,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	CABO PP 0,6/1KV 2x1,5 mm	414	100,000	1,5500	155,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	CABO PP V 4 x 6,0 mm	416	100,000	9,8500	985,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	CAL PARA PINTURA COM 8KG	413	10,000	5,9800	59,80
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	CIMENTO SACO COM 50kg	412	50,000	23,0000	1.150,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	FERRO DE CONSTRUÇÃO 1/2 (12mm)- 12 METROS	412	2,000	49,9000	99,80
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	FERRO DE CONSTRUÇÃO 3/8 (10mm) - 12 METROS	412	2,000	33,9000	67,80
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	FITA ISOLANTE 19 x 20 mt	416	10,000	4,2700	42,70
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	GLOBOFIX FIXADOR P/ PINTURA EM CAL	413	10,000	1,1900	11,90
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE 40w / 220V	401	60,000	4,6900	281,40
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	TEE ADAPTADOR	416	20,000	4,8000	96,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	THINNER 5 LT	415	2,000	39,9000	79,80
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	TUJOL 6 FUROS 14 x 9 x 24 cm	412	200,000	0,5200	104,00
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA	TINTA ESMALTE 3,6 LT - CORES DIVERSAS - PREMIUM	415	3,000	51,9000	155,70
BETHA SISTEMAS LTDA	Reembolso das despesas de deslocamento no suporte	425	2.000,000	0,6000	1.200,00
BETHA SISTEMAS LTDA	Reembolso das despesas de estada e alimentapão no	425	10,000	110,0000	1.100,00
BETHA SISTEMAS LTDA	Suporte técnico apz/s implantapão dos sistemas	425	70,000	60,0000	4.200,00
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	DISJUNTOR UMIPOLAR 50ª	417	2,000	12,1200	24,24
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	INTERRUPTOR SIMPLES COM PLACA	417	2,000	3,7500	7,50
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LÂMPADA ECONOMICA 15W	417	5,000	7,5400	37,70
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LÂMPADA ECONÔMICA ESPIRAL 25w	417	5,000	11,0400	55,20
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PINO ADAPTADOR 2P + T UNIVERSAL	417	2,000	5,4900	10,98
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	REATOR ELETRÔNICO 2x40w	417	20,000	21,0000	420,00
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	STAR FS4 - 40W	417	50,000	0,5000	25,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA DE EMBUTIR 2P + T	417	5,000	4,1500	20,75
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA DE SOPREPOR 2P	417	5,000	3,1000	15,50
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA DE TELEFONE UNIVERSAL	417	2,000	3,2600	6,52
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA FONE	417	2,000	3,2600	6,52
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	404	1,000	64,0000	64,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	405	1,000	1,425,0000	1,425,00
C & C SERVIÇOS DE IMPRESSÕES LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PLOTAGEM E COPIA DE DOCUMENTOS	383	1,000	250,0000	250,00
CARTORIO DE PAZ - TABELIONATO E REGISTRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CARTORIO.	352	1,000	3,000,000	3,000,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	507	1,000	4,013,3500	4,013,35
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	508	1,000	392,0000	392,00
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	436	1,000	599,4000	599,40
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	437	1,000	168,5000	168,50
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 30x100cm	475	100,000	18,0000	1,800,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 40x100cm		16,000	23,0000	368,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 50x100cm		30,000	37,0000	1,110,00
CONSTRUTORA CONSTRULAGES LTDA - ME	SERVIÇO DE CONSERTO E REPOSIÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS	427	1,500,000	44,5000	66,750,00
CREA/SC CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON DE SC	PAGAMENTO DE TAXA	481	1,000	63,6400	63,64
CREA/SC CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON DE SC	PAGAMENTO DE TAXA	482	1,000	63,6400	63,64
CREA/SC CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON DE SC	PAGAMENTO DE TAXA	640	1,000	63,6400	63,64
DETONI E CIA LTDA - ME	AÇUCAREIRO INOX COM COLHER	423	6,000	21,4000	128,40
DETONI E CIA LTDA - ME	AÇUCAREIRO INOX COM COLHER COMPRIMENTO 14 CM	423	5,000	26,8600	134,30
DETONI E CIA LTDA - ME	ASSADEIRA OVAL COM ALÇA	423	6,000	36,0000	216,00
DETONI E CIA LTDA - ME	ASSADEIRA OVAL COM ALÇA	424	8,000	36,0000	288,00
DETONI E CIA LTDA - ME	ASSADEIRA OVAL MEDIA COM TAMPA DE PLASTICO	424	5,000	34,7000	173,50
DETONI E CIA LTDA - ME	ASSADEIRA QUADRADA EM ALUMINIO POLIDO 30CM	423	4,000	22,4000	89,60
DETONI E CIA LTDA - ME	BULE EM ALUMINIO COM 5 LITROS	423	5,000	57,0000	285,00
DETONI E CIA LTDA - ME	CAÇAROLA LINHA HOTEL 14 L	423	3,000	79,8000	239,40
DETONI E CIA LTDA - ME	CALDEIRÃO COM TAMPA	424	1,000	54,0000	54,00
DETONI E CIA LTDA - ME	COLHER DE COZINHA GRANDE COM CABO DE INOX	424	10,000	16,8000	168,00
DETONI E CIA LTDA - ME	COLHER PARA ARROZ EM INOX	423	20,000	7,0000	140,00
DETONI E CIA LTDA - ME	CONJUNTO DE UTENSÍLIOS NYLON COM, 5 PEÇAS	423	1,000	19,9000	19,90
DETONI E CIA LTDA - ME	CONJUNTO DE UTENSÍLIOS NYLON COM, 5 PEÇAS	424	1,000	19,9000	19,90
DETONI E CIA LTDA - ME	ESPATULA PARA BOLO	423	8,000	14,9000	119,20
DETONI E CIA LTDA - ME	PEGADOR DE MASSAS EM INOX	424	9,000	7,4000	66,60
DETONI E CIA LTDA - ME	RALADOR 4 FACES INOX	423	1,000	32,0000	32,00
DETONI E CIA LTDA - ME	RALADOR 4 FACES INOX	424	4,000	32,0000	128,00
DETONI E CIA LTDA - ME	TABUA RETANGULAR COM CABO EM MADEIRA	423	2,000	40,0000	80,00
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA	637	667,000	0,4199	280,07
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	IMPRESSORA COLORIDA	638	2,981,000	0,4199	1,251,72
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	635	3,780,000	0,0382	144,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	636	17,386,000	0,0382	664,15
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	637	9,297,000	0,0382	355,15
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	639	7,296,000	0,0382	278,71
DOUGLAS RICARDO TRIQUES	DIÁRIA	443	0,500	140,0000	70,00
DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA	RADIO COMUNICADOR	673	1,000	1,850,0000	1,850,00
EMBRATEL- EMP. BRASIL- TELECOMUNICAÇÕES	FATURA MENSAL DE TELEFONE	435	1,000	3,0500	3,05
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTÃO DE VISITA, NO TAMANHO 9x5CM, PAPEL COUCHE 400G	388	200,000	1,9000	380,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	Linha 02 - Matutino - Luzerna a Linha Passo da Invernada e v	689	420,000	4,4000	1,848,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	Linha 12 - Matutino - Luzerna à Linha Leãozinho/Bairro São J	689	630,000	4,5500	2,866,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	Linha 13 - Vespertino - Luzerna ao Bairro São João e Portal	689	210,000	4,5500	955,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	PASSAGEM DE ESTUDANTE	476	500,000	1,7500	875,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	PASSAGEM DE ESTUDANTE	477	500,000	1,7500	875,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	PASSAGEM DE ESTUDANTE	478	500,000	1,7500	875,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	PASSAGEM DE ESTUDANTE	680	5,870,000	1,1000	6,457,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTD	PASSAGEM DE ESTUDANTE	691	120,000	1,5000	180,00
ESCRIMATE COMERCIO DE MATERIAS DE ESCRI	CARTUCHO SCX 4623F (PRETO) SAMSUNG	466	10,000	186,5600	1,865,60
EVERTON KRUG	DIÁRIA	410	2,000	140,0000	280,00
F VACHILESKI E CIA LTDA ME	recapagem a quente de pneu 17,5 x 25	500	2,000	1,470,0000	2,940,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA ME	RECARGA DE BOTLUAO DE GAS P45		1,000	215,0000	215,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA ME	RECARGA DE BOTLUAO DE GAS P45		1,000	215,0000	215,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA ME	RECARGA DE BOTLUAO DE GAS P45	496	2,000	215,0000	430,00
FABRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME	SERVIÇOS DE CONCERTO E REPOSIÇÃO DE MEIO-FIO		45,300	35,5200	1,609,06
FABRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME	SERVIÇOS DE CONCERTO E REPOSIÇÃO DE MEIO-FIO	497	44,000	35,5200	1,562,88
FABRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME	SERVIÇOS DE CONCERTO E REPOSIÇÃO DE PASSEIOS PUBLICOS		975,000	32,0000	31,200,00
FEDERAÇÃO CATARINENSE DE JUDO	PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA SERVIDORES	408	1,000	150,0000	150,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	658	2,500	5,9000	14,75
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	660	22,000	5,9000	129,80
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	662	2,500	5,9000	14,75
FERRAL IND. ESQ. METALICAS LTDA	SUPORTE DE FERRO PARA MESA	499	1,000	160,0000	160,00
FERRAL IND. ESQ. METALICAS LTDA	SUPORTE DE FERRO PARA REDE	499	2,000	160,0000	320,00
GAPEN AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	PASSAGEM AEREA	672	1,000	659,9300	659,93
GAPEN AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	PASSAGEM AEREA	672	1,000	544,0000	544,00
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CAL HIDRATADO 20 Kg	418	4,000	8,2900	33,16
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CAL HIDRATADO 20 Kg	506	2,000	8,2900	16,58
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FERRO DE CONSTRUÇÃO 1/4 (6mm) - 12 METROS	491	5,000	16,8500	84,25
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FITA ZEBRADA S/ADESIVO 70mm	420	22,000	9,2000	202,40
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TORNEIRA ELÉTRICA DE BANCADA	419	2,000	165,0000	330,00
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	DIÁRIA	426	5,000	95,0000	475,00
GIOVANE APARECIDA AMARAL MAYER	PELICULA CONTROLE SOLAR	428	3,000	40,0000	120,00
GM SOM E ACESSORIOS LTDA	BLOCO DE REQUISICÃO DE COMBUSTIVEL COM 03 VIAS	459	50,000	3,3600	168,00
GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP					

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GRAFICA AMERICA LTDA ME	CARIMBO DE 4,5 x 1,8 cm	462	2,000	29,0000	58,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	CARIMBO DE 7,0 x 2,5 cm	462	2,000	37,5000	75,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	509	1,000	600,0000	600,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	510	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	511	1,000	400,0000	400,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	512	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	513	1,000	1,011,6700	1,011,67
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	514	1,000	94,0000	94,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	515	1,000	600,0000	600,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	516	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	517	1,000	1,866,6700	1,866,67
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	518	1,000	188,0000	188,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	CARTUCHO 105xl		10,000	20,2000	202,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	PAPEL SULFITE	467	300,000	10,4300	3,129,00
JOACABA PNEUS LTDA	PNEU 275/80 R 22.5 DIANTEIRO	465	2,000	1,118,8800	2,237,76
JOACABA PNEUS LTDA	PNEU 900/20 DIANTEIRO, MISTO, LISO, RADIAL	486	2,000	1,115,6400	2,231,28
JUDITE DELLAI MEI	CARCAÇA VIRABREQUIM	471	1,000	85,0000	85,00
JUDITE DELLAI MEI	CINTO DUPL0	471	7,000	50,0000	350,00
JUDITE DELLAI MEI	CONJUNTO VIRABREQUIM	471	1,000	95,0000	95,00
JUDITE DELLAI MEI	CORRENTE PARA MOTOSERRA 32	471	1,000	1,7000	1,70
JUDITE DELLAI MEI	FIO DE NYLON	471	8,000	113,5500	908,40
JUDITE DELLAI MEI	JUNTA MOTOR	471	1,000	5,0000	5,00
JUDITE DELLAI MEI	KIT PISTÃO E ANEIS	471	1,000	145,0000	145,00
JUDITE DELLAI MEI	LIMA MOTOSSERRA	471	3,000	9,0000	27,00
JUDITE DELLAI MEI	NAVALHA 3 PONTAS	471	3,000	35,0000	105,00
JUDITE DELLAI MEI	OLEO 2T	470	12,000	15,0000	180,00
JUDITE DELLAI MEI	PASSADOR UNIVERSAL	471	14,000	2,0000	28,00
JUDITE DELLAI MEI	POLOMATIC	471	16,000	22,0000	352,00
JUDITE DELLAI MEI	PORCA FACA	471	3,000	8,0000	24,00
JUDITE DELLAI MEI	REPARO CARBURADOR	471	5,000	32,0000	160,00
JUDITE DELLAI MEI	RETENTOR	471	2,000	8,0000	16,00
JUDITE DELLAI MEI	ROÇADEIRA	364	1,000	850,0000	850,00
JUDITE DELLAI MEI	ROLAMENTO AGULHA	471	1,000	15,0000	15,00
JUDITE DELLAI MEI	ROLAMENTO VIRABREQUIM	471	2,000	9,0000	18,00
JUDITE DELLAI MEI	TAMPA PARTIDA	471	1,000	145,0000	145,00
JUDITE DELLAI MEI	VELAS ROÇADEIRA	471	8,000	12,0000	96,00
L.G.C.R. COMPONENTES E SERVIÇOS LTDA-ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONCERTO DE NOBREAK	387	1,000	92,0000	92,00
L.G.C.R. COMPONENTES E SERVIÇOS LTDA-ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONCERTO DE NOBREAK	387	1,000	160,0000	160,00
L.G.C.R. COMPONENTES E SERVIÇOS LTDA-ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REVISÃO E CONCERTO DE IMPRESSORA HP	387	1,000	115,0000	115,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SUCO LÍQUIDO, EM EMBALAGEM TETRA PAK	520	4,000	5,7500	23,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BASE PARA RELE FOTO ELETRONICO, CORRENTE NOMINAL 10A, 220V,	354	1,000	2,0000	5,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BOCAL DE PORCELANA PARA LUMINARIA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E-27	354	1,000	2,3000	2,30
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CABO FLEXIVEL 2,5MM²	354	36,000	0,6000	21,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 260 MM, PADRÃO CELESC	354	2,000	15,9000	31,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 230MM, PADRÃO CELESC	354	2,000	18,0000	36,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONNECTOR AMPACTINHO TIPO I	354	5,000	2,6000	13,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONNECTOR AMPACTINHO TIPO II	354	5,000	2,2000	11,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONNECTOR AMPACTINHO TIPO III	354	2,000	1,5000	3,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONNECTOR DE PERFURAÇÃO (CONNECTOR PIRING), PARA UTILIZAÇÃO E	354	5,000	4,5000	22,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	Contratação de serviços, por hora trabalhada, de manutenção	355	52,000	29,0000	1,508,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	FITA ISOLANTE ADESIVA, PVC, ESPESSURA 0,19MM, LARGURA 19MM,	354	7,000	2,4000	16,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W - 220V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOI	354	10,000	14,8000	148,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO, 70W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	354	10,000	11,5000	115,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LUMINARIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, ALUMINIO ESTAMPAD	354	1,000	52,0000	52,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONADO 1010-1020, 16 X 300M	354	3,000	5,2000	15,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 100 MM	354	6,000	2,2000	13,20
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 200MM,	354	2,000	3,8000	7,60
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 250MM,	354	5,000	4,3000	21,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 250 W - 220	354	3,000	47,0000	141,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 70W - 220 V,	354	3,000	25,0000	75,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO/MERCURIO 400	354	2,000	59,0000	118,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	RELE FOTO ELETRONICO, RE-98 105 A 305V, AUTOMATICO, HOLOMOGA	354	4,000	10,9000	43,60
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ARRUELA	406	5,000	39,4000	197,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	DENTE CONCHA	406	5,000	208,0000	1,040,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TRAVA DO DENTE	406	5,000	26,5000	132,50
MARCELO COSTA BEBER	DIÁRIA	439	0,500	230,0000	115,00
MARCELO COSTA BEBER	DIÁRIA	441	0,500	230,0000	115,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	PEQUENAS PINTURAS	664	5,000	18,0000	90,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA (MADEIRA)	664	4,500	19,0000	85,50
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	664	6,500	19,0000	123,50
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	666	20,300	19,0000	385,70
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	667	36,000	19,0000	684,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	668	6,000	19,0000	114,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDTROSSANITÁRIOS	665	3,500	5,5000	19,25
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDTROSSANITÁRIOS	667	18,000	5,5000	99,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULO	369	143,000	38,0000	5.434,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	369	178,000	58,8648	10.442,33
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	369	24,000	55,0000	1.320,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	ACOPLEMENTO VARÃO	629	2,000	20,0000	40,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	ADITIVO PARA RADIADOR	631	2,000	24,0000	48,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	AMORTECEDOR TRASEIRO	376	2,000	104,0000	208,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BOMBA D' AGUA	626	1,000	92,0000	92,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BUCHA	376	2,000	18,0000	36,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BUCHA BANDEJA PARA VEICULO	376	4,000	9,8000	39,20
MECANICA FACIN LTDA - ME	CABO DE FREIO	380	2,000	26,0000	52,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CABO EMBREAGEM	378	1,000	62,0000	62,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CORPO DE BORBOLETA	378	1,000	474,0000	474,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	COXIM SUPERIOR DO AMORTECEDOR	376	2,000	48,0000	96,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE AR	376	1,000	29,0000	29,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE AR	624	1,000	23,0000	23,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE AR	630	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	376	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	379	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	630	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT AMORTECEDOR	376	2,000	18,0000	36,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT CVA	381	1,000	125,0000	125,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT EMBREAGEM	629	1,000	438,0000	438,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	LAMPADA PARA VEICULO	381	1,000	2,5000	2,50
MECANICA FACIN LTDA - ME	PALHETAS P/ VEÍCULO	377	1,000	86,0000	86,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PALHETAS P/ VEÍCULO	377	1,000	66,0000	66,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PRATO MOLA	376	1,000	22,0000	22,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	RETENTOR	380	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	370	9,000	28,0000	252,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	371	4,000	28,0000	112,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	372	1,000	28,0000	28,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	373	2,000	28,0000	56,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	374	3,500	28,0000	98,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	375	6,500	28,0000	182,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	625	0,500	28,0000	14,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	627	2,500	28,0000	70,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	628	9,000	28,0000	252,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	632	6,000	28,0000	168,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	TAMPA DO RADIADOR	626	1,000	12,0000	12,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	TAMPA OLEO	379	1,000	13,0000	13,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	VENTIL	376	2,000	3,5000	7,00
MERCADO RZ LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GAS	457	50,000	0,6000	30,00
MERCADO RZ LTDA	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL CX/ 50 UN, COM ELÁSTICO.	456	4,000	9,6500	38,60
MERCADO RZ LTDA	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	456	300,000	0,9400	282,00
MERCADO RZ LTDA	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	458	200,000	0,9400	188,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	368	1,000	100,0000	100,00
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	453	1,000	100,0000	100,00
MOISES DIERSMANN	DIÁRIA	363	0,500	290,0000	145,00
MOISES DIERSMANN	DIÁRIA	367	3,000	290,0000	870,00
MOISES DIERSMANN	DIÁRIA		1,000	290,0000	290,00
Nádia Aparecida Marquezze Mott	MONITORAMENTO DAS AULAS DE CULINÁRIA; ESCOLA PROFISSIONAL	645	24,000	34,0000	816,00
NILVA CARDOSO GAB	MONITORAMENTO DAS AULAS DE BORDADO, CROCHÊ E TRICÔ	643	56,000	22,0000	1232,00
NOVA NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	INTERNET	353	1,000	250,0000	250,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CERA EM PASTA C/ 13 KG	461	2,000	128,0000	256,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE		1,000	280,75	280,75
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	432	1,000	255,8600	255,86
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	433	1,000	415,0000	415,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	434	1,000	87,0900	87,09
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	460	1,000	280,7500	280,75
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	479	1,000	2.437,6400	2.437,64
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	681	1,000	148,9800	148,98
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	396	269,110	48,0000	12.917,28
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	397	52,670	48,0000	2.528,16
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	398	22,700	48,0000	1.089,60
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	399	102,040	48,0000	4.897,92
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	400	57,220	48,0000	2.746,56
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA GRADUADA, DESTINADA A BRITAGEM DAS ESTRADAS	446	123,450	48,0000	5.925,60
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	391	5,060	45,0000	227,70
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	392	21,430	45,0000	964,35
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	393	5,040	45,0000	226,80
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	394	65,480	45,0000	2.946,60
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	395	5,060	45,0000	227,70
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	399	9,470	45,0000	426,15
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	447	16,830	45,0000	757,35
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	448	5,830	45,0000	262,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA I	449	56,490	45,0000	2.542,05
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA II	446	7,900	45,0000	355,50
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	BRITA II	447	48,040	45,0000	2.161,80
POLICENO COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	Contratação de empresa especializada para a execução dos ser	421	1,000	63.963,0900	63.963,09
POLICENO COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	Contratação de empresa especializada para a execução dos ser	422	1,000	300.000,0000	300.000,00
RADIO LIDER DO VALE LTDA.	Inserções de 30" - AM	693	21,000	25,0000	525,00
RADIO LIDER DO VALE LTDA.	Inserções de 30" - AM	695	12,000	25,0000	300,00
RADIO LIDER DO VALE LTDA.	Programa de 30 minutos - AM	694	1,000	800,0000	800,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Inserção de 30" - FM	696	21,000	23,0000	483,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Inserção de 30" - FM	697	12,000	23,0000	276,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Inserção de 30" - FM	698	12,000	23,0000	276,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Programa de 05 minutos - FM	699	1,000	470,0000	470,00
RADIO TRANSOESTE LTDA	Inserções de 15" (quinze segundos) - FM	692	12,000	15,0000	180,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	502	1,000	80,0000	80,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	502	2,000	40,0000	80,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	RECAPAGEM A QUENTE 12.5/80 R18	501	2,000	610,0000	1.220,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	GASOLINA COMUM	455	2.000,000	3,1300	6.260,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Graxa - Rolamento c/ 20kg	492	1,000	185,0000	185,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	382	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo		1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo		1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	472	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	474	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	489	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	498	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	679	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	386	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	450	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	451	2,000	40,0000	80,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	473	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	490	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	495	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	677	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para categoria de veículos	678	2,000	40,0000	80,00
REFRIGERAÇÃO FRILAR LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONserto DE MAQUINA DE LAVAR	623	1,000	70,0000	70,00
REGINA CARIN JACOBY CUREAU	DIÁRIA	409	1,000	230,0000	230,00
RÉGIS VALTER WEISER	DIÁRIA	438	0,500	140,0000	70,00
RÉGIS VALTER WEISER	DIÁRIA	440	0,500	140,0000	70,00
RÉGIS VALTER WEISER	DIÁRIA	442	0,500	140,0000	70,00
REJANE BILIBIO	MONITORAMENTO DAS AULAS DE PINTURA, ESCOLA PROFISSIONAL	641	12,000	19,9900	239,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	BOBINA PAPEL DE PRESENTE ESTAMPADO	403	80,000	7,0000	560,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	BOBINA PAPEL DE PRESENTE LISO	403	80,000	6,7500	540,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	CADERNO DE CALIGRAFIA	463	100,000	0,4600	46,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO	402	300,000	0,9000	270,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO	403	100,000	0,9000	90,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	CIRCULADOR DE AR TURBO SILENCIO PRETO 40 CM		8,000	128,0000	1,024,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	ENVELOPE 16 x 22 - COLORIDO	403	500,000	0,2500	125,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	FOLHA E.V.A 800x600x2mm	403	1,500,000	1,5000	2,250,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PLACA DE ISOPOR DE 100cm x 50cm - 10mm DE ESPESSURA	463	10,000	2,5600	25,60
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PLACA DE ISOPOR DE 100cm x 50cm - 15mm DE ESPESSURA	463	10,000	4,0000	40,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PLACA DE ISOPOR DE 100cm x 50cm - 20mm DE ESPESSURA	463	10,000	5,3000	53,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PLACA DE ISOPOR DE 100cm x 50cm - 3 mm DE ESPESSURA	463	10,000	1,6000	16,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PLACA DE ISOPOR DE 100cm x 50cm - 5mm DE ESPESSURA	463	2,000	1,6000	3,20
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PUBLICA	PAGAMENTO DE TAXA DE REGISTRO DE VEÍCULO	503	1,000	214,1000	214,10
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PUBLICA	PAGAMENTO DE TAXA DE VISTORIA DE VEÍCULO	503	1,000	42,2300	42,23
SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM	PAGAMENTO DE CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR, ATUALIZAÇÃO ESCOLA	633	3,000	500,0000	1,500,00
SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME	TRANSPORTE DE AGRICULTORES	407	1,000	600,0000	600,00
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONT	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	356	1,000	195,0000	195,00
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONT	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	389	1,000	195,0000	195,00
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONT	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	390	1,000	265,0000	265,00
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONT	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	494	1,000	265,0000	265,00
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FUNCIONARIOS	469	12,000	2,500,0000	30,000,00
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FUNCIONARIOS	469	12,000	2,500,0000	30,000,00
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FUNCIONARIOS	469	12,000	2,500,0000	30,000,00
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FUNCIONARIOS	469	12,000	2,500,0000	30,000,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 06- Matutino - Luzerna a Linha São Bento e vice-versa	686	120,000	3,5800	429,60
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 06- Matutino - Luzerna a Linha São Bento e vice-versa	687	330,000	3,5800	1,181,40
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 07 - Vespertino - Luzerna a Linha São Bento e vice-ver	686	84,000	3,5800	300,72
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 07 - Vespertino - Luzerna a Linha São Bento e vice-ver	687	471,000	3,5800	1,686,18
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 08 - Matutino - Luzerna a Linha Barra do Estreito e vi	686	300,000	3,2700	981,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 09 - Vespertino - Luzerna a Linha Barra do Estreito e	686	345,000	3,2700	1,128,15
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 10 - Matutino - Luzerna a Linha Turra - Passo da Inver	686	306,000	3,3300	1,018,98
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 10 - Matutino - Luzerna a Linha Turra - Passo da Inver	687	774,000	3,3300	2,577,42
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 01- Matutino - Luzerna a Linha Alto Rochedo e vice-ver	688	750,000	4,5500	3,412,50
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 11 - Vespertino - Luzerna a Linha Grafunda e vice-vers	688	750,000	4,5500	3,412,50
VALTER GEHM ME	ABRAÇADEIRA	675	4,000	0,4000	1,60
VALTER GEHM ME	BATERIA PARA VEÍCULO	670	1,000	310,0000	310,00
VALTER GEHM ME	BATERIA PARA VEÍCULO	671	1,000	210,0000	210,00
VALTER GEHM ME	BATERIA PARA VEÍCULO	675	1,000	210,0000	210,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VALTER GEHM ME	BUZINA	675	1,000	24,5000	24,50
VALTER GEHM ME	CABO BATERIA	670	1,800	28,2000	50,76
VALTER GEHM ME	CABO FLEXÍVEL	675	1,800	2,8000	5,04
VALTER GEHM ME	CHAVE MAGNÉTICA	670	1,000	165,1000	165,10
VALTER GEHM ME	FIO PARA INSTALAÇÃO	675	0,800	0,8000	0,64
VALTER GEHM ME	FITA ISOLANTE	675	1,000	2,0000	2,00
VALTER GEHM ME	FUSIVEL LAMINA	675	1,000	0,4000	0,40
VALTER GEHM ME	HORIMETRO 52MM	675	1,000	149,5000	149,50
VALTER GEHM ME	IMPULSOR PARTIDA	670	1,000	57,1000	57,10
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	675	1,000	3,3000	3,30
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	675	1,000	14,0000	14,00
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	675	6,000	1,9000	11,40
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	675	1,000	2,0000	2,00
VALTER GEHM ME	LANTERNA PARA VEÍCULO	675	2,000	6,9000	13,80
VALTER GEHM ME	LANTERNA PARA VEÍCULO	675	1,000	9,1000	9,10
VALTER GEHM ME	LENTE	675	1,000	12,9000	12,90
VALTER GEHM ME	LENTE	675	3,000	2,7000	8,10
VALTER GEHM ME	PORTA ESCOVA	670	1,000	38,5000	38,50
VALTER GEHM ME	REGULADOR	675	1,000	34,0000	34,00
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONS	669	1,000	40,0000	40,00
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTA	669	6,500	35,0000	227,50
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTA	676	0,500	35,0000	17,50
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTA	700	4,000	35,0000	140,00
VALTER GEHM ME	SOQUETE	675	4,000	6,3000	25,20
VALTER GEHM ME	TERMINAL ENCAIXE	670	2,000	2,5000	5,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 1000/20 DIANTEIRO, LISO, RADIAL	493	2,000	1,097,0000	2,194,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 165/70 R 13	493	2,000	124,0000	248,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 185 R 14	464	4,000	207,0000	828,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 215/75 R 17,5	493	1,000	560,0000	560,00
Total Geral do Mês ---->					787.693,03

RELATORIO DE COMPRAS FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qlde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A G KIENEN & CIA LTDA	BIPERIDENO 2 MG	291	2.000,000	0,3000	600,00
ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME	BLOCO DE RECEITUARIO MEDIO BRANCO COM 02 VIAS	254	100,000	2,3000	230,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	CITALOPRAN 20 MG	187	3.000,000	0,1100	330,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	DEXAMETASONA FOSFATO DISSODICO 4MG/ML INJETAVEL	204	10,000	0,7300	7,30
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	DIAZEPAM 05 MG/ML	239	5,000	0,4300	2,15
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	FENITOINA 50 MG/ML INJETAVEL	239	5,000	0,8200	4,10
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	FIXADOR DE RAO X	271	6,000	3,8960	23,38
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	GLIBENCLAMIDA COMP 5MG GENERICO	251	15.000,000	0,0300	450,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	REVELADOR DE RAO X	271	10,000	3,8960	38,96
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTI	ROLETE DE ALGODÃO	271	30,000	1,0390	31,17
ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA	LEVOMEPROMAZINA 25MG	292	2.000,000	0,1900	380,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXILIO / ESTAGIÁRIO	287	1,000	1.013,3300	1.013,33
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXILIO / ESTAGIÁRIO	288	1,000	98,0000	98,00
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	244	1,000	2.001,0400	2.001,04
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICA	LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4%	234	60,000	6,5200	391,20
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	319	7.499,000	0,0382	286,46
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	CETOCONAZOL CREME 20MG/G 30G GENERICO	238	50,000	1,0200	51,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LIDOCAINA 100 MG/5G GELEIA 2% 30G	235	100,000	1,3600	136,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LITIO CARBONATO COMP 300 MG	188	5.000,000	0,0900	450,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	TRAMADOL INJETAVEL 50MG/ML INJETAVEL ENDOVENOSO	238	50,000	0,6800	34,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTI	ESTROGENIOS CONJUGADOS COMP 0,625 MG	236	1.000,000	0,4900	490,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTI	NIMESULIDA GTS 50MG/ML 15ML GEN+RICO	236	200,000	0,6900	138,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	195	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	222	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	230	1,000	150,0000	150,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	282	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	193	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	194	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	215	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	221	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	231	2,000	95,0000	190,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	240	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	260	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	268	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	281	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	321	1,000	95,0000	95,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	322	1,000	400,0000	400,00
GESTÃO SAUDE LTDA - ME	SERVIÇO DE CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO DO SISTEMA UNICO DE SAU	232	12,000	3.375,0000	40.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP	BLOCO BOLETIM DE PROCEDIMENTOS COM 50 VIAS	253	10,000	3,5000	35,00
GRAFICA BAROZZI LTDA - EPP	CARTERA MUNICIPAL DE HIPERTENSOS E DIABETICOS	256	1,500,000	0,6200	930,00
GRAFICA BAROZZI LTDA - EPP	CARTILHA DA GESTANTE CAPA EM PAPEL COUCHE 250G IMPRESSÃO 4x0	256	60,000	17,0000	1,020,00
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	BLOCO DE ATESTADO MEDICO COM 50 VIAS	255	80,000	0,9400	75,20
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	BLOCO PRONTUARIO DO PACIENTE PAPEL SULFITE BRANCO 75G	255	10,000	3,4800	34,80
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	CARTILHA DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUARIOS SUS	255	2,000,000	0,5000	1,000,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATA	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	289	1,000	386,6700	386,67
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATA	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	290	1,000	47,0000	47,00
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTI	LENÇOS UMEDECIDOS SEM PERFUME	272	54,000	8,9000	480,60
LA DALLA PORTA JUNIOR	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS - ADULTO	261	10,000	0,6360	6,36
LA DALLA PORTA JUNIOR	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS - INFANTIL	261	10,000	0,6360	6,36
LA DALLA PORTA JUNIOR	ESPARADRAPO 1,2 cm x 4,5 METROS	261	30,000	1,0630	31,89
LA DALLA PORTA JUNIOR	GASE TIPO QUEIJO 91 x 91	261	2,000	13,7500	27,50
LA DALLA PORTA JUNIOR	PASTA D'ÁGUA - POMADA	261	3,000	1,5000	4,50
LA DALLA PORTA JUNIOR	SERINGA DESC. 20 ml SEM AGULHA	261	200,000	0,2750	55,00
LA DALLA PORTA JUNIOR	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 12	261	10,000	1,3750	13,75
LA DALLA PORTA JUNIOR	TERMÔMETRO DIGITAL	261	5,000	31,2500	156,25
LEONIR VANDERLEI SPIER	TUBO PLÁSTICO PARA COLETA DE SANGUE SEM ANTICOAGULANTE	261	50,000	0,4070	20,35
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	190	1,000	130,0000	130,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	213	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	265	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	278	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANAMENTO PARA PEDÁGIO	191	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	189	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	214	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	218	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	227	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	248	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	262	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	264	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	279	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	283	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	211	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	226	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	242	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	247	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	267	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	285	1,000	100,0000	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	192	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	210	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	223	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	228	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	229	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	241	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	246	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	259	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	263	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	266	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	280	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	284	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	316	1,000	95,0000	95,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDROSSANITÁRIOS	327	4,500	5,5000	24,75
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN	IVERMECTINA COMP 6 MG	237	300,000	0,2600	78,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN	NIFEDIPINO COMP 10 MG	237	2,000,000	0,0300	60,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	ARRUELA BUJÃO	217	1,000	3,0000	3,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BORRACHA ESCAPE	317	2,000	3,5000	7,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	BORRACHA ESCAPE	317	2,000	3,0000	6,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	COMPRESSOR	217	1,000	1,199,0000	1,199,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	CORREIA DENTADA VW	317	1,000	56,0000	56,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	217	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	317	1,000	16,0000	16,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	KIT ROLAMENTO DE RODA	217	2,000	49,0000	98,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	MOTOR PASSO	217	1,000	64,0000	64,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	PASTILHAS DE FREIO	217	1,000	98,0000	98,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	REPARO DO TRAMBULADOR	217	1,000	18,0000	18,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	216	23,500	28,0000	658,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONST	318	3,000	28,0000	84,00
MECANICA FACIN LTDA - ME	VENTIL	217	4,000	3,5000	14,00
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	CABO PARA ESPELHO BUCAL	273	10,000	1,4900	14,90
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	CARIOSTÁTICO	273	1,000	11,3500	11,35
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (Hydro C)	273	3,000	29,9800	89,94
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	PORTA MATRIZ TOFFLEMAYER	273	2,000	16,6500	33,30
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	SELANTE INCOLOR	273	1,000	17,9800	17,98
ODONTOMEDI PROD. ODONT. E HOSP. LTDA	TRICRESOL FORMALINA	273	1,000	4,8500	4,85
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	243	1,000	77,3800	77,38
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL	274	7,000	40,0400	280,28

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	ANESTÉSICO LOCAL SEM VASOCONSTRITOR	274	1,000	42,0000	42,00
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	KIT DE SAÚDE BUCAL INFANTIL	274	450,000	5,4900	2.470,50
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO	274	3,000	54,0000	162,00
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	PONTEIRAS PARA APARELHO DE UL TRA-SOM	274	6,000	30,2400	181,44
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	RESINA A1 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	1,000	33,6000	33,60
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	RESINA A3 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	5,000	33,6000	168,00
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	RESINA A3,5 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	1,000	33,6000	33,60
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E	RESINA B2 - RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL	274	1,000	33,6000	33,60
PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	DIMENDRINATO + PIRIDOXINA - 50/10 MG - EMBALAGEM	323	500,000	0,1600	80,00
PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	IODETO DE POTASSIO 0 XAROPE 250 MG/15ML	203	100,000	1,3400	134,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	185	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	208	2,000	20,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	209	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	212	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	224	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	249	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	258	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	269	2,000	20,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	286	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	320	1,000	20,0000	20,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	208	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	212	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	249	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	269	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	277	1,000	40,0000	40,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículos	326	1,000	40,0000	40,00
REINALDO & REINALDO MATERIAIS DE CONSTR	PAINEL DIVISORIA 1,20 X 2,10	250	2,000	100,0000	200,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PURIFICADOR DE AGUA	233	1,000	1.400,0000	1.400,00
SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM	CURSO DE CAPACITAÇÃO DE CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA.		1,000	200,0000	200,00
SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM	PAGAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE CONDUTOR DE VEÍCULO		1,000	250,0000	250,00
SERVIÇO DE MAMOGRAFIA DE JOACABA S/C LT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	206	1,000	20,0000	20,00
SERVITOM SERV. TOM. COMP. CORPO INTEIRO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	207	1,000	200,0000	200,00
SIIM - SERVIÇO INTEGRADO IMAGENS S/C LTD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	186	1,000	340,0000	340,00
SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLO	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PÓ (P.A.)	275	2,000	3,2100	6,42
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CON	CERTIFICAÇÃO DIGITAL E CPF	225	1,000	195,0000	195,00
SUBSTANCIA- FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E H	SOLUÇÃO DE LUGOL 5%	270	2,000	27,0000	54,00
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	ANESTÉSICO TÓPICO	276	4,000	5,2000	20,80
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	APLICADOR DESCARTÁVEL FINO (1,5mm)	276	2,000	5,7500	11,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RADIOPACO	276	2,000	79,1600	158,32
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	CONDICIONADOR DENTAL GEL	276	6,000	1,1000	6,60
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	ESPELHOS BUCAIS N°5	276	12,000	1,3900	16,68
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	FLUOR GEL	276	5,000	2,3500	11,75
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO COM TRIPLA PRESA	276	1,000	160,0000	160,00
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HO	SUGADORES DESCARTÁVEIS	276	40,000	2,4000	96,00
ULTRA-SONOGRAFIA E RADIOLOGIA GUTIERRE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	205	1,000	590,0000	590,00
VALTER GEHM ME	ABRAÇADEIRA	324	4,000	0,4000	1,60
VALTER GEHM ME	ESPAGUETE CORRUGADO	324	2,600	1,3000	3,38
VALTER GEHM ME	ESPAGUETE CORRUGADO	324	2,500	0,9000	2,25
VALTER GEHM ME	FIO P/ INSTALAÇÃO 2.5MM	324	2,600	1,8000	4,68
VALTER GEHM ME	FIO PARA INSTALAÇÃO	324	2,200	0,8000	1,76
VALTER GEHM ME	FIO PARA INSTALAÇÃO	324	2,500	2,8000	7,00
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	324	2,000	23,0000	46,00
VALTER GEHM ME	PALHETAS P/ VEÍCULO	324	1,000	72,0000	72,00
VALTER GEHM ME	PALHETAS P/ VEÍCULO	324	1,000	58,0000	58,00
VALTER GEHM ME	RELE FAROL DUPLO	324	2,000	29,5000	59,00
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS	325	3,000	23,0000	69,00
VALTER GEHM ME	CONSTAN				
VALTER GEHM ME	TERMINAL DE VEICULO	324	2,000	0,4000	0,80
VALTER GEHM ME	TERMINAL FIO	324	14,000	0,4000	5,60
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 205/75 R 16	245	4,000	380,0000	1.520,00
VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	METOPROLOL 25 MG	252	5,000,000	0,4800	2.400,00
VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA - EPP	CARTILHA SAUDE DO IDOSO PREVENÇÃO DE QUEDAS	257	1,500,000	0,5400	810,00
Total Geral do Mês ---->					72.361,43

RELATORIO DE COMPRAS FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALBRGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO, COM 02 VIAS AUTOCOPIATIVO	36	20,000	1,4000	28,00
ANTONIO DARCI BANDEIRA - MEI	MONITORAMENTO DAS AULAS E ACOMPANHAMENTO MUSICAL DO CORAL	55	12,000	49,0000	588,00
CLEMENS SALVI KLEIN	MONITORAMENTO DAS AULAS DE CULINÁRIA, CRAS	51	24,000	30,0000	720,00
DIGIMAQ MULTIMARCAS COMERCIO DE MAQUIN	MAQUINAS COPIADORAS PRETO E BRANCO	50	1,239,000	0,0382	47,33
FUNERARIA SÃO JOÃO BATISTA LTDA	AUXILIO FUNERAL A PESSOA CARENTE	34	1,000	700,0000	700,00
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	BANNER CRAS, IMPRESSÃO 4x0, TAMANHO 0,90x1,20 CM	35	2,000	60,0000	120,00
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	CARTAZ CRAS, EM PAPEL COUCHE 115G IMPRESSÃO 4x4	35	20,000	2,4000	48,00
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	PASTA EM PAPEL TRIPLEX 300G NO TAMANHO 46x31CM IMPRESSÃO 4x0	35	500,000	0,5500	275,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	CAIXA DE SUCO PRONTO PARA BEBER, 1000ML	38	40,000	3,0000	120,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA GRANDE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	33	10,000	9,5000	95,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA GRANDE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	37	12,000	8,9900	107,88
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	ESFIRRA GRANDE, DE FRANGO, CARNE- PRESUNTO E QUEIJO	37	100,000	3,0000	300,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	FERMENTO PÓ	38	10,000	12,7500	127,50
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	GERGELIM	38	2,000	20,0000	40,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	GROSTOLI	37	12,000	13,9000	166,80
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E Q	33	291,000	1,8500	538,35
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E Q	37	200,000	1,9500	390,00
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO	38	8,000	4,6500	37,20
LUIA SALETE ZAGO CORSO ME	QUEIJO RALADO TIPO PARMESSAO	38	20,000	2,2500	45,00
MARIANA SHUCK	MONITORAMENTO DAS AULAS DE ARTESANATO, CRAS	53	27,000	9,0000	243,00
MERCADO RZ LTDA	Cesta Básica, contendo:	29	20,000	80,0000	1,600,00
MERCADO RZ LTDA	CESTA DE ALIMENTOS CONTENDO:	49	20,000	89,0000	1,780,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	32	1,000	129,8400	129,84
RADIO LIDER DO VALE LTDA.	Inserções de 30" (tinta segundos) cada uma, durante a progr	57	20,000	25,0000	500,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Inserções de 30" (tinta segundos) cada uma, durante a prog	56	20,000	23,0000	460,00
SUPER DELAZERI LTDA	REFRIGERANTE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE	39	48,000	3,9900	191,52
Total Geral do Mês ---->					9,398,42

RELATORIO DE COMPRAS FMDCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANTONIO DARCI BANDEIRA - MEI	MONITORAMENTO - VIOLÃO	9	26.000	27,0000	702,00
ARTE FIOS COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - CLEMENS SALVI KLEIN	TECIDO PARA PANO DE PRATO - 100% ALGODÃO	6	25.000	5,5000	137,50
GERUSA ARMARINHOS LTDA	MONITORAMENTO - CULINARIA	12	14.500	31,0000	449,50
GERUSA ARMARINHOS LTDA	TECIDO PARA PANO DE PRATO - 100% ALGODÃO	5	55.700	5,3000	295,21
JOEL ROSA	VIES ESTAMPADA	5	3,550	0,5000	1,78
MARIANA SHUCK	MONITORAMENTO - TÉCNICA MUSICAL	7	20.000	35,0000	700,00
	MONITORAMENTO - PINTURA	10	24.000	24,0000	576,00
Total Geral do Mês ---->					2.861,99

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato CMV 002/2011 - Termo Aditivo**

Extrato de Contrato Nº: cmv 002/2011- Terceiro Termo Aditivo
EXTRATO DE CONTRATO Nº: cmv 002.11 – Terceiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA

CONTRATADA: ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

OBJETO:com a concordância de ambas as partes, alterar do subitem 6.1, alíneas "a" e "b" da Cláusula Sexta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência do Contrato, passando a ter a seguinte redação: "A ECT apresentará ao(à) CONTRATANTE, no endereço preestabelecido, para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos, respectivamente, conforme cronograma abaixo: Período Base (Ciclo) para Faturamento: serviços prestados do dia 01 ao dia 31; Vencimento da Fatura dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);" Altera o prazo de vigência do contrato originário de 14/03/2013 à 13/03/2015.

O valor total do contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Luzerna(SC), 24 de março de 2014.

MAURI JOSE SCHLINDWEIN

Presidente da CMV

CONTRATANTE

LILIAN PLACHI FERREIRA

GERENTE DE VENDAS

ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CONTRATADA

Meleiro**PREFEITURA****Retificação TP Nº 018/2014**

ERRATA TP nº 018/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica a retificação no aviso da Tomada de Preço nº 018/2014 publicado na Edição nº 1450 do dia 20 de março de 2014 no DOM que onde se lê "A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/04/2014..." leia-se "A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que no dia 09/04/2014..."

Meleiro/SC, 24 de março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 096/2014

DECRETO Nº 096/2014 DE 14 DE MARÇO DE 2014.

DISPOE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OU PERMANÊNCIA NO LOCAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, de conformidade com as disposições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2121/2013,

Considerando a necessidade de adequação e fiscalização relativas à segurança, pelos bombeiros militares e igualmente, do prazo de emissão e entrega das taxas para pagamento

Decreta:

Art. 1º - Fica Prorrogado o prazo do calendário dos Impostos e Taxas Municipais, constante da planta de valores do Município de Modelo SC, de conformidade com a Lei Municipal nº 2121/2013 e Decreto Municipal nº 063/2014, para pagamento da Taxa de Licença de Localização, funcionamento e/ou permanência no local, passando a vigorar de conformidade com o disposto abaixo:

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 14 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

SIRLEI VEIGA HAMMERSCHMITT

AUDITOR/FISCAL

RREO Anexo IV Op. Crédito 2013

PÁGINA: 1 DE 1
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)		(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	-		-
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(d)	(e)	(f)	(g)=(d)-(e+f)
DESPESAS DE CAPITAL	9.387.014,50	1.494.938,97	-	7.892.075,53
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	9.387.014,50	1.494.938,97	-	7.892.075,53
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-9.387.014,50	-1.494.938,97		-7.892.075,53

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 25m.

1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RGF Anexo IV Op. Crédito 2013

PÁGINA: 1 DE 4
19/03/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.630.735,29	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 46m.

PÁGINA: 2 DE 4
19/03/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre de

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

PÁGINA: 3 DE 4
19/03/2014 15:46

PÁGINA: 4 DE 4
19/03/2014 15:46

RGF Anexo I Desp. Pessoal 2013

PÁGINA: 1 DE 1
19/03/2014 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2013 a Dezembro/2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.127.594,00	-
Pessoal Ativo	5.808.110,07	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	81.233,60	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	238.250,33	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	6.127.594,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		6.127.594,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	11.630.735,29
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	52,68
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60%	6.978.441,17
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	6.629.519,12
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 54%	6.280.597,06

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 44m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO Anexo XIII PPP 2013

PÁGINA: 1 DE 1
19/03/2014 15:37

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2013

Lei nº 11.079, de 30.12.2004,arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII		R\$ 1,00									
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM		SALDO TOTAL							
		2013	Até o Bimestre (b)	2013	Até o Bimestre (b)	2013	Até o Bimestre (b)	2013	Até o Bimestre (b)	2013	Até o Bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS (I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP (II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I)-(II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contrapartidas Futuras											
Riscos Não Provisoriados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP											
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS/(RCLs)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 37m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADOR(A) CRC 11983

CARLA LUISA ALEXUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO Anexo V Resul.Nominal 2013

PÁGINA: 1 DE 2
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 31/Out/2013	Em 31/Dez/2013
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.363.243,03	1.011.470,51	945.745,72
DEDUÇÕES(II)	280.652,72	657.652,55	570.396,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	643.501,63	1.337.024,95	592.693,51
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	362.848,91	679.372,40	22.296,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	1.082.590,31	353.817,96	375.348,87
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	1.082.590,31	353.817,96	375.348,87

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	21.530,91	-707.241,44

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-140.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 31/Out/2013	Em 31/Dez/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 22m.

PÁGINA: 2 DE 2
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2012	Em 31/Out/2013	Em 31/Dez/2013
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER			
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983			
	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI			
	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			

RREO Anexo VI Resul. Primário 2013

PÁGINA: 1 DE 4
19/03/2014 15:23

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	18.611.023,40	2.468.568,61	11.594.225,54	10.854.028,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.171.253,50	144.379,68	797.488,77	770.052,31
IPTU	130.278,50	8.501,11	129.634,14	97.572,52
ISS	198.000,00	31.335,92	178.793,59	157.150,11
ITBI	132.600,00	28.551,77	109.793,90	85.340,79
IRRF	215.622,00	57.329,76	229.418,58	286.899,24
Outras Receitas Tributárias	494.753,00	18.661,12	149.848,56	143.089,65
Receita de Contribuição	340.490,00	15.609,99	95.205,73	90.031,38
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	340.490,00	15.609,99	95.205,73	90.031,38
Receita Patrimonial Líquida	63.621,80	-	-	2.244,95
Receita Patrimonial	169.940,40	17.912,87	36.509,75	48.497,02
(-)Aplicações Financeiras	106.318,60	17.912,87	36.509,75	46.252,07
Transferências Correntes	16.241.588,10	2.283.197,88	10.561.717,84	9.819.144,38
FPM	6.014.119,00	1.031.353,40	4.448.620,06	4.154.221,13
ICMS	4.499.709,80	496.718,94	2.739.948,59	2.481.911,50
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	5.727.759,30	755.125,54	3.373.149,19	3.183.011,75
Demais Receitas Correntes	794.070,00	25.381,06	139.813,20	172.554,98
Dívida Ativa	91.050,00	10.089,58	13.499,73	40.388,79
Diversas Receitas Correntes	703.020,00	15.291,48	126.313,47	132.166,19
RECEITAS DE CAPITAL(II)	5.661.550,00	76.609,89	973.146,44	2.270.939,10
Operações de Crédito(III)	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	25.000,00	-	374,50	-
Alienação de Bens(V)	376.550,00	-	279.140,40	427.912,76

PÁGINA: 2 DE 4
19/03/2014 15:23

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
Transferências de Capital	4.860.000,00	76.609,89	693.631,54	1.842.657,74
Convênios	780.000,00	1.458,41	1.458,41	874.748,80
Outras Transferências de Capital	4.080.000,00	75.151,48	692.173,13	967.908,94
Outras Receitas de Capital	400.000,00	-	-	368,60
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	5.260.000,00	76.609,89	693.631,54	1.843.026,34
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	23.871.023,40	2.545.178,50	12.287.857,08	12.697.054,34

PÁGINA: 3 DE 4
19/03/2014 15:23

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)										R\$ 1,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS			DESPESAS EXECUTADAS								
			DOTAÇÃO ATUALIZADA			Em 2013			Em 2012		
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						No Bimestre	Até o Bimestre				Até o Bimestre
DESPESAS CORRENTES(VIII)			16.324.377,66	2.081.478,11	10.830.022,92	-	-	10.420.440,79	-	-	
Pessoal e Encargos Sociais			7.128.300,00	1.385.124,55	6.130.594,00	-	-	5.439.077,38	-	-	
Juros e Encargos da Dívida(IX)			41.000,00	2.187,08	17.585,24	-	-	31.943,28	-	-	
Outras Despesas Correntes			9.155.077,66	694.166,48	4.681.843,68	-	-	4.949.420,13	-	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)			16.283.377,66	2.079.291,03	10.812.437,68	-	-	10.388.497,51	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL(XI)			9.387.014,50	498.064,29	1.494.938,97	-	-	2.638.245,35	-	-	
Investimentos			8.847.049,50	471.945,25	1.220.645,11	-	-	2.301.380,70	-	-	
Inversões Financeiras			220.965,00	-	-	-	-	-	-	-	
Concessão de Empréstimos(XII)			-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)			-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Inversões Financeiras			220.965,00	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida(XIV)			319.000,00	26.119,04	274.293,86	-	-	336.864,65	-	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)			9.068.014,50	471.945,25	1.220.645,11	-	-	2.301.380,70	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)			130.000,00	-	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS(XVII)			-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPAESA PRIMÁRIA TOTAL(XVII)=(X+XV+XVI+XVII)			25.481.392,16	2.551.236,28		12.033.082,79			12.689.878,21		
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)			-1.610.368,76	-6.057,78		254.774,29			7.176,13		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									0,16		
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE							VALOR CORRENTE	

PÁGINA: 4 DE 4
19/03/2014 15:23

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)	R\$ 1,00
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	140.000,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 23m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RGF Anexo VI Restos 2013

PÁGINA: 1 DE 2
19/03/2014 15:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada Atenção Básica - Bloco: BLATB - Recursos FNS Conv. FAS - MDSCF e FNAS Convênio Ministério da Agricultura - PRODESA Convênio Ministério das Cidades FUNDEB Profissionais da Educação IGD - BOLSA FAMILIA Programa As.Soc. IGD / SUAS Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 an Programa: PBF/CRAS - Piso Basico Fixo - Recursos FNAS Programa: PTMC -Pessoa c/Deficiencia, Idosa e suas Familia - PSE/Recu Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recurs Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO Recursos Convênio - Merenda Escolar PNAE União Recursos Convênio Transporte escolar - Estado Recursos de Impostos - SAUDE Salario Educação Transf. Convênios - Educação Transf. Recursos - FNAS - Prog.Assist.Social Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI TRANSF.CONVENIOS UNIAO Transf.de Convênios Diversos Transferencia Uniao para Centro Eventos Transferencias Convênios Governo Estado- Santa Catarina e Secretarias	-	-	-	-	-63.644,25	-
	-	10.254,00	-	-	-10.254,00	-
	-	-	-	-	0,57	-
	-	-	-	-	3.441,63	-
	-	-	-	-	125.375,37	-
	-	-	-	-	1.464,05	-
	-	-	-	-	3.312,87	-
	-	-	-	-	566,33	-
	-	-	-	-	269,22	-
	-	-	-	-	450,15	-
	-	-	-	-	2.289,14	-
	-	-	-	-	3.438,07	-
	-	-	-	-	20.020,78	-
	-	-	-	-	50,11	-
	-	-	-	-	9.057,42	-
	-	-	-	-	197,29	-
	-	690,00	-	-	42.064,38	-
	-	1.456,77	-	-	20.794,76	-
	-	-	-	-	84,61	-
	-	-	-	-	0,18	-
	-	-	-	-	20.673,00	-
	-	-	-	-	34.383,02	-
	-	-	-	-	140.582,45	-
-	-	-	-	18,74	-	
-	-	-	-	0,10	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	12.400,77	-	-	354.635,99	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	-	-	-	45,90	-
Recursos Ordinários	-	9.575,81	-	146.919,39	-
Taxas FUNREBOM	-	320,08	-	5.151,32	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	9.895,89	-	152.116,61	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	22.296,66	-	506.752,60	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 49m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

RREO Anexo IV RPPS 2013

PÁGINA: 1 DE 6
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)					
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receta de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receta Patrimonial	-	-	-	-	-
Recetas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Recetas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receta de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 6
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)							R\$ 1,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS						
			Em 2013		Em 2012				
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			No Bimestre	Até o Bimestre					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO-RPPS (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	

PÁGINA: 4 DE 6
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Piano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Piano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR					-
BENS E DIREITOS DO RPPS		nov/13			
DO RPPS				2013	2012

PÁGINA: 5 DE 6
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2013	Até o Bimestre/ 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

PÁGINA: 6 DE 6
19/03/2014 15:22

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00					
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS						
			Em 2013			Em 2012			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			No Bimestre	Até o Bimestre					
			ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-		
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(XII)			-	-	-	-	-		
ONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 22m.									

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 22m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO Anexo XII saúde 2013PÁGINA: 1 DE 3
19/03/2014 15:28

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	708.500,50	708.500,50	652.599,74	92,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	130.278,50	130.278,50	129.634,14	99,50
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	132.600,00	132.600,00	109.793,90	82,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	198.000,00	198.000,00	178.793,59	90,29
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	215.622,00	215.622,00	229.418,58	106,39
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	32.000,00	32.000,00	4.959,53	15,49
Dívida Ativa dos Impostos	-	-	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	-	-	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.570.747,80	12.570.747,80	9.252.959,06	73,60
Cota-Parte FPM	7.314.119,00	7.314.119,00	5.503.583,89	75,24
Cota-Parte ITR	16.500,00	16.500,00	2.595,78	15,73
Cota-Parte IPVA	471.944,00	471.944,00	262.848,21	55,69
Cota-Parte ICMS	4.580.909,80	4.580.909,80	3.418.748,79	74,63
Cota-Parte IPI-Exportação	143.275,00	143.275,00	49.096,18	34,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.000,00	44.000,00	16.086,21	36,55
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.000,00	44.000,00	16.086,21	36,55
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.279.248,30	13.279.248,30	9.905.558,80	74,59

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.517.000,00	1.517.000,00	985.273,28	64,94
Provenientes da União	782.000,00	782.000,00	667.063,26	85,30
Provenientes dos Estados	735.000,00	735.000,00	318.210,02	43,29
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	215.000,00	215.000,00	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	550.500,00	550.500,00	3.597,21	0,65
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.282.500,00	2.282.500,00	988.870,49	43,32

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% [(f+g)/e]
DESPESAS CORRENTES	4.131.550,00	4.170.850,00	2.894.974,18	-	69,40
Pessoal e Encargos Sociais	1.860.000,00	1.767.700,00	1.580.243,43	-	89,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.271.550,00	2.403.150,00	1.314.730,75	-	54,70
DESPESAS DE CAPITAL	861.170,00	821.870,00	74.459,47	-	9,05
Investimentos	861.170,00	821.870,00	74.459,47	-	9,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.992.720,00	4.992.720,00	2.969.433,65	-	59,47

PÁGINA: 2 DE 3
19/03/2014 15:28

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/IV (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.274.000,00	2.274.000,00	1.085.556,69	-	-	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.547.000,00	1.547.000,00	992.985,69	-	-	
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	
Outros Recursos	727.000,00	727.000,00	92.571,00	-	-	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.274.000,00	2.274.000,00	1.085.556,69	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.718.720,00	2.718.720,00	1.883.876,96	-	-	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4				19,02		
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i) - (15 x IIIb) /100]				398.043,14		
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

PÁGINA: 3 DE 3
19/03/2014 15:28

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% [(f+g)/e]
Atenção Básica	4.450.720,00	4.450.720,00	2.658.544,21	-	59,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	435.000,00	435.000,00	235.292,79	-	54,09
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	107.000,00	107.000,00	75.596,65	-	70,65
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-
TOTAL	4.992.720,00	4.992.720,00	2.969.433,65	-	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 28m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100$.RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPALJANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RGF Anexo VII Simplificado 2013

PÁGINA: 1 DE 1
19/03/2014 15:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Semestre de 2013

LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	6.127.594,00	52,68
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00	6.978.441,17	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00	6.629.519,12	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	375.348,87	3,23
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	-	506.752,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 50m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Monte Carlo

PREFEITURA

Aviso Licitação - Processo Nº 21/2014

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 21/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo automotor, tipo furgão, ambulância, novo, zero quilometro, conforme especificações constantes no Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:45 horas do dia 07/abril/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 07/abril/2014.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 21 de Março de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços 027/2014

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 027/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS. MEDICOS E ODONTOLÓGICOS DO MUNICIPIO. Data: 04/04/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Registro de Preço 022/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 022/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA. Data: 04/04/2014 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Errata do Edital de Tomada de Preços 042/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de Tomada de Preços 042/2014 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, MEIO FIO, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA E CALÇADAS DE CONCRETO NA RUA JOSÉ CARLOS FRASSON do dia 01/04/2014 as 09:00. Suprimi-se do edital o item 6.2.3.3.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 04/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AOS BENEFICIADOS PELO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL (CREAS) DENTRE ELES PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E REUNIÕES REALIZADAS MENSALMENTE COM AS FAMILIAS DO PROGRAMA PAFI, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: 04/04/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 04/04/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de março de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 03/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AO PROGRAMA DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL, DENTRE ELES PESSOAS USUARIAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, REUNIÕES, OFICINAS REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS E DEMAIS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 04/04/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de março de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 051/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 051/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 051/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 051/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: SUPRIMÓVEIS LTDA - EPP

Valor: R\$ 3.370,00 (três mil trezentos e setenta reais).

Fornecedor: TODT MÓVEIS LTDA-EPP

Valor R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais).

Fornecedor: COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP

Valor R\$ 3.001,25 (três mil e um reais e vinte e cinco centavos).

Fornecedor: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME

Valor R\$ 40.592,00 (quarenta mil quinhentos e noventa e dois reais).

Fornecedor: 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

Valor R\$ 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais).

Fornecedor: IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

Valor R\$ 16.250,00 (dezesseis mil duzentos e cinquenta reais).

Fornecedor: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Valor R\$ 254.632,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e dois reais)

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI.

Valor R\$ 2.425,00 (dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Fornecedor: LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME

Valor R\$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais)

Fornecedor: ALA COMERCIO LTDA ME

Valor R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

Vigência: 24/03/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Extrato Contratual FMS Nº 077/2014

Extrato de Contrato Nº FMS 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 077/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada : EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – EPP.

Vigência : 07/03/2014 – 03/09/2014.

Licitação : CONCORRÊNCIA FMS Nº.: 02/2013

Recursos : Dotação: 1.065.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO FMS Nº 154/2013 REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS PORTE I, VERDE MAR, MUNICÍPIO NAVEGANTES/SC, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2013.

Navegantes, 07 de março de 2014.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 019/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 21/03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS E TELAS" E "DIA DO IDOSO" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: SILVA & GOBI LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.116,00 (três mil cento e dezesseis reais)

CONTRATADO: REBELATTO & CRUZ LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.479,00 (um mil quatrocentos e setenta e nove reais)

DATA: 21/03/14
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 035/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: RADIO DOZE DE MAIO LTDA

Valor : 25.634,00 (vinte e cinco mil seiscentos e trinta e quatro reais)

Vigência : Início: 24/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (134)

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na seleção de propostas para a contratação de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão para:-Divulgação do Informativo Semanal

com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado todos os Sábados no horário das 12:45 as 12:55:00 horas, com redação feita a critério da Administração.-Até 30 (trinta) inserções mensais, com informações da Prefeitura Municipal, durante o período de contratação, nos dias e horários definidos pela administração.

Novo Horizonte, 24 de Março de 2014

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014
CONVITE Nº 003/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 24/03/2014

CONTRATADO: RADIO DOZE DE MAIO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para a contratação de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão para: -Divulgação do informativo Semanal com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado todos os Sábados no

horário das 12:45 as 12:55:00 horas, com redação feita a critério da Administração.-Até 30 (trinta) inserções mensais, com informações da Prefeitura Municipal, durante o período de contratação, nos dias e horários definidos pela administração.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.634,00 (vinte e cinco mil seiscentos e trinta e quatro reais)

DATA: 24/03/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Aviso Resultado Habilitação E Proposta PL Nº 024/14 CV Nº 005/14

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2014 – CONVITE Nº 005/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. Que no dia de sua realização dia 24/03/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: CONCI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS, VEDANA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo e pela desistência de recurso.

Novo Horizonte (SC), em 24 de Março de 2014
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2014 – CONVITE Nº 005/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS, com valor total de R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação da autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 24 de Março de 2.014.
Comissão Permanente de Licitação

Extrato Aditivo Dia 24/03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo 001 ao Contrato Administrativo FMS 007/2013

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: PROTEGE CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor : 1.309,50 (um mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 24/03/2014 Término: 24/03/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 81.745,11

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Oitava - Da Vigência, consistindo na prorrogação para mais 12 (doze) meses. Renovação de Apólice de Seguro para o Imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC

Novo Horizonte, 24 de Março de 2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO
Termo Aditivo Nº 001 ao Contrato Administrativo Nº...: 035/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: PROTEGE CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor : 1.154,99 (um mil cento e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 24/03/2014 Término: 24/03/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2013

Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39) Saldo: 45.898,00

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Oitava - Da Vigência, consistindo na prorrogação para mais 12 (doze) meses. Renovação de Apólice de Seguro para o Imóvel da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Novo Horizonte, 24 de Março de 2014

Orleans

PREFEITURA

Lei N. 2.540 Fixa Piso Salarial dos Servidores do Magistério

LEI Nº 2.540 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

“FIXA O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Orleans, em R\$ 1.697,00 (um mil, seiscentos e noventa e sete reais), para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Artigo 5º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, SC, 26 de fevereiro de 2014, 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos vinte seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 005 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

Senhora Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Cumprimentando-os cordialmente, é com satisfação que encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que, FIXA O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O referido Projeto de Lei, dispõe sobre o Piso Salarial dos Profissionais da Educação Básica do Município de Orleans, para igualar ao piso nacional vigente.

O valor do piso salarial nacional do magistério da Educação Básica teve um reajuste de 8,32% para 2014. Com o aumento, o valor passa de R\$ 1.567,00 para R\$ 1.697,00. A composição do piso leva em conta o custo anual por estudante dos últimos dois anos, calculado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os demais profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Orleans, terão seus vencimentos reajustados no mês de maio, juntamente com os demais servidores públicos municipais.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado, em Regime de Urgência, requerendo que o mesmo seja votado e aprovado em votação de Turno Único, na primeira sessão, conforme autorizam os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans, SC, 13 de fevereiro de 2014, 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Lei 2.541 Institui A Semana Cristã

LEI Nº 2.541 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

“INSTITUI O “DIA DA CELEBRAÇÃO CRISTÃ EVANGÉLICA” NO MUNICÍPIO DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Orleans o “Dia da Celebração Cristã Evangélica” a ser comemorado sempre na sexta-feira Santa ou sexta-feira da paixão, passando a fazer parte do calendário de eventos do Município.

Art.2º. O Dia da Celebração Cristã Evangélica, será comemorado pelas Igrejas e Entidades Evangélicas com atuação no Município de Orleans/SC.

Art. 3º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 19 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 006 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, encaminho para apreciação dessa Casa Legislativa, o presente projeto de Lei que, INSTITUI O “DIA DA CELEBRAÇÃO CRISTÃ EVANGÉLICA” NO MUNICÍPIO DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Entendendo a importância que o segmento Evangélico tem junto à comunidade e, por indicação do Vereador Edson Bagio, bem como por solicitação do Conselho da Igreja Cristã Evangélica de Orleans, encaminhamos anexo o Presente Projeto de Lei que tem por objetivo instituir no Município de Orleans, o Dia da Celebração Cristã Evangélica, a ser comemorado sempre na sexta-feira santa ou sexta-feira da paixão.

Segue em anexo, justificativa do Conselho da Igreja Cristã Evangélica de Orleans.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado, em Regime de Urgência, requerendo que o mesmo seja votado e aprovado em votação de Turno Único, na primeira sessão, conforme autorizam os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, em 21 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

Atenciosamente,
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Lei 2.542 - Firma Convenio com O Instituto Francesco Zomer

LEI Nº 2.542 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA FIRMAR CONVENIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Instituto Francesco Zomer, visando o atendimento de alunos de música, instrumentos musicais, informática e outras atividades culturais.

Art. 2º - O valor do convênio será de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) repassados para a Entidade em 12 (doze) parcelas de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, sendo que a 1ª parcela será no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correspondente aos meses de janeiro, fevereiro e março, conforme plano de aplicação.

Art. 3º - A vigência do Convênio será de 12 (onze) meses, podendo ser renovado por igual período através de termo aditivo, desde que manifestado o interesse das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do término de sua vigência.

Art. 4º - As regras para a prestação de contas dos recursos transferidos será definida no referido Convênio, sendo que não poderá ser transferida a parcela correspondente se a Entidade estiver em débito com a prestação de contas ou deixar de apresentar o relatório das atividades desenvolvidas no correspondente mês.

Parágrafo Único. Além da prestação de contas à que se refere o caput do Artigo 4º, deverá ser prestado contas a cada quadrimestre, para a Câmara de Vereadores de Orleans.

Artigo 3º - As despesas do presente Convênio correrão por conta do orçamento vigente do município com a seguinte classificação:

ÓRGÃO: Fundo Municipal de Cultura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento de Cultura

PROJETO/ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Culturais

ELEMENTO DE DESPESA: 07.01-2.030 – 3.3.50.00.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 19 de março de 2014; 129º da Fundação e 100 da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

3.657- Ponto Facultativo

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.657 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 03 de março de 2014, (segunda-feira) véspera de Carnaval.

Art.2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverão ser garantidas pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 17 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSETE MIL DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

3.658 - Processo Seletivo

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.658 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado para ACT, ficando assim constituída:

Presidente: Valdair Della Giustina Bagio

Membros: Edson Kestring

Ariel Alberton Bernardino Borges

Maria Orlinda Siqueira Dalmagro

Adriana Silveira Anacleto

Art. 2.º Cabe a Comissão ora designada, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação, elaboração e correção das provas dos

candidatos do mencionado Processo Seletivo Simplificado, bem como, emitir parecer final de aprovação dos mesmos.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 17 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.659 - Altera Horário de Funcionamento da Secretaria de Saúde

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.659 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc.

DECRETA:

Art.1.º Fica fixado o horário de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde de Orleans, inclusive de suas Unidades, a partir do dia 05 de março de 2014, a saber:

Das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Art. 2º. Fica revogado o item II do Artigo 1º e o Item VII do Anexo Único do Decreto n. 3.601, de 23 de setembro de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 24 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.660 - Revoga Processo Licitatório

DECRETO Nº3.660 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

“REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o processo licitatório nº 23/2014 foi fracassado, em virtude de nenhuma das empresas participantes restarem classificadas para a fase de lances.

CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado pelo Departamento

Jurídico desta municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 23/2014, que tem por Objeto a Aquisição de Leite Integral Longa Vida.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 25 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.661 - Abre Crédito Suplementar

DECRETO Nº 3.661 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º) – Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.040– Manutenção do CREAS

F.R. - 03.0059 - Superavit Financeiro - FNAS - PFMC

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art.2º) – Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o superavit financeiro do exercício anterior:

F.R. - 03.0059 - Superavit Financeiro - FNAS – PFMC R\$ 39.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art.3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 25 fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.662 - Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.662 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º) – Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.037 – Manutenção do Crás

F.R. - 01.0060 – Proteção Social básica – Estado

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.752,33

F.R. - 01.0057 – F.N.A.S. - SCFV

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

TOTAL R\$ 144.752,33

Art.2º) – Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de recursos:

F.R. - 01.0060 – Proteção Social básica – Estado R\$ 9.752,33

F.R. - 01.0057 – F.N.A.S. - SCFV R\$ 135.000,00

TOTAL R\$ 144.752,33

Art.3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 28 de fevereiro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.663 - Cria Centro de Educação Infantil

DECRETO Nº 3.663 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

"CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso das suas atribuições legais, constante da Lei Orgânica do Município de Orleans CONSIDERANDO a necessidade de dar atendimento à demanda existente na área de Educação Infantil,

DECRETA :

Art. 1º. Fica criado o Centro de Educação Infantil MUNDO ENCANTADO, localizado na Rua José Pereira Pedro, Bairro Corridas/Nova

Orleans.

Art. 2º. O referido Centro passa a integrar o Sistema Municipal de Ensino, cuja fiscalização pelos cumprimentos das normas legais, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 10 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.664 - Desativa Escolas

DECRETO Nº 3.664 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A DESATIVAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ VERÍSSIMO E ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTOS DE PICOLI".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam desativadas as Escolas de Educação Básica José Veríssimo e a Escola de Ensino Fundamental Santos De Picoli, localizadas nas comunidades de Rio Pinheiros Baixo e Rio Pinheiros Alto, respectivamente.

Art. 2º. Caberá a Secretaria Municipal de Educação transferir os alunos das respectivas escolas para a Unidade Escolar mais próxima, inclusive oferecendo o transporte escolar.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2014.

Orleans/SC, 10 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

3.665 - Rescinda Contrato 147/2008

DECRETO Nº 3.665 DE 14 DE MARÇO DE 2014

RESCINDE UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2008

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO que o contrato administrativo nº 147/2008 encontra-se com prazo de vigência esgotado.

CONSIDERANDO os termos das atas de reuniões para rescisão do referido contrato administrativo.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 78, inciso I combinado com o artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão da obra.

CONSIDERANDO o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido o Contrato Administrativo nº 147/2008.

Art. 2º Instaure-se o competente Processo Administrativo com vistas a apurar eventual responsabilidade da Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do referido contrato administrativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 14 de março de 2014; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

3.666 - Rescinde Contarto N. 007/2014

DECRETO Nº 3.666 DE 17 DE MARÇO DE 2014

RESCINDE UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2014

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a inexecução do Contrato Administrativo nº 007/2014 pela contratada, que desde o dia 14.03.2014 parou de fornecer combustível.

CONSIDERANDO a necessidade de abastecimento dos veículos da frota municipal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 78, inciso I combinado com o artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido o Contrato Administrativo nº 007/2014, cujo contratado é a empresa Auto Posto Hoffmann Ltda.

Art. 2º Instaure-se o competente Processo Administrativo com vistas a apurar eventual responsabilidade da Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do referido contrato administrativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 17 de fevereiro de 2014; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUATORZE

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0025/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: RENATA PEDOTT

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área de enfermagem para prestação de serviço junto ao Posto de Saúde Municipal ao atendimento da população do Município de Ouro Verde-SC, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. No período de março a dezembro de 2014. Valor certo e ajustado de R\$:30.000,00 (trinta mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 03 de março de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0026/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PEDRO PAULO RAMILO & CIA LTDA

Objeto: Prestação de serviços de assessoria no reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos conforme programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Valor certo e ajustado de R\$:7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 03 de março de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0027/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: B & K SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços na área Médica (Clínica Geral), 40 (quarenta) horas semanais, visando o atendimento de toda a população do Município de Ouro Verde – SC. Valor certo e ajustado de R\$:18.000,00 (dezoito mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 07 de março de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0029/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CLEDENIRA GONZAGA BARRETA

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua João Maria Conrado, 139, centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 150 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº R6/254 e R4/254 Lº2 No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O locador

é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. Valor certo e ajustado de R\$:6.516,00 (seis mil quinhentos e dezesseis reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 21 de março de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Pregão Presencial 76-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 76/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 76/2014, no dia 09 de Abril de 2014, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de materiais esportivos para utilização nos projetos e ações esportivas da Secretaria de Esportes, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 21 de Março de 2014.
PREGOEIRO (A).

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº77/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços Nº77/2014, no dia 10 de abril de 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº77/2014 tem como objeto a contratação de empresa para pavimentação à lajota sextavada (25x25x08cm), do pátio da nova Unidade de Pronto Atendimento, situada no Bairro Bela Vista, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de março de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Suspensão do Pregão Presencial 66/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014, que consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores desta Prefeitura municipal. A suspensão se dá por considerar o dever desta Administração Pública de estar revendo constantemente seus atos. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/

SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de março de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação da Ata Abertura das Proposta Combustivel COMUNICADO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 001/2014

Objeto: Aquisição de Gasolina comum e Óleo Diesel para Frotas de Veículo da Câmara Municipal de Palhoça. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa Auto Posto Puel Ltda foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 24 de março de 2014.
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA
Presidente CPL

Publicação da Ata Abertura das Propostas Vale - Refeição

COMUNICADO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento e Administração de Vouchers Representativos de Refeição-Convenio, Cartões Eletrônicos, Magnéticos. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa Green Card S/A refeições e serviços foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 24 de março de 2014.
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA
Presidente CPL

Palmitos

PREFEITURA

Processo 14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº14/14 Modalidade: convite nº02/14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE NUTRICIONISTAS, PARA TRABALHAREM 20 HORAS SEMANAIS NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE. Entrega do Envelopes: 01/04/2014, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 01/04/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 24 de março de 2014.

Tânia de Fátima Hennen

Gestora do Fundo.

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014.

Objeto: Aquisição de um veículo, novo, zero quilometro destinado ao uso do Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial. Entrega dos envelopes: até o dia 08 de abril de 2014 às 14:00hs; Início da Sessão Pública: dia 08 de abril de 2014 – 14:15hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 24 de março de 2014.

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: supressão de valores ao contrato 068/2012, conforme avaliação de vistoria realizada por engenheiro designado pelo município conforme segue:1) Para o valor correspondente a pavimentação da rua Ladislau Tabalipa a supressão de R\$ 9.063,15; 2) Para o valor correspondente a pavimentação da rua Cel. Severo de Almeida a supressão de R\$ 14.997,06; 3) Para o valor correspondente a pavimentação da rua Pedro Povaluk a supressão de R\$ 4.179,15; 4) Para o valor correspondente a pavimentação da rua Jacob Schadeck a supressão de R\$ 14.106,96. O total das referidas supressões somam o montante de R\$ 42.346,32 e se fazem necessárias devido a não realização do serviço ou não utilização do material necessário para tal, ficando em desconformidade aos projetos licitados, conforme laudo da engenharia designada pelo município para a realização da fiscalização dos serviços executados. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 18 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Portaria Nº 005/2014

PORTARIA Nº 005, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Nº 118, de 13 de Outubro de 1994;

RESOLVE:

Art.1º - Nomeia Comissão Disciplinar, a qual será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Marcos André Pereira;

Membro : Vera Regina Bueno Lopes;

Membro: Fabio Alves da Silveira

Parágrafo Único – Compete à referida Comissão instaurar inquerito administrativo, apurar fatos e apresentar relatório conclusivo no prazo de 60 dias, a contar da data de sua instauração, devendo proceder de acordo com o estabelecido no Art. 164 e seguintes da Lei Nº 118/94.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se outras disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 28 de janeiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 28 de janeiro de 2014..

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Decreto Nº 023/2014

DECRETO Nº. 023, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA, ELVANIA METZELTHIN, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Elvania Metzelthin, da Função de Chefe de Departamento , FG – 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, em 28 de fevereiro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Lei Nº 919/2014

LEI Nº 919, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES"

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nas Atividades abaixo discriminadas, por se apresentarem insuficientes para o empenhamento de despesas, limitado ao valor total de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), por conta da transposição de dotações, como segue:

Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.029: Aquisição área, Constr. Ampl. e Reforma de Unidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (05) – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Entidade 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão 03: Secretaria de administração e Finanças

Atividade 2.007: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (143) – Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Órgão 13: Encargos Gerais

Atividade 2.022: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (143) – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 91.000,00

Parágrafo Único: Os recursos de que trata o artigo 1º serão transferidos pela Prefeitura ao Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei Federal 4.320/64 e normas financeiras e contábeis pertinentes.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº 900/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº 902/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 06 de março de 2014

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 06 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 920/2014

LEI Nº 920 DE 13 DE MARÇO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Passo de Torres, crédito suplementar no valor de R\$ 1.170.000,00 (um milhão, cento e setenta mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Projeto 1.005: Construção da Sede Administrativa

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.083 (03) – Aplicações Diretas

Valor do Crédito: R\$ 1.170.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei Federal 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal nº 917/2014, de 12 de fevereiro de 2014.

§ 1º - Os Créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de março de 2014

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 13 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 921/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 921, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E NA CÂMARA DE VEREADORES, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES"

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nas Atividades abaixo discriminadas, por se apresentarem insuficientes para o empenhamento de despesas, limitado ao valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta da transposição de dotações, como segue:

Entidade: CÂMARA DE VEREADORES

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Projeto 1.002: Equipamentos Funcionais para o Legislativo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (__) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.029: Aquisição área, Constr. Ampl. e Reforma de Unidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (05) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Entidade: CÂMARA DE VEREADORES

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manutenção do Processo Legislativo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (__) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.028: Aquisição Equip. Veículos Infra-estrutura da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (01) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº 900/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº 902/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de março de 2014
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 13 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

Portaria Nº 344, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 344, de 24 de março de 2014.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, o resultado do Processo Seletivo 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria Municipal nº. 289, de 31 de janeiro de 2014;

Considerando a necessidade de contratação de pessoal por prazo determinado para suprir a necessidade de Instrutor de Informática, da rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2014;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

E considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a senhora FERNANDA PATRÍCIA RAVARENA PAZ, para ocupar o cargo de Instrutor de Informática, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 24 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 24 de março de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Portaria Nº 345, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 345, de 24 de março de 2014.

"AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de ampliação de carga horária da servidora em virtude do aumento da demanda de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o permissivo legal do art. 2º, da Lei Municipal nº 243/98, de 13/10/1998;

Considerando, por fim, a necessidade de formalizar a ampliação de carga horária realizada;

RESOLVE:

Art. 1º. AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora LE-NIR DOS SANTOS FRANZEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 24 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de março de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Destinação: CRAS.

Data liberação: 21/03/2014

Passos Maia – SC, 24 de março de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0022/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0014/2014 – Objeto – Aquisição de medicamentos de forma parcelada, conforme especificações contidas em Anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 13:50 do dia 04 de abril de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:00 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 24 de março de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 104, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 104, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 015/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 015/2014, modalidade tomada de preços, em razão do certame ter sido declarado fr cassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE MARÇO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 103, de 21 de Março de 2014

PORTARIA Nº 103, DE 21 DE MARÇO DE 2014

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 017/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 017/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, referente a Contratação de seguro dos veículos e equipamentos da frota municipal, e adjudica o objeto licitado a empresa e PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.198.164/0001-60, pelo valor total de R\$ 32.369,40 (trinta e dois mil e trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE MARÇO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 102, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 102, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 016/2014 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 016/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de óleo lubrificante, para a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.104.642/0001-01, pelo preço total de R\$ 38.846,14 (trinta e oito mil e oitocentos e quarenta e seis reais

e catorze centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE MARÇO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais E Estaduais: Nº 001/2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 001/2014

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:

Referente Mês de Janeiro de 2014

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10/01/2014	Ministério da Saúde	PMAQ	R\$ 6.600,00
15/01/2014	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 6.911,67
27/01/2014	Ministério da Saúde	PAB PSF	R\$ 7.130,00
27/01/2014	Ministério da Saúde	PAB PSB	R\$ 2.230,00
27/01/2014	Ministério da Saúde	PAB PACS	R\$ 6.650,00
27/01/2014	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.351,08
28/01/2014	FNDE	Salário Educação	R\$ 8.653,41
28/01/2014	FNDE	Salário Educação	R\$ 8.685,60
31/01/2014	FNDE	FUNDEB	R\$ 95.559,49

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 31 DE JANEIRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Notificação de Recebimento de Recursos Federais E Estaduais: Nº 002/2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 002/2014

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:

Referente Mês de FEVEREIRO de 2014

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10/02/2014	Ministério da Saúde	VIG. EPIDEMIOLOGICA	R\$ 1.183,42
10/02/2014	Sec. Estado Saúde	Sistema de Inf. Ambulatorial	R\$ 788,97
12/02/2014	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.351,08
12/02/2014	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 6.911,67
18/02/2014	MDS	IGD-BF	R\$1.375,00
18/02/2014	MDS	IGD-SUAS	R\$ 500,00

		SCFV – SERV. CONV. FORT. VINCULOS – PISO	
18/02/2014	MDS	VARIAVEL	R\$ 27.000,00
19/02/2014	Ministério da Saúde	PAB PACS	R\$ 7.098,00
28/02/2014	MDS	PBFI – PISO BASIXO FIXO	R\$ 6.000,00
28/02/2014	Sec. Estado Saúde	Farmácia Basica – Cofinanc.	R\$ 2.385,00
28/02/2014	Ministério da Saúde	PAB PSF	R\$ 7.130,00
28/02/2014	FNDE	FUNDEB	R\$ 93.346,79

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.205, de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 1.205, DE 21 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,38% (trinta e oito décimos por cento), considerando o IGP-M do mês de fevereiro de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,13203

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de março de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal Nº 2.130, de 20 de Março de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.130, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA O ANEXO IV DA LEI 1637/2008 E ANEXO I DA LEI 1489/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo IV da Lei 1637/2008 para ampliar a carga horária do cargo de instrutor de 10(dez) horas semanais para 20(vinte) horas semanais.

Art. 2º Fica Alterado o Anexo I da Lei 1489/2007 para reduzir a carga horária de 30(trinta) horas para 20(vinte) horas semanais do Professor de Escolinhas Esportivas.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de março de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.131, de 20 de Março de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.131, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação de veículo e dá outras providências”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da

Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a receber um veículo Uno Mille Economy 2012/2013, Marca Fiat, Ano e Modelo 2013/2014, cor preta, Chassi 9BD15802AD6728739, Placa MJG 6776, de João Amadeu Russi, em nome de Gustavo Rodrigo da Silva.

Art. 2º. O doador responderá por eventuais despesas originadas até a tradição do veículo à Prefeitura Municipal de Porto Belo, bem como arcará com as despesas oriundas da transferência.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de março de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.132, de 20 de Março de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.132, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

CRIA O "BANCO DO LIVRO" NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica criado o "Banco do Livro" no Município de Porto Belo.

Art. 2º. O "Banco do Livro" terá por finalidade receber doações de livros, revistas e CDs e distribuí-los à "Biblioteca Pública Municipal Donato Ananias D Almeida" e Escolas.

Parágrafo único – Os doadores de livros, revistas ou CDs receberão o certificado de "Amigo do Livro".

Art. 3º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, organizar a logística para o recebimento das doações de livros, revistas e CDs.

Parágrafo único – O órgão público competente poderá ainda, ampliar os serviços de recebimento de doações de livros, revistas e CDs, podendo usar outros espaços públicos, designando uma agência do "Banco de Livro" em cada Secretaria Municipal e Fundações Municipais.

Art. 4º. O "Banco do Livro" funcionará junto à Biblioteca Pública "Donato Ananias D Almeida", de Porto Belo.

Art. 5º. Para implantação do "Banco de Livro", o órgão competente promoverá campanhas visando arrecadar obras gratuitamente junto à população, empresas e órgãos públicos em geral.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de março de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.133, de 21 de Março de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.133, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO COM CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Auxílio Financeiro Extraordinário, nos termos da Lei 1905/2011, inciso II, mediante celebração de convênio a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município.

Art. 2º O Convênio objeto do artigo 1º tem por finalidade a contribuição na aquisição de um veículo/ônibus para o uso no transporte realizado pela referida instituição.

Art. 3º O repasse dos recursos financeiros serão de acordo com o Convênio assinado, e será depositado em conta específica em nome a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, em parcela única no valor total de R\$ 18.000,00(Dezoito Mil Reais)

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenções do Programa de Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0500 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 5º A prestação de contas será de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de março de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Registro de Preço – 012/2014 PMPB – 007/2014 Funtur – 008/2014 FMAS – 011/2014 FMS – 007/2014 Famap – 006/2014 – Fmc – 008/2014 FME E 012/2014 Fmeduca

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 012/2014 PMPB – 007/2014 FUNTUR – 008/2014 FMAS – 011/2014 FMS – 007/2014 FAMAP – 006/2014 – FMC – 008/2014 FME e 012/2014 FMEDUCA.

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Registro de preço - aquisição de materiais de construção, hidro sanitários, elétricos e de pintura para reparos das secretarias/fundações do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento e abertura das Propostas: Até 09:00 horas do dia

04/04/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de março de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação 131/2014

Edital de convocação 131/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 24/03/2014 à 28/03/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

01 foto 3x4;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física;

- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)

PIS/PASEP (cópia reprográfica);

Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;

Comprovante de endereço atualizado;

Certificado de Reservista, se for o caso;

Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);

Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;

Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);

Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;

Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)

Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)

Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
SARA LEODORO	70º		

Porto União (SC), 21 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 026/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 026/2014
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 100/2013
Partes: Município de Porto União e Gráfica e Editora Kaygangue Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 1.450,00 (hum mil quatrocentos e cinqüenta reais), ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 10 de março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 032/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 032/2014
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 175/2012
Partes: Município de Porto União e Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 90 (noventa) dias o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 19 de março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 031/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 031/2014
Aditivo ao Contrato de Locação de área de terra nº 037/2013
Partes: Município de Porto União e Gertrud Emma Blattmann

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede reajuste de 5,76 % (cinco vírgula setenta e seis por cento) ao aludido contrato superior, passando ao valor de R\$ 2.644,00 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais) mensais.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 18 de março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 006/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 018/2014 - CARONA
Pregão Presencial 006/2014 - PREFEITURA
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Angélica Antoninha Zamboni Linzmeyer
Ivo Pasternak

Porto União SC, 20 de Março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 022/2014 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 022/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Ivo Pasternak
Objeto: contratação de empresa para realização de 50 (cinquenta) horas de som móvel de rua e 10 (dez) apresentação de som fixo para eventos.
Valor total R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.
Base legal: Pregão Presencial 006/2014 – PREFEITURA - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de Março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Ivo Pasternak
Contratada

Extrato de Contrato 002/2014 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 002/2014 - Cultura
Partes: Município de Porto União e a empresa Ivo Pasternak
Objeto: contratação de empresa para realização de som móvel de rua e som fixo para eventos.
Valor total R\$ 6.250,00 (Seis mil e duzentos e cinquenta reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.
Base legal: Pregão Presencial 006/2014 – PREFEITURA - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de Março de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Ivo Pasternak
Contratada

Extrato de Contrato 034/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa Ivo Pasternak
Objeto: contratação de empresa para realização de som móvel de rua e som fixo para eventos.

Valor total R\$ 10.250,00 (Dez mil e duzentos e cinquenta reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 006/2014 – PREFEITURA - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Ivo Pasternak
Contratada

Extrato de Contrato 003/2014 - Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 003/2014 - Cultura

Partes: Município de Porto União e a empresa Angélica Antoninha Zamboni Linzmeyer

Objeto: contratação de empresa tipo grupo musical para acompanhamento de calouros e animação de eventos artísticos

Valor total R\$ 9.500,00 (Nove Mil e quinhentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 006/2014 – PREFEITURA - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Angélica Antoninha Zamboni Linzmeyer
Contratada

Extrato de Contrato 033/2014 - Prefeitura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa Angélica Antoninha Zamboni Linzmeyer

Objeto: contratação de empresa tipo grupo musical para acompanhamento de calouros e animação de eventos artísticos

Valor total R\$ 9.500,00 (Nove Mil e quinhentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 006/2014 – PREFEITURA - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 20 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Angélica Antoninha Zamboni Linzmeyer
Contratada

Termo de Homologação do Pregão Presencial 004/2014 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 004/2014 - FAS

Pregão Presencial 004/2014 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Ivo Pasternak

Porto União SC, 24 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 011/2014 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa Ivo Pasternak

Objeto: a prestação de serviços de 300 (trezentas) horas de carro de som, com veículo compatível para a utilização de som, com capacidade mínima de 400 w, contendo dois microfones e utilização na cidade e no interior independente das condições do tempo, para divulgação dos cursos profissionalizantes do ACESSUAS/PRONATEC.

Valor total R\$ R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 004/2014 – FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 24 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Ivo Pasternak
Contratada

Termo de Homologação do Pregão Presencial 005/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 017/2014 – Registro de Preços

Pregão Presencial 005/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Magda Regina Polo – ME.

Porto União SC, 19 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N º 003/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 003/2014

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2014, autorizado junto ao Processo Licitatório 017/2014 – REGISTRO DE PREÇOS, Pregão Presencial 005/2014, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA: Magda Regina Polo – ME.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Magda Regina Polo – ME , CNPJ/MF nº 02.914.884/0001-15 sito a Rua Padre Biagio Simonetti, nº 382, centro, município de Fraiburgo, estado de Santa Catarina, CEP: 89.580-000 representado pela senhora Magda Regina Polo.

Registro de Preços para contratação de serviços de horas máquinas trabalhadas, conforme segue:

Descrição do Item:

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 017/2014 – REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de Pregão Presencial 005/2014, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 005/2014

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura, 50% (cinquenta) por cento ora REGISTRADO, serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, onde deverá estar mencionada o número do Processo Licitatório, sendo que os restantes 50% (cinquenta) por cento o produtor rural efetuará diretamente com a empresa

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente pelos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 – Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal firmar para um o 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial desta Ata, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ata.

2.1 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 005/2014.

2.3 – O Detentor da Ata é responsável por todos os impostos, frete, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras quaisquer que incidam sobre a execução do serviço.

2.4 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 017/2014 – REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de Pregão Presencial 005/2014, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.5 – As questões oriundas desta e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.6 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Magda Regina Polo, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Magda Regina Polo - ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

Termo de Homologação da Tomada de Preços 001/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 012/2014
Tomada de Preços 001/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Irineu Comércio de Tintas Ltda – ME

Porto União SC, 17 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 030/2014 - Prefeitura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e a empresa Irineu Comércio de Tintas Ltda – ME
Objeto: a execução de prestação de serviços de execução da pintura imobiliária interna no teto do Cine Ópera, substituição de parte do teto que se encontra danificada, incluindo material e mão de obra, de uma área total de 1.035 m2.
Valor total R\$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais).
Vigência: será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.
Base legal: Tomada de Preços 001/2014 – PREFEITURA Lei 8.666/93
Porto União SC, 17 de Março de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal
Irineu Comércio de Tintas Ltda – ME
Contratada

Termo de Homologação do Leilão 001/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 014/2014
Leilão 001/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório

Porto União SC, 18 de Março de 2013.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Decreto Nº 409/2014

DECRETO Nº 409, de 17 de março de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais):

ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2063 – CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Mun.		
MODALIDADE	3171 – 100 – Transferências a Consórcios Públicos	158	4.000,00
MODALIDADE	3371 – 100 – Transferências a Consórcios Públicos	159	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do exercício de 2013, na Fonte 3100 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****Extrato do Segundo Termo Aditivo E Alteração ao Contrato Nº 77/2013**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO

AO CONTRATO Nº 77/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GROTO & CERVELIN LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 11, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 73,97 (setenta e três reais, com noventa e sete centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo E Alteração ao Contrato Nº 95/2012

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO

AO CONTRATO Nº 95/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente contrato constitui-se em reforma parcial da Unidade Sanitária do Município de Presidente Castello Branco - SC, realizada em 02 (duas) etapas, sendo esta a etapa contratada 01 (um), que trata de uma obra de ampliação e reforma, considerando-se o estado de conservação e manutenção da edificação supracitada, houve a necessidade de realizar serviços os quais não estavam previstos no orçamento e projeto original, com o objetivo de melhorar as condições de uso do estabelecimento, assim conforme justificativa técnica expedida pelo Engenheiro Civil, Gustavo Bochi Barbieri, CREA SC 078792-5, alguns itens foram acrescidos em face da verificação da necessidade no momento da execução e conclusão da obra.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do Contrato ora aditivado passa de R\$ 310.505,24 (trezentos e dez mil, quinhentos e cinco reais com vinte e quatro centavos), para R\$ 361.826,29 (trezentos e sessenta e um reais, oitocentos e vinte e seis reais, com vinte e nove centavos), com a redução do custo da parte de esquadrias devido as alterações.

VIGÊNCIA: 21/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 96/2012

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 96/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente contrato constitui-se em reforma parcial da Unidade Sanitária do Município de Presidente Castello

Branco - SC, realizada em 02 (duas) etapas, sendo esta a etapa contratada 02 (dois), que trata de uma obra de ampliação e reforma, considerando-se o estado de conservação e manutenção da edificação supracitada, houve a necessidade de realizar serviços os quais não estavam previstos no orçamento e projeto original, com o objetivo de melhorar as condições de uso do estabelecimento, assim conforme justificativa técnica expedida pelo Engenheiro Civil, Gustavo Bochi Barbieri, CREA SC 078792-5, alguns itens foram acrescidos em face da verificação da necessidade no momento da execução e conclusão da obra.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do Contrato ora aditivado passa de R\$ 140.357,49 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais com quarenta e nove centavos), para R\$ 154.501,78 (cento e cinquenta e quatro reais, quinhentos e cinquenta e um reais, com setenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 21/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nr. 60/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 60/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GERPAGRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de ração, destinada a alimentação de peixes, para o ano de 2014, a fim de atender ao Programa Municipal de Piscicultura, atendendo ao disposto na Lei Municipal nº 1.502/2010, de 17 de novembro de 2010.

VALOR: R\$ 211.810,60 (duzentos e onze mil, oitocentos e dez reais, com sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nr. 61/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 61/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ILLO QUÍMICA LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC.

VALOR: R\$ 2.903,42 (dois mil, novecentos e três reais, com quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nr 62/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 62/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: LUCIANE FRIGO ME

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC.

VALOR: R\$ 9.184,45 (nove mil, cento e oitenta e quatro reais, com quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nr 63/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 63/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC.

VALOR: R\$ 16.296,60 (dezesesseis mil, duzentos e noventa e seis reais, com sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini
Prefeita Municipal em Exercício

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0306/RH

PORTARIA N. 0306/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ADRIANO ZIMMERMANN, matrícula n. 171638/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 127857/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de março de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0307/RH

PORTARIA N. 0307/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor SILVIO KLETTENBERG, matrícula n. 171468/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 127027/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de março de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0308/RH

PORTARIA N. 0308/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor RAFAEL SCOPEL, matrícula n. 171620/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 126251/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de março de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0309/RH

PORTARIA N. 0309/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor MAICON DE CAMARGO REINHOLD, matrícula n. 171425/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 126188/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de março de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0310/RH
PORTARIA N. 0310/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor GERSON PASQUALINI SCHMIDT, matrícula n. 171590/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 144734/2014 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0311/RH
PORTARIA N. 0311/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JOSE MENDES DA CUNHA, matrícula n. 107697/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 126304/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0305/RH
PORTARIA N. 0305/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 03/03/2014 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2013, designada pela Portaria N. 1283/RH de 01/11/2013 (publicada em 04/11/2013), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2013.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 016/P.A./021/2013, de 18/03/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Contrato Administrativo Nº 203/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA FEDER, portador(a) do CPF nº 068.474.189-07, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Areado, s/nº – Bairro Areado – Agrônômica – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Anibal de Barba, em substituição a Margarete Dubiela, que está readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 954,80 (novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/03/2014 e encerrando-se em 03/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JANAINA FEDER

Contratado (a)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Nº. 014/2014 FMS

CONTRATO Nº. 014/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, MARIANA LEDRA, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 03/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na rua Tuiuti, nº 154, centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Mariana Ledra, inscrita no CPF sob nº 010.399.619-24, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços técnicos especializados em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor
03.01.01.004-8	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	6,30

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, não devendo exceder a 342 atendimentos por mês e o valor de R\$ 2.154,60 (dois mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pela profissional Mariana Ledra, inscrita no CPF sob nº. 010.399.619-24, com registro no conselho respectivo sob o nº. CRP/SC 12/11249, e deverá ser executado nas dependências físicas do CAPS do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência,

imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário constante na cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: BLMAC – MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº. 1.232, de 30/08/1994, Portaria/MS/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura

incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito à multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 21 de Março de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Mariana Ledra Contratada
--	-----------------------------

Testemunhas:

Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 882.569.600-00

Jurema Lanznaster
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 469.743.859-00

Contrato de Prestação de Serviços Nº 013/2014/FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Rio do Sul/SC, representada neste ato pelo seu Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Empreiteira de Mão de Obra Ltda., pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 02.448.659/0001-30, com sede na Rua Ana nery, 457, Bairro Santana, Rio do Sul – SC, CEP 89.160-252, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. David Alencar as Silva, inscrita com o CPF Nº 003.766.249-06 e RG sob nº 44.75848, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fundamento Legal:

01.1- A presente adjudicação decorre da Carta Convite nº 006/2014/FMS, de 18 de fevereiro de 2014, na forma de Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com homologação do Sr. Prefeito de Rio do Sul, homologado pelo Decreto nº 3928, datado de 07 de março de 2014, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto:

O presente Contrato objetiva a contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto construtivos referente a implantação física de 06 (seis) Unidades Básica de Saúde (UBS) em Rio do Sul através de orientação técnica da obra, conforme Termo de Referencia e seus anexos, que fazem parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Valor e Dotação:

03.1- O valor para a execução dos serviços, objeto deste contrato, é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

03.2- As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

40.01.449051.98-1230054

CLÁUSULA QUARTA – Preço e Pagamento:

04.1- Pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratada e efetivamente realizada, os preços constantes da proposta.

04.2- Fica expressamente estabelecido que os preços transcritos

incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços.

04.3- A Tesouraria da CONTRATANTE pagará, em até 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços e entrega dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – Prazo Andamento e Prorrogação dos Serviços:

05.1. PRAZO:

(a) Os serviços objeto do presente contrato, deverão ser executados conforme a necessidade, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

(b) A recusa injustificada, em assinar o presente instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.66/93, de 21.06.93.

05.2. PRORROGAÇÃO:

(a) a prorrogação do prazo de que trata o item 05.1 (a) fica ao critério da Administração da CONTRATANTE, e somente será possível quanto:

(I) faltarem elementos técnicos para a execução dos serviços e o fornecimento deles couber à CONTRATANTE;

(II) houver ordem escrita da CONTRATANTE para a paralisação dos serviços, no todo ou em parte;

(III) incidir em período em que não possa ser realizados os serviços, caso em que a prorrogação far-se-á mediante requerimento da CONTRATADA, e parecer favorável da fiscalização da CONTRATANTE;

(IV) até a conclusão da obra objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Controle e Normas de Execução:

06.1- Caberá à CONTRATANTE a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes a este Edital e, ainda, fornecer, à CONTRATADA, os dados e elementos necessários à sua realização.

06.2- Poderá a CONTRATANTE, a seu critério, exigir a realização de qualquer parte dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso esse tenha sido executado com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as determinações da fiscalização, feitas por escrito, nos termos do artigo 69, da Lei nº 8.666/93.

06.3- A CONTRATADA se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as normas da ABNT e as modificações propostas e aprovadas pela CONTRATANTE.

06.4- A Contratada será responsável por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços do Contrato;

06.5- A contratada fica responsável pela prestação de serviços de conformidade do objeto licitado.

CLÁUSULA SÉTIMA - Penalidades e Proibição:

07.1- Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, poderá a CONTRATANTE sujeitar a CONTRATADA às seguintes penalidades:

(a) suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo que for fixado pelo Sr.º Prefeito de Rio do Sul, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

(b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE, consideradas, para tanto, reincidência da falta, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será

publicado no "Diário Oficial do Estado".

07.2- MULTAS

(a) O Prefeito de Rio do Sul da CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA, multas de até 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, nos seguintes casos:

(I) por dia consecutivo que exceder ao prazo para conclusão dos serviços, a ser constatado na verificação do cronograma;

(II) por dia, pelo não cumprimento de qualquer ordem de serviço da fiscalização da CONTRATANTE no prazo por ela determinado e estas multas serão descontadas das respectivas faturas, podendo ser restituídas se, na medição final dos serviços, for constada a recuperação do atraso.

Parágrafo Único:

(a) A aplicação das multas previstas nesta cláusula, independência de qualquer interpelação administrativa, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

(b) as multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

(c) a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, até o limite admitido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Rescisão:

O contrato poderá ser rescindido:

(a) por mútuo acordo entre as partes.

(b) a critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer:

(c) falência ou concordata;

(d) descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual;

(e) atraso no cronograma da obra por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.

INDENIZAÇÃO

(a) em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre a mesma e seus empregados prepostos ou terceiros.

CLÁUSULA NOVA – Tributos:

09.1- É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste contrato.

09.2- A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

SEGUROS:

(a) a CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal,

das instalações de serviços e edificações que construir e de todo o equipamento para a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – Foro

10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento, não se admitindo qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes, o Responsável Técnico da CONTRATADA e as testemunhas.

Rio do Sul, SC, 10 de março de 2.014
Dr. LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Contrato de Prestação de Serviços Nº 010/2014/FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Rio do Sul/SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SURDI ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 14.712.933/0001-16, com sede na Rua Heitor Largura, 290, Bairro Canta Galo, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP - 89163-360, representada neste ato pela sua Sócia, Srª. Luana Funk Surdi, inscrita com o CPF Nº 032.180.989-04 e RG nº 3.547.441-6/SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fundamento Legal:

01.1- A presente adjudicação decorre da Carta Convite nº 005/2014/FMS, de 13 de fevereiro de 2014, na forma de Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com homologação do Sr. Prefeito de Rio do Sul, homologado pelo Decreto nº 3909, datado de 27 de fevereiro de 2014, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto:

O presente Contrato objetiva a contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto construtivos referente a implantação física da unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Rio do Sul através de orientação técnica da obra, conforme Termo de Referencia e seus anexos, que fazem parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Valor e Dotação:

03.1- O valor para a execução dos serviços, objeto deste contrato, é de R\$ 58.594,51 (cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos)

03.2- As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

40.01.449051.98-1037

CLÁUSULA QUARTA – Preço e Pagamento:

04.1- Pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratada e efetivamente realizada, os preços constantes da proposta.

04.2- Fica expressamente estabelecido que os preços transcritos incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços.

04.3- A Tesouraria da CONTRATANTE pagará, em até 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços e entrega dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – Prazo Andamento e Prorrogação dos Serviços:

05.1. PRAZO:

(a) Os serviços objeto do presente contrato, deverão ser executados conforme a necessidade, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

(b) A recusa injustificada, em assinar o presente instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.66/93, de 21.06.93.

05.2. PRORROGAÇÃO:

(a) a prorrogação do prazo de que trata o item 05.1 (a) fica ao critério da Administração da CONTRATANTE, e somente será possível quanto:

(I) faltarem elementos técnicos para a execução dos serviços e o fornecimento deles couber à CONTRATANTE;

(II) houver ordem escrita da CONTRATANTE para a paralisação dos serviços, no todo ou em parte;

(III) incidir em período em que não possa ser realizados os serviços, caso em que a prorrogação far-se-á mediante requerimento da CONTRATADA, e parecer favorável da fiscalização da CONTRATANTE;

(IV) até a conclusão da obra objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Controle e Normas de Execução:

06.1- Caberá à CONTRATANTE a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes a este Edital e, ainda, fornecer, à CONTRATADA, os dados e elementos necessários à sua realização.

06.2- Poderá a CONTRATANTE, a seu critério, exigir a realização de qualquer parte dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso esse tenha sido executado com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as determinações da fiscalização, feitas por escrito, nos termos do artigo 69, da Lei nº 8.666/93.

06.3- A CONTRATADA se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as normas da ABNT e as modificações propostas e aprovadas pela CONTRATANTE.

06.4- A Contratada será responsável por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços do Contrato;

06.5- A contratada fica responsável pela prestação de serviços de conformidade do objeto licitado.

CLÁUSULA SÉTIMA - Penalidades e Proibição:

07.1- Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, poderá a CONTRATANTE sujeitar a CONTRATADA às seguintes penalidades:

(a) suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo que for fixado pelo Sr.º Prefeito de Rio do Sul, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

(b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE, consideradas, para tanto, reincidência da falta, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será publicado no "Diário Oficial do Estado".

07.2- MULTAS

(a) O Prefeito de Rio do Sul da CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA, multas de até 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, nos seguintes casos:

(I) por dia consecutivo que exceder ao prazo para conclusão dos serviços, a ser constatado na verificação do cronograma;

(II) por dia, pelo não cumprimento de qualquer ordem de serviço da fiscalização da CONTRATANTE no prazo por ela determinado e estas multas serão descontadas das respectivas faturas, podendo ser restituídas se, na medição final dos serviços, for constada a recuperação do atraso.

Parágrafo Único:

(a) A aplicação das multas previstas nesta cláusula, independe de qualquer interpelação administrativa, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

(b) as multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

(c) a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, até o limite admitido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Rescisão:

8.1- O contrato poderá ser rescindido:

(a) por mútuo acordo entre as partes.

(b) a critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer:

(c) falência ou concordata;

(d) descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual;

(e) atraso no cronograma da obra por motivo não justificado, se superior a 30 (trinta) dias.

8.2- INDENIZAÇÃO

(a) em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre a mesma e seus empregados prepostos ou terceiros.

CLÁUSULA NOVA – Tributos:

09.1- É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus

tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste contrato.

09.2- A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

9.3- SEGUROS:

(a) a CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e edificações que construir e de todo o equipamento para a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – Foro

10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento, não se admitindo qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes, o Responsável Técnico da CONTRATADA e as testemunhas.

Rio do Sul, SC, 07 de março de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
CONTRATANTE

Dr. LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

SURDI ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME
Srª. Luana Funk Surdi
CONTRATADA

Testemunhas:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto

DECRETO Nº 090/2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:
Fiat Siena Placa MLV 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)
Palio Weekend Placa MLM 2970

Secretaria Municipal de Educação:
Micro Ônibus MLH 7455
Micro Ônibus MKW 6886
Ônibus Placa MLN 3555
Ônibus Placa LBE-9266
Ônibus Placa MHI-3781
Micro Ônibus Placa MGC-5389
Kombi Placa LZQ-9676
Fiorino Placa AIU-2301
Gol Placa HSA-4843
Fiat Uno MLI - 6240

Secretaria Municipal de Saúde Pública:
Fiat Siena Placa MLI 6230
Palio Weekend MLW 8733
Doblo Placa MGG-4779
Ducato Placa MGC-0247
Ambulância Placa MHM-0646
Sanderó Placa MHX-6135
Fiat Doblo MYZ-3892
Fiat Uno MLF-1217

Fiat Uno Way Placa MLM 2970
Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Caminhão Placa LYT-1023
Caminhão Placa MBI-3024
Motoniveladora
Motoniveladora New Holland RG140B
Logan Placa MIR-8759
Pá Carregadeira
Trator de Pneu John Deer nº 01
Caminhão MGK-3928
Caminhão MGK-3988
Caminhão Truck ATE-2422
Retroescavadeira Randon RD-406(1)
Retroescavadeira Randon RD-406(2)
Gol Placa DEE-6726

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Corsa Placa MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:
Moto Placa MDC-5595
Trator de Pneu TL 75 E (com concha) nº 02
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605 nº 03
Trator de Pneu TL 75 E nº 04
Trator de Pneu TL 65 E nº 05
Trator de Pneu John Deer nº 06
Escavadeira Hidráulica Doosan
Fiat Strada Working 6622
Retroescavadeira Caterpillar (03)
Trator de Esteiras New Holland

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 288/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 24 de Março de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário Municipal de Gestão E Desenvolvimento Econômico
Matricula 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 87/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 87/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 14:00 horas do dia 08 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PREFEITO HENRIQUE SCHWARZ, SITUADA NA ESTRADA SCHRAMM, 1500, BAIRRO SCHRAMM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Nº 27/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 04 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCANADOR, PEDREIRO E CARPINTEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE E SERVIÇOS EMERGENCIAIS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 85/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de março de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 30/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 09 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA AS SALAS DE VACINAS E ODONTO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 84/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 44/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93

de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 10 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: TOMADA DE PREÇO PARA CONSTRUÇÃO DE MIRANTE NO PARQUE 23 DE SETEMBRO, EM SÃO BENTO DO SUL CONFORME PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 770418/2012/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA PROCESSO Nº 2626.38677631/2012.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 17 de março de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Nº 89/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 04 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS, UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração – Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 31/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 10 de abril de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA COPA E COZINHA PARA O

ALMOXARIFADO CENTRAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Extrato de Contrato Nº 034/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. DILSON FRANCISCO TREML.

DO OBJETO: Tem por objeto a locação do imóvel com área total de 330,78 m2, construído em terreno situado à Rua José Fendrich, nº 144, Bairro Progresso, nesta cidade, distante 151,00 metros da esquina com a Rua Capitão Ernesto Nunes, fazendo frente para a citada Rua José Fendrich, lado par, por treze metros (13,00 m), com a mesma largura aos fundos onde confina com Ewaldo Fürst; de um lado divide com João Fendrich por oitenta e dois metros (82,00m), e de outro lado com João Oswaldo Fendrich por oitenta e três e trinta centímetros (83,30m), contendo a área de mil, sessenta e seis metros e sessenta decímetros quadrados (1.066,60 m2), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente no livro nº 2, matrícula nº 03.623 de 24 de abril de 1980, conforme Dispensa de Licitação nº 18/2014.

DO VALOR: R\$ 42.000,00 – valor total.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2014

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2014.
ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER,
pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

DILSON FRANCISCO TREML,
como Locador.

Extrato de Contrato Nº 011/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa VERONEZI & CIA LTDA EPP (NOVA AUTO ELÉTRICA).

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de prestação de serviços de mão de obra na parte elétrica nas seguintes Viaturas Operacionais e Administrativas da 2ª Companhia de Bombeiros Militar sendo: VTR – ABTR 85 PLACA MKS 6855, VTR – ABTR 36 PLACA MHJ 4934, VTR – AT 18 PLACA MAW 2309, VTR ASU 24 PLACA MFJ 6932, VTR – ASU 226 PLACA MIA 2453, VTR – ASU 233 PLACA MGY 5358, VTR – AAT 43 PLACA MCX 3586, VTR – AAT 42 PLACA MIG 0601, VTR – AR 25 PLACA 5412, VTR – AAT 38 PLACA MHE 2293, VTR – AAT 190 PLACA MKQ 5492, conforme Compra Direta nº 12/2014.

DO VALOR: R\$ 2.950,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2014.

São Bento do Sul, 02 de janeiro de 2014.

ASS: PEDRO IVO DIENER,
como Chefe de Gabinete do Município.

VERONEZI & CIA LTDA EPP (NOVA AUTO ELÉTRICA),
como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 051/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de mão de obra a reparos nas unidades educacionais de Educação Infantil, conforme Compra Direta nº 231/2014.

DO VALOR: R\$ 3.955,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 31 de janeiro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE,
pela Secretária de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA,
como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 052/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de mão de obra a reparos nas unidades educacionais de Educação Fundamental, conforme Compra Direta nº 230/2014.

DO VALOR: R\$ 3.955,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 31 de janeiro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE,
pela Secretária de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA,
como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 005/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.

DO OBJETO: A aqui chamada LOCADORA, proprietária de uma

sala comercial térrea com dois banheiros, contendo a área de 110 m2, situada no Edifício Leo Frantz, na Rua Henrique Schwartz, nº 61, Centro, em São Bento do Sul, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO, mediante as cláusulas seguintes:

O LOCATÁRIO destina o objeto da presente locação para abrigar a Farmácia Central e Almoxarifado de Medicamentos do Fundo Municipal de Saúde, conforme Dispensa de Licitação nº 5/2014.

DO VALOR: R\$ 28.908,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.14.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA,
pelo Fundo.

ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA,
como Locadora.

Extrato de Contrato Nº 006/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTER VARIEDADES LTDA.

DO OBJETO: A aqui chamada LOCADORA, proprietária de dois imóveis (prédios) com dois pavimentos cada, sendo um com área de 335,15 m2 e outro com 179,62 m2, situado na Rua Capitão Ernesto Nunes, esquina com a Rua Padre Fidelis Tomelin, Centro, São Bento do Sul, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO, mediante as cláusulas seguintes:

O LOCATÁRIO destina o objeto da presente locação para abrigar o Centro de Especialidades Médicas e Laboratoriais do Município, conforme Dispensa de Licitação nº 2/2014.

DO VALOR: R\$ 117.762,84 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.14.

São Bento do Sul, 22 de janeiro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA,
pelo Fundo.

CENTER VARIEDADES LTDA,
como Locadora.

Extrato de Termo Aditivo Nº 055/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 055/2014

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 372/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, conforme Edital de Concorrência Pública nº 362/2011, em 23 de DEZEMBRO de 2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 372/2011, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para implantação da Escola de Ensino Infantil Padrão FNDE – TIPO B, Bairro Lençol, Loteamento Alpestre, conforme Convênio nº 700071/2011, de acordo com o memorial descritivo e projetos;

Considerando que durante a execução da obra surgiram serviços não previstos no Contrato nº 372/2011, porém a Prefeitura de São Bento do Sul ficou responsável pela execução desses serviços, a partir disso a obra depende desse término que são de responsabilidade da Prefeitura, então a obra precisa ter um prazo maior para a conclusão, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 06 de fevereiro de 2014 e com término em 05 de maio de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 23 de março de 2014 e com término em 22 de junho de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK,
como Prefeito Municipal.

P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA,
como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 038/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 038/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso de Software tendo por objeto a disponibilização de informações de interesse público, gerenciamento, divulgação e publicação de Atos Oficiais e Acesso à pesquisa à Banco de Dados de nº 045/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, em 25 de JANEIRO de 2011, conforme Inexigibilidade nº 44/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 045/2011, que consiste na cessão de uso de software consistente na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.leismunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico do CONTRATANTE;

Considerando o término do Contrato nº 045/2011 no dia 24 de janeiro de 2014, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Quarta – Do Prazo do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

Considerando a variação acumulada do IGPM em 5,52566%, faz-se necessário alterar o valor do Contrato nº 045/2011, devido ao reajuste previsto na Cláusula Quinta do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 25 de janeiro de 2014 e com término em 24 de janeiro de 2015.

Fica alterado o valor trimestral para R\$ 2.855,30 (dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), totalizando o valor do Contrato em R\$ 11.421,20 (onze mil, quatrocentos e vinte e

um reais e vinte centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK,
como Prefeito Municipal.

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA,
como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 152/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 152/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Análises Clínicas nº 118/2010, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A, em 29 de dezembro de 2010, conforme Edital de Pregão Presencial nº 88/2010.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na contratação de laboratório de apoio para prestação de serviços de análises clínicas para o Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), como suporte técnico, conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando que por se tratar de serviços contínuos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato por 120 (cento e vinte) dias, sendo este o tempo necessário para realizar novo processo de licitação, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 01 de janeiro de 2014 e com término em 30 de abril de 2014, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Fica incluso o valor mensal de R\$ 15.255,00 (quinze mil duzentos e cinquenta e cinco reais) por mês totalizando R\$ 61.020,00 (sessenta e um mil e vinte reais) para o período prorrogado.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de dezembro de 2010, Termo Aditivo nº 070/2011 de 16 de novembro de 2011, Termo Aditivo nº 092/2011 de 15 de dezembro de 2011 e Termo Aditivo nº 003/2013 de 02 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA,
pelo Fundo.

SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A,
como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 011/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 011/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 095/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 28 de JUNHO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 46/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 095/2013, que consiste na construção de um Posto de Saúde em alvenaria, situado na Rua Guido Hastreiter, bairro Boehmerwald, em São Bento do Sul, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias conforme memorial descritivo, projetos e Emenda Parlamentar nº 28540018;

Considerando que em virtude da execução do piso de granilite exigir mão-de-obra especializada, e, em nesta cidade não existir uma empresa especializada que execute esse serviço, a empreiteira teve que comprar todo o maquinário necessário para executar o piso de granilite e executá-lo com mão-de-obra própria, devido a esse motivo, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 11 de fevereiro de 2014 e com término em 10 de abril de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 28 de fevereiro de 2014 e com término em 27 de abril de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 07 de fevereiro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA,
pelo Fundo.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP,
como Contratada.

São Domingos

PREFEITURA

Edital 001/2014 Regulamenta E Dá Abertura ao Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar, Estabelece Os Prazos E Dá Outras Providências.

EDITAL 001/2014 Regulamenta e dá abertura ao processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar, estabelece os prazos e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, art. 139 e com base na lei Municipal nº 1594 de 29 de junho de 2009 e na resolução 139/2010 do CONANDA, torna público que estão abertas as inscrições para a escolha de 01 (um) membro para composição do Conselho Tutelar/CT de São Domingos/SC e seus suplentes, para o período de 2014/2015.

O presente Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios, Jornal de circulação local, na emissora de rádio local e a divulgação deste e demais editais e resoluções relativos às etapas do processo suplementar de escolha, estarão afixados no mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br). Também será disponibilizado o edital nas livrarias Disney e Acalanto.

É obrigação do (da) candidato(a) acompanhar todos os editais referentes ao andamento do processo suplementar eleitoral.

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO:

1.1. Da Comissão Especial Eleitoral (CEE):

1.1.1. Conforme resolução nº 001 de 25 de fevereiro de 2014, foi instituída para coordenação do processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar a comissão especial eleitoral, formada pelos Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente: Representantes Governamentais: Edizangela Comachio (Secretaria Municipal de Saúde) e Lorita de Jesus Bigolin (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura) e os Representantes da Sociedade Civil: Rosi Marmellini Scheffer (APAE) e Cristiane Teixeira (CDL).

CAPÍTULO II – DAS VAGAS, MANDATO, FUNÇÃO E REMUNERAÇÃO:

2.1. Das Vagas:

2.1.1. Será eleito 01 (um) conselheiro tutelar titular e 05 (cinco) conselheiros suplentes, sendo que estes serão chamados pela ordem, a substituir os conselheiros tutelares nos casos previstos na lei 1594/2009, art. 24, parágrafo único.

2.2. Do Mandato:

2.2.1. O mandato terá início a partir da posse dos eleitos, com data a ser definida após a homologação do processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar, sendo que o seu término ocorrerá no dia 03.09.2015.

2.3. Do exercício da função:

2.3.2. O Conselheiro Tutelar no exercício da função deverá ter dedicação exclusiva, conforme a resolução do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) nº 139/11 e

a Lei Municipal 1594/2009, sendo a carga horária mínima de 40 horas semanais, incluindo plantões ininterruptos, em escala de revezamento em noites, sábados, domingos e feriados e horários intra e extra jornadas, sendo os critérios definidos em regimento interno, posterior a eleição e posse.

2.3.2.1 – Além do cumprimento das 40 horas semanais, o exercício da função exigirá que o conselheiro tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal e dos plantões a que está sujeito.

2.4. Da Remuneração:

2.4.1. Os Conselheiros Tutelares titulares serão remunerados, sob a forma de subsídio mensal no valor de R\$ 841,06 (oitocentos e quarenta e um reais e seis centavos) já inclusos os plantões, a ser reajustado na mesma data e na mesma proporção, em que for reajustada a remuneração dos servidores públicos municipais de São Domingos/SC, por decreto do poder executivo municipal, sendo vedado qualquer outro tipo de remuneração.

2.4.2. O pagamento da remuneração dos conselheiros tutelares não gera vínculo empregatício com o município de São Domingos/SC, conforme previsto no artigo 21, parágrafo 1º, da Lei Municipal 1594/2009.

2.4.3. Os conselheiros tutelares, para fins previdenciários, serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

2.4.4. Além da remuneração mensal prevista acima, o conselheiro tutelar titular terá direito a:

I – Adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do subsídio mensal;

II – Férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função, conforme escala elaborada pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), que permita, neste período, a manutenção de pelo menos 04 conselheiros em atividade;

III – Décima terceira remuneração (13º), no valor equivalente ao subsídio pago em dezembro de cada ano, proporcional aos meses de exercício;

IV – Benefícios previdenciários, de acordo com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

V – Receber adiantamento quando em viagem, fixado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Domingos, obedecendo aos mesmos critérios e limites estabelecidos pelo Poder Executivo aos servidores municipais.

CAPÍTULO III – DOS REQUISITOS PARA CONCORRER AO CARGO:

3.1. Dos requisitos mínimos indispensáveis:

3.1.1. Poderão concorrer a uma das vagas os candidatos que preencherem os seguintes requisitos/critérios no ato da inscrição:

I – Reconhecida idoneidade moral;

II – Maioridade civil;

III – Residir no município de São Domingos, no mínimo há 01 (um) ano;

IV – Estar em pleno gozo de aptidão física e mental;

V – Estar em pleno gozo de seus direitos políticos;

VI – Escolaridade mínima de 2º grau completo (ensino médio);

VII – Não ser agente político ou membro de executiva partidária;

VIII – Ter dedicação exclusiva, vedado o exercício de qualquer outra atividade pública;

IX – Submeter-se a avaliação psicológica, eliminatória;

CAPÍTULO IV – DA INSCRIÇÃO:

4.1. Do período e local de inscrição:

4.1.1. As inscrições serão realizadas no período de 26/03/2014 à

09/04/2014, na Secretaria

Municipal de Assistência Social, sito a Rua Getulio Vargas, 750 - Centro, das 08 horas às 12 horas, de segunda a sexta-feira.

4.2. Dos documentos necessários para inscrição:

4.2.1. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade (original e cópia);

II – Certidões negativas de antecedentes criminais para fins de concurso público, expedidas pela vara criminal da Comarca de São Domingos (original e cópia);

III – Declaração de tempo de moradia no município de São Domingos, assinada pelo candidato e reconhecida em cartório ou conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato (a);

IV – Diploma ou comprovante oficial de conclusão do segundo grau (ensino médio), ou comprovante de escolaridade em grau superior (original e cópia);

V – Atestado médico atestando aptidão física e mental, expedido por médico ou Junta Médica oficial referenciada pelo município;

VI – Certidão de quitação eleitoral, fornecida pelo Cartório Eleitoral;

VII – Declaração de que o candidato não é agente político ou membro de executiva partidária.

VIII – Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição);

4.3. Da divulgação das inscrições deferidas e indeferidas:

4.3.1. Encerrado o prazo de inscrição, será publicada em Edital a relação dos Candidatos que tiverem suas inscrições deferidas ou indeferidas.

4.4. Do indeferimento das inscrições:

4.4.1. Terá sua candidatura indeferida o candidato que não apresentar a documentação no prazo solicitado, assim como apresentar documentos que não comprovem o solicitado no item 4.2 do presente Edital.

4.5. Da impugnação das inscrições:

4.5.1. A partir da publicação das inscrições deferidas, qualquer pessoa de natureza física ou jurídica da comunidade de São Domingos e Ministério Público terão prazo de 03 (três) dias úteis para impugnar a candidatura, com base nos critérios da inscrição do candidato, oferecendo prova do alegado.

4.5.2. O Candidato impugnado terá 03 (três) dias úteis para manifestar-se e apresentar defesa sobre a impugnação.

4.5.3. A comissão especial eleitoral analisará o recurso apresentado pelo candidato e se pronunciará sobre o resultado da apuração através de edital em até 03 (três) dias.

4.5.4. Vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital, com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha.

CAPÍTULO V - DO PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Do processo eleitoral, regras de eleição e campanha de divulgação das candidaturas:

5.2.1. O processo de eleição dos conselheiros tutelares será realizado conforme determina a Lei Municipal nº 1594/2009 e as regras da Justiça Eleitoral, sendo descrito abaixo:

I – O processo eleitoral será realizado sob a presidência do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) do município de São Domingos, sob fiscalização do Ministério Público da Comarca de São Domingos;

II – Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto secreto e facultativo dos cidadãos do município de São Domingos, inscritos como eleitores do município até (03) meses antes da eleição, tendo que apresentar no ato da votação, documento de identificação com foto;

III – O eleitor deverá votar em apenas um (uma) candidato (a);

IV – É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a confecção de folder, com o número do candidato e sua

apresentação, com ou sem foto, com nome e/ou apelido;
VI – A votação será realizada em 17/05/2014, das 09 às 16h sem intervalo para o almoço, na Escola Municipal de Ensino Infantil Monteiro Lobato, na Rua Brasil, nº 824, Centro;

VII – Encerrada a votação, a mesa eleitoral, que será composta por conselheiros de direitos da criança e do adolescente, titulares e suplentes e funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social, passará a funcionar como escrutinadora, devendo apurar os votos, lavrar a ata dos trabalhos realizados, nela declarando eleitos aqueles com maior número de votos, sob fiscalização do Ministério Público;

VIII – Havendo empate na votação, será considerado escolhido o que tiver o grau de escolaridade superior, e se ainda persistir o empate, o mais idoso;

IX – Será disponibilizado transporte público para as comunidades do interior, sendo vedado ao candidato transportar eleitores, sob pena de cassação de candidatura.

CAPÍTULO VI – DOS IMPEDIMENTOS E AFASTAMENTOS:

6.1. Dos Impedimentos:

6.1.1. São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, ainda que em relação homoafetiva e todo aquele que foi penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar.

6.1.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o caput.

6.1.3. Também está impedida autoridade judiciária, representante do Ministério Público em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

6.1.4. Quando da inscrição de mais de um candidato no que diz respeito a impedimento, será considerada para fins de deferimento a primeira inscrição realizada.

6.1.5. Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual apresentação até o resultado final do processo de escolha.

6.2. Da recondução:

6.2.1. Por se tratar de processo suplementar de escolha, o mandato se iniciará a partir da posse, com data a ser definida após a homologação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e término no dia 03.09.2015, sendo permitida uma única recondução.

6.2.2. Conforme resolução 139/11 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) § 2º, o conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

6.2.3. É vedada a recondução de candidatos que tiveram no exercício das funções de conselheiro tutelar, até 03 (três) advertências escritas e comprovadas, em razão de sua conduta, no exercício da função, expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VII – DOS PRAZOS:

7.1. Do calendário:

7.1.1. Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização da eleição, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
25/02/2014	Composição da Comissão Eleitoral Especial	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h
21/03/2014	Reunião do CMDCA para aprovação do edital	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h

		Diário Oficial dos Municípios, Jornal de circulação local, na emissora de rádio local, mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS, e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br).	
25/03/2014	Publicação e divulgação do edital 001/2014		10h
26/03/2014 à 09/04/2014	Inscrições e entrega de documentos dos candidatos e candidatas	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h às 12 h
10/04/2014	Sessão pública para análise das inscrições	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h
10/04/2014	Divulgação das inscrições pré deferidas	Mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br).	14 h
11/04/2014 à 15/04/2014	Prazo para apresentação de recursos de inscrições indeferidas	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h às 12 h
16/04/2014	Reunião da Comissão Especial Eleitoral para apreciação dos recursos	Secretaria Municipal de Assistência Social	08h
16/04/2014	Divulgação do resultado dos recursos e inscrições deferidas	Mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br).	14h
17/04/2014 à 23/04/2014	Prazo para solicitação de impugnação de candidatura	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h às 12 h
23/04/2014	Divulgação das candidaturas impugnadas	Mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br).	14h
24/04/2014 à 28/04/2014	Prazo para a apresentação de defesa das candidaturas impugnadas	Secretaria Municipal de Assistência Social	8 h às 12 h
28/04/2014	Reunião da Comissão Especial Eleitoral para análise, decisão e divulgação das impugnações	Secretaria Municipal de Assistência Social	14h
29/04/2014	Divulgação da lista de inscrições homologadas e convocação para o teste psicológico	Secretaria Municipal de Assistência Social	08 h

29/04/2014	Avaliação Psicológica	A definir	14 h
30/04/2014	Divulgação do resultado da avaliação psicológica	Mural público da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Fórum de Justiça, no Conselho Tutelar, no CRAS e no site oficial (www.saodomingos.sc.gov.br).	08h
30/04/2014	Reunião para esclarecimento das regras da campanha, sorteio da ordem para a cédula, com a participação dos candidatos, conselheiros de direitos e Ministério Público.	Secretaria Municipal de Assistência Social	14 h
Das 08h do 01/05/2014 às 18h do 16/05/2014	Período de campanha	-	-
17/05/2014	Votação e sessão pública de contagem dos votos	Escola Municipal de Ensino Infantil Monteiro Lobato, na Rua Brasil, nº 824, Centro	9 h as 16 h, sem intervalo para o almoço
20/05/2014	Posse Conselheiros Tutelares	Sala de reuniões do Fórum da Comarca de São Domingos	A definir
20/05/2014	Início das atividades	Conselho Tutelar	Após ato de posse

CAPITULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do processo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2. A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

8.3. O candidato deverá manter atualizado seu endereço desde a inscrição até a publicação dos resultados finais junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

8.4. O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do processo, a qualquer tempo;

8.5. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, Comunicados e demais publicações referentes a este processo.

8.6. É vedado aos candidatos a conselheiro tutelar, exercer mandato político eletivo ou candidatar-se ao mesmo, sem afastar-se do cargo;

8.7. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos com base na Legislação em vigor, pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Domingos/SC, com consulta ao Ministério Público.

São Domingos, SC, 25 de março de 2014.

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Domingos SC

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 041 de 11 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº. 041 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.
"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Atribuir exercício aos Auxiliares de Serviços Gerais da Educação, abaixo relacionadas, no período de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014:

01 – ADRIANA RAUPP DA ROSA, no CEI Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;

02 – ANGELA MARIA RIBEIRO MAGNUS, na E.E.B Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;

03 – AVANI ALEXANDRE PEREIRA, na E.E.B. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;

04 – BEATRIZ WEBER TEIXEIRA, no CEJA Vereadora Rita Quadros

05 - CLAUDIA MARIA E. BAUER, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;

06 – CRISTIANE CARDOSO M. BORBA, na E.E.B. Vila Velha II – Vila Conceição;

07 – DANIELA P. DE MATOS CARDOSO na E.E.B. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;

08 – IONE TEREZINHA RAUPP, na E.E.B. Vila Velha II – Vila Conceição;

09 – JANICE COELHO PADILHA TERRA, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;

10 – JANICE SANTOS ALEXANDRE, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;

11 – MARIA ELIZETE EUGÊNIO DA SILVA, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul

12 – MARIA HELENA HOMEM TEIXEIRA, na E.E.B. Glorinha – Glorinha;

13 – ROSISTEL MATOS MAGNUS, na APAE - SAEDE de São João do Sul;

14 – SILVANA DA ROSA LENTZ, no CEI Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;

15 – SANDRA REGINA DE SOUZA, no CEI. Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;

16 – SIRLEI SANTOS RODRIGUES, na E.E.F Quintiliano João Pacheco, São João do Sul;

17 – SUZANA MACHADO SOUZA, E.E.B Sertão do Piritu - Sertão do Piritu.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 042 de 11 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 042 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Atribuir exercício aos Auxiliares de Ensino da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014:

01 – ADRIANA DOS SANTOS LOPES DA ROSA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

02 – CLAMILTA BAUER BORBA DOS SANTOS, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

03 – MARCIA ADRIANE LUMMERTZ MACHADO, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 043 de 11 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 043 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Atribuir exercício aos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014:

01 – ELIZANDRA PERDONÁ DONADEL, na CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

02 – FABIANA DA SILVA OLIVEIRA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

03 – JOELMA SILVEIRA LAUREANO DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

04 – MARISETE MORETO PIA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

05 – MARIA HELENA SCHEFFER DOMINGOS, no Pré - Escolar Cilandinha da EEB. Vila Velha II – Vila Santa Catarina;

06 – NELCI DA SILVA LUMMERTZ, no Pré Escolar Cantinho Alegre da EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;

07 – VIVIANA MACIEL DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

08 – MARIA JUCILENE DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 019 de 05 de Março de 2014.

DECRETO Nº. 019 DE 05 DE MARÇO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.279, de 31 de agosto de 2005, que concede auxílio financeiro para custear despesas com transporte escolar, a estudantes de cursos profissionalizantes/pós médio e de nível superior, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a concessão de auxílio financeiro a estudantes residentes no Município de São João do Sul que frequentam cursos de Ensino Profissionalizante/Pós-Médio e de Nível Superior, fora do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005, para custeio de despesas com transporte escolar, sendo que o valor mensal do benefício, por aluno, para os meses de março, abril, maio e junho de 2014, será distribuído da seguinte forma:

§1º - 50% (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para alunos que frequentam Cursos Superiores, ministrados regularmente ou em regime especial.

§2º - 50 % (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para os alunos que frequentam os Cursos Profissionalizantes/Pós-Médio.

Art. 2º - Deverá ser entregue na Prefeitura uma Declaração prestada pela pessoa física ou jurídica que realiza os serviços de fretamento, especificando o turno que é efetuado o serviço, o destino, o valor cobrado por 01 dia, 02 dias, 03 dias, 04 dias, 05 dias ou 06 dias de fretamento.

Parágrafo Único – A referida Declaração deverá ser assinada pelo responsável legal do prestador dos serviços, com assinatura reconhecida em Cartório.

Art. 3º - Para ser beneficiário do auxílio de que trata o presente Decreto, o aluno deverá residir no Município de São João do Sul, o aluno deverá residir no Município de São João do Sul, utilizar veículo fretado exclusivamente para este fim e ser aluno de uma das Instituições citadas nos §§ do Art. 1º deste Decreto. Esta informação será comprovada mediante apresentação de atestado de matrícula por aluno, emitido pela Instituição de Ensino, que deverá ser anexado na planilha do mês de março de 2014. Posteriormente, na planilha do mês de abril de 2014, serão anexados os atestados de frequência por aluno, emitido pela Instituição de Ensino.

Art. 4º - Para cada fretamento deverá ser indicado um aluno responsável, que mensalmente receberá os recursos em nome de todos os colegas. Este manterá uma planilha mensal, atualizada com o nome de todos os alunos que utilizam o transporte escolar.

Art. 5º - A Planilha Mensal de que trata os Arts. 3º e 4º deverá indicar os alunos beneficiários, a pessoa física ou jurídica contratada para este fim, a instituição de ensino, o custo mensal do transporte por aluno, o valor a ser recebido do Município, o mês de referência e deve estar assinada por todos os alunos beneficiários, pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e pelo Servidor Municipal responsável pelo recebimento e controle das planilhas,

ficando estes responsáveis pela veracidade das informações. Tal Planilha deverá ser entregue mensalmente na Prefeitura até o dia 20 de cada mês de referência do auxílio, ou próximo dia útil, quando o dia 20 for sábado, domingo ou feriado. Posteriormente até o dia 25 de cada mês também de referência do auxílio, ou próximo dia útil, quando o dia 25 for sábado, domingo ou feriado, o aluno responsável deverá entregar na Prefeitura a nota fiscal que expresse o valor total do fretamento, ou seja, o 100% do valor pago pelo transporte, a fim de que seja possível comprovar os valores constantes na planilha.

Art. 6º - Os valores do auxílio de que trata o presente Decreto serão pagos pelo Município até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência na planilha mensal.

Art. 7º - Para cobertura das despesas decorrentes deste Decreto, serão utilizadas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 05 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 025/2014

Modalidade – Pregão Presencial nº 011/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA MESA E BANHO, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 08:15 horas do dia 07/04/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08:30 horas do dia 07/04/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 25 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Resultado da Tomada de Preços Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014 - Processo nº 053/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da reforma e ampliação do Centro Educacional Municipal José Nitro – localizado no bairro Serraria, Município de São José, com fornecimento dos materiais necessários a execução dos serviços. EMPRESAS HABILITADAS: Construtora De Angelo LTDA EPP; e Asteca Construções, Indústria e Comércio LTDA EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 006/2013

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 006/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL E CARNAVALESKO TERRA FIRME. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 17 de dezembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Rafael Araújo pelo Grêmio Recreativo Cultural e Carnavalesco Terra Firme. PA 22737/2013.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 001/2014

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 001/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ESPORTIVA CULTURAL BENEFICIENTE UNIDOS DA PROCADA. OBJETO: Apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Evandro de Oliveira Dantas pela Associação Recreativa Esportiva Cultural Beneficiente Unidos da Procada. PA 1616/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 010/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 010/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL MADEKALO. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Rafael Vandresen pela Associação Recreativa e Cultural Madekalo. PA 2923/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 005/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 005/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e LIGA DAS ENTIDADES CARNAVALESCAS DE SÃO JOSÉ. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Ivan Jacob Nunes dos Santos pela Liga das Entidades Carnavalescas de São José. PA 1260/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 003/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 003/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e BLOCO UNIDOS DO JARDIM DAS PALMEIRAS. OBJETO: Apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Jorge Rita pelo Bloco Unidos do Jardim das Palmeiras. PA 1256/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 007/2013
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 007/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e GRÊMIO RECREATIVO ESPORTIVO CULTURAL E CARNAVALESCO BLOCO GUARDIÕES DE AREIAS. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de dezembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Maristela Alessandra Paula Vieira pelo Grêmio Recreativo Esportivo Cultural e Carnavalesco Bloco Guardiões de Areias. PA 22446/2013.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 005/2013
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 005/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ESPORTIVA FUTSAMBA. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis no Carnaval 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de dezembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Marcos Santana pela Associação Recreativa Esportiva Futsamba. PA 22407/2013.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 002/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 002/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e GRÊMIO CULTURAL E RECREATIVO ESCOLA DE SAMDBA ESTRELA AZUL. OBJETO: apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Maristela Silva da Conceição pelo Grêmio Cultural Recreativo Escola de Samba Estrela Azul. PA 1615/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 008/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 008/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e CLUBE RECREATIVO 1 DE JUNHO. OBJETO: Apoio financeiro para a utilização do espaço do Clube 1 de Junho no período das 18h do dia 27/02/2014 até 06h do dia 28/02/2014, oferecimento de banda, sonorização, comida, bebida, segurança, premiação e decoração para realização do Baile Municipal do Carnaval do Zé Folia 2014. VALOR: R\$ 55.100,00 (cinquenta e cinco mil e cem reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 24 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Dilmo José Lorenzetti pelo Clube Recreativo 1 de Junho. PA 4850/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 006/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 006/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL BLOCO DO NENÉM. OBJETO: Apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Fabiano Rodrigo Soares pela Associação Recreativa e Cultural Bloco do Neném. PA 1258/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 003/2013
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 003/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL PÉROLAS. OBJETO: Apoio financeiro para a organização do festival de músicas de carnaval compreendendo a organização artística, premiação e registro final com gravação de CD. VALOR: R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.03.09.0126. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 30/01/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de outubro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Nilton Miguel da Silva pela Associação Cultural e Musical Pérolas. PA 19153/2013. TERMO ADITIVO 001/PMSJ/FMCT/2013 DO CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 003/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL PÉROLAS. OBJETO: Apoio financeiro para a organização do festival de músicas de carnaval compreendendo a organização artística, premiação e registro final com gravação de CD, assessoria de imprensa, locação do espaço do Restaurante Praça 11 para a realização do evento, e contratação de músicos para o evento. VALOR: R\$ 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.3.50.42.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 30/01/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 08 de novembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Nilton Miguel da Silva pela Associação Cultural e Musical Pérolas. PA 19153/2013.

TERMO ADITIVO 002/PMSJ/FMCT/2013 DO CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 003/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL PÉROLAS. OBJETO: Apoio financeiro para a organização do festival de músicas de carnaval compreendendo a organização artística, premiação e registro final com gravação de CD, assessoria de imprensa, locação do espaço do Restaurante Praça 11 para a realização do evento, e contratação de músicos para o evento, e apresentação de show de lançamento do CD das Músicas do Carnaval 2014, a ser realizado no dia 07/02/2014, às 20h, na Avenida Lélio João Martins, durante o evento do concurso da corte do Carnaval do Zé Folia 2014. VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.42.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 30/01/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 08 de novembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Nilton Miguel da Silva pela Associação Cultural e Musical Pérolas. PA 19153/2013.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 004/2014
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 004/2014. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICO DE SÃO JOSÉ. OBJETO: Apoio financeiro para a participação no Desfile das Escolas de Samba de São José no Carnaval de 2014, compreendendo toda a organização do desfile, confecção de carros alegóricos, instrumentos musicais para a bateria, confecção de fantasias, contratação de músicos e demais artistas, intérpretes e carnavalesco. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 31/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 22 de janeiro de 2014.

SIGNATÁRIOS: José Natal Pereira e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Gilvan Luiz de Santana pelo Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Acadêmico de São José. PA 1613/2014.

Convênio de Apoio Financeiro Nº 008/2013
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 008/2013. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ACADEMIA SÃO JOSÉ DE LETRAS. OBJETO: Utilização dos recursos financeiros para auxiliar nas despesas decorrentes de publicações de obras literárias que servirão de apoio educacional e cultural aos cidadãos Josefenses, bem como no auxílio para aquisição de bens duráveis para a sede da entidade. VALOR R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.42.00.00.00.00.0080.000000 - Auxílios. VIGÊNCIA: Data da assinatura até 30/03/2014. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de dezembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Elenita Gerlach Koerich pelo Município de São José e Artêmio Zanon pela Academia São José de Letras. PA 22852/2013

Decreto Nº 2437/2014

DECRETO Nº 2437/2014

NOMEIA A COMISSÃO para julgamento TÉCNICO referente À CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2014.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Fica criada a Comissão para julgamento técnico referente à Concorrência Pública N.º 001/2014 que possui como objeto a contratação de empresa de consultoria especializada para eventual prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para assessoramento, levantamentos, diagnóstico, estudos e projetos de vias urbanas e de intervenções arquitetônicas nas edificações institucionais existentes ou a serem executadas no Município de São José, composta pelos seguintes servidores:

Milton Bley Júnior – Matrícula 33071 – Presidente;
Nardi Francisco de Sousa Arruda – Matrícula 22753 – Membro;
Roberto Bonassi – Matrícula 22993 – Membro;
Michel Brianeze – Matrícula 33159 – Membro;
Jailson Hemes – Matrícula 33154 – Membro.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Edital de Concurso Público Nº 001/2014/Gab - Segundo Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal da Administração

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014/GAB

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Organizadora do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2014/GAB, no uso de suas atribuições previstas no item 9.3 do citado Edital,

Considerando a constatação de mero erro material no item 3.21 do Edital nº 001/2014/GAB, no qual foi grafado erroneamente o ano 2013, quando deveria ser 2014;

RESOLVE:

1. Tornar pública a decisão de retificar o item 3.21 do Edital nº 001/2014/GAB, que passa a vigorar a seguinte redação:

3.21 O candidato doador de sangue que desejar usufruir do benefício da isenção da taxa de inscrição prevista em lei, deverá assinar a opção DOADOR no Requerimento de inscrição, e entregar na FEPESE até o dia 28 de março de 2014, pessoalmente, por procurador devidamente constituído, ou via postal, declaração expedida por entidade coletora oficial ou credenciada da União, dos Estados ou Municípios, que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao último dia de inscrições.

São José, 20 de março de 2014.

Waldemar Bornhausen Neto

Presidente da Comissão do Concurso

Secretário Municipal de Administração

Edital de Concurso Público Nº 002/2014/Gab - Segundo Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal da Administração

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014/GAB

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Organizadora do Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014/GAB, no uso de suas atribuições previstas no item 9.3 do citado Edital,

Considerando a constatação de mero erro material no item 3.22 do Edital nº 002/2014/GAB, no qual foi grafado erroneamente o ano 2013, quando deveria ser 2014;

RESOLVE:

1. Tornar pública a decisão de retificar o item 3.22 do Edital nº 001/2014/GAB, que passa a vigorar a seguinte redação:

3.22 O candidato doador de sangue que desejar usufruir do benefício da isenção da taxa de inscrição prevista em lei, deverá assinar a opção DOADOR no Requerimento de inscrição, e entregar na FEPESE até o dia 28 de março de 2014, pessoalmente, por procurador devidamente constituído, ou via postal, declaração expedida por entidade coletora oficial ou credenciada da União, dos Estados ou Municípios, que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao último dia de inscrições.

São José, 20 de março de 2014.

Waldemar Bornhausen Neto

Presidente da Comissão do Concurso

Secretário Municipal de Administração

Edital de Concurso Público Nº 003/2014/Gab - Segundo Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria Municipal da Administração

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014/GAB

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Organizadora do Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014/GAB, no uso de suas atribuições previstas no item 12.3 do citado Edital,

Considerando a constatação de mero erro material no item 3.22 do Edital nº 003/2014/GAB, no qual foi grafado erroneamente o ano 2013, quando deveria ser 2014;

RESOLVE:

1. Tornar pública a decisão de retificar o item 3.22 do Edital nº 003/2014/GAB, que passa a vigorar a seguinte redação:

3.22 O candidato doador de sangue que desejar usufruir do benefício da isenção da taxa de inscrição prevista em lei, deverá assinar a opção DOADOR no Requerimento de inscrição, e entregar na FEPESE até o dia 28 de março de 2014, pessoalmente, por procurador devidamente constituído, ou via postal, declaração expedida por entidade coletora oficial ou credenciada da União, dos Estados ou Municípios, que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao último dia de inscrições.

São José, 20 de março de 2014.

Waldemar Bornhausen Neto

Presidente da Comissão do Concurso

Secretário de Administração

Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da FUNDESJ

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1800/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS9596	55081713E	5452/1	13/02/2014	181 * VIII
BQK6660	55082201E	5452/1	26/02/2014	181 * VIII
DOC9396	55083661E	5452/1	21/02/2014	181 * VIII
ELK2103	55084051E	5550/0	01/03/2014	181 * XVIII
LWZ0226	55083765E	5460/0	28/02/2014	181 * IX
LXF9804	54447413E	5541/1	23/02/2014	181 * XVII
LZC4159	54445287E	5452/1	14/02/2014	181 * VIII
MAK3883	54931965E	6076/0	27/12/2013	210
MAU7744	54769577E	5452/1	23/02/2014	181 * VIII
MBI4248	55082736E	5550/0	19/02/2014	181 * XVIII
MCA3564	55083424E	6858/0	28/02/2014	231 * VII
MCE7743	55911308D	5550/0	30/12/2013	181 * XVIII
MDI5413	55082100E	6050/3	27/02/2014	208
MEI7628	55083109E	5550/0	01/03/2014	181 * XVIII
MEJ1159	55083476E	6122/0	26/02/2014	214 * I
MEQ9322	54768458E	7030/1	21/01/2014	244 * I
MEQ9322	54930959E	7030/1	06/02/2014	244 * I
MFA5253	54768017E	7056/1	07/01/2014	244 * III
MFA5253	54768018E	7030/2	07/01/2014	244 * I
MFI9748	54770265E	5550/0	09/02/2014	181 * XVIII
MFQ1218	55082473E	5452/1	20/02/2014	181 * VIII
MGS2155	54931974E	6050/3	31/12/2013	208
MIP8923	55082481E	5550/0	22/02/2014	181 * XVIII
MJM2855	54932207E	5541/3	11/01/2014	181 * XVII
MKS9935	55083108E	5550/0	01/03/2014	181 * XVIII
MLM8034	55082058E	5550/0	24/01/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMK1580	54562297C	5568/0	02/03/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1802/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DXS4484	55915587D	5835/0	09/11/2013	R\$ 127,69	195
DXS4484	55915588D	5207/0	09/11/2013	R\$ 53,20	169
IOY1700	54768539E	5452/1	16/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXT0158	54930936E	5835/0	16/12/2013	R\$ 127,69	195
MCV8525	54769783E	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MDC9157	54930938E	7056/1	17/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
MEL1930	54769781E	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MGL5930	54930215E	5541/1	17/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB8423	54930939E	5460/0	29/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIV3675	54931571E	6122/0	31/12/2013	R\$ 191,53	214 * I
MKC7512	54769566E	5452/1	20/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKM3274	54930906E	5452/1	23/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD6158	54931693E	7366/2	24/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1327/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABQ5586	55668051C	5550/0	25/02/2014	181 * XVIII
DBK2763	55666802C	5452/1	14/12/2013	181 * VIII
HJB9865	55667770C	5541/4	20/02/2014	181 * XVII
HQL4527	55667532C	5452/1	27/01/2014	181 * VIII
ITY5350	55667040C	5738/0	26/01/2014	186 * II
JQZ3544	55665992C	5460/0	17/02/2014	181 * IX
LXE7822	55667911C	5398/0	18/02/2014	181 * II
LXH9658	55665997C	5568/0	19/02/2014	181 * XIX
LYX6985	55666579C	5452/1	07/02/2014	181 * VIII
MAZ8474	55659015C	5380/0	07/01/2014	181 * I
MBQ2821	55663195C	5568/0	17/02/2014	181 * XIX
MBS2002	55667512C	6050/1	27/01/2014	208
MBU2289	55662690C	5835/0	05/01/2014	195
MCO6462	55664136C	5568/0	18/02/2014	181 * XIX
MCP7188	55666857C	5452/1	24/12/2013	181 * VIII
MCX1787	55667356C	5568/0	20/02/2014	181 * XIX
MFC5538	55660515C	7366/2	31/01/2014	252 * VI
MFD6737	55666921C	5541/4	18/02/2014	181 * XVII
MFE8858	55667362C	5452/1	26/02/2014	181 * VIII
MFG8834	55642734C	5541/1	21/02/2014	181 * XVII
MF19037	55666040C	5452/2	31/12/2013	181 * VIII
MGA8521	55646571C	5550/0	21/02/2014	181 * XVIII
MGB8588	55666447C	7366/2	19/02/2014	252 * VI
MGN2238	55666847C	7366/2	20/01/2014	252 * VI
MGW9121	55666278C	5452/1	29/01/2014	181 * VIII
MGW9493	55666418C	5738/0	03/02/2014	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY9103	55667821C	5550/0	12/02/2014	181 * XVIII
MHE1991	55667104C	7366/2	06/01/2014	252 * VI
MHF2758	55667446C	5568/0	22/02/2014	181 * XIX
MHF7645	55664095C	5568/0	17/02/2014	181 * XIX
MIB3496	55667409C	5460/0	18/01/2014	181 * IX
MIJ5827	55664267C	5460/0	06/02/2014	181 * IX
MIQ2160	55667034C	7366/2	14/01/2014	252 * VI
MIS1937	55664697C	5460/0	31/01/2014	181 * IX
MJA7790	55667864C	5541/4	18/02/2014	181 * XVII
MJH0625	55629039C	5541/1	28/02/2014	181 * XVII
MJI4051	55667255C	5738/0	22/02/2014	186 * II
MJK9447	55665342C	5550/0	19/12/2013	181 * XVIII
MJN1493	55667433C	5541/1	13/02/2014	181 * XVII
MKL3906	55661501C	6122/0	08/01/2014	214 * I
MKM5347	55665987C	5452/1	23/12/2013	181 * VIII
MKN8739	55642730C	5568/0	18/02/2014	181 * XIX
MLD6198	55667548C	6122/0	04/02/2014	214 * I
MTJ2047	55661925C	5541/4	07/02/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1329/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJD5352	55666405C	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AJE3846	55664473C	5509/0	14/11/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
AXA1816	55661744C	7366/2	23/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BBZ2222	55665154C	5185/1	08/11/2013	R\$ 127,69	167
BBZ2222	55665155C	5185/2	08/11/2013	R\$ 127,69	167
DPA7023	55665184C	6050/1	08/11/2013	R\$ 191,53	208
DZZ8364	55665884C	5452/1	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
EDM1684	55647132C	5541/5	20/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HJB9865	55665773C	5550/0	18/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
HKH9140	55664058C	5550/0	29/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
JKP2572	55666958C	6068/1	23/12/2013	R\$ 127,69	209
KIP4276	55665907C	5541/7	05/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KOS3160	55665087C	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LOD9083	55665859C	7366/2	28/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LXI0808	55666037C	5703/0	18/12/2013	R\$ 85,12	185 * I
LXM0648	55666698C	5622/2	14/12/2013	R\$ 53,20	182 * VI
LXQ5520	55664982C	5185/1	08/11/2013	R\$ 127,69	167
LXY9825	55664824C	5185/1	04/11/2013	R\$ 127,69	167
LYW0140	55666056C	5185/1	04/12/2013	R\$ 127,69	167
LYY8319	55666836C	5185/1	14/12/2013	R\$ 127,69	167
LZB9567	55666093C	5550/0	14/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZQ5387	55665782C	5207/0	18/12/2013	R\$ 53,20	169
LZU6114	55666646C	7366/2	10/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAP5942	55665941C	5185/1	13/12/2013	R\$ 127,69	167
MAS5543	55666110C	5568/0	04/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MAU2324	55666096C	5550/0	14/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAX0998	55665876C	7366/2	02/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBC0909	55666345C	5185/1	06/12/2013	R\$ 127,69	167
MBD2683	55664087C	5738/0	11/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
MCD3493	55664035C	5541/4	28/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH6413	55665712C	5568/0	03/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCS4655	55665786C	5541/4	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW1955	55665340C	5541/1	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM4314	55665921C	5550/0	05/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDQ1294	55665564C	5541/4	27/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT5639	55666757C	5568/0	18/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDX1213	55666458C	5738/0	19/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDY9821	55665647C	5541/6	17/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA4522	55665561C	5185/1	27/11/2013	R\$ 127,69	167
MEB5731	55666460C	7366/2	19/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEM3965	55666647C	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MEM3965	55666648C	5185/2	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MEQ8647	55664041C	5550/0	02/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEV9356	55666624C	7366/2	10/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEX1115	55666083C	7366/2	12/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFG8562	55653450C	7056/1	12/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
MFK5653	55663842C	5541/1	27/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL4691	55635028C	5550/0	21/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN9898	55666634C	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MGE0370	55666129C	5568/0	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MGK9270	55666831C	5819/6	14/12/2013	R\$ 574,61	193
MGK9270	55666832C	6041/2	14/12/2013	R\$ 127,69	207
MGL2196	55661750C	7366/2	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGR1482	55664335C	5568/0	10/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MGU1269	55665307C	5207/0	25/11/2013	R\$ 53,20	169
MHA8606	55666272C	5967/0	06/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MHS7567	55664887C	5452/1	21/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHT2582	55666466C	7366/2	19/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHW8798	55663849C	5541/5	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA7704	55666464C	5991/0	19/12/2013	R\$ 191,53	206 * I
MID6180	55664301C	5568/0	25/10/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIP9529	55666630C	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
MIQ5120	55666327C	5568/0	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIU5774	55666824C	6050/1	14/12/2013	R\$ 191,53	208
MIX0706	55666402C	7366/2	09/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ7754	55665750C	5550/0	19/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJD9586	55651894C	6041/2	18/12/2013	R\$ 127,69	207
MJM8819	55666667C	6050/1	10/12/2013	R\$ 191,53	208
MJQ7002	55666683C	7366/2	12/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKB1640	55665985C	7366/2	21/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKC4189	55662300C	5630/0	01/11/2013	R\$ 85,12	182 * VII
MKL2259	55664863C	5550/0	20/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKQ2214	55666143C	5452/1	07/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKS2248	55665734C	5568/0	06/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MLA8564	55666106C	5568/0	03/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MLK6366	55665949C	5703/0	13/12/2013	R\$ 85,12	185 * I
MTD2966	55663846C	5460/0	29/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MYD5646	55661921C	5541/4	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
NVE9195	55665320C	5207/0	29/11/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1799/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAQ8706	55910480D	6599/2	26/02/2014	230 * V
AAQ8706	55910482D	5010/0	26/02/2014	162 * I
ACC9279	55162738C	6599/2	08/02/2014	230 * V
ACC9279	55162739C	6726/1	08/02/2014	230 * XVIII
AFL7179	55082203E	6599/2	26/02/2014	230 * V
AHK7782	54932346E	6599/2	25/01/2014	230 * V
AHK7782	54932347E	5045/0	25/01/2014	162 * V
AIX1943	55083458E	6599/2	24/02/2014	230 * V
AJR5412	55083266E	5045/0	22/02/2014	162 * V
AJR5412	55083267E	6726/1	22/02/2014	230 * XVIII
ALN3267	55083246E	6726/1	26/02/2014	230 * XVIII
ALN3267	55083539E	6599/2	26/02/2014	230 * V
AMF4489	54931914E	6599/2	02/01/2014	230 * V
AMF4489	54931915E	6416/0	02/01/2014	221 § Único
BGG2396	55082901E	5045/0	25/02/2014	162 * V
BGG2396	55083650E	6599/2	25/02/2014	230 * V
CEM9135	54931006E	6599/2	14/01/2014	230 * V
CID4317	54769086E	6912/0	18/02/2014	232
CNJ8517	54931566E	6653/1	29/12/2013	230 * XI
CTN8141	54931908E	6416/0	02/01/2014	221 § Único
CVG5505	54932665E	6599/2	14/01/2014	230 * V
CVG5505	54932666E	5010/0	14/01/2014	162 * I
DBY8043	55083405E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
DDZ0269	54931695E	6912/0	26/12/2013	232
DIF9605	55083603E	6599/2	19/02/2014	230 * V
DIF9605	55083604E	6637/2	19/02/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DUG6635	55083545E	6599/2	26/02/2014	230 * V
DWD7671	55082301E	5045/0	20/02/2014	162 * V
GVP2080	55082817E	6556/1	06/02/2014	230 * I
HGO5493	54932292E	6700/0	01/01/2014	230 * XVI
ICA6078	55165587C	6599/2	10/01/2014	230 * V
ICA6078	55165588C	6610/2	10/01/2014	230 * VII
ICA6078	55165589C	6726/1	10/01/2014	230 * XVIII
ICY1535	54932863E	6610/2	01/02/2014	230 * VII
IED6157	54932926E	6912/0	13/01/2014	232
IEF4753	54932414E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
IGU3484	55162708C	6610/2	31/01/2014	230 * VII
IJI9924	55083462E	6726/1	24/02/2014	230 * XVIII
IKC6512	55083483E	5045/0	28/02/2014	162 * V
IKO8017	54930250E	6599/2	30/12/2013	230 * V
IKR0442	55082503E	6599/2	05/02/2014	230 * V
IKR0442	55082505E	5010/0	05/02/2014	162 * I
IOX4160	54932919E	6912/0	09/01/2014	232
KHZ5879	54932939E	6912/0	15/01/2014	232
KRY0376	54932839E	6599/2	28/02/2014	230 * V
KRY0376	54932840E	6416/0	28/02/2014	221 § Único
KRY0376	54932841E	6637/2	28/02/2014	230 * IX
LTR0046	54932184E	6610/2	28/12/2013	230 * VII
LWR6442	55920738D	5010/0	22/02/2014	162 * I
LWU3607	55083411E	6610/2	22/02/2014	230 * VII
LWX6686	55083331E	6599/2	19/02/2014	230 * V
LXH6081	55081572E	6912/0	27/01/2014	232
LXJ8342	54932477E	6637/1	27/02/2014	230 * IX
LXJ8342	55914141D	6637/2	22/02/2014	230 * IX
LYN9564	55083277E	6637/2	22/02/2014	230 * IX
LYN9564	55083413E	6726/1	22/02/2014	230 * XVIII
LYR3610	54931717E	6912/0	07/01/2014	232
LYS0850	54931909E	6599/2	02/01/2014	230 * V
LYU7783	55083315E	6599/2	19/02/2014	230 * V
LYU7783	55083316E	5045/0	19/02/2014	162 * V
LZD1793	54931032E	6920/0	16/01/2014	233
LZF3930	55082913E	6599/2	25/02/2014	230 * V
LZK4022	54445931E	6599/2	28/02/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZW5943	55083276E	6726/1	22/02/2014	230 * XVIII
MAA1219	54931572E	6599/2	02/01/2014	230 * V
MAA1219	54931576E	7340/0	02/01/2014	252 * IV
MAK3883	54931964E	5045/0	27/12/2013	162 * V
MAR6099	54931569E	6912/0	29/12/2013	232
MAT1154	54932806E	5010/0	27/01/2014	162 * I
MAT1154	54932807E	6599/2	27/01/2014	230 * V
MAT1154	54932808E	6726/1	27/01/2014	230 * XVIII
MAV9614	55083427E	6408/0	28/02/2014	221
MAX9880	54932510E	6599/2	07/01/2014	230 * V
MBG7933	55082925E	6556/1	05/03/2014	230 * I
MBG7933	55082926E	6912/0	05/03/2014	232
MBK5191	55082911E	6599/2	25/02/2014	230 * V
MBM4746	55914137D	6556/1	24/01/2014	230 * I
MBQ4885	55082302E	6912/0	22/02/2014	232
MBV6692	54931979E	6599/2	31/12/2013	230 * V
MBV6692	54931980E	5045/0	31/12/2013	162 * V
MBX3439	54931578E	6416/0	04/01/2014	221 § Único
MCA3564	55083422E	5045/0	28/02/2014	162 * V
MCA3564	55083423E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MCB4826	54929709E	5010/0	10/01/2014	162 * I
MCB4826	54929710E	6920/0	10/01/2014	233
MCB4826	54929711E	6912/0	10/01/2014	232
MCG2429	54930949E	6726/1	25/02/2014	230 * XVIII
MCJ1656	55082099E	5010/0	24/02/2014	162 * I
MCM8554	55081552E	6637/2	13/01/2014	230 * IX
MCM9483	54769826E	5010/0	28/12/2013	162 * I
MCM9483	54769829E	6556/1	28/12/2013	230 * I
MCR4911	54769838E	6912/0	22/01/2014	232
MCV3033	55082718E	5010/0	11/02/2014	162 * I
MCV3033	55082719E	6599/2	11/02/2014	230 * V
MCV3033	55082721E	6580/0	11/02/2014	230 * IV
MCW8933	55083227E	6912/0	20/02/2014	232
MDA2606	54932254E	5045/0	28/12/2013	162 * V
MDJ2202	55083487E	6610/2	28/02/2014	230 * VII
MDK1452	55083288E	6726/1	22/02/2014	230 * XVIII
MDK8148	55083238E	5045/0	20/02/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDK8148	55083239E	6637/2	20/02/2014	230 * IX
MDK8148	55083240E	6912/0	20/02/2014	232
MDK8148	55083241E	5169/1	20/02/2014	165
MDM5205	55083447E	6408/0	06/03/2014	221
MDO4887	54931567E	5045/0	29/12/2013	162 * V
MDO4887	54931568E	6599/2	29/12/2013	230 * V
MDP6245	55081704E	6599/2	14/01/2014	230 * V
MDZ8136	55920729D	6920/0	20/02/2014	233
MDZ8136	55920730D	6610/2	20/02/2014	230 * VII
MDZ8136	55920731D	6637/2	20/02/2014	230 * IX
MEB4436	55083249E	6599/2	24/02/2014	230 * V
MEB4436	55083250E	6599/2	24/02/2014	230 * V
MEC0075	55054041D	5010/0	12/02/2014	162 * I
MEC0075	55082849E	6599/2	12/02/2014	230 * V
MEG7183	55081509E	6599/2	27/01/2014	230 * V
MEI1669	54932027E	6599/2	06/01/2014	230 * V
MEI1669	54932028E	6653/1	06/01/2014	230 * XI
MEI1669	54932029E	6556/1	06/01/2014	230 * I
MEI4549	55083229E	6610/2	20/02/2014	230 * VII
MEJ8696	55920175D	6556/1	22/01/2014	230 * I
MEJ8696	55920176D	6637/2	22/01/2014	230 * IX
MEJ8696	55920177D	6599/2	22/01/2014	230 * V
MEK8219	54932522E	6599/2	08/01/2014	230 * V
MEK9402	54932565E	6599/2	01/02/2014	230 * V
MEK9402	54932566E	6637/2	01/02/2014	230 * IX
MEL1393	55083274E	6912/0	22/02/2014	232
MEL4742	55081973E	6610/2	21/02/2014	230 * VII
MEQ9322	54768456E	5010/0	21/01/2014	162 * I
MEQ9322	54768457E	6726/1	21/01/2014	230 * XVIII
MEQ9322	54768846E	5010/0	15/02/2014	162 * I
MEQ9322	54930957E	5010/0	06/02/2014	162 * I
MEQ9322	54930958E	6912/0	06/02/2014	232
MFC7372	54931910E	5045/0	02/01/2014	162 * V
MFD9500	55081657E	5010/0	21/01/2014	162 * I
MFD9500	55081658E	6599/2	21/01/2014	230 * V
MFH9279	54931732E	6726/1	07/01/2014	230 * XVIII
MFK2182	55082310E	6556/1	22/02/2014	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFK5828	55083470E	5010/0	26/02/2014	162 * I
MFN5889	55083852E	6726/1	21/02/2014	230 * XVIII
MFN5889	55083853E	6637/2	21/02/2014	230 * IX
MFN5889	55083854E	6726/1	21/02/2014	230 * XVIII
MFP4528	54931564E	6599/2	29/12/2013	230 * V
MFQ7704	55920736D	6912/0	22/02/2014	232
MFT5350	54447590E	6556/1	22/01/2014	230 * I
MFT5350	54447591E	6637/2	22/01/2014	230 * IX
MFW2659	55083537E	6599/2	26/02/2014	230 * V
MFW7403	55082947E	6610/2	07/03/2014	230 * VII
MFX3951	55083473E	6700/0	26/02/2014	230 * XVI
MFY8764	54444050E	6912/0	24/12/2013	232
MGB9905	55081538E	6726/1	31/01/2014	230 * XVIII
MGB9905	55162711C	6556/1	31/01/2014	230 * I
MGC4385	55082822E	6700/0	06/02/2014	230 * XVI
MGD3402	55083546E	6599/2	26/02/2014	230 * V
MGF4448	55082106E	5029/2	24/01/2014	162 * II
MGF4448	55082107E	6599/2	24/01/2014	230 * V
MGP3512	55083477E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MGP3512	55083478E	6726/1	28/02/2014	230 * XVIII
MGP3512	55083479E	6637/2	28/02/2014	230 * IX
MGP3512	55083480E	7340/0	28/02/2014	252 * IV
MGQ7490	54931573E	6599/2	02/01/2014	230 * V
MGQ7490	54931574E	5010/0	02/01/2014	162 * I
MGQ7490	54931575E	7340/0	02/01/2014	252 * IV
MGR8540	55082830E	6912/0	10/02/2014	232
MGW9821	54931623E	6599/2	23/02/2014	230 * V
MGW9821	54931624E	5010/0	23/02/2014	162 * I
MGW9821	54931625E	6912/0	23/02/2014	232
MGW9821	54931626E	6726/1	23/02/2014	230 * XVIII
MGW9821	54931627E	5061/0	23/02/2014	163 c/c 162 * I
MHJ5090	55160222C	6599/2	13/02/2014	230 * V
MHN4330	55082937E	6599/2	05/03/2014	230 * V
MHP5419	55083425E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MHP5419	55083426E	5037/1	28/02/2014	162 * III
MHV9076	55082907E	6599/2	25/02/2014	230 * V
MHV9076	55082908E	6912/0	25/02/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHY7874	55083420E	6599/2	28/02/2014	230 * V
MIA5563	54932940E	6912/0	21/01/2014	232
MII5398	54931404E	6599/2	17/12/2013	230 * V
MII5398	54931405E	6912/0	17/12/2013	232
MIJ0829	54446917E	6912/0	08/03/2014	232
MIJ0829	54446918E	6599/2	08/03/2014	230 * V
MIJ8221	55083430E	6912/0	28/02/2014	232
MIJ8221	55083431E	5010/0	28/02/2014	162 * I
MIP3967	55081649E	6599/2	23/01/2014	230 * V
MJU4657	55082304E	6637/2	22/02/2014	230 * IX
MJW1906	54931986E	6599/2	31/12/2013	230 * V
MJW1906	54931987E	5045/0	31/12/2013	162 * V
MJX4211	55082404E	5010/0	13/02/2014	162 * I
MJX4211	55082405E	6726/1	13/02/2014	230 * XVIII
MJZ7544	55083232E	6726/1	20/02/2014	230 * XVIII
MJZ7544	55083233E	5045/0	20/02/2014	162 * V
MKF5879	55083504E	6408/0	18/02/2014	221
MKG1107	55083440E	5010/0	28/02/2014	162 * I
MNX2226	55083242E	6610/2	20/02/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 023 1801/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFS1238	54930576E	5010/0	22/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFS1238	54930577E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
AQR8548	54929640E	6599/2	28/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
ARB1427	55916645D	6912/0	25/11/2013	R\$ 53,20	232
BEK1190	54930147E	5045/0	21/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
CFF0969	54930732E	6599/2	24/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
CKD6627	54931118E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
CTP3873	54930191E	6599/2	11/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
CTP3873	54930192E	5045/0	11/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
DGX6486	55910447D	6599/2	23/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
DGX6486	55910448D	5045/0	23/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
DKJ0818	54931603E	6599/2	21/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
DKJ0818	54931604E	5010/0	21/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
DKJ0818	54931605E	5061/0	21/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DXS4484	55915585D	5010/0	09/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
DXS4484	55915586D	5061/0	09/11/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DXS4484	55915589D	5274/1	09/11/2013	R\$ 191,53	175
GTG4816	54930665E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
HQV0332	55916649D	6726/1	11/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
IBX6117	54929590E	5045/0	31/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
IBX6117	54929591E	6599/2	31/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
IFE9756	54931142E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
JTR4152	54931437E	6599/2	21/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
JWC5174	54931148E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
LCG2179	54930085E	5010/0	08/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXM0032	54769940E	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS0173	54769224E	5010/0	12/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYC1020	54931484E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
LYC6381	54769532E	6912/0	12/12/2013	R\$ 53,20	232
LZA8691	54769065E	5053/4	29/11/2013	R\$ 191,53	162 * VI
LZQ2596	54930706E	6556/1	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZQ2596	54930707E	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY8669	54931959E	6726/1	27/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZY8669	54931960E	6653/2	27/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LZY8669	54931961E	6556/1	27/12/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAB7452	54447466E	6556/1	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBS9324	54929626E	6416/0	26/11/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MCO3347	54930283E	5010/0	18/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCO3347	54930284E	6599/2	18/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCO6879	54931225E	5010/0	11/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDA8868	54929917E	6599/2	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDC0328	54931102E	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MDO0415	54931093E	6599/2	11/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDU4311	54930804E	5045/0	28/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDU4311	54930805E	6726/1	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDU4311	54930806E	6637/1	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDU4311	54930807E	6637/2	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDU4311	54930808E	6610/2	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEH4305	54929926E	6599/2	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI6985	54769770E	6653/1	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEI6985	54769773E	6556/1	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEN1602	54930830E	5010/0	12/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEU5625	54770123E	5010/0	01/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEU5625	54770124E	6599/2	01/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEU5625	54770125E	6602/0	01/11/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MEV0715	54769524E	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEV0715	54769525E	6912/0	12/12/2013	R\$ 53,20	232
MEV1274	54931122E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
MEV4368	54929607E	6599/2	20/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEV5621	54930639E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
MEX4118	54930827E	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEX4118	54930828E	5010/0	12/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFB4645	54930616E	6920/0	12/11/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFI4214	55920162D	6912/0	03/12/2013	R\$ 53,20	232
MFR1938	54929644E	6912/0	28/11/2013	R\$ 53,20	232
MFS0294	54931202E	5045/0	03/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFV1339	54931688E	6599/2	24/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFV9518	54444049E	6726/1	24/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFZ6979	55920163D	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGA5338	54931233E	6599/2	11/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGA7356	54929638E	6599/2	28/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGG4960	54930683E	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MGM7214	54446602E	6769/1	26/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MGS3090	54932284E	6599/2	30/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHK5751	54931368E	5045/0	13/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHR5930	54931379E	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHR5930	54931380E	5010/0	13/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHR9570	54931465E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MHZ4888	54930575E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIW5218	54930793E	6912/0	28/11/2013	R\$ 53,20	232
MJC1160	54931462E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MJC1404	54769556E	6700/0	25/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJJ2436	54769758E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJJ2436	54769759E	6912/0	19/11/2013	R\$ 53,20	232
MJV2796	54931332E	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJV2796	54931333E	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKF4557	54769533E	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKM3274	54930907E	5045/0	23/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MLB4595	54769046E	5045/0	04/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MLB4595	54769050E	5045/0	04/10/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1326/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHP7247	55666790C	6599/2	02/03/2014	230 * V
CHP7247	55666791C	5045/0	02/03/2014	162 * V
CHP7247	55666792C	6912/0	02/03/2014	232
MEI5286	55667914C	6602/0	20/02/2014	230 * VI
MJY3178	55667010C	5010/0	06/01/2014	162 * I
MLI6055	55667602C	5045/0	16/02/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1328/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CKW7410	55666140C	5010/0	07/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXN3582	55664566C	6653/2	04/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LXN3582	55664567C	5010/0	04/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYZ1335	55666907C	6700/0	21/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LZB2389	55664465C	6599/2	02/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCI0284	55666503C	6769/1	07/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MEG7304	55664172C	5010/0	10/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEG7304	55664173C	6653/1	10/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEO8557	55664316C	6700/0	02/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MFV1232	55666098C	5010/0	14/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFV1232	55666099C	5061/0	14/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGC7088	55663324C	6610/2	11/10/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGC7088	55663325C	6700/0	11/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJA2405	55662679C	6653/2	10/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 068/2014, de 13 de Março de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 029/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BIGGER CAMINHÕES LTDA, CNPJ nº 02.937.451/0001-85.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO DE PEQUENO PORTE COM CARROCERIA EM MADEIRA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1.011.541-65/2013/MDA/CAIXA, CONVÊNIO Nº 795568.

Valor: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, pelo município conforme Contrato de Repasse nº 2623.1.011.541-65/2013/MDA/Caixa, Convênio nº 795568, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município e Contrato de Repasse nº 2623.1.011.541-65/2013/MDA/Caixa, Convênio nº 795568, por conta do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00 (133/2014) - Aquisição de materiais e equipamentos.

Data de Assinatura: 13/03/2014.

Vigência: de 13/03/2014 a 11/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Angela Maria Meimberg - pela Contratada.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 033/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 033/2014 – Pregão Presencial Nº 023/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014.

FORNECEDOR: V. BERGGOZZA ME - CNPJ: 03.549.337/0001-40.

VALOR: R\$ 30.630,60 (trinta mil e seiscentos e trinta reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: LUIZ ALBERTO MIOTTO-ME - CNPJ: 04.885.124/0001-52.

VALOR: R\$ 42.916,50 (quarenta e dois mil e novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 27.608,00 (vinte e sete mil e seiscentos e oito reais).

TOTAL: R\$ 101.155,10 (cento e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 21/03/2014.

VIGÊNCIA: 21/03/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.827, de 24 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.827, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais), correspondente a 18,70 (dezoito vírgula setenta) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido nos dias 27 e 28 de março de 2014, pela empresa Marivani Maria Monteiro Dall Agnol ME, inscrita no CNPJ nº 05.989.569/0001-45.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 035/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 035/2014 – Pregão Presencial Nº 024/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, PARA RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

FORNECEDOR: OESTE COMERCIO DE TINTAS LTDA – EPP - CNPJ: 08.293.357/0001-17.

VALOR: R\$ 32.485,70 (trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).

TOTAL: R\$ 32.485,70 (trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2014.

VIGÊNCIA: 24/03/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 036/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 036/2014 – Pregão Presencial Nº 025/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR VIAGENS DE ESTUDOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2014.

FORNECEDOR: PESAVENTO & LUDWIG LTDA - CNPJ: 07.592.349/0001-09.

VALOR: R\$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2014.

VIGÊNCIA: 24/03/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Edital de Dispensa 16.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), CNPJ 83.052.191/0023-78, para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 24.365,00 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais), divididos em 11 (onze) parcelas de R\$2.215,00 (dois mil duzentos e quinze reais) até 31/12/2014.

JUSTIFICATIVA: O Plano prevê os projetos com suas ações e atividades a serem executadas junto aos agricultores e suas famílias, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável, possibilitando o aumento da renda, melhorando a qualidade de vida e zelando pela preservação ambiental.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa acima, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0023-78, estabelecida na Rodovia Ademar Gonzaga, 1188 – Itacorubi – Florianópolis SC- CEP: 88.034-901. Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 10.01.2.027.3.3.90.00.00.00.00.0000 (120)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de fevereiro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CONTRATO n.º 046/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO CONTRATO n.º 046/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FRANCIELLE SCHUTZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 059.692.469-05, residente a Rua Ana Lohn Pering, s/nº, Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 21/03/2014, findando no dia 16/09/2014, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e

qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

FRANCIELLE SCHUTZ
CONTRATADA

Testemunhas:

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO
EDITAL N.º 001/2013 MAYARA MAFRA BONDAVALLE**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2013

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2014, MAYARA MAFRA BONDAVALLE, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora I – Auxiliar de Sala, classificação 10, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2014.

PORTARIA 174.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 174/2014

Exonera JULIA MARIA SILVEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, JULIA MARIA SILVEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 043/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA 175.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 175/2014

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotado na Coordenadoria de Serviços Públicos.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, a partir de 21/03/2014, até a data da cessação do benefício homologado pela previdência Social

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA 176.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 176/2014

Admite em Caráter Temporário FRANCIELLE SCHUTZ para o cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FRANCIELLE SCHUTZ para o cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 046/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA 177.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 177/2014

Concede férias a servidora MICHELLE NALOVAIKO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELLE NALOVAIKO, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 24/03/2014 a 10/04/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 032/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ SÉRGIO FLORES, inscrito no CNPJ sob nº. 14.670.570/0001-01, com sede a Rua José Matias Junkes, s/nº. São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a confecção de 01 placa de Identificação para a Polícia Militar..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 27/02/2014 a 21/03/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de fevereiro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

JOSÉ SÉRGIO FLORES

Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 033/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JAILTO MAURINO FONSECA 72152168968, inscrito no CNPJ sob nº. 19.595.612/0001-00, com sede a Rua José Luiz Martins, nº. 735, - Barra do Aririú - Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza na 9ª STAMMTISCH em São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 700,00 (setecentos reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 13/04/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de fevereiro de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

JAILTO MAURINO FONSECA 72152168968
Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 034/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 034/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 04 (quatro) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, junto a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 08/03/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de fevereiro de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

NENEM SOM
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 035/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 02.215.332/0001-19, com sede a Rua Heitor Blum, nº. 230 – Sv 11 – Estreito - Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a contratação de empresa de

engenharia elétrica para elaboração de projeto elétrico da Praça de Boa Parada. O projeto contempla: pranchas técnicas; ART – Anotação de Responsabilidade Técnica; bem como memorial descritivo e lista de materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.480,00 (hum mil quatrocentos e oitenta reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 13/03/2014 a 19/03/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 036/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado

simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NICOLAU ALVES BETTO, portador do RG: 517.260-5, inscrito no CPF sob nº. 358.500.439-34, residente e domiciliado a Servidão Passo Filho, nº. 2.104 – Barreiros – São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de mão de obra para o conserto de uma máquina de lavar roupa pertencente à Unidade de Saúde Maria Rasveiller Junkes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 14/03/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

NICOLAU ALVES BETTO

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 037/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina,

com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado WOJTYLA MÓVEIS SOB MEDIDA, inscrito no CNPJ sob nº. 08.750.216/0001-86, com sede a Rua Geral Vila Hoffmann, s/nº – Vila Hoffmann – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de reforma e instalação de um balcão junto a sala do Vice Prefeito na sede da Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 14/03/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

WOJTYLA MÓVEIS SOB MEDIDA
Contratado

DECRETO 041.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº041/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por conta do Superávit Financeiro nas dotações abaixo identificadas:

04.01.12.361.4.2014 – Funcionamento e Manutenção do -
Transporte Escolar R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0150– Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.692.844,00	14.692.844,00	2.197.000,53	14,95	2.197.000,53	14,95
RECEITAS CORRENTES	11.872.844,00	11.872.844,00	2.169.535,53	18,27	2.169.535,53	18,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	916.368,00	916.368,00	108.162,21	11,80	108.162,21	11,80
IMPOSTOS	861.671,00	861.671,00	85.086,58	9,87	85.086,58	9,87
TAXAS	54.697,00	54.697,00	23.075,63	42,19	23.075,63	42,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	540.762,00	540.762,00	91.886,88	16,99	91.886,88	16,99
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	347.262,00	347.262,00	50.769,32	14,62	50.769,32	14,62
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	193.500,00	193.500,00	41.117,56	21,25	41.117,56	21,25
RECEITA PATRIMONIAL	343.500,00	343.500,00	104.330,95	30,37	104.330,95	30,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	343.500,00	343.500,00	104.330,95	30,37	104.330,95	30,37
RECEITA DE SERVIÇOS	7.528,00	7.528,00	2.477,00	32,90	2.477,00	32,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.144.202,60	9.144.202,60	1.819.494,00	19,90	1.819.494,00	19,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.982.508,60	8.982.508,60	1.817.406,31	20,23	1.817.406,31	20,23
Transf. de Conv.	161.694,00	161.694,00	2.087,69	1,29	2.087,69	1,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	920.483,40	920.483,40	43.184,49	4,69	43.184,49	4,69
Multas e Juros de Mora	538.641,25	538.641,25	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DIVÍDIA ATIVA	282.022,15	282.022,15	27.722,21	9,83	27.722,21	9,83
RECEITAS DIVERSAS	93.820,00	93.820,00	15.462,28	16,48	15.462,28	16,48
RECEITAS DE CAPITAL	2.820.000,00	2.820.000,00	27.465,00	0,97	27.465,00	0,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.600.000,00	2.600.000,00	27.465,00	1,06	27.465,00	1,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	27.465,00	0,00	27.465,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	566.898,00	566.898,00	100.928,52	17,80	100.928,52	17,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	566.898,00	566.898,00	100.928,52	17,80	100.928,52	17,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488.370,00	488.370,00	74.253,34	15,20	74.253,34	15,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488.370,00	488.370,00	74.253,34	15,20	74.253,34	15,20
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	78.528,00	78.528,00	26.675,18	33,97	26.675,18	33,97
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	78.528,00	78.528,00	26.675,18	33,97	26.675,18	33,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.259.742,00	15.259.742,00	2.297.929,05	15,06	2.297.929,05	15,06

Continua 1/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.259.742,00	1.139.994,34	16.399.736,34	2.275.569,03	2.275.569,03	1.219.606,55	1.219.606,55	7,44
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	1.078.322,50	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.259.742,00	1.139.994,34	16.399.736,34	2.275.569,03	2.275.569,03	1.219.606,55	2.297.929,05	7,44

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 188.484,09

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)				
						% (b/Total b)	% (b/a)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.805.742,00	15.944.987,54	2.201.846,11	2.201.846,11	1.145.883,63	93,96	7,19	14.799.083,91		
	Legislativa	550.000,00	550.000,00	74.558,25	74.558,25	65.058,25	5,33	11,83	484.941,75	
Ação Legislativa	550.000,00	550.000,00	74.558,25	74.558,25	65.058,25	5,33	11,83	484.941,75		
Administração	1.717.072,52	1.757.072,52	423.480,48	423.480,48	193.722,94	15,88	11,03	1.563.349,58		
Administração Geral	1.717.072,52	1.757.072,52	423.480,48	423.480,48	193.722,94	15,88	11,03	1.563.349,58		
Segurança Pública	18.500,00	18.500,00	2.868,27	2.868,27	571,77	0,05	3,09	17.928,23		
Defesa Civil	18.500,00	18.500,00	2.868,27	2.868,27	571,77	0,05	3,09	17.928,23		
Assistência Social	349.700,00	362.624,54	18.288,33	18.288,33	11.007,33	0,90	3,04	351.617,21		
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	174.700,00	187.624,54	18.288,33	18.288,33	11.007,33	0,90	5,87	176.617,21		
Assistência Comunitária	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00		
Previdência Social	1.128.160,00	1.128.160,00	46.834,29	46.834,29	45.893,85	3,76	4,07	1.082.266,15		
Previdência do Regime Estatutário	1.128.160,00	1.128.160,00	46.834,29	46.834,29	45.893,85	3,76	4,07	1.082.266,15		
Saúde	2.169.931,48	2.392.620,32	391.930,48	391.930,48	248.341,45	20,36	10,38	2.144.278,87		
Atenção Básica	2.139.931,48	2.362.620,32	391.930,48	391.930,48	248.341,45	20,36	10,51	2.114.278,87		
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00		
Educação	2.362.509,00	2.662.937,45	562.802,20	562.802,20	336.135,76	27,56	12,62	2.326.801,69		
Alimentação e Nutrição	79.660,00	320.604,95	13.534,33	13.534,33	11.440,87	0,94	3,57	309.164,08		
Ensino Fundamental	1.473.638,00	1.483.495,11	356.759,86	356.759,86	182.824,94	14,99	12,32	1.300.670,17		
Educação Infantil	773.211,00	822.837,39	184.518,01	184.518,01	141.869,95	11,63	17,24	680.967,44		
Educação de Jovens e Adultos	16.000,00	16.000,00	7.990,00	7.990,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00		
Educação Básica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00		
Cultura	343.500,00	343.500,00	43.269,55	43.269,55	5.905,49	0,48	1,72	337.594,51		
Difusão Cultural	343.500,00	343.500,00	43.269,55	43.269,55	5.905,49	0,48	1,72	337.594,51		
Urbanismo	2.659.369,00	2.674.994,58	274.213,12	274.213,12	147.342,66	12,08	5,51	2.527.651,92		
Infra-Estrutura Urbana	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00		
Serviços Urbanos	2.309.369,00	2.324.994,58	274.213,12	274.213,12	147.342,66	12,08	6,34	2.177.651,92		
Gestão Ambiental	128.750,00	128.750,00	38.200,00	38.200,00	9.125,20	0,75	7,09	119.624,80		
Preservação e Conservação Ambiental	128.750,00	128.750,00	38.200,00	38.200,00	9.125,20	0,75	7,09	119.624,80		
Agricultura	310.000,00	505.000,00	258.433,05	258.433,05	29.184,84	2,39	5,78	475.815,16		
Extensão Rural	310.000,00	505.000,00	258.433,05	258.433,05	29.184,84	2,39	5,78	475.815,16		

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.805.742,00	15.944.967,54	2.201.846,11	2.201.846,11	1.145.883,63	1.145.883,63	93,96	14.799.083,91
Comércio e Serviços	99.500,00	99.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.500,00
Turismo	99.500,00	99.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.500,00
Transporte	2.320.000,00	2.672.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.672.500,00
Transporte Rodoviário	2.320.000,00	2.672.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.672.500,00
Desporto e Lazer	272.750,00	272.750,00	26.102,00	26.102,00	12.728,00	12.728,00	1,04	260.022,00
Desporto Comunitário	272.750,00	272.750,00	26.102,00	26.102,00	12.728,00	12.728,00	1,04	260.022,00
Encargos Especiais	223.000,00	223.086,13	40.866,09	40.866,09	40.866,09	40.866,09	3,35	182.192,04
Serviço da Dívida Interna	112.500,00	112.500,00	14.919,20	14.919,20	14.919,20	14.919,20	1,22	97.580,80
Outras Transferências	110.500,00	110.558,13	25.946,89	25.946,89	25.946,89	25.946,89	2,13	84.611,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	454.000,00	454.768,80	73.722,92	73.722,92	73.722,92	73.722,92	6,04	381.045,88
Administração	57.000,00	57.000,00	9.341,34	9.341,34	9.341,34	9.341,34	0,77	47.658,66
Administração Geral	57.000,00	57.000,00	9.341,34	9.341,34	9.341,34	9.341,34	0,77	47.658,66
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	1.094,13	1.094,13	1.094,13	1.094,13	0,09	6.905,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	1.094,13	1.094,13	1.094,13	1.094,13	0,09	6.905,87
Saúde	110.000,00	110.768,80	18.345,41	18.345,41	18.345,41	18.345,41	1,50	92.423,39
Atenção Básica	110.000,00	110.768,80	18.345,41	18.345,41	18.345,41	18.345,41	1,50	92.423,39
Educação	211.000,00	211.000,00	38.145,24	38.145,24	38.145,24	38.145,24	3,13	172.854,76
Ensino Fundamental	125.000,00	125.000,00	22.567,81	22.567,81	22.567,81	22.567,81	1,85	102.432,19
Educação Infantil	86.000,00	86.000,00	15.577,43	15.577,43	15.577,43	15.577,43	1,28	70.422,57
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Urbanismo	42.000,00	42.000,00	4.767,64	4.767,64	4.767,64	4.767,64	0,39	37.232,36
Serviços Urbanos	42.000,00	42.000,00	4.767,64	4.767,64	4.767,64	4.767,64	0,39	37.232,36
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	14.000,00	14.000,00	2.029,16	2.029,16	2.029,16	2.029,16	0,17	11.970,84
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	2.029,16	2.029,16	2.029,16	2.029,16	0,17	11.970,84

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Comércio e Serviços	454.000,00	454.768,80	73.722,92	73.722,92	73.722,92	73.722,92	6,04	16,21
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.259.742,00	16.399.736,34	2.275.569,03	2.275.569,03	1.219.606,55	1.219.606,55	100,00	7,44

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

Convocação Concurso Público Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIANE MARA KICHELESKI KLODZINSKI, inscrita no CPF sob nº. 060.422.339-04, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00 h do dia 03 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 24 de março de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria Nº 5.498/2014, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.498/2014, de 21 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora Karolina Harth Silveira em 03 de fevereiro de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jessica Teixeira para exercer o cargo de Professor B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.499/2014, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.499/2014, de 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do funcionário, senhor Claudio Pericles de Andrade dos Santos em 06 de março de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.796/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patricia Konrad, para exercer o cargo de Médica, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.500/2014, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.500/2014, de 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora Barbara Alves Ribeiro Carl em 03 de março de 2014;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27/11/2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ketlin Alaide Fritzke Zils para exercer o cargo de Professor B, subárea Educação Infantil, percebendo o

nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.501/2014, de 24 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.501/2014, de 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Osnildo Konell, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 46/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 46/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 35/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ELETRO DIESEL JARAGUÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 76.844.869/0001-84, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba, nº 3635, Bairro Vieira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

Lote	Descrição do Serviço	Valor Máximo de Referência (R\$) para aquisição de peças genuínas	Total (em horas) dos serviços a serem realizados, por lote.	Valor Máximo de Referência (R\$) para realização de serviços, por lote
01	Serviço de mão de obra de manutenção injeção a diesel, caixas de direção e direção hidráulica, manutenção eletrônica a diesel com fornecimento de peças para a linha de caminhões, microônibus, máquinas pesadas e agrícolas da Prefeitura Municipal. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	R\$ 30.000,00	300 horas	R\$ 17.700,00
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$) 59,00	Total de Horas 300	Custo Total (R\$) 17.700,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹

Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	7 x 1,00	7%	27.900,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	7 x 1,50	10,5%	26.850,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	7 x 2,25	15,75%	25.275,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			45.600,00

Valor do contrato: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24/03/2014 – Vigência: 24/03/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.899/2014 de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.899/2014 de 21 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 9.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GUSTAVO LUIS DERETTI, inscrito no CPF sob nº. 068.038.009-46, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C – 30 H/S, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 03 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de março de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Extrato do Contrato Nº. 37/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 37/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 18/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 16/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VERIFIC TACÓGRAFOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.764.008/0001-00, estabelecida Rod. BR 280 nº. 15610, Imigrantes, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: aquisição de uma tampa de lacre de conexão MTCO 1390 para lacre do cronotacógrafo de veículo sprinter odelo I/ M. BEN-Z313CDI sprinterm, placa MEK-7789 lotada na Secretária de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	tampa de lacre de conexão MTCO 1390 para lacre do cronotacógrafo de veículo sprinter odelo I/ M. BENZ313CDI sprinterm, placa MEK-7789	01	Unidade	25,00	25,00
VALOR R\$ TOTAL					25,00

Valor do contrato: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 24/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.900/2014 de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.900/2014 de 21 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.998/2014 de 17 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção do Pré-Escolar

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 5.000,00

05.02.12.365.3009.2.368 - Alimentação Centro de Educação Infantil

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 26.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção do Pré-Escolar

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.901/2014, de 24 de Março de 2014.

DECRETO Nº 2.901/2014, de 24 de março de 2014.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE FARMACÊUTICA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº04/2014-SMS, datado de 10 de março de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Farmacêutica para atuar na Secretaria de Saúde Municipal;

Considerando que esta contratação será em substituição tendo em vista o pedido de demissão da servidora Luciane Jezur em 12/03/2014;

Considerando que o Concurso Público nº02/2011 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos foi exaurida;

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais da Farmácia Básica do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e a entrega dos medicamentos conforme legislação específica e continuidade do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Farmacêutico para atuar na Farmácia Básica Municipal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 16/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Serviço de mão de obra de manutenção injeção a diesel, calvas de direção e direção hidráulica, manutenção eletrônica a diesel com fornecimento de peças para a linha de caminhões, microônibus, máquinas pesadas e agrícolas da Prefeitura Municipal. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA (8566)		0	59.0000	1
---	---	---	-----------------------------------	--	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	valor com desconto rjeção a diesel	UN	ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA (6565)		0	27 900,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 13/2014 Data do Registro: 24/03/2014 Válido até: 24/03/2015
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014
PROCESSO Nº 35/2014
(6565) - ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA

Schroeder, 24 de Março de 2014.

Dispensa nº 16/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 16/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 18/2014 Data: 24/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: VERIFIC TACOGRAFOS LTDA - ME Endereço: ROD BR-280, 15610 Cidade: Guaramirim - SC CNPJ: 15.764.008/0001-00	Código: 12785 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de uma tampa de lacre de conexão MTCO 1390 para lacre do cronotacógrafo de veículo sprinter odelo I/ M. BENZ313CDI sprinterm, placa MEK-7789 lotada na Secretária de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	tampa de lacre de conexão MTCO 1390 para lacre do cronotacógrafo de veículo sprinter odelo I/ M. BENZ313CDI sprinterm, placa MEK-7789	UN	25,00	25,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme o contrato nº 35/2014-FMS, processo de licitação nº 16/2014-FMS e Dispensa de licitação nº 14/2014-FMS, que trata da verificação d cronotacógrafo, constatou que o veículo sprinter odelo I/M. BENZ313CDI sprinterm, placa MEK-7789, não possuía a tampa do lacre, assim, necessita do mesmo visto que há sanções caso não esteja funcionando corretamente.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 24 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 16/2014 - DL**

Processo Nr.: 18/2014
Data: 24/03/2014

Folha: 2/2

21/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Março de 2014

Valor da Despesa: 25,00 (vinte e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Siderópolis

PREFEITURA

Aviso de Retificação do Edital

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 0027/2014
/ PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº 007/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a RETIFICAÇÃO do edital acima especificado, cuja finalidade é a Aquisição de máquina e equipamento agrícola com recursos provenientes do PRODESA Contrato nº 784920/2013 - Processo 1005197-78/2013, portanto onde se lê: Item nº 2 "Caminhão toco [...] capacidade de carga de no mínimo 2,5 toneladas", lê-se: "Caminhão toco [...] capacidade de carga de no mínimo 2.400 toneladas". Demais cláusulas permanecem inalteradas, inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: (48) 3435 3188.

Siderópolis, 21 de março de 2014.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira

Suspensão Nº01/2014- Edital Tomada de Preço FMS Nº 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

SUSPENSÃO nº01/2014- EDITAL TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº 15/2014

O Município de Siderópolis, por meio da Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados no Processo Licitatório Tomada de Preço FMS n. 01/2014 que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para serviços de reforma da cobertura da E.S.F. Vila São Jorge no município de Siderópolis referente ao programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), proposta nº 11270545000113003.1.2, de que, em razão da necessidade de alteração do BDI, o presente certame, marcado para o dia 25/03/2014, às 09:00 horas, encontra-se temporariamente SUSPENSO, sendo posteriormente realizada a nova publicação do Edital retificado com nova data de abertura. Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188 - Setor de Licitações da municipalidade, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 24 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Relatórios da Execução Orçamentária LRF 1º Bimestre 2014

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.300.000,00	27.300.000,00	4.253.889,04	15,58	4.253.889,04	15,58	23.046.110,96
RECEITAS CORRENTES	27.277.000,00	27.277.000,00	4.116.658,21	15,09	4.116.658,21	15,09	23.160.341,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.860.000,00	2.860.000,00	328.033,22	11,47	328.033,22	11,47	2.531.966,78
IMPOSTOS	1.900.000,00	1.900.000,00	245.275,99	12,91	245.275,99	12,91	1.654.724,01
TAXAS	940.000,00	940.000,00	82.757,23	8,80	82.757,23	8,80	857.242,77
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	32.620,13	16,31	32.620,13	16,31	167.379,87
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	200.000,00	200.000,00	32.620,13	16,31	32.620,13	16,31	167.379,87
RECEITA PATRIMONIAL	203.000,00	203.000,00	25.031,29	12,33	25.031,29	12,33	177.968,71
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	203.000,00	203.000,00	25.031,29	12,33	25.031,29	12,33	177.968,71
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	8.767,94	17,54	8.767,94	17,54	41.232,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.051.000,00	23.051.000,00	3.569.453,54	15,49	3.569.453,54	15,49	19.481.546,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.878.000,00	22.878.000,00	3.563.044,08	15,57	3.563.044,08	15,57	19.314.955,92
Transf. de Conv.	173.000,00	173.000,00	6.409,46	3,70	6.409,46	3,70	166.590,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	913.000,00	913.000,00	152.752,09	16,73	152.752,09	16,73	760.247,91
Multas e Juros de Mora	176.000,00	176.000,00	15.865,86	9,01	15.865,86	9,01	160.134,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	337,25	0,00	337,25	0,00	-337,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	180.000,00	180.000,00	22.434,41	12,46	22.434,41	12,46	157.565,59
RECEITAS DIVERSAS	557.000,00	557.000,00	114.114,57	20,49	114.114,57	20,49	442.885,43
RECEITAS DE CAPITAL	23.000,00	23.000,00	137.230,83	596,66	137.230,83	596,66	-114.230,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.000,00	21.000,00	137.230,83	653,48	137.230,83	653,48	-116.230,83
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	21.000,00	21.000,00	137.230,83	653,48	137.230,83	653,48	-116.230,83
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.300.000,00	27.300.000,00	4.253.889,04	15,58	4.253.889,04	15,58	23.046.110,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.300.000,00	27.300.000,00	4.253.889,04	15,58	4.253.889,04	15,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	60.000,00	—	—	7.914,00	—
Superávit Financeiro	—	60.000,00	—	—	7.914,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.300.000,00	1.246.098,86	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	13,22
DESPESAS CORRENTES	24.887.586,00	779.937,56	25.667.493,56	7.005.797,21	7.005.797,21	3.356.791,16	3.356.791,16	13,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.573.180,00	-100.000,00	15.473.180,00	2.386.217,34	2.386.217,34	2.386.217,34	2.386.217,34	15,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	152.066,88	152.066,88	35.746,72	35.746,72	8,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.914.376,00	879.937,56	9.794.313,56	4.467.512,99	4.467.512,99	934.827,10	934.827,10	9,54
DESPESAS DE CAPITAL	2.382.444,00	466.161,30	2.848.605,30	934.493,61	934.493,61	416.786,97	416.786,97	14,63
INVESTIMENTOS	1.582.444,00	466.161,30	2.048.605,30	327.064,89	327.064,89	245.367,69	245.367,69	11,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	800.000,00	0,00	800.000,00	607.428,72	607.428,72	171.419,28	171.419,28	21,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.300.000,00	1.246.098,86	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	13,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC

Relatório resumido da execução orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a fevereiro 2014/Bimestre Janeiro - fevereiro

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.300.000,00	1.246.098,86	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	13,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	480.310,91	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.300.000,00	1.246.098,86	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	4.253.889,04	13,22
								24.772.520,73

FONTE:

SIDEROPOLIS, 24/03/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.105.000,00	2.105.000,00	272.753,41	12,96
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	300.000,00	300.000,00	385,11	0,13
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	300.000,00	300.000,00	41.113,69	13,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	127.873,13	12,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	75.904,06	25,30
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	150,36	0,27
Dívida Ativa dos Impostos	120.000,00	120.000,00	22.434,41	18,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	30.000,00	30.000,00	4.892,65	16,31
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.740.000,00	20.740.000,00	3.141.172,20	15,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.500.000,00	9.500.000,00	1.640.032,35	17,26
Cota-Parte FPM	20.000,00	20.000,00	35,39	0,18
Cota-Parte ITR	1.500.000,00	1.500.000,00	131.451,96	8,76
Cota-Parte IPVA	9.500.000,00	9.500.000,00	1.343.867,60	14,15
Cota-Parte ICMS	150.000,00	150.000,00	20.047,32	13,36
Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	5.737,58	8,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	5.737,58	8,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	5.737,58	8,20
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	22.845.000,00	22.845.000,00	3.413.925,61	14,94

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.223.000,00	2.223.000,00	378.167,73	17,01
Provenientes da União	1.711.000,00	1.711.000,00	291.305,86	17,03
Provenientes dos Estados	512.000,00	512.000,00	86.861,87	16,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.223.000,00	2.223.000,00	378.167,73	17,01

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.936.740,00	7.217.740,00	2.108.020,60	29,21	1.014.807,47	14,06
Pessoal e Encargos Sociais	5.328.120,00	5.228.120,00	836.846,15	16,01	836.846,15	16,01
Outras Despesas Correntes	1.608.620,00	1.989.620,00	1.271.174,45	63,89	177.961,32	8,94
DESPESAS DE CAPITAL	169.260,00	149.260,00	2.652,00	1,78	2.652,00	1,78
Investimentos	169.260,00	149.260,00	2.652,00	1,78	2.652,00	1,78

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	169.260,00	149.260,00	2.652,00	1,78	2.652,00	1,78
Investimentos	169.260,00	149.260,00	2.652,00	1,78	2.652,00	1,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.106.000,00	7.367.000,00	2.110.672,60	28,65	1.017.459,47	13,81
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.223.000,00	2.363.000,00	833.261,85	39,48	328.345,75	32,27
	2.223.000,00	2.363.000,00	833.261,85	39,48	328.345,75	32,27
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.223.000,00	2.363.000,00	833.261,85	39,48	328.345,75	32,27
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.883.000,00	5.014.000,00	1.277.410,75	-10,83	689.113,72	-18,46
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,19
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
						177.024,88

Continua 2/4

Município de SIDEROPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013		0,00	0,00	9.450,75	-9.450,75	0,00
TOTAL		0,00	0,00	9.450,75	-9.450,75	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica		6.842.000,00	7.083.000,00	2.024.287,20	95,91	970.841,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		224.000,00	224.000,00	51.533,60	2,44	37.897,99
Vigilância Sanitária		40.000,00	60.000,00	34.851,80	1,65	8.720,29
TOTAL		7.106.000,00	7.367.000,00	2.110.672,60	100,00	1.017.459,47
						100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i)] - (15 \times IIIb/100)$

Continua 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

SIDEROPOLIS, 24/03/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.300.000,00	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	100,00	13,22	24.772.520,73	
	Legislativa	1.250.000,00	1.250.000,00	221.637,31	221.637,31	169.053,61	169.053,61	4,48	13,52	1.080.946,39
	Administração Geral	1.250.000,00	1.250.000,00	221.637,31	221.637,31	169.053,61	169.053,61	4,48	13,52	1.080.946,39
	Judiciária	210.000,00	210.000,00	30.845,62	30.845,62	30.845,62	30.845,62	0,82	14,69	179.154,38
	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	210.000,00	210.000,00	30.845,62	30.845,62	30.845,62	30.845,62	0,82	14,69	179.154,38
	Administração	3.483.000,00	3.483.000,00	772.421,34	772.421,34	441.868,46	441.868,46	11,71	12,69	3.041.131,54
	Administração Geral	2.750.000,00	2.750.000,00	653.808,33	653.808,33	338.434,45	338.434,45	8,97	12,31	2.411.565,55
	Administração Financeira	733.000,00	733.000,00	118.613,01	118.613,01	103.434,01	103.434,01	2,74	14,11	629.565,99
	ASSISTENCIA SOCIAL	1.029.000,00	1.029.000,00	511.714,04	511.714,04	158.405,91	158.405,91	4,20	15,39	870.594,09
	Assistência à Criança e ao Adolescente	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	Assistência Comunitária	989.000,00	989.000,00	511.714,04	511.714,04	158.405,91	158.405,91	4,20	16,02	830.594,09
	SAUDE	7.499.000,00	7.910.000,00	2.474.966,80	2.474.966,80	1.034.253,98	1.034.253,98	27,41	13,08	6.875.746,02
	Assistência à Criança e ao Adolescente	91.000,00	91.000,00	17.081,70	17.081,70	12.684,58	12.684,58	0,34	13,94	78.315,42
	Atenção Básica	6.842.000,00	7.083.000,00	2.024.287,20	2.024.287,20	970.841,19	970.841,19	25,73	13,71	6.112.158,81
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	224.000,00	224.000,00	51.533,60	51.533,60	37.897,99	37.897,99	1,00	16,92	186.102,01
	Vigilância Sanitária	40.000,00	60.000,00	34.851,80	34.851,80	8.720,29	8.720,29	0,23	14,53	51.279,71
	Alimentação e Nutrição	302.000,00	452.000,00	347.212,50	347.212,50	4.109,93	4.109,93	0,11	0,91	447.890,07
Educação	6.311.000,00	6.545.884,88	1.369.009,31	1.369.009,31	889.619,99	889.619,99	23,57	13,59	5.656.264,89	
Ensino Fundamental	4.895.000,00	5.109.947,32	1.107.268,10	1.107.268,10	723.998,95	723.998,95	19,19	14,17	4.385.948,37	
Ensino Superior	51.000,00	51.000,00	50.442,00	50.442,00	14.728,00	14.728,00	0,39	28,88	36.272,00	
Educação Infantil	1.323.000,00	1.342.937,56	205.299,21	205.299,21	144.893,04	144.893,04	3,84	10,79	1.198.044,52	
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,16	15,00	34.000,00	
CULTURA	276.000,00	276.000,00	65.144,87	65.144,87	5.380,87	5.380,87	0,14	1,95	270.619,13	
Diffusão Cultural	276.000,00	276.000,00	65.144,87	65.144,87	5.380,87	5.380,87	0,14	1,95	270.619,13	
Urbanismo	4.140.000,00	4.411.176,38	1.356.360,27	1.356.360,27	601.898,14	601.898,14	15,95	13,64	3.809.278,24	
Infra-Estrutura Urbana	3.720.000,00	3.991.176,38	1.294.267,92	1.294.267,92	541.027,43	541.027,43	14,34	13,56	3.450.148,95	
Serviços Urbanos	420.000,00	420.000,00	62.092,35	62.092,35	60.870,71	60.870,71	1,51	14,49	359.129,29	
Habitação	6.000,00	6.000,00	972,00	972,00	486,00	486,00	0,01	8,10	5.514,00	
Habitação Urbana	6.000,00	6.000,00	972,00	972,00	486,00	486,00	0,01	8,10	5.514,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.300.000,00	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	100,00	13,22
Saneamento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	551.000,00	551.000,00	147.489,72	147.489,72	65.735,92	65.735,92	1,74	11,93
Preservação e Conservação Ambiental	51.000,00	51.000,00	30.301,08	30.301,08	14.247,28	14.247,28	0,38	27,94
Controle Ambiental	500.000,00	500.000,00	117.188,64	117.188,64	51.488,64	51.488,64	1,36	10,30
Agricultura	650.000,00	650.000,00	88.185,57	88.185,57	57.366,29	57.366,29	1,52	8,83
Extensão Rural	650.000,00	650.000,00	88.185,57	88.185,57	57.366,29	57.366,29	1,52	8,83
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	251.000,00	580.037,60	116.459,13	116.459,13	93.793,84	93.793,84	2,49	16,17
Desporto Comunitário	251.000,00	580.037,60	116.459,13	116.459,13	93.793,84	93.793,84	2,49	16,17
Encargos Especiais	1.610.000,00	1.610.000,00	785.084,84	785.084,84	224.869,50	224.869,50	5,96	13,97
Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00	1.200.000,00	759.495,60	759.495,60	207.166,00	207.166,00	5,49	17,26
Outros Encargos Especiais	410.000,00	410.000,00	25.589,24	25.589,24	17.703,50	17.703,50	0,47	4,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	27.300.000,00	28.546.098,86	7.940.290,82	7.940.290,82	3.773.578,13	3.773.578,13	100,00	13,22

FONTE:

SIDEROPOLIS, 24/03/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO														PREVISÃO ATUALIZADA 2014
EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														
Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.009.250,98	2.044.141,60	2.157.721,72	2.012.671,98	2.143.566,97	2.044.891,24	2.213.716,15	2.076.180,09	2.143.904,93	2.575.197,28	2.395.601,74	2.345.765,93	26.961.896,61	31.425.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	304.520,51	136.338,49	610.815,90	131.900,34	189.090,46	152.410,71	250.741,07	154.215,72	87.870,65	161.410,51	165.332,59	162.700,63	2.507.347,48	2.890.000,00
L.P.T.U.	592,37	10.542,69	162.210,61	17.842,39	17.592,15	13.101,76	1.899,31	8.755,85	1.535,89	2.579,55	385,11	0,00	256.997,68	300.000,00
I.R.R.F.	244,71	0,00	90.654,72	0,00	54.262,76	10.251,75	65.734,86	30.563,26	12.422,08	89.097,24	45.428,98	30.477,08	429.135,44	300.000,00
I.S.S.	51.124,33	59.105,26	100.310,97	64.711,46	58.794,73	63.221,58	68.310,40	77.256,12	52.890,28	53.026,88	85.831,87	42.041,26	776.865,14	1.000.000,00
LT.B.L	29.419,90	31.990,06	29.225,71	14.240,42	9.053,03	30.871,41	98.195,20	22.975,71	14.855,00	9.104,41	21.722,81	19.390,88	331.045,54	300.000,00
Outras Receitas Tributárias	223.169,20	34.700,48	208.413,79	35.106,07	49.397,79	34.964,21	16.810,30	14.694,78	6.207,40	7.602,43	11.865,82	70.791,41	713.583,68	960.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.536,87	26.077,93	15.876,12	17.326,27	13.733,13	16.927,78	16.218,27	16.783,13	16.612,22	15.423,61	17.117,95	15.502,18	203.195,46	200.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.442,19	12.184,72	12.504,11	12.700,94	17.460,09	14.199,20	10.284,51	17.547,00	14.754,30	15.535,62	12.301,27	12.730,02	162.652,97	200.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.385,81	2.485,00	3.155,97	832,50	2.165,00	2.732,38	4.590,00	1.877,50	675,00	750,00	6.266,94	2.501,00	31.387,10	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.659.169,82	1.841.339,67	2.084.166,47	1.828.340,18	1.894.484,71	1.828.136,70	1.891.512,01	1.844.501,41	2.001.333,03	2.318.419,92	2.099.169,63	2.094.593,37	23.156.568,82	27.199.000,00
Cota-Parte do FPM	474.418,61	509.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.237,72	470.244,94	654.101,18	986.788,53	793.108,49	846.923,86	7.549.233,18	9.500.000,00
Cota-Parte do LC/MS	555.994,37	639.536,30	634.933,29	594.750,31	590.350,51	619.209,79	657.879,43	639.671,17	711.905,36	709.396,61	699.716,67	654.150,33	7.697.514,74	9.500.000,00
Cota-Parte do IPI/VA	110.059,82	179.598,38	158.574,58	151.241,30	145.087,74	122.566,95	138.608,90	130.198,30	77.402,16	53.829,48	55.679,02	75.772,94	1.398.349,57	1.500.000,00
Cota-Parte do ITR	442,42	155,46	90,52	41,85	214,28	59,54	3.049,02	7.081,05	536,70	27,91	0,00	35,39	11.734,14	20.000,00
Outras Transferências Correntes	306.429,21	256.152,59	275.755,18	232.546,05	282.155,86	268.194,90	370.546,87	352.236,59	282.051,90	294.635,89	267.412,78	232.914,38	3.421.032,20	3.250.000,00
Transferências de LC 61/1989	7.516,70	6.892,39	9.288,16	9.853,04	9.506,50	10.174,14	9.254,72	9.893,34	10.974,29	11.729,16	10.856,19	9.191,13	114.911,76	150.000,00
Transferências de LC 87/1996	0,00	11.692,75	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.915,69	2.898,79	2.898,79	40.725,85	70.000,00
Transferências do FUNDEB	204.318,69	238.301,31	251.177,07	226.972,03	219.697,67	237.114,68	239.019,66	232.290,33	261.445,75	260.096,55	279.527,69	273.135,95	2.923.087,38	3.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.195,78	25.715,79	51.203,25	21.517,75	436.603,58	30.283,47	40.420,29	41.255,33	22.295,73	62.597,72	95.413,36	57.338,73	900.894,78	913.000,00
DEDUÇÕES (II)	219.631,86	263.231,28	305.833,39	272.320,58	234.991,39	263.150,80	254.969,75	250.677,23	289.923,66	289.031,90	303.392,65	316.316,81	3.273.471,30	4.148.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	219.631,86	263.231,28	305.833,39	272.320,58	234.991,39	263.150,80	254.969,75	250.677,23	289.923,66	289.031,90	303.392,65	316.316,81	3.273.471,30	4.148.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.789.619,12	1.775.910,32	2.461.888,33	1.740.297,40	2.108.575,58	1.781.540,44	1.958.746,40	1.825.502,86	1.853.981,27	2.286.105,38	2.087.209,09	2.029.449,12	23.688.425,31	27.277.000,00
FONTE:														
SIDERÓPOLIS, 24/03/2014														

MOISÉS DE MATIA
CONTADOR CRC-SC 068331/O-9

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.106.000,00	2.106.000,00	272.753,41	272.753,41	12,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	470.000,00	470.000,00	27.809,29	27.809,29	5,92
1.1.1- IPTU	300.000,00	300.000,00	459,30	459,30	0,15
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	97,12	97,12	0,19
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	22.434,41	22.434,41	22,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	4.892,65	4.892,65	24,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(74,19)	(74,19)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	301.000,00	301.000,00	41.113,69	41.113,69	13,66
1.2.1- ITBI	300.000,00	300.000,00	41.113,69	41.113,69	13,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.035.000,00	1.035.000,00	127.926,37	127.926,37	12,36
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	127.873,13	127.873,13	12,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	53,24	53,24	1,06
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	75.904,06	75.904,06	25,30
1.4.1- IRRF	300.000,00	300.000,00	75.904,06	75.904,06	25,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.740.000,00	20.740.000,00	3.141.172,20	3.141.172,20	15,15
2.1- Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	1.640.032,35	1.640.032,35	17,26
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.500.000,00	9.500.000,00	1.640.032,35	1.640.032,35	17,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	1.343.867,60	1.343.867,60	14,15
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	70.000,00	70.000,00	5.737,58	5.737,58	8,20
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	150.000,00	150.000,00	20.047,32	20.047,32	13,36
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	35,39	35,39	0,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	131.451,96	131.451,96	8,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.846.000,00	22.846.000,00	3.413.925,61	3.413.925,61	14,94
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	2.000,00	2.000,00	1.028,87	1.028,87	51,44
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	2.000,00	654,40	654,40	32,72
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	654,40	654,40	32,72
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	636.000,00	634.000,00	51.067,49	51.067,49	8,05
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	649.000,00	649.000,00	52.750,76	52.750,76	8,13

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.148.000,00	4.148.000,00	624.709,46	624.709,46	15,06
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	328.006,41	328.006,41	17,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.900.000,00	1.900.000,00	265.100,59	265.100,59	13,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	1.147,50	1.147,50	8,20
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	4.009,44	4.009,44	13,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	7,07	7,07	0,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	300.000,00	300.000,00	26.438,45	26.438,45	8,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.210.000,00	3.210.000,00	553.475,73	553.475,73	17,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	552.663,64	552.663,64	17,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	812,09	812,09	8,12
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-948.000,00	-948.000,00	-72.045,82	-72.045,82	7,60
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.728.000,00	2.728.000,00	424.893,10	424.893,10	15,58
13.1- Com Educação Infantil	728.000,00	728.000,00	123.289,29	123.289,29	16,94
13.2- Com Ensino Fundamental	2.000.000,00	2.000.000,00	301.603,81	301.603,81	15,08
14- OUTRAS DESPESAS	482.000,00	482.000,00	125.070,20	125.070,20	25,95
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	482.000,00	482.000,00	125.070,20	125.070,20	25,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.210.000,00	3.210.000,00	549.963,30	549.963,30	17,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					549.963,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					76,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,63
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.711.500,00	5.711.500,00	853.481,40	853.481,40	14,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.273.000,00	1.273.000,00	143.765,04	143.765,04	11,29
23.1- Creche	636.500,00	636.500,00	71.882,51	71.882,51	11,29
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	364.000,00	364.000,00	61.644,64	61.644,64	16,94
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	272.500,00	272.500,00	10.237,87	10.237,87	3,76
23.2- Pré-escola	636.500,00	636.500,00	71.882,53	71.882,53	11,29
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	364.000,00	364.000,00	61.644,65	61.644,65	16,94
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	272.500,00	272.500,00	10.237,88	10.237,88	3,76
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.422.000,00	4.422.000,00	657.947,58	657.947,58	14,88
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.482.000,00	2.482.000,00	426.674,01	426.674,01	17,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.940.000,00	1.940.000,00	231.273,57	231.273,57	11,92
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.695.000,00	5.695.000,00	801.712,62	801.712,62	14,08
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-72.045,82
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					812,09
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-71.233,73
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					872.946,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					25,57
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	370.000,00	400.000,00	69.633,40	69.633,40	17,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	193.000,00	397.884,88	3.545,97	3.545,97	0,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	563.000,00	797.884,88	73.179,37	73.179,37	9,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.258.000,00	6.492.884,88	874.891,99	874.891,99	13,47

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	125.130,27	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	552.663,64	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	673.355,73	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	482.116,78	0,00
49.2 Restos a Pagar	191.238,95	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	812,09	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	5.250,27	0,00

SIDERÓPOLIS, 24/03/2014

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Sombrio

PREFEITURA

Portaria 051/2014

PORTARIA Nº 051, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
CESSAR EFEITOS DE PORTARIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Fazer Cessar na Integra a contar de 18/03/2014 os efeitos da Portaria nº 118, de 01 de abril de 2013, que concedeu a pedido, licença sem remuneração para tratar de assuntos de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, a contar 01/04/2013 à 01/04/2015, ao servidor efetivo Sr. THIAGO RAFAEL AIRES, matrícula nº 3710, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado nesta Municipalidade, com carga horária de 40 horas semanais, devendo ele se apresentar de imediatamente ao Departamento de Recursos Humano desta Prefeitura.

Parágrafo Único: O Não comparecimento na data estipulada acarretará as sanções previstas na Lei 1.414, de 20 de maio de 2003 e suas alterações

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio-SC, 18 de março de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 052/2014

PORTARIA Nº 052, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
CESSAR EFEITOS DE PORTARIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Fazer Cessar na Integra a contar de 18/03/2014 os efeitos da Portaria nº 057, de 01 de fevereiro de 2013, que concedeu a pedido, licença sem remuneração para tratar de assuntos de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, a contar 06/02/2013 à 05/02/2015, ao servidor efetivo Sr. MARCELO MATOS CORREA, matrícula nº 3723, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado nesta Municipalidade, com carga horária de 40 horas semanais, devendo ele se apresentar de imediatamente ao Departamento de Recursos Humano desta Prefeitura.

Parágrafo Único: O Não comparecimento na data estipulada acarretará as sanções previstas na Lei 1.414, de 20 de maio de 2003 e suas alterações

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio-SC, 18 de março de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria 053/2014

PORTARIA Nº 053 DE 18 DE MARÇO DE 2014.
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/03/2014, a senhora CLAIR HAHN FERMIANO, matrícula 42, aprovado por concurso público, nomeado pela Portaria nº 005, de 31 de janeiro de 1989, para o Cargo de Professor.

Fica revogada a Portaria nº 005, de 31 de janeiro de 1989.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/ de março de 2014.

Município de Sombrio-SC, 18 de março de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato 2/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC

CONTRATO N.º 02/2014.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa SOUTH PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME. Objeto: Contratação de Serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência técnica em gestão pública nas atividades de planejamento, execução e controle financeiro, orçamentário, administrativo e legislativo da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul para o ano de 2014. R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Data da Assinatura: 28/02/2014. Vigência: até 31/12/2014.

Timbó

PREFEITURA

Portaria NºSEMFA-D0582, de 03 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0582, de 03 de Fevereiro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Reinaldo Knopp.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor REINALDO KNOPP, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 04.02.2014, por hum (01) dia, conforme Processo RH03-0012;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0583, de 04 de Fevereiro de 2014

PORTARIA NºSEMFA-D0583, de 04 de Fevereiro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marlise Brehmer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLISE BREHMER, ocupante do cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04.02.2014 à 28.02.2014, por vinte e cinco (25) dias, conforme Processo RH01-0037;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0584, de 05 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0584, de 05 de Fevereiro de 2014.

Concede Prorrogação da Licença Sem Vencimentos à servidora Joice Stollmeier Kroenke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença sem Vencimentos à servidora JOICE STOLLMEIER KROENKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 02 (dois) anos, a contar de 31 de janeiro do corrente (período de 31/01/2014 à 30/01/2016), conforme Processo RH12-0012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0585, de 05 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº SEMFA-D0585, de 05 de Fevereiro de 2014.

Concede Prorrogação da Licença Sem Vencimentos ao servidor Eduardo Muller.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença sem Vencimentos à servidora EDUARDO MULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por vinte e dois (22) meses, a contar de 02 de Fevereiro do corrente (período de 02/02/2014 à 23/11/2015), conforme Processo RH13-0258.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0586, de 06 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0586, de 06 de Fevereiro de 2014

Concede Licença Prêmio à servidora Ivanir Aparecida Popeng.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora IVANIR APARECIDA POPENG, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.02.2009 a 01.02.2014, por trinta dias (10.02 à 11.03.2014), conforme Processo RH09-0058.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0587, de 10 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0587, de 10 de Fevereiro de 2014

Cessa, à pedido do Secretário Municipal de Saúde, a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria nº SEMFA-D0009, de 16/01/2013, a contar de 03 de março de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigo 93, § 1º, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

CESSAR

- À pedido do Secretário Municipal de Saúde, a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria Nº SEMFA-D0009, de 16/01/2013, à servidora ANNA CARINE BELL, à contar de 03 de Março de 2014, conforme Processo nº RH13-0002.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0588 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0588 de 10 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por Dezesete (17) dias, a contar de 12/02 a 28/02/2014, conforme Processo RH12-0124;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 28/01 à 11/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 12/02 à 28/02/2014 (17 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0589, de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0589, de 10 de Fevereiro de 2014.

Concede Licenças-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Fundação Municipal de Esportes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licenças-prêmio convertida em pecúnia total ao servidor da Fundação Municipal de Esportes, a ser pago junto à Rescisão Competência Fevereiro/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
		01.09.2001/2006
		e
Geraldino Irineu Moser	RH02-015	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0590, de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0590, de 10 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total à servidora da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à Rescisão Competência Janeiro/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Renilda Batista Wenceslau	RH14-0002	16.06.2008/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0591, de 12 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0591, de 12 de Fevereiro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gustavo Henrique Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor GUSTAVO HENRIQUE HOFFMANN, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 12.02.2014, por hum (01) dia, conforme Processo RH13-0107;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0592, de 12 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0592, de 12 de Fevereiro de 2014.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmen Dolores Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CARMEN DOLORES BUSARELLO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.02.2014 à 10.03.2014, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH13-0008;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0593, de 12 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0593, de 12 de Fevereiro de 2014.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 11.02.2014 a 10.03.2014, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH03-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0594 de 12 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0594 de 12 de fevereiro de 2014

Concede Auxílio Escolar aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro Semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Dorisete Romilda Perini Ferrari	Artes Visuais – 4º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH12-0029

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0595 de 12 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0595 de 12 de Fevereiro de 2014

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 1º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Primeiro semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Priscila Aparecida Parri Zaminiani	Enfermagem – 9º semestre - FAMEBLU	80%	RH10-0023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0596 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0596 de 13 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Vivian Weege Meyer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora VIVIAN WEEGE MEYER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por treze (13) dias, a contar de 18/02 a 02/03/2014, conforme Processo RH06-00382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 03/02 à 17/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 18/02 à 02/03/2014 (13 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0597 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº SEMFA-D0597 de 13 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença a Gestante à servidora Ana Claudia Schuster Araujo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora ANA CLAUDIA SCHUSTER ARAUJO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 24 de Fevereiro de 2014 (período 24/02 a 23/06/2014), conforme Processo RH14-0014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração.

Portaria Nº SEMFA-D0598 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº SEMFA-D0598 de 13 de Fevereiro de 2014.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Ana Claudia Schuster Araújo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Ana Claudia Schuster Araujo	SEMFA-D0597 de 13.02.2014	22.08.2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0599 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº SEMFA-D0599 de 13 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença a Gestante à servidora Mara Rubia Longo Reuter.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora MARA RUBIA LONGO REUTER, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por cento e vinte (120) dias, a contar de 13 de Fevereiro de 2014 (período 13/02 a 12/06/2014), conforme Processo RH14-0013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração.

Portaria Nº SEMFA-D0600 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº SEMFA-D0600 de 13 de Fevereiro de 2014.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Mara Rubia Longo Reuter.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Mara Rubia Longo Reuter	SEMFA-D0599 de 13.02.2014	11.08.2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0601 de 17 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0601 de 17 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Adriana Cristina Oliveira Samulewski.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ADRIANA CRISTINA OLIVEIRA SAMULEWSKI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cinquenta e cinco (55) dias, a contar de 18/02 a 13/04/2014, conforme Processo RH08-00342;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 03/02 à 17/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 18/02 à 13/04/2014 (55 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0602 de 17 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0602 de 17 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Hannalisa Maas Bender.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora HANNALISA MAAS BENDER, ocupante do cargo de Operadora de Laboratório, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por vinte e quatro (24) dias, a contar de 21/02 a 16/03/2014, conforme Processo RH03-00173a;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/02 à 20/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/02 à 16/03/2014 (24 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0603 de 17 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0603 de 17 de Fevereiro de 2014.

Concede Abono de Permanência à servidora Ela Konell .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência à servidora Ela Konell, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07.02.2014, conforme Processo RH13-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0604 de 17 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0604 de 17 de Fevereiro de 2014

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 1º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Primeiro semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Jeanne Patrícia Campestrini	Gestão Ambiental – 4º semestre – UNIASSELVI - EAD	80%	RH12-0070

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0605, de 17 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0605, de 17 de Fevereiro de 2014

Concede Licença sem vencimentos ao servidor Thomaz Henrique Nogueira Campregher.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, ao servidor, THOMAZ HENRIQUE NOGUEIRA CAMPREGHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria da Fazenda e Administração, por dois anos, a contar de 24 de Fevereiro

de 2014 (período 24/02/2014 à 23/02/2016), conforme processo RH14-0015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angelica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0606, de 17 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0606, de 17 de Fevereiro de 2014

Concede Licença Prêmio ao servidor Eliomar Cimardi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor ELIOMAR CIMARDI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 19.01.2009 a 18.01.2014, por trinta dias (20.02 à 21.03.2014), conforme Processo RH009-0033.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0607, de 18 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0607, de 18 de Fevereiro de 2014

Concede Licença Prêmio à servidora Ana Claudia Schuster Araujo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ANA CLAUDIA SCHUSTER ARAUJO, ocupante do cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 09.06.2008 a 08.06.2013, por trinta dias (25.08 à 24.09.2014), conforme Processo RH014-0017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0608, de 18 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0608, de 18 de Fevereiro de 2014

Concede Licença Prêmio à servidora Viviana Maria Draeger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora VIVIANA MARIA DRAEGER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.02.2009 a 01.02.2014, por trinta dias (05.03 à 04.04.2014), conforme Processo RH014-0016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0609 de 19 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0609 de 19 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ingelore Andreatta.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora INGELORE ANDREATTA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH09-00152;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/02 à 20/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/02 à 31/03/2014 (39 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0610, de 19 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0610, de 19 de Fevereiro de 2014

Cessa, à pedido do Secretário Municipal de Saúde, a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria nº SEMFA-D0560, de 14/01/2014, a contar de 05 de março de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigo 93, § 1º, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

CESSAR

- À pedido do Secretário Municipal de Saúde, a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida pela Portaria Nº SEMFA-D0560, de 14/01/2014, à servidora JÂNIA INÊS ULER, à contar de 05 de Março de 2014, conforme Processo nº RH14-0001-A.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0611 de 20 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0611 de 20 de Fevereiro de 2014

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro Semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Arlete Kruger	Pedagogia – 7º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH11-0038

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0612, de 20 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0612, de 20 de Fevereiro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 21.02.2014 à 05.03.2014, por treze (13) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Extrato da Inexigibilidade N.º 33 2014 PMT Pavimentação Rua Bahamas

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 33/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Paviplan Pavimentação LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de pavimentação asfáltica de 2.170,80m² (dois mil cento e setenta metros quadrados e oitenta decímetros quadrados) com fornecimento de meio fio na Rua Bahamas, por meio do edital de Credenciamento n.º 48/2013.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 137.433,35 (cento e trinta e sete mil quatrocentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 18.993,00 (dezoito mil novecentos e trinta e três reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 24 de março de 2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro - 97.2013 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 97/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Posto Alexandre LTDA.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do óleo diesel S10, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 2,567.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro - 136.2013 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 136/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rudipel Rudnick Petróleo LTDA.

OBJETO: Alteração do valor do óleo diesel, que fica passando a ser de R\$ 2,37.

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro - 05.2013 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 05/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Efetive Produtos Médico-Hospitalares LTDA ME.

OBJETO: Acréscimo de 200 unidades ao item 01, fraldas geriátricas tamanho P.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

Extrato Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro - 07.2013 Fumtran

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 07/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: Adam Distribuidora LTDA EPP, Sinablu Indústria e Comércio LTDA, e Madevia LTDA ME.

OBJETO: Acréscimo de 07 unidades ao item 21, fita zebra nas cores amarela/preta; 01 unidade ao item 06, película autoadesiva, cor preta; 01 unidade ao item 07, película autoadesiva, cor branca; 25 unidades ao item 11, cano galvanizado; 10 unidades ao item 12, chapas de aço; 75 unidades ao item 13, parafuso sextavado 5/16x1; 75 unidades ao item 14, parafuso sextavado 5/16x2; 160 unidades ao item 15, arruela; 02 latas ao item 03, solvente para tinta.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Aviso Pregão Presencial N.º 26 2014 PMT - Manutenção Tratores E Implementos Agrícolas

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 26/2014 - PMT

OBJETO: registro de preço destinado à contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção geral, mecânica e elétrica para tratores agrícolas conforme especificado nos anexos do edital para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 07 de abril de 2014. ABERTURA: dia 07 de abril de 2014 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 10/03/2014

MARCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1647/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARX0013	54571847E	5169/1	15/02/2014	165
CAO2228	54571597E	6599/2	11/02/2014	230 * V
IBP0085	54571427E	5010/0	12/01/2014	162 * I
LXF8948	54571430E	5169/1	11/02/2014	165
LYS5872	54571723E	6912/0	23/02/2014	232
LZS7461	54571485E	5010/0	20/01/2014	162 * I
LZS7461	54571486E	6599/2	20/01/2014	230 * V
LZS7461	54571487E	5118/0	20/01/2014	164 c/c 162 * I
MAV1270	54571431E	6700/0	15/02/2014	230 * XVI
MAV1270	54571845E	6610/2	15/02/2014	230 * VII
MBT5972	54571844E	6556/1	13/02/2014	230 * I
MCM2760	54572402E	6556/4	20/02/2014	230 * I
MDV9284	54722301E	6599/2	10/02/2014	230 * V
MDV9284	54722302E	5045/0	10/02/2014	162 * V
MDV9284	54722303E	5096/0	10/02/2014	163 c/c 162 * V
MDX5547	55371637D	6637/2	22/02/2014	230 * IX
MEZ1941	54572173E	6920/0	02/01/2014	233
MIN3751	54572409E	6653/1	20/02/2014	230 * XI
MJV4617	54571560E	6637/2	28/12/2013	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 495/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABB1945	8756041540	7455/0	11/02/2014	218 * I
AJW2950	8756040356	5673/2	11/01/2014	183
AMI0627	8756041618	7455/0	16/02/2014	218 * I
ANK0743	8756040383	7455/0	10/01/2014	218 * I
ANK0743	8756040614	7455/0	14/01/2014	218 * I
ASP2805	8756041616	7455/0	15/02/2014	218 * I
BEO1800	8756041663	7455/0	17/02/2014	218 * I
BNK8914	8756040667	7455/0	19/01/2014	218 * I
DCE9882	8756040134	7455/0	30/12/2013	218 * I
DKZ4690	8756041518	7455/0	12/02/2014	218 * I
GYZ8475	8756041092	7455/0	28/01/2014	218 * I
HCQ7560	8756040216	7463/0	01/01/2014	218 * II
HVY1031	8756041476	6050/3	11/02/2014	208
IMZ9381	8756040227	7455/0	04/01/2014	218 * I
KGH2024	8756040463	6050/3	06/01/2014	208
LWU3222	8756041631	7455/0	17/02/2014	218 * I
LXA6087	8756041217	6050/3	08/02/2014	208
LYO0098	8756041516	7455/0	11/02/2014	218 * I
LZK2148	8756040408	7455/0	10/01/2014	218 * I
LZK2148	8756040635	7455/0	14/01/2014	218 * I
LZL2758	8756040725	7455/0	19/01/2014	218 * I
LZM8130	8756040593	7455/0	19/01/2014	218 * I
LZQ1899	8756041542	7455/0	15/02/2014	218 * I
LZR4180	8756041291	7455/0	06/02/2014	218 * I
MAB5317	8756040162	7463/0	01/01/2014	218 * II
MAR1318	8756041420	7463/0	08/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAW5540	8756040453	6050/3	06/01/2014	208
MBJ8935	8756040716	7455/0	17/01/2014	218 * I
MBQ3634	8756040595	7455/0	13/01/2014	218 * I
MCH7459	8756040466	6050/3	06/01/2014	208
MCL4471	8756041565	7455/0	14/02/2014	218 * I
MCN6741	8756040647	7463/0	19/01/2014	218 * II
MDA7613	8756040705	7455/0	13/01/2014	218 * I
MDI5281	8756040461	7455/0	06/01/2014	218 * I
MDT3252	8756040639	7455/0	13/01/2014	218 * I
MDT3252	8756040825	7455/0	20/01/2014	218 * I
MDT3252	8756041292	7463/0	06/02/2014	218 * II
MDT6255	8756040500	7455/0	12/01/2014	218 * I
MDY8917	8756040633	7455/0	17/01/2014	218 * I
MEA0692	8756041528	7463/0	15/02/2014	218 * II
MEI5208	8756041550	7455/0	10/02/2014	218 * I
MEL1827	8756040576	6050/3	19/01/2014	208
MEP9417	8756041626	7463/0	16/02/2014	218 * II
MFD6820	8756040730	7463/0	14/01/2014	218 * II
MFF8802	8756041499	7455/0	15/02/2014	218 * I
MFH8657	8756040443	7455/0	11/01/2014	218 * I
MFH8657	8756040494	7463/0	11/01/2014	218 * II
MFI2505	8756040338	7455/0	09/01/2014	218 * I
MGI2533	8756040511	7455/0	08/01/2014	218 * I
MGW4143	8756041538	7455/0	14/02/2014	218 * I
MHB3807	8756041450	5673/2	14/02/2014	183
MHH2681	8756040630	7455/0	15/01/2014	218 * I
MHK5385	8756040410	7455/0	06/01/2014	218 * I
MHN2122	8756041660	7455/0	12/02/2014	218 * I
MHQ6900	8756040200	7455/0	02/01/2014	218 * I
MHQ9255	8756040648	6050/3	15/01/2014	208
MHW3876	8756040619	7455/0	18/01/2014	218 * I
MHX0437	8756041658	7455/0	17/02/2014	218 * I
MHX7443	8756040263	7455/0	01/01/2014	218 * I
MIE4177	8756040709	7455/0	15/01/2014	218 * I
MIQ0215	8756041523	7455/0	13/02/2014	218 * I
MJJ1678	8756041482	7455/0	14/02/2014	218 * I
MKB2525	8756041592	7455/0	11/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKI5166	8756041580	6050/3	10/02/2014	208
MKK7102	8756039997	6050/3	29/12/2013	208
MLR5985	8756040024	7455/0	28/12/2013	218 * I
MLW0248	8756040377	7455/0	10/01/2014	218 * I
OMH4283	8756040143	7455/0	04/01/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 497/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD3757	8756040790	7455/0	20/01/2014	218 * I
ACD0618	8756040865	7455/0	26/01/2014	218 * I
AHJ3162	8756042030	7455/0	03/03/2014	218 * I
AJD1623	8756041799	6050/3	21/02/2014	208
AJT0555	8756041761	7455/0	21/02/2014	218 * I
ALC1372	8756040372	7455/0	06/01/2014	218 * I
AOV0770	8756042071	7455/0	02/03/2014	218 * I
ARE0804	8756040145	5673/2	30/12/2013	183
ASW2206	8756040589	7455/0	19/01/2014	218 * I
BIQ6636	8756041678	7455/0	20/02/2014	218 * I
BOE8330	8756041237	7455/0	09/02/2014	218 * I
BYG1387	8756041674	7455/0	20/02/2014	218 * I
CIC5240	8756040970	7455/0	31/01/2014	218 * I
CIC5240	8756041224	7455/0	06/02/2014	218 * I
COM3115	8756040896	7455/0	26/01/2014	218 * I
CTH6677	8756040960	5673/2	31/01/2014	183
DBV6916	8756041045	7455/0	30/01/2014	218 * I
DFY9998	8756041672	7463/0	20/02/2014	218 * II
DGZ2442	8756041578	7455/0	17/02/2014	218 * I
DKY4354	8756041377	7455/0	09/02/2014	218 * I
DKY4354	8756041603	7463/0	14/02/2014	218 * II
DNE6182	8756040993	7463/0	02/02/2014	218 * II
DTA4961	8756040911	7455/0	23/01/2014	218 * I
EBM8622	8756040852	7455/0	25/01/2014	218 * I
EMW7247	8756041634	7455/0	10/02/2014	218 * I
EVR6758	8756041074	7455/0	31/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HCA2890	8756041731	7455/0	21/02/2014	218 * I
HKW9172	8756041664	7455/0	17/02/2014	218 * I
HVL6677	8756041976	7455/0	02/03/2014	218 * I
IHG4161	8756042046	7455/0	02/03/2014	218 * I
IMP3826	8756041836	7455/0	20/02/2014	218 * I
IPQ1479	8756040449	7455/0	12/01/2014	218 * I
JPW2438	8756041559	7455/0	12/02/2014	218 * I
JTW4127	8756040917	7455/0	24/01/2014	218 * I
KET6870	8756040996	7463/0	02/02/2014	218 * II
KGB7692	8756040839	7455/0	22/01/2014	218 * I
KNO5102	8756041785	6050/3	22/02/2014	208
LWS5460	8756040548	7455/0	14/01/2014	218 * I
LWT9882	8756041483	7455/0	14/02/2014	218 * I
LWY2730	8756041568	6050/3	15/02/2014	208
LWY4023	8756040084	7463/0	25/12/2013	218 * II
LXA4965	8756041406	7455/0	07/02/2014	218 * I
LXH9126	8756040963	7455/0	29/01/2014	218 * I
LXH9126	8756040968	7455/0	31/01/2014	218 * I
LXR3341	8756040820	7455/0	24/01/2014	218 * I
LXV0628	8756040758	5673/2	21/01/2014	183
LYB5160	8756040752	7455/0	23/01/2014	218 * I
LYB5160	8756040767	7455/0	23/01/2014	218 * I
LYB9183	8756041736	7455/0	19/02/2014	218 * I
LYB9183	8756041740	7455/0	20/02/2014	218 * I
LYC9456	8756041028	7455/0	01/02/2014	218 * I
LYM2429	8756041125	7455/0	27/01/2014	218 * I
LYS9286	8756040417	7463/0	11/01/2014	218 * II
LYU1922	8756041791	7455/0	20/02/2014	218 * I
LZI3299	8756041581	6050/3	11/02/2014	208
LZJ8798	8756041802	7463/0	22/02/2014	218 * II
LZM8130	8756040942	7455/0	24/01/2014	218 * I
LZO6935	8756042015	6050/3	01/03/2014	208
LZY7204	8756040992	7455/0	01/02/2014	218 * I
MAE2444	8756041933	7455/0	03/03/2014	218 * I
MAM9658	8756040908	7455/0	21/01/2014	218 * I
MAR0913	8756040628	7455/0	19/01/2014	218 * I
MAU4854	8756041783	6050/3	21/02/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAU6815	8756040717	7455/0	17/01/2014	218 * I
MAV1754	8756041770	7463/0	22/02/2014	218 * II
MAV5695	8756041148	7455/0	31/01/2014	218 * I
MBG2081	8756041524	7463/0	14/02/2014	218 * II
MBH9302	8756041946	7455/0	26/02/2014	218 * I
MBH9661	8756041601	7463/0	13/02/2014	218 * II
MBH9661	8756041628	7463/0	17/02/2014	218 * II
MBH9661	8756041790	7455/0	20/02/2014	218 * I
MBH9661	8756041796	7455/0	20/02/2014	218 * I
MBI4195	8756041171	7455/0	27/01/2014	218 * I
MBJ3805	8756041608	7455/0	14/02/2014	218 * I
MBV4615	8756041428	7455/0	04/02/2014	218 * I
MBV6519	8756040385	7455/0	12/01/2014	218 * I
MBY0100	8756041685	7463/0	20/02/2014	218 * II
MCB1070	8756041931	7455/0	02/03/2014	218 * I
MCN0462	8756041820	7455/0	19/02/2014	218 * I
MCT4339	8756040797	7455/0	20/01/2014	218 * I
MCW3070	8756041806	7455/0	22/02/2014	218 * I
MCX8375	8756041805	7455/0	22/02/2014	218 * I
MDA5063	8756041061	7455/0	28/01/2014	218 * I
MDA6587	8756041607	6050/3	14/02/2014	208
MDC9982	8756040901	6050/3	26/01/2014	208
MDD8404	8756041017	7455/0	29/01/2014	218 * I
MDE1427	8756041755	7455/0	19/02/2014	218 * I
MDE1427	8756041821	7455/0	19/02/2014	218 * I
MDH5158	8756040871	6050/3	20/01/2014	208
MDK1717	8756040703	7455/0	19/01/2014	218 * I
MDK5878	8756041992	7455/0	25/02/2014	218 * I
MDL6514	8756041800	7455/0	21/02/2014	218 * I
MDN1032	8756042058	7455/0	28/02/2014	218 * I
MDN3748	8756040914	7463/0	23/01/2014	218 * II
MDP7093	8756041259	7455/0	07/02/2014	218 * I
MDR0880	8756041983	6050/3	25/02/2014	208
MDX5547	8756041851	7455/0	22/02/2014	218 * I
MEA1581	8756040439	7455/0	09/01/2014	218 * I
MEA4327	8756041801	7455/0	22/02/2014	218 * I
MEC1674	8756040678	6050/3	15/01/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEF1537	8756041498	7455/0	14/02/2014	218 * I
MEH2193	8756040873	7455/0	20/01/2014	218 * I
MEH9812	8756040809	7455/0	24/01/2014	218 * I
MEK5630	8756041087	7455/0	27/01/2014	218 * I
MEV0041	8756040913	7455/0	23/01/2014	218 * I
MEZ6389	8756040894	7455/0	25/01/2014	218 * I
MFE9214	8756040833	7455/0	26/01/2014	218 * I
MFI2195	8756040499	7463/0	11/01/2014	218 * II
MFO0489	8756041143	7455/0	02/02/2014	218 * I
MFO6445	8756040928	7455/0	26/01/2014	218 * I
MFP3311	8756040528	7471/0	12/01/2014	218 * III
MFS0495	8756041497	7455/0	12/02/2014	218 * I
MFW0282	8756040532	7455/0	09/01/2014	218 * I
MGB4791	8756041041	7455/0	01/02/2014	218 * I
MGC9931	8756041930	7463/0	02/03/2014	218 * II
MGH0659	8756040753	5673/2	23/01/2014	183
MGI1070	8756040565	5673/2	19/01/2014	183
MGJ4958	8756042040	7463/0	01/03/2014	218 * II
MGJ6853	8756040746	5673/2	24/01/2014	183
MGM2796	8756040765	6050/3	22/01/2014	208
MGO3507	8756041000	7455/0	30/01/2014	218 * I
MGP3389	8756040876	6050/3	21/01/2014	208
MGS3837	8756040924	7463/0	25/01/2014	218 * II
MGT3678	8756041653	7455/0	12/02/2014	218 * I
MGT4671	8756040816	7455/0	24/01/2014	218 * I
MGT5738	8756041917	7455/0	25/02/2014	218 * I
MGU4295	8756040853	7455/0	25/01/2014	218 * I
MGU4295	8756040885	7455/0	24/01/2014	218 * I
MHA8265	8756040626	7463/0	19/01/2014	218 * II
MHI3750	8756041043	7455/0	02/02/2014	218 * I
MHM6608	8756041101	6050/3	30/01/2014	208
MHO1754	8756040931	7455/0	24/01/2014	218 * I
MHO7223	8756040789	7455/0	25/01/2014	218 * I
MHV5486	8756040980	5673/2	29/01/2014	183
MXH0437	8756041898	7455/0	01/03/2014	218 * I
MHY5750	8756042056	7455/0	27/02/2014	218 * I
MIB6528	8756041867	7455/0	24/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG8116	8756041829	7471/0	23/02/2014	218 * III
MIG8116	8756042060	7455/0	02/03/2014	218 * I
MIQ3661	8756041104	7455/0	30/01/2014	218 * I
MJB9869	8756040978	6050/3	01/02/2014	208
MJG5329	8756042017	7455/0	02/03/2014	218 * I
MJK3883	8756041922	7455/0	28/02/2014	218 * I
MJK3883	8756042049	7455/0	02/03/2014	218 * I
MJM4236	8756041767	7455/0	21/02/2014	218 * I
MJP3535	8756039917	5673/2	29/12/2013	183
MJP7840	8756041152	7455/0	01/02/2014	218 * I
MJQ4399	8756041635	7455/0	10/02/2014	218 * I
MJW0288	8756041133	7455/0	31/01/2014	218 * I
MKE4851	8756041677	7463/0	20/02/2014	218 * II
MKJ9214	8756040632	7463/0	17/01/2014	218 * II
MKP2757	8756040610	7463/0	19/01/2014	218 * II
MKV0430	8756041944	7455/0	03/03/2014	218 * I
MKZ8705	8756042067	7455/0	01/03/2014	218 * I
MLA3128	8756041819	7455/0	23/02/2014	218 * I
MLH9738	8756040829	7455/0	24/01/2014	218 * I
MLI6443	8756040510	7455/0	08/01/2014	218 * I
MLI8634	8756040644	7463/0	19/01/2014	218 * II
MLI8637	8756040880	7455/0	22/01/2014	218 * I
MLJ8898	8756040863	7463/0	26/01/2014	218 * II
MLL1977	8756040922	7471/0	25/01/2014	218 * III
MLO0661	8756041752	7455/0	22/02/2014	218 * I
MMA0224	8756040433	7455/0	06/01/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1648/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR9879	55371248D	5185/1	20/02/2014	167
LYS5872	54571724E	5207/0	23/02/2014	169
LYS5872	55371477D	5185/1	23/02/2014	167
LYS5872	55371478D	5185/2	23/02/2014	167
MMA8083	55371684D	5185/1	21/02/2014	167
MMA8083	55371685D	5207/0	21/02/2014	169
MMA8083	55371686D	6122/0	21/02/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1651/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACY7421	54722304E	5010/0	20/02/2014	162 * I
ADZ5480	54722374E	5010/0	07/03/2014	162 * I
AGK7048	54571546E	6599/2	20/02/2014	230 * V
AZS9990	54572029E	6920/0	17/01/2014	233
LNC4678	54572091E	6920/0	25/02/2014	233
LXA1770	54722318E	6637/2	06/03/2014	230 * IX
LXA2637	54722363E	6637/2	25/02/2014	230 * IX
LYR6335	54572214E	6912/0	07/03/2014	232
LZC3010	54572077E	6920/0	25/02/2014	233
LZY0998	54572053E	6920/0	25/02/2014	233
LZZ9360	54722312E	6599/2	20/02/2014	230 * V
MAJ2050	54571492E	5169/1	25/01/2014	165
MAV6244	54572213E	6599/2	07/03/2014	230 * V
MCS7729	54571841E	6599/2	06/02/2014	230 * V
MCY2675	54572082E	6920/0	25/02/2014	233
MDY6295	54572454E	6599/2	25/02/2014	230 * V
MDY6295	54572455E	5045/0	25/02/2014	162 * V
MEF6366	54572103E	6556/1	26/02/2014	230 * I
MEG0400	54572217E	6637/1	08/03/2014	230 * IX
MEG1076	54572056E	6920/0	25/02/2014	233
MEZ8154	54572050E	6920/0	17/01/2014	233
MFQ3647	54571548E	5169/1	25/02/2014	165
MIH7290	54572093E	6920/0	25/02/2014	233
MII0632	54572086E	6920/0	25/02/2014	233
MIQ8277	54572055E	6920/0	25/02/2014	233
MJO8435	55370997D	5045/0	22/01/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJO8435	55370998D	6599/2	22/01/2014	230 * V
MKY1613	54572040E	6920/0	17/01/2014	233
MLC1519	54572031E	6920/0	17/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1652/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CNR7594	55371634D	5185/1	20/02/2014	167
HOK6704	54722353E	5967/0	25/02/2014	203 * V
LWX5315	54722298E	5746/3	24/02/2014	187 * I
LWX5315	54722299E	5819/4	24/02/2014	193
MBQ1081	54571587E	5835/0	27/01/2014	195
MCN9335	54722357E	5967/0	25/02/2014	203 * V
MDG8153	55371687D	5207/0	27/02/2014	169
MDG8153	55371688D	5215/2	27/02/2014	170
MDG8153	55371689D	7030/2	27/02/2014	244 * I
MDT3275	54572205E	5185/1	06/03/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 496/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR9944	8756038830	7471/0	30/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
AGR8011	8756038681	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIV3899	8756038245	7455/0	04/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGZ2442	8756038941	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DWM3494	8756038943	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
EOS1964	8756038812	5673/2	01/12/2013	R\$ 85,12	183
HPN5699	8756038115	7455/0	04/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
HRI8076	8756037598	7455/0	28/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
JMY6119	8756038924	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWY4333	8756038722	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXQ6323	8756038753	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAD3234	8756039133	6050/3	07/12/2013	R\$ 191,53	208
MBC5307	8756038370	5673/2	11/11/2013	R\$ 85,12	183
MBG2081	8756038632	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBJ4434	8756038888	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCE6488	8756038701	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCN7804	8756038631	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX6707	8756038822	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDL2838	8756038394	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO1088	8756038655	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW4237	8756038836	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW4237	8756038861	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEK7026	8756038346	5673/2	11/11/2013	R\$ 85,12	183
MEM8616	8756038577	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756038744	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756038769	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET8227	8756038944	7463/0	28/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MET8227	8756038966	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756038967	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756038969	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD1207	8756038917	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFE4101	8756038754	7463/0	22/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFR4903	8756038863	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MG57925	8756038717	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGT3678	8756038029	7463/0	06/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGT4720	8756038900	6050/3	25/11/2013	R\$ 191,53	208
MGW0401	8756038824	7463/0	29/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHF9561	8756037362	7455/0	18/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH1824	8756037730	7455/0	28/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH6307	8756039769	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHQ7164	8756038948	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIT8760	8756037481	7455/0	26/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY2797	8756038051	7463/0	07/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJD3261	8756038837	7463/0	27/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJE3070	8756038923	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJE4026	8756038640	7455/0	20/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM4835	8756038746	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKB9989	8756038612	6050/3	20/11/2013	R\$ 191,53	208
MKI5166	8756038663	7471/0	21/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MKO5125	8756038128	5673/2	09/11/2013	R\$ 85,12	183
MLB5658	8756038936	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLN8044	8756038981	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 498/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABB1945	8756039346	7463/0	16/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ACF6552	8756039572	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFG9809	8756038811	6050/3	01/12/2013	R\$ 191,53	208
AFG9809	8756039803	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGR1687	8756039757	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGR8011	8756039496	7463/0	15/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
AHM1867	8756039451	7463/0	10/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
AJC5454	8756039267	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOA8163	8756039776	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOE3543	8756039645	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOI6329	8756039746	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AQH5732	8756039270	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARS3704	8756039382	7463/0	11/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ARU6518	8756038448	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASW6918	8756038619	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BIQ6636	8756039896	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BNW0241	8756039668	6050/3	17/12/2013	R\$ 191,53	208
CKT6098	8756039848	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
COX0685	8756039592	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
CYC0117	8756039879	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGW6489	8756037695	7455/0	02/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DHX9163	8756039391	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DIV3646	8756039885	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DNE7983	8756039433	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DYD6505	8756039396	6050/3	13/12/2013	R\$ 191,53	208
EKX4831	8756039428	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GWB6218	8756039533	7463/0	11/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
IDV8214	8756039488	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IHG4161	8756039894	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IJH8053	8756039011	7455/0	06/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
INV6804	8756038711	6050/3	21/11/2013	R\$ 191,53	208
JMY6119	8756039734	7455/0	18/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JUA1163	8756038793	5673/2	30/11/2013	R\$ 85,12	183
JYI6911	8756038889	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JYO1714	8756038534	7463/0	11/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
LNK1624	8756039534	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWT9882	8756039375	6050/3	13/12/2013	R\$ 191,53	208
LXJ7003	8756027722	7463/0	09/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXQ7074	8756039614	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXR0029	8756039470	7463/0	15/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXR0029	8756039600	7463/0	15/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXR2835	8756039053	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXT0711	8756040454	6050/3	07/01/2014	R\$ 191,53	208
LXU1037	8756039605	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYD5356	8756039942	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYI8415	8756038947	7455/0	28/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYL3761	8756039462	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYU0443	8756039616	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS3533	8756039338	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAU7152	8756039722	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAV1754	8756039826	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAW8193	8756039424	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAY0286	8756039401	5673/2	09/12/2013	R\$ 85,12	183
MBA3272	8756039352	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBE3196	8756039054	7455/0	06/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG3536	8756039550	6050/3	14/12/2013	R\$ 191,53	208
MBG5076	8756039898	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBS9915	8756039465	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBS9915	8756039587	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX2399	8756039072	6050/3	03/12/2013	R\$ 191,53	208
MCK2292	8756039274	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCL9302	8756038968	7463/0	28/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCO8332	8756039539	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY4227	8756039000	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCZ9363	8756039285	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK6745	8756038825	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN7027	8756039336	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDR3943	8756039345	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU4888	8756039415	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEK0952	8756039418	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL2987	8756038800	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO3036	8756039456	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP7093	8756039059	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039472	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039565	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039573	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039612	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039618	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039619	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039626	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756039880	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEU7117	8756039924	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEX8813	8756039414	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFD1612	8756039484	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFK3774	8756039407	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGA0562	8756039149	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGC9931	8756039629	7463/0	10/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGD4672	8756039439	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS1512	8756038174	7455/0	07/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS7682	8756039392	6050/3	10/12/2013	R\$ 191,53	208
MGU9788	8756039867	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGW0401	8756039669	7463/0	18/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGW3150	8756039086	6050/3	04/12/2013	R\$ 191,53	208
MGZ7928	8756039434	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHC5346	8756039575	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHG9215	8756039013	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHL9221	8756039610	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHM5928	8756039007	5673/2	06/12/2013	R\$ 85,12	183
MHU6716	8756038669	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHU7725	8756039507	6050/3	12/12/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHX0713	8756038336	7455/0	14/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MID3503	8756039445	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MII4177	8756039796	7463/0	16/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIJ3423	8756039708	7463/0	17/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIL3549	8756039108	6050/3	06/12/2013	R\$ 191,53	208
MIQ2574	8756039051	6050/3	04/12/2013	R\$ 191,53	208
MIQ7149	8756039555	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIR1042	8756038353	5673/2	17/11/2013	R\$ 85,12	183
MIS9648	8756039544	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIX3414	8756039847	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJE7776	8756039725	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH8037	8756039416	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJO4055	8756039040	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJR1217	8756037148	7455/0	15/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJT7691	8756039395	6050/3	13/12/2013	R\$ 191,53	208
MJW1357	8756039606	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX2209	8756040254	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJY0482	8756039035	7463/0	02/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKC2824	8756038697	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKC2824	8756039419	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKE5753	8756039074	6050/3	03/12/2013	R\$ 191,53	208
MKG1253	8756039508	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKL2826	8756039700	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO0010	8756040029	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKU2000	8756038750	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKY6169	8756039548	7463/0	14/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MLH6155	8756038795	6050/3	26/11/2013	R\$ 191,53	208
MLL5526	8756039153	7455/0	04/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLU7030	8756038913	7463/0	28/11/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1649/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXQ4859	54571509E	5010/0	04/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXQ4859	54571510E	5061/0	04/11/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXQ4859	55371609D	6637/1	04/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBA3756	54571517E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBA3756	54571518E	5010/0	22/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIQ8938	54571405E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIQ8938	54571406E	6912/0	19/11/2013	R\$ 53,20	232
MIS8485	55370995D	6599/2	29/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJA5649	54571531E	6599/2	08/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1650/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALG9956	54571410E	5444/0	27/11/2013	R\$ 53,20	181 * VII
KCV0482	54722172E	5967/0	02/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
LXQ4859	55371608D	5185/1	04/11/2013	R\$ 127,69	167
LXQ4859	55371610D	6050/2	04/11/2013	R\$ 191,53	208
MFE4101	54571817E	7048/1	06/12/2013	R\$ 191,53	244 * II
MGV0698	54722209E	7366/2	12/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1653/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX4498	55371628D	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
GUD6231	54571481E	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
GUD6231	54571483E	6610/2	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXC6255	54571823E	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXC6255	54571824E	6912/0	19/12/2013	R\$ 53,20	232
MDH8176	54571520E	6645/0	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * X
MEK3146	54768588C	5045/0	06/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEN8046	54571418E	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGU8825	54722178E	5045/0	04/12/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1654/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DBO1960	54722215E	5967/0	13/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
GUD6231	54571479E	6050/1	06/12/2013	R\$ 191,53	208
GUD6231	54571482E	5835/0	06/12/2013	R\$ 127,69	195
HSM2105	54722213E	5967/0	13/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
LPF3420	54722217E	5967/0	13/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
LXR9879	54571821E	5541/1	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAW0582	54722193E	5452/3	10/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT1869	54571471E	5185/1	14/11/2013	R\$ 127,69	167
MCM6794	54722244E	5452/1	18/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY7118	54722223E	5541/5	16/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MER2356	54722186E	5967/0	06/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGL4477	54722208E	5967/0	12/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGU8825	54722177E	5967/0	04/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MIC3345	54722188E	5967/0	09/12/2013	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Md Nº 06/2014**

Resolução MD Nº 6/2014

Designa servidores para auxiliarem nos trabalhos investigatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, de acordo com o disposto no art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica e no uso da atribuição conferida pelo art. 48, VIII, c/c o art. 90, § 8º, do Regimento Interno,

Considerando o Ofício nº 02/2014/CPI-CMT, o qual requisita servidores do quadro de pessoal da Câmara para auxiliarem nos trabalhos investigatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada pela Resolução MD nº 5/2014, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Éverton Bica Pedroso – Assessor Parlamentar Especial, Clara Weiss Roncalio e Mary Lea Ferrari – Assessoras Parlamentares, para atuarem na Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada pela Resolução MD 5/2014, auxiliando os Excelentíssimos Senhores Vereadores que a integram, na realização dos seus trabalhos investigatórios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Timbó, 24 de Março de 2014.

Jorge Augusto Kruger
Presidente

Rubens Borchardt
Vice-Presidente

Douglas Emanuel Marchetti
Secretário

Três Barras**PREFEITURA****Edital 002/2014 - Concurso Público Para Emprego Público**

EDITAL 002/2014

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO - PROGRAMAS
- ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SAÚDE MENTAL INFANTO
JUVENIL – PSICOSSOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, Eloi José Quege, torna público que estarão abertas, do dia 31 de março de 2014 até o dia 22 de abril de 2014, as inscrições para o Processo Seletivo para emprego público nos programas Estratégia Saúde da Família, Saúde Mental Infante Juvenil e Psicossocial em conformidade com a Lei Complementar nº 119/2008 e suas alterações.

O Concurso Público obedecerá às instruções do presente Edital e será coordenado e operacionalizado por Comissão Organizadora designada por Portaria, impossibilitada a atuação de membro em havendo parentes inscritos até o 3º grau, no que deverá requerer o afastamento até que o impedimento deixe de existir.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas na sede da Secretaria Municipal de Saúde à rua Lumber, s/n, Centro – Três Barras, no horário das 8:30 horas até às 12:00 horas.

1.1. Requisitos para admissão:**1.1.1 - Gerais**

- a) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, completos no ato da inscrição;
- b) prova da nacionalidade brasileira;
- c) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

1.1.2 – Específicos

a) Médico Clínico Geral - diploma de conclusão de curso superior em Medicina e inscrição no órgão de classe;

b) Médico Especialista Saúde da Mulher - Ginecologista/Obstetra - diploma de conclusão de curso superior em Medicina e especialidade e inscrição no órgão de classe;

c) Técnico em Enfermagem PSF – diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem ou curso técnico e inscrição no órgão de classe;

d) Técnico em Enfermagem CAPS – diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem ou curso técnico e inscrição no órgão de classe;

e) Terapeuta Ocupacional - diploma de curso superior em Terapia Ocupacional, com registro no respectivo órgão do exercício profissional;

f) Agente de Endemias - diploma de conclusão do ensino fundamental;

g) Auxiliar de Odontólogo – diploma de conclusão do ensino médio;

h) Agente Comunitário de Saúde: a) diploma de conclusão do ensino fundamental; b) residir na área da comunidade de atuação,

desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.

1.1.3 – Portadores de Deficiência

No caso de candidato portador de deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20.12.1999, será exigido laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à provável causa da deficiência. Será processada como inscrição de candidato normal a requerida por aquele que invoque a condição de deficiente, mas deixe de atender, em seus exatos termos, às exigências previstas.

O candidato portador de deficiência, que necessitar de condições especiais para se submeter às provas, deverá requerê-la, por escrito, à Comissão, quando da entrega do requerimento de inscrição, indicando claramente, para tanto, quais as providências de que necessita.

A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência no concurso, ou na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no concurso.

O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de deficiência, classificado no concurso, além de figurar na lista de classificação, terá seu nome publicado em relação a parte, observada a respectiva ordem de classificação.

1.2. Documentação:

1.2.1 - Ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- fotocópia da carteira de identidade e CPF;
- fotocópia do Título de Eleitor;
- duas fotos 3x4;
- comprovante de residência;
- comprovante pagamento taxa de inscrição (guia de recolhimento obtida no Setor de Tributação no horário de expediente da Prefeitura (8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas), situado à Av. Santa Catarina, nº 616, centro, Três Barras - SC;
- curriculum vitae documentado para os candidatos ao emprego de Médico.

1.2.2 – Para admissão, o candidato deverá apresentar:

- declaração de cargos públicos que exerce;
- atestado médico, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- certidão de antecedentes criminais, a ser expedido pelo Poder Judiciário Estadual da comarca onde reside e da circunscrição da Justiça Federal.
- número de inscrição no PIS/PASEP;

1.2.2.1 – Cópia dos seguintes documentos:

- carteira de identidade;
- cadastro de pessoa física - CPF;
- título de eleitor;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- diploma de curso superior ou certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido;
- comprovante de inscrição no órgão de classe, quando exigido;
- comprovante de conta bancária no Banco Itaú S/A;
- comprovante da convocação.

1.3. Das vagas, salário, carga horária, turno e valor da inscrição:

CÓD.	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS	SALÁRIO R\$	CARGA HORÁRIA (semanal)	TURNOS
01	Médico Clínico Geral	02	8.079,47	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
02	Médico Especialista Saúde da Mulher – Ginecologista Obstetra	02	4.959,42	20	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00
03	Técnico em Enfermagem	01	1.066,85	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
04	Técnico em Enfermagem CAPS	01	1.066,85	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
05	Farmacêutico	01	1124,63	20	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00
06	Terapeuta Ocupacional	01	1.302,12	20	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00
07	Auxiliar Administrativo CAPS	01	807,35	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
08	Agente de Endemias	01	735,70	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
09	Auxiliar de Odontólogo	02	735,70	40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00 Vespertino – 13:00 às 17:00
10	Agente Comunitário de Saúde Equipe 002 – Distrito de São Cristóvão				
10-1	Equipe 004 – Distrito de São Cristóvão	01		40	Segunda à Sexta-feira Matutino – 8:00 às 12:00
10-2	Equipe 006 - Distrito de São Cristóvão	02		40	Matutino – 8:00 às 12:00
10-3		01	735,70	40	Vespertino – 13:00 às 17:00

* salário base mais total de gratificações

O turno de trabalho poderá ser alterado no curso do exercício do emprego público conforme conveniência e interesse público.

CÓD.	EMPREGO PÚBLICO	VALOR DA INSCRIÇÃO
01	Médico Clínico Geral	R\$ 200,00
02	Médico Especialista Saúde da Mulher – Ginecologista Obstetra	R\$ 200,00
03	Técnico em Enfermagem	R\$ 100,00
04	Técnico em Enfermagem CAPS	R\$ 100,00
05	Farmacêutico	R\$ 100,00
06	Terapeuta Ocupacional	R\$ 100,00
07	Auxiliar Administrativo CAPS	R\$ 50,00
08	Agente de Endemias	R\$ 50,00
09	Auxiliar de Odontólogo	R\$ 50,00
11	Agente Comunitário de Saúde	R\$ 50,00

2. DAS ATRIBUIÇÕES

2.1. Médico Clínico Geral - Além das atribuições previstas para o cargo de médico do quadro de pessoal efetivo do Município, realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar e/ou domiciliar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito;

2.2. Médico Especialista Saúde da Mulher – Ginecologista Obstetra – além das atribuições do médico generalista realizar junto com as ESF, o planejamento das ações de saúde da mulher; realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de agravos severos e/ou persistentes de saúde da mulher, além de situações específicas como a de violência intrafamiliar; discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões específicas; criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas que se traduzam em maior vulnerabilidade; evitar práticas que levem à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana; desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de vida saudáveis na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, escolas, associações de bairro etc; priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde da mulher se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração; e realizar visita domiciliar em conjunto com as equipes Saúde da Família a partir de necessidades identificadas, a exemplo dos casos de pacientes impossibilitados de deambular;

2.3. Técnico em Enfermagem - realizar procedimento de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe;

preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF.

2.4. Técnico em Enfermagem CAPS - realizar procedimento de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes e nos domicílios; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da unidade, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa dos usuários; no nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da unidade; realizar entrevistas, anamnese e orientação com familiares e usuários; responsável pela administração de medicamentos dos usuários; realizar busca ativa dos usuários; acompanhar os usuários em caso de internações ou regresso; realizar visita domiciliar; executar oficinas terapêuticas; preservar e recuperar a saúde dos usuários.

2.5 – Farmacêutico - realizar ações técnico gerenciais e assistenciais; desenvolver atividades de apoio logístico na área dos medicamentos e correlatos; supervisionar as atividades desenvolvidas no setor inclusive do pessoal auxiliar, as rotinas e processo de dispensação; participar das comissões de padronização e de controle de infecção hospitalar e de atividades de fármaco-vigilância, de ações de saúde coletiva e educação em saúde e realizar ações da farmácia clínica de forma individual e coletiva dentro dos serviços de saúde e em outros espaços do território; quando necessário, assumir a responsabilidade técnica da farmácia junto ao Conselho Regional de Farmácia, como farmacêuticos responsáveis e ou substitutos; promover a captação e acompanhamento de estagiários e acadêmicos de Farmácia junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família; implementar Grupos Operativos e Educativos com objetivo de prevenir e promover à saúde; realizar visitas domiciliares; realizar dispensação visando a prevenção de Problemas Relacionados à Medicamentos; manter-se atualizado em relação as legislações sanitárias brasileira e atuar em conformidade com o código de ética profissional, respeitando as determinações da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e Portarias.

2.6. Terapeuta Ocupacional – prestar assistência terapeuta e recreacional, aplicando métodos e técnicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente; a) Descrição Analítica: executar atividades técnicas específicas de Terapeuta Ocupacional no sentido de tratamento, desenvolvimento e reabilitação de pacientes portadores de deficiências físicas ou psíquicas; planejar e executar trabalhos criativos, manuais, de mecanografia, horticultura e outros, individuais ou em pequenos grupos, estabelecendo as tarefas de acordo com as prescrições médicas; programar as atividades diárias do paciente- AVDs, orientando o mesmo na execução dessas atividades; elaborar e aplicar testes específicos para avaliar níveis de capacidade funcional e sua aplicação; orientar a família do paciente e a comunidade quanto às condutas terapêuticas a serem observadas para sua aceitação no meio social; prestar orientação para fins de adaptação ao uso de órtese e prótese; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

2.7. Auxiliar Administrativo – executar trabalhos de escritório que

envolvam responsabilidade e capacidade e capacidade de julgamento, conhecimento de legislação atinente ao serviço público, executar trabalhos de digitação. redigir expedientes administrativos; responsabilidade pelo preenchimento e digitação das APACS; solicitar e manter organizado e atualizado os documentos dos usuários do serviço; emitir pareceres e informações; fazer registros relativos à dotação orçamentária; elaborar e manusear fichários; organizar boletins de receita e despesa; registrar frequência dos funcionários fazendo comunicações decorrentes; auxiliar equipe na implantação de novas normas e rotinas; proceder aos levantamentos e registros necessários à elaboração de relatórios mensais; executar tarefas afins.

2.8 - Agente de Endemias - Realizar vistoria de residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos. Inspeccionar cuidadosamente caixas d'água, calhas e telhados. Aplicar larvicidas e inseticidas. Orientar quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas. Realizar reenseamento de animais. Desenvolver atividades para prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose, malária dentre outras.

2.9 – Auxiliar de Odontólogo - proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumento utilizados; sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessário para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos(trabalho a quatro mão); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal.

2.10 – Agente Comunitário de Saúde - utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

3. DAS PROVAS

Os candidatos ao emprego público serão submetidos à Prova Escrita.

Os candidatos ao emprego público de médico serão submetidos além das provas escrita a Avaliação Curricular.

Todas as provas serão avaliadas numa escala de zero a dez, com resultado expresso em duas decimais.

3.1.1. Da Prova Escrita

A primeira fase consistirá em uma prova escrita. Composta 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha sendo 10 (dez) de português, 10 (dez) de matemática, 10 (dez) sobre conhecimentos gerais e 20 (vinte) sobre conhecimento específico, conforme programa do Anexo I. A prova escrita compreenderá a prova objetiva com 05 (cinco) alternativas de múltipla escolha, sendo a avaliação na escala de zero a dez, com resultado expresso em duas decimais.

3.1.2. Da Avaliação Curricular

Esta fase do concurso será somente para o emprego de Médico, e consistirá na análise de curriculum vitae documentado, denominada Prova de Avaliação Curricular. Para título de computação de dados, os certificados de especialização deverão ser cópias autenticadas. Os critérios utilizados para a atribuição de valores aos títulos respeitarão a tabela abaixo discriminada:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Cursos de Especialização	Pontuação Máxima: 02,00
Doutorado em área específica (especialidade pretendida)	02,00
Doutorado em área afim	01,50
Mestrado em área específica (especialidade pretendida)	01,00
Mestrado em área afim	00,50
Participação em Curso, Congresso, Seminários e/ou Eventos Similares	Pontuação Máxima: 02,00
Eventos dentro da área pretendida, carga horária superior/igual 80h/a	01,00
Eventos dentro da área pretendida, carga horária superior/igual 40h/a	00,75
Eventos dentro da área pretendida, carga horária superior/igual 20h/a	00,50
Eventos em área afim, carga horária superior/igual 40h/a	00,50
Eventos em área afim, carga horária superior/igual 20h/a	00,25
Eventos em Epidemiologia, carga horária superior/igual 20h/a	00,50
Eventos em DST/AIDS, carga horária superior/igual 20h/a	00,25
Produção Científica	Pontuação Máxima: 02,00
Artigos publicados em revista científica – área pretendida	01,00
Artigos publicados em revista científica – área afim	00,75
Comunicação em eventos científicos	00,50
Outras publicações científicas	00,25
Experiência Profissional	Pontuação Máxima: 04,00
Experiência em saúde na área pretendida – dois anos ou mais	04,00
Experiência em saúde na área pretendida – um ano ou mais	02,00
Experiência em saúde área afim – dois anos	02,00
Experiência em saúde área afim – um ano	01,00
Estágios na área pretendida	00,50
Estágio em área afim	00,25

3.2. Cronograma das Provas:

CRONOGRAMA DAS DIVULGAÇÕES E PROVAS:

	CARGO	DATA	HORÁRIO
Divulgação Inscritos	TODOS	24 de abril de 2014	14:00 horas
Prova Escrita	TODOS	26 de abril de 2014	19:00 horas
Divulgação Resultado Prova escrita	TODOS	30 de abril de 2014	17:00 horas
Divulgação Resultado	TODOS	06 de maio de 2014	14:00 horas
RESULTADO FINAL	TODOS	09 de maio de 2014	17:00 horas

3.2.1. Local das Provas:

3.2.1.1. Prova Escrita

Escola Municipal de Educação Básica "Guita Federmann" à rua Dr. Osvaldo de Oliveira, s/n, Km 2, Três Barras – SC, com duração de 03 (três) horas.

As provas serão elaboradas pela Comissão Organizadora.

O gabarito provisório da prova escrita será divulgado, às 14:00 horas do dia 26 de abril de 2014 no site do Município www.tres-barras.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde.

Do gabarito caberá recurso à Comissão Organizadora, até às 17:00 horas do dia 29 de abril de 2014, sendo facultado ao candidato, examinar a sua prova mediante fiscalização.

Julgados pela Comissão Organizadora os recursos, publicar-se-á o gabarito definitivo, com base no qual será corrigida a prova escrita.

Da correção, segundo o gabarito definitivo, não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso.

3.3. Normas Gerais:

Sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

Não haverá segunda chamada de prova alguma;

Para ter acesso aos locais de prova, o candidato deverá apresentar a carteira de identidade original com a qual se inscreveu e o cartão de identificação;

O candidato deverá comparecer ao local de prova designado munido de:

a) carteira de identidade original;

b) caneta esferográfica de tinta azul ou preta; e

c) comprovante de inscrição.

Os portões do prédio onde serão realizadas as provas serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início das provas. Recomenda-se ao candidato chegar ao local das provas com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido. O candidato que chegar ao local após o fechamento dos portões terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Concurso.

A comissão Organizadora se reserva o direito de atrasar o horário de início das provas, por motivos fortuitos ou de força maior.

Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador da Sala, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões com defeito;

b) caso não haja número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o Coordenador da Sala, depois de ouvida a Comissão Organizadora, estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

As questões das provas serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta, de a a e, e dessas alternativas somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão Resposta em caso de marcação errada ou rasura.

O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas no Cartão Resposta.

No Cartão Resposta personalizado o candidato deverá assinar no campo apropriado e preencher com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura.

Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova.

O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, juntamente com o Cartão Resposta, o Caderno de Questões.

Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala.

A não-observância das determinações acarretará na eliminação do candidato do Concurso Público.

Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

A Comissão Organizadora manterá todo material de prova por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Concurso Público. Após este período o material será destruído.

Será eliminado o candidato que:

(1) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista;

(2) agir com incorreção ou descortesia;

(3) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida uma hora do início da prova;

(4) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o permitido no dia da prova;

(5) se ausentar da sala de prova levando o Cartão Resposta e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;

(6) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como utilizando-se de quaisquer dos recursos ilícitos.

Nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;

A inscrição poderá ser realizada através de procuração, com firma reconhecida por Tabelionato;

Os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora do Concurso.

4. RESERVA DAS VAGAS

Reservar-se-ão às pessoas portadoras de deficiência física 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas no edital do concurso, arredondado para maior o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual.

O candidato portador de deficiência submeter-se-á, em dia e hora designados pela Comissão, antes da prova escrita, à avaliação de Comissão Multiprofissional quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função.

A Comissão Multiprofissional, designada pela Comissão Organizadora, será composta três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes do emprego público almejada pelo candidato.

A Comissão Multiprofissional, necessariamente até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a realização da prova escrita, proferirá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente e sobre sua aptidão para o exercício do emprego público.

A seu juízo, a Comissão Multiprofissional poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada, os quais não terão direito a voto.

Concluindo a Comissão Multiprofissional pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência, passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.

O candidato portador de deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se das vagas reservadas somente quando, tendo sido aprovado, for insuficiente a classificação obtida no quadro geral de candidatos para habilitá-lo à nomeação.

Os candidatos portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas, ressalvada, quanto à forma de prestação das provas, a deliberação da Comissão ao requerimento previamente formulado. Não preenchidas por candidatos portadores de deficiência as vagas reservadas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação no concurso.

A classificação de candidatos portadores de deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

5. DO RECURSO

5.1.1 Os candidatos que se sentirem prejudicados na sua classificação, divulgada em data de 06 de maio de 2014, poderão até às 14:00 horas do dia 08 de maio de 2014, interpor recurso.

5.1.2 O recurso deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não ser conhecido.

5.2. O recurso será julgado pela Comissão Organizadora.

5.3. O resultado do recurso será publicado no dia 09 de maio de 2014 às 14:00 horas.

6. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

6.1. Será considerado aprovado o candidato que obtiver a melhor média, sendo a média mínima para aprovação 5,0 (cinco vírgula zero).

6.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias finais, determinará a ordem de contratação do candidato.

6.3. A média final será contabilizada através da soma das notas obtidas em cada fase, dividida pelo número de fases.

6.4. Em caso de empate entre dois candidatos, terá preferência aquele mais idoso. Persistindo o empate o candidato com maior número de dependentes.

7. ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL

7.1. O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

Os atos relativos ao presente Concurso, a exemplo de convocações, avisos e comunicados, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), disponível no endereço e no sítio www.tresbarras.sc.gov.br.

O candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou que não satisfizer às condições exigidas poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão da Comissão Organizadora. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

7.2. O Concurso em questão terá validade por dois anos a contar da publicação do resultado do mesmo.

7.2.1. Possível a contratação de candidatos em números superior as vagas oferecidas, a critério da Secretaria de Saúde, em razão do aumento do número de vagas decorrente da adesão de novas equipes ou por eventual dispensa, demissão ou exoneração de agentes contratados em processos anteriores, desde que observada a ordem classificatória bem com o período de validade do concurso.

7.3 A habilitação nem a classificação neste Concurso assegura ao candidato o direito de contratação, pois esta será realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria de Saúde, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.4. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone e e-mail para contato) o candidato deverá:

a) entrar em contato, até a homologação do Concurso, com a Comissão Organizadora (Secretaria de Saúde) à Rua Lumber, s/n, centro, Três Barras – SC, para atualizar os dados.

b) o candidato aprovado deverá manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados até que expire o prazo de validade do Concurso.

7.5. A contratação se formalizará através de instrumento próprio de acordo com as normas da Lei Complementar nº 119/2008 e Decretos do Poder Executivo.

Três Barras, 21 de março de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO I

PROGRAMA PARA AS PROVAS ESCRITAS

MÉDICO CLÍNICO GERAL

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º graus; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º graus; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Clínica Médica Básica: Pneumologia/ Cardiologia; Gastroenterologia/ Endocrinologia Neurologia. Pediatria Básica: Alimentação Infantil/ Controle de Nutrição; Crescimento e Desenvolvimento Puericultura. Ginecologia e Obstetrícia Básica: Avaliação Pré-Natal/Puerpério; Doenças

Inflamatórias/ Colpocitologia Oncótica; Neoplasia Ginecológica; Doenças sexualmente transmissíveis. Clínica Cirúrgica Básica: Politraumatizados/ Abdomem Agudo; Ferimentos Perfuro-Contusos; Ética.

MÉDICO ESPECIALISTA SAÚDE DA MULHER – GINECOLOGISTA OBSTETRA

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º grau; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º grau; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino; fisiologia menstrual-controle neuro-endócrino; Esteroidogênese; Semiologia ginecológica; Desenvolvimento puberal normal e anormal; Malformações genitais; Planejamento familiar – Métodos anticoncepcionais; Amenorréias; Sangramento genital; Hemorragia uterina disfuncional; Vulvovaginites; D.S.T.; Doença inflamatória pélvica; Dor pélvica crônica; Incontinência urinária; Miomatose uterina; Endometriose; Dismenorréia; Síndrome Pré-Menstrual; Climatério; Patologias Benignas da Mama; Infertilidade conjugal; Sexualidade; Oncologia ginecológica; Endoscopia. Embriologia e desenvolvimento fetal; Modificações fisiológicas da gestação; Endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal; Diagnóstico da gravidez/Propedêutica clínica e laboral; Abortamento espontâneo; Abortamento habitual; Abortamento infectado e choque séptico (de causa obstétrica); Gestação ectópica; Doença trofoblástica gestacional; Assistência pré-natal normal e alto risco; Assistência ao parto; Avaliação da idade gestacional e maturidade fetal; Avaliação da vitalidade fetal; Indução e condução ao parto; Assistência ao puerpério; Puerpério patológico (infecção, hemorragia, etc.); Distocias mecânicas; Prematuridade; Gestação prolongada; Discinesias; Apresentações anômalas; Gemelidade; Isoimunização ao Fator RH; Sofrimento fetal agudo; Rotura prematura das membranas; DPP, Placenta prévia, Rotura uterina; Hipertensão na gestação; Avaliação do crescimento fetal e crescimento intra-uterino retardado; Coagulopatias; Morte fetal intra-útero; Diabetes na gestação; Infecções pré-natais não viróticas; Interrupção da Gestação; Infecções pré-natais viróticas; Cardiopatias na gestação; Terapêutica medicamentosa na gestação; Nefropatias na gestação; Noções Gerais: Cardiotocografia, Ultrassonografia e Dopplerfluxometria. Assistência ao puerpério; Puerpério patológico (infecção, hemorragia, etc.); Distocias mecânicas;

Prematuridade; Gestação prolongada; Discinesias; Apresentações anômalas; Gemelidade; Isoimunização ao Fator RH; Sofrimento fetal agudo; Rotura prematura das membranas; DPP, Placenta prévia, Rotura uterina; Hipertensão na gestação; Avaliação do crescimento fetal e crescimento intra-uterino retardado; Coagulopatias; Morte fetal intra-útero; Diabetes na gestação; Infecções pré-natais não viróticas; Interrupção da Gestação; Infecções pré-natais viróticas; Cardiopatias na gestação; Terapêutica medicamentosa na gestação; Nefropatias na gestação; Noções Gerais: Cardiotocografia, Ultrassonografia e Dopplerfluxometria.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º grau; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º grau; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorços e fraturas). Primeiros Socorros.

Saúde da mulher. Saúde da criança. Saúde do adulto. Saúde do idoso. Vigilância Epidemiológica. Atuação de Enfermagem na limpeza, desinfecção e esterilização de materiais. Atuação da Enfermagem na promoção à saúde. Administração de medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Imunização. Legislação do SUS.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM CAPS

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º grau; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º grau; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorços e fraturas). Primeiros Socorros.

Saúde da mulher. Saúde da criança. Saúde do adulto. Saúde do idoso. Vigilância Epidemiológica. Atuação de Enfermagem na limpeza, desinfecção e esterilização de materiais. Atuação da Enfermagem na promoção à saúde. Administração de medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Imunização. Legislação do SUS.

FARMACÊUTICO

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação,

divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º grau; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º grau; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Hospital: Definição, Objetivos, Classificação e Estrutura Organizacional. 2. Introdução à Farmácia Hospitalar: Histórico, Conceito e Objetivos. 3. Padronização de Medicamentos e Comissão de Farmácia e Terapêutica. 4. Gestão de Materiais Médico-Hospitalares. 5. Aquisição de produtos farmacêuticos e Armazenamento de Medicamentos. 6. Controle e planejamento de estoques. 7. Sistemas de Distribuição de medicamentos e materiais. 8. Farmácia Satélite e distribuição de materiais. 9. Farmacotécnica Hospitalar. 10. Terapia Nutricional: Nutrição Parenteral e Enteral. 11. Citostáticos: preparo, técnicas preparação e administração. 12. Controle de Infecções Hospitalares: Histórico, Conceito e epidemiologia das Infecções Hospitalares. 13. A farmácia e o controle de Infecções Hospitalares. 14. Germicidas. 15. Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica. 16. Atribuições do Farmacêutico Hospitalar. 17. Farmacologia básica - farmacocinética, farmacodinâmica, biodisponibilidade, bioequivalência. 18. Efeitos adversos de medicamentos. 19. Interações medicamentosas. 20. Fontes de informação de sobre medicamentos. 21. Farmacovigilância. 22. Farmacologia do sistema nervoso, analgésicos, anestésicos, anticonvulsivantes. 23. Farmacologia do aparelho cardiovascular, renal, tratogastrointestinal, respiratório. 24. Uso de medicamentos para pacientes especiais: pediatria, gestantes, idosos. 25. Cálculos em farmácia hospitalar: miliequivalente, normalidade, molalidade. 26. Erros de medicação: A segurança dos pacientes na utilização da medicação.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º grau; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º grau; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros,

capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: A história da Terapia Ocupacional. A Terapia Ocupacional no Brasil. Os Modelos Teóricos de atuação. Desenvolvimento infantil normal e patológico. Envelhecimento. Anamnese, avaliação e recursos terapêuticos. Funções Musculares. Análise da atividade. A prática da Terapia Ocupacional nos processos neurológicos, traumato-ortopédicos, e reumatológicos. Tecnologias Assistivas: definição, prescrição e aplicação. Órteses: conceito, prescrição, avaliação e confecção.

SAÚDE MENTAL 1. Saúde: conceitos. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes 2. Prevenção de doenças e promoção da saúde 3. História e fundamentos da Terapia Ocupacional 4. Exame clínico, físico, semiologia, exames complementares e plano de trabalho 5. Terapia Ocupacional e atenção primária a saúde 6. Avaliação em Terapia Ocupacional 8. Terapia Ocupacional Social 10. Atuação do terapeuta ocupacional no envelhecimento 13. O papel do terapeuta ocupacional junto ao paciente, à equipe e à família 14. Terapia Ocupacional na assistência domiciliar 15. Saúde mental: conceito, promoção, prevenção; Política de Saúde Mental: Reforma psiquiátrica no Brasil; 15. Reabilitação psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico e interdisciplinaridade; 16. Álcool, tabagismo, crack e outras drogas e redução de danos. 17. Noções básicas de psicopatologia 18. CAPS-Centro de Atenção Psicossocial: Inserção dos CAPS no contexto político de redemocratização do país e nas lutas pela revisão dos marcos conceituais, das formas de atenção e de financiamento das ações de saúde mental; bases legais de sustentação para o credenciamento e financiamento dos CAPS pelo SUS; características e estratégias de atuação dos CAPS 19..Residências Terapêuticas 20. Apoio Matricial em Saúde Mental 21.Código de ética e legislação profissional, humanização do atendimento, atenção à pessoa com deficiência 20. Conceito de territorialização 22. Acolhimento e vínculo, trabalho em equipe 23. Assistência integral às pessoas em situação de risco, violência contra a criança, adolescente, mulher e idoso 24.Saúde do Trabalhador 25. Educação em saúde. Educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde dos grupos específicos.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO CAPS

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º graus; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º graus; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três

simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Teoria Geral da Administração; Organização e Métodos; Administração Municipal; Administração Financeira; Administração Pessoal; Administração de Material; Sistemas Administrativos. Redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando. Noções de Direito Administrativo: Administração pública, serviços público, atos administrativos. Contratos Administrativos: formalização, execução, inexecução, revisão, rescisão e publicação. Noções de Informática: Software: definição, tipos de software, funções, características, instalação e solução de problemas. Hardware: fundamentos, conceituação, características, identificação, funções e funcionamento dos componentes de um computador. Editor de textos Microsoft Word; criar, editar, formatar e imprimir documentos; criar e manipular tabelas; inserir e formatar gráficos e figuras; Interação entre aplicativos; Planilha eletrônica Microsoft Excel; criar, editar, formatar e imprimir planilhas; utilizar fórmulas e funções; gerar gráficos; importar e exportar dados; classificar e organizar dados. Configuração de placa de rede em estação de trabalho (endereço IP estático e dinâmico); Instalação e configuração de impressora local e em rede; Configuração de cliente de proxy em navegadores; LTSP: Configuração de cliente. Noções básicas de Administração Pública Municipal de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município.

AGENTE DE ENDEMIAS

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º graus; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º graus; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 1. Conceitos básicos de epidemiologia: Endemia, epidemia, pandemia, hospedeiro, reservatório, vetor de doença 2. Zoonoses e doenças transmissíveis

por vetor: leptospirose (agente etiológico, reservatório, modos de transmissão, medidas de prevenção); dengue (agente etiológico, vetor hospedeiro, modo de transmissão, período de incubação e período de transmissibilidade e medidas de controle); filariose (agente etiológico, vetor hospedeiro, modo de transmissão, período de incubação e período de transmissibilidade e medidas de controle); raiva (agente etiológico, reservatório, modo de transmissão, período de incubação e período de transmissibilidade e medidas de controle); esquistossomose (agente etiológico, vetor hospedeiro, modo de transmissão, período de incubação e período de transmissibilidade e medidas de controle); cólera (agente etiológico, reservatório, modos de transmissão, medidas de prevenção) 3. Noções básicas sobre malária, leishmaniose Visceral e tegumentar, febre amarela e doença de chagas 4. Medidas de controle para roedores, escorpionismo e ofidismo 5. Vigilância ambiental 6. Água: sistema de abastecimento, soluções alternativas: individuais e coletivas, desinfecção da água de consumo humano, utilização da água e as exigências de qualidade, doenças relacionadas com a água e seu abastecimento; distribuição da água na natureza 7. Destino de águas servidas, fossas sépticas e sistemas de esgotamento sanitário 8. Acondicionamento do lixo - coleta seletiva, separação, reciclagem e destino final do lixo 9. Trabalho em equipe; atribuições 9. Riscos ocupacionais na saúde ambiental; e sua prevenção 10. Visita domiciliar, avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário 11. Ética e legislação profissional.

AUXILIAR DE ODONTÓLOGO

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º graus; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º graus; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º e 2º grau. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Odontologia social. Histórico, legislação e papel do A.C. D - Auxiliar de Consultório Dentário. Odontologia preventiva. Higiene dentária: Etiologia e controle de placa bacteriana. Cárie e doença periodontal. Prevenção de cárie e doença periodontal. Flúor: composição e aplicação. Cariostáticos e selantes oclusais. Processo saúde/doença. Levantamentos epidemiológicos: noções de vigilância e saúde. Materiais, equipamentos e instrumentais: manutenção e conservação. Materiais dentários: forradores e restauradores. Esterilização e desinfecção. Educação em Saúde. Noções de radiologia, odontopediatria, prótese, cirurgia, endodontia, dentística e anatomia bucal e dental (notação

dentária). Ética profissional. Noções básicas de Administração Pública Municipal de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município

AGENTE COMUNITÁRIO

I - PORTUGUÊS: 01 - Interpretação de texto. 02 - Concordância Verbal. 03 - Concordância Nominal. 04 - Regência Verbal. 05 - Orações Coordenadas. 06 - Orações Subordinadas. 07 - Colocação Pronominal. 08 - Próclise, Ênclise e Mesóclise. 09 - Crase. 10 - Verbos. 11 - Pontuação. 12 - Sintaxe de Regência. 13 - Classes de Palavras - 14 - Termos da Oração - 15 - Ortografia - 16 - Processos de formação de palavras. 17 - Encontros Vocálicos e Consonantais. 18 - Acentuação Gráfica.

II - MATEMÁTICA: 01 - Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); 02 - Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; 03 - Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; 04 - Expressões numéricas; 05 - Equações do 1º e 2º graus; 06 - Sistemas de equações do 1º e 2º graus; 07 - Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; 08 - Teorema de Pitágoras; 09 - Ângulos; 10 - Geometria - Área e Volume; 11 - Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal; 12 - Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 13 - Regra de três simples e composta; 14 - Porcentagem; 15 - Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante; 16 - Média Aritmética simples e ponderada; 17 - Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; 18 - Problemas envolvendo os itens do programa.

III - CONHECIMENTOS GERAIS: 01 - História, Geografia e Ciências de 1º. 02 - Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Social do Brasil e do Mundo.

IV - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Ética. Atribuições do Agente Comunitário de Saúde. Saúde da Mulher. Saúde da Criança. Saúde do Idoso. Legislação do SUS.

Treze Tílias

PREFEITURA

Portaria Nº 042-14 - Posse Sarita Karla Juchen

PORTARIA Nº 042/14 DE 21 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 17 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora SARITA KARLA JUCHEN, brasileira, portador da Cédula de Identidade N.º 3.808.084, inscrita no CPF sob o N.º 006.774.289-01, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 01/2013 de 28 de maio de 2013, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 1795/2013 de 02 de setembro de 2013, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 21 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 20/2014 Inexigibilidade de Licitação Nº 04/2014 1. do Objeto Esta Inexigibilidade de Licitação Tem por Objeto A Contratação de Diego Michel de Oliveira Para Animação da 11ª Efacitus

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação de DIEGO MICHEL DE OLIVEIRA para animação da 11ª EFACITUS – Exposição, Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, na noite do dia 25/04/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	01	Un	Prestação de Serviços com show a ser realizado pela banda com duração mínima de 90 (noventa) minutos e máxima de 120 (Cento e Vinte) minutos, com início previsto a partir das 22:00h (vinte e duas horas).	6.000,00	6.000,00
Total em R\$					6.000,00

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para custear as despesas decorrentes da presente inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação

Órgão 03 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.	
Unidade 01	3.3.90.00.00.00.00.0104 – Manutenção das festividades Oficiais
Projeto/Atividade 2.016 (15)	

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis; e, decorrentes do exercício financeiro de 2014.

Pela contratação o município pagará o valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), a serem pagos no dia do show mediante apresentação da nota fiscal.

4. DA JUSTIFICATIVA

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, foi criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Nos termos do artigo 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra. Porém, como toda regra possui sua exceção, a referida Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que a licitação será dispensada, dispensável ou inexigível. Sendo assim, o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação (quando houver inviabilidade de competição). Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível, não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º. Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no artigo 25, inciso III e § 1º da Lei nº 8.666/93, acima transcrita, sendo que a banda musical fora escolhida pelo município, no exercício do poder discricionário que legalmente lhe cabe, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais. Resta impossibilitada a competição comercial neste ramo artístico, haja vista o reconhecimento público e notório da atividade renomada desenvolvida pela banda a ser contratada, ainda também, no que se refere a seu aparelhamento e equipe técnica.

Assim, observado o interesse da municipalidade na contratação de banda musical para a realização da 11ª edição da EFACITUS – Exposição, Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, e comprovado a possibilidade da contratação baseada na inexigibilidade da licitação, conforme previsão expressa no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, já que, o objeto está incluído nas contratações passíveis de inexigibilidade de licitação.

Deste modo, comprovada a impossibilidade de competição no ramo dos serviços artísticos a serem contratados, especialmente se observadas às qualidades e a consagração pública da banda musical em questão, confirma-se sua notoriedade e exclusividade artística unívoca, para o fornecimento destes serviços, condição ímpar para configuração da inexigibilidade de licitação.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da prestação dos serviços se dará mediante nota fiscal, comprovando sua adequação

à legislação contábil e financeira, bem como, haverá o atestado de recebimento dos serviços prestados à municipalidade por meio de funcionário competente.

Por derradeiro, buscam-se dar cumprimento as verdadeiras necessidades da administração, bem como, garantir o franco desenvolvimento cultural e artístico, sob todos os aspectos gerais.

Tunápolis – SC, em 07 de fevereiro de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

5. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso III, do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratifico este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis – SC, em 07 de fevereiro de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor DIEGO MICHEL DE OLIVEIRA à residente à Rua da Pátria, 1566, CEP 89670-000, Catanduvas - SC, CPF 064.251.429-10 onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC, em 07 de fevereiro de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH	Marcos André Bonamigo
Prefeito Municipal em Exercício	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Lei Complementar Nº 41/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2014 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dá nova redação ao Anexo I, letra B, alterando a Lei Complementar nº 025/2010, alterada pelas Leis Complementares nº 30/2011, 34/2013, 37/2013, 38/2013, 39/2013 e 40/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, letra B, criando-se mais uma vaga do cargo de provimento efetivo de Fiscal Sanitário e Epidemiológico, no quadro de servidores da Administração Municipal.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, 25 de março de 2014.
ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei Complementar foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO I
DENOMINAÇÃO E VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS

B) ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

VAGAS	DENOMINAÇÃO
10	Agente Administrativo
01	Técnico Agropecuário
07	Técnico Enfermagem
02	Fiscal Sanitário e Epidemiológico
02	Fiscal Tributos
01	Auxiliar de Controladoria Interna
01	Auxiliar de Veterinário
01	Auxiliar Contabilidade
01	Tesoureiro

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA

Decreto 13/2014DECRETO Nº 013/14, de 21 de Março de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0025.2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (03) – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 21 de Março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Lei 2186/2014**LEI nº 2.186/14, de 19 de Março de 2014.
CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À INSTITUIÇÃO PRIVADA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES TÉCNICO - UNIVERSITÁRIOS DE TURVO/SC, CNPJ nº 06.118.761/0001-29, no valor de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), pagos durante o exercício de 2014, visando sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada se sujeita à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 19 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Lei 2187/2014

Lei nº 2.187/14, de 19 de Março de 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com o Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ nº 86.513.124/0001-96, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de auxiliar no custeio da folha de pagamento de funcionários e pagamento de fornecedores.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 19 de março de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Convenio PMT 04/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 004/2014

CONVENIADA: Associação de Clube de Mães do Município de Turvo.

OBJETO: Repasse de verba pecuniária visando cooperar no fornecimento de programas de atendimento aos cursos oferecidos para as mães do município com trabalhos culturais, artesanais e outros, em sua manutenção e demais iniciativas, a fim de assegurar a continuidade dos serviços prestados na área de assistência social comunitária, no âmbito do Município.

VALOR: R\$ 55.000,00
VIGÊNCIA: Março a Dezembro/2014

Portaria 93/2014

PORTARIA Nº 093/14, de 17 de Março de 2014.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Elaine Maria S. Giusti Ghizzo	053.208.119-69	Creche Maria Marcon Sartor
Jaqueline Schulter	055.902.459-23	Creche Maria Marcon Sartor

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Vanessa de Aguiar Costa	080.127.519-92	Creche Maria Marcon Sartor
Luciane Gianizzella	960.959.039-04	Creche Maria Marcon Sartor

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 17 de Março de 2014 e encerrará em 19 de Dezembro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 94/2014

PORTARIA Nº 094/14, de 19 de Março de 2014.

ADMITE REGENTE DE MÚSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Regente de Música, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Leon Thiago Taveri	081.755.399-17

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 24 de Março de 2014 e encerrará em 26 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 95/2014

PORTARIA Nº 095/14, de 21 de Março de 2014.

ADMITE MONITOR DE ESPORTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.141/12, de 27 de novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Monitor de Esportes, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF
Rochele Manenti Dominghini	072.978.029-56

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 24 de Março de 2014 e encerrará em 30 de Novembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Contrato Administrativo N.034/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº034/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF nº 028.724.059-25, residente e domiciliada em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado à empresa Marli Zimmer pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.981.734/0001-03, com sede à Rua José de Alencar, 557, Bairro Brasília, na cidade de Vargem Bonita - SC, neste ato representada pela Sra. Marli Zimmer Favretto, inscrito no CPF sob n.º 732.724.349-68 e CI nº. 2.630.841 residente e domiciliada à Rua José de Alencar, 557, Bairro Brasília, na cidade de Vargem Bonita - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 006/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.10 presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para prestação dos seguintes serviços:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11	Mês	Contratação de Profissional da área de Massoterapia, Massagem ou de Terapias Similares, com habilitação para praticar a técnica de cura natural Reiki, para a prestação de serviços mensais ao Município de Vargem Bonita, através do FMS, durante o exercício de 2014, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas semanais,	1.200,00	13.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irredutível.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados mensalmente, até o 10º. Dia útil do mês subsequente ao mês de sua execução, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, ou outro Documento Legal, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com o Relatório de Serviço, obrigatoriamente anexado à Nota Fiscal ou do Documento Legal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada

nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. O local de fornecimento dos serviços será indicado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e sempre no perímetro do município de Vargem Bonita – SC.

4.2. A Contratada deverá manter atualizado o RELATÓRIO DE SERVIÇOS, constituído da anotação das seguintes ocorrências: Atendimentos realizados, data do atendimento, ocorrências durante os atendimentos e outros fatores importantes que mereçam ser relatados.

4.3. Os serviços contratados serão solicitados e autorizados pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento/Despesa	Saldo Disponível
16	09,02	2.030	3390.00.0002	1.080.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
Gestora do FMS

Marli Zimmer Favretto
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF _____ CPF _____

Contrato Administrativo N.035/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede à Rua Rodrigues Alves, nº 825 D, Bairro Bela Vista, Chapecó – SC, neste ato representada pela sua sócia Renata Raquel Ahlf, inscrito no CPF sob n.º 005.351.199-92 e CI nº. 4.256.445 residente e domiciliado na Rua Eurico Gaspar Dutra, 581 - E, Bairro São Cristovão, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS, PARA CONSUMO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 8.991,55 (oito mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira

da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.30.22	429.600,00
37	05.01	2.012	33.90.30.22	157.000,00
53	05.01	2.017	33.90.30.22	69.080,00
62	05.01	2.022	33.90.30.22	94.200,00
100	09.03	2.034	33.90.30.22	24.280,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.

Melânia A. Roman Meneghini
Contratante

Renata Raquel Ahlf
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.036/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, com sede à Rua Severino Slongo, nº 30, Centro, Lacerdópolis- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Roberto Antonio Tessaro, inscrito no CPF sob n.º 518.086.929-34 e RG nº 2140493, residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 818, Centro de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS, PARA CONSUMO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 11.713,55 (onze mil setecentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.30.22	429.600,00
37	05.01	2.012	33.90.30.22	157.000,00
53	05.01	2.017	33.90.30.22	69.080,00
62	05.01	2.022	33.90.30.22	94.200,00
100	09.03	2.034	33.90.30.22	24.280,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato

em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.

Melânia A. Roman Meneghini
Contratante

Roberto Antonio Tessaro
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

Contrato Administrativo N.037/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.499.653/0001-83, com sede à Rua Silvino Ciarinni, nº 530, Bairro Industriários, Concórdia- SC, neste ato representado pelo sua representante legal Sra. Daiane Rosa, inscrita no CPF sob n.º 949.233.889-00 e RG nº 2.134.107, residente e domiciliado na Rua Maria Mafessonni Rosa, nº196, Bairro dos Industriários, Concórdia - SC doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS, PARA CONSUMO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 12.663,00 (doze mil seiscentos e sessenta e três reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.30.22	429.600,00
37				
	05.01	2.012	33.90.30.22	157.000,00
53	05.01	2.017	33.90.30.22	69.080,00
62	05.01	2.022	33.90.30.22	94.200,00
100	09.03	2.034	33.90.30.22	24.280,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.

Melânia A. Roman Meneghini

Daiane Rosa

Contratante

Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.038/2014**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº038/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31 através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado neste ato por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF sob o Nº 028.724.059-25 residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, com sede à Rua Severino Slongo, nº 30, Centro, Lacerdópolis- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Roberto Antonio Tessaro, inscrito no CPF sob n.º 518.086.929-34 e RG nº 2140493, residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 818, Centro de Joaçaba – SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS, PARA CONSUMO NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA – SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, que será regida, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 7.183,20 (sete mil, cento e oitenta e três reais e vinte centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo

com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 004/2014 – Pregão Nº 004/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais

ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações

subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Roberto Antonio Tessaro
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Contrato Administrativo N.039/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº039/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.938/0001-84, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado neste ato por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF sob o Nº 028.724.059-25 residente e domiciliada na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede à Rua Rodrigues Alves, nº 825 D, Bairro Bela Vista, Chapecó – SC, neste ato representada pela sua sócia Renata Raquel Ahlf, inscrita no CPF sob nº 005.351.199-92 e CI nº. 4.256.445 residente e domiciliado na Rua Eurico Gaspar Dutra, 581 - E, Bairro São Cristovão, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS, PARA CONSUMO NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA – SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 13.065,10 (treze mil e sessenta e cinco reais e dez centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 004/2014 – Pregão Nº 004/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações

subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Renata Raquel Ahlf
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

Contrato Administrativo N.040/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº040/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31 através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado neste ato por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF sob o Nº 028.724.059-25 residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, com sede à Rua Severino Slongo, nº 30, Centro, Lacerdópolis- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Roberto Antonio Tessaro, inscrito no CPF sob nº 518.086.929-34 e RG nº 2140493, residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 818, Centro de Joaçaba – SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DE FORMA PARCELADA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do

presente Contrato é de R\$ 4,475,50 (quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
16	09.02	2.030	33.90.30.16	424.600,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2014 – Pregão Nº 005/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Eleggem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 07 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Roberto Antonio Tessaro
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:

2ª _____
Nome:

Contrato Administrativo N.041/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº041/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31 através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado neste ato por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF sob o Nº 028.724.059-25 residente e domiciliada na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.499.653/0001-83, com sede à Rua Silvino Ciarinni, nº 530, Bairro Industriários, Concórdia- SC, neste ato representado pelo sua representante legal Sra. Daiane Rosa, inscrita no CPF sob nº 949.233.889-00 e RG nº 2.134.107, residente e domiciliado na Rua Maria Mafessonni Rosa, nº196, Bairro dos Industriários, Concórdia - SC doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DE FORMA PARCELADA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 6.746,35 (seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com

o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
16	09.02	2.030	33.90.30.16	424.600,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2014 – Pregão Nº 005/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais

ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 07 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Daiane Rosa
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:

2ª _____
Nome:

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato N. 0121/14

Extrato do Contrato n. 0121/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA ALVES DOS SANTOS

CPF: 078.631.259-95

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEMEN-
TINA SANTINA DEMENEK EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 04 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Decreto Nº 11.059/14

DECRETO Nº 11.059/14, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições
legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas
alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 19 de março de 2014,
MARCELO JOSÉ BORSATTI, Diretor do Departamento de Saúde,
símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e
Ação Social, admitido pela Portaria nº 0080/10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus
efeitos a 19 de março de 2014.

Videira, 21 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos 21 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Termo de Convenio Nº 021/13

CONVENIO Nº 021/13

TERMO DE CONVENIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VI-
DEIRA, REPRESENTADO PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL IN-
TERINO LOURENÇO BECKER, INSCRITO NO CPF Nº 310.685.459-
68 E O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REPRESENTADA POR SEU
SECRETÁRIO CESAR AUGUSTO GRUBBA, INSCRITO NO CPF Nº
252.157.529-15, COM INTERVENIENCIA DA POLICIA MILITAR DO
ESTADO, REPRESENTADO PELO SEU COMANDANTE GERAL NAZA-
RENO MARCINEIRO, INSCRITO NO CPF Nº 376.568.999-87, COM
INTERVENIENCIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO, REPRESENTA-
DA PELO DELEGADO GERAL ALDO PINHEIRO D'AVILA, INSCRITO
NO CPF Nº 548.933.059-72, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE
TERMO ADITIVO. OBJETO: INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM

SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE
UMA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO COM 10(DEZ) CÂ-
MERAS DE SEGURANÇA. FUNDAMENTO LEGAL: ART 116 DA LEI
Nº 8.666/93. ART 62 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, LEI
COMPLEMENTAR Nº 284/2005 E INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/12
TCE E NO ART 8º, ITEM IX, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRA-
ZO DE EXECUÇÃO: 18 (DEZIOTO) MESES A CONTAR DA ASSI-
NATURA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 5 (CINCO) ANOS A CONTAR DA
DATA DE SUA ASSINATURA PODENDO SER PRORROGADO POR
INTERESSE DAS PARTES.

LOURENÇO BECKER. PREFEITO MUNICIPAL INTERINO. CESAR
AUGUSTO GRUBBA. SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA
PÚBLICA. NAZARENO MARCINEIRO. COMANDANTE GERAL DA
POLÍCIA MILITAR. ALDO PINHEIRO D ´ÁVILA. DELEGADO GERAL
DA POLÍCIA CIVIL.VIDEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Extrato do Contrato N. 0127/14

Extrato do Contrato n. 0127/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES

CPF: 076.589.049-61

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEIVA DE
FÁTIMA DEICKE EM GOZO DE FÉRIAS NO MÊS DE FEVEREIRO
DE 2014

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 04 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Inexigibilidade Nº 07/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2014 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes
atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2014

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS
MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2014, PARA O GABINETE DO
PREFEITO E VICE-PREFEITO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUN-
DAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA,
BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS
DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALI-
ZANDO 473 REVISTAS..

CONTRATADO: MARIANA POMERENING STEFANES ME

VALOR DA DESPESA: R R\$ 7.568,00 (Sete mil quinhentos e ses-
senta e oito reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e atentando também com o Art. 26
da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 24 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 056/2014

PORTARIANº 056/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: CLAUDINEIA WATRAS

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 057/2014

PORTARIANº 057/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: JÉSSICA SPLITTER

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do

Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 058/2014

PORTARIANº 058/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: DOROTEIA DO ROCIO MARTINS DA SILVA PETERSEN

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Portaria Nº 059/2014

PORTARIANº 059/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: BEATRIZ WAYSCZYK

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/

SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina

PREFEITURA

CC 01/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Xavantina, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

O recebimento dos Envelopes nº 02, 03 e 04 deverá ocorrer até do dia 12/05/2014, com horário limite para protocolo até às 16h00min.

O recebimento do Envelope nº 01, será efetuado, na data de: 13/05/2014 até às 08h45min e entregue diretamente à Comissão Permanente de Licitações, respeitado o disposto no inciso XII, artigo 6º da Lei 12.232/2010.

A abertura da sessão se dará no dia 13/05/2014 às 09h00min.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 25 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014 - PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014 - PMXV

Objeto: estão abertas as inscrições de profissionais formados em Comunicação Social, Publicidade/propaganda ou Marketing, para integrar a Subcomissão Técnica, para análise e julgamento das propostas técnicas, conforme determina a Lei nº 12.232/2010, em vista da promoção futura de licitação para contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Período de Inscrição: de 25 de março a 15 abril de 2014.

Horário: das 07:45 as 11:45 e das 13:00 as 17:00 horas.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.xavantina.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situada à Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, nº 163, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo fone (049) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 25 de Março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 69/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: JULVANE ZANCO BIANCHIN MEI.

Número do Contrato: 69/2014 - PMXV

Objeto: MINISTRAR AULAS DE DANÇA, PARA ATENDIMENTOS

DOS PROJETOS MÚSICA É ARTE, DANÇAR – REVELANDO NOSSA ARTE E INFORMÁTICA, ATENDENDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, RESIDENTES NESTE MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 24/03/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor: R\$ 22.231,40 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta centavos).

Contrato Nº 70/2014 Pmxv

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: PEDRO GABRIEL PALACIO MEI.

Número do Contrato: 70/2014 - PMXV

Objeto: MINISTRAR AULAS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDIMENTOS DOS PROJETOS MÚSICA É ARTE, DANÇAR – REVELANDO NOSSA ARTE E INFORMÁTICA, ATENDENDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, RESIDENTES NESTE MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 24/03/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor: R\$ 24.148,52 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Xaxim

PREFEITURA

Decreto Conselho Municipal Segurança Alimentar

DECRETO Nº 150/2014

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº 2.742, de 14 de maio de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Titulares, em número de doze e respectivos Suplentes, os quais irão compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA, de caráter deliberativo, no âmbito de sua competência legal, e consultivo nos demais casos:

I) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

- Membro Titular – GLORIA PIEREZAN; Suplente – VILMAR M. DA SILVA

II) Representante da Secretaria Municipal de Educação

- Membro Titular – DULCI BAGGIO; Suplente – MARGARETE TRIBESS

III) Representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

- Membro Titular – FABIANO GNOATO; Suplente: LOIVA MARIA DALMOLIN BATTISTELLA

IV) Representante da Secretaria Municipal de Saúde

- Membro Titular – SABRINA DESCOVI; Suplente: KARINE FINATTO

V) Representante das Organizações Empresariais

- Membro Titular – HILÁRIO OTAUD; Suplente: LOURDES GRAFF SOTILI

VI) Representante das Instituições Financeiras

- Membro Titular – CLAUDINO DALLA RIVA; Suplente: MARISTELA MARINELLO

VII) Representante das Instituições Religiosas

- Membro Titular – MARIA TESTON, Suplente: LÍDIA MELLA

VIII) Representante das Organizações Comunitárias

- Membro Titular – ANGELO PRIORI; Suplente: ANA LICE COSTODIO RISSI

IX) Representante dos Sindicatos

- Membro Titular – JULCEMIR MATIELO; Suplente: LEDINHO CURTARELLI

X) Representante das ONGs e Movimentos Sociais

- Membro Titular – SIRLEI BERTOLIN GRAFETTI; Suplente: SIMONE APARECIDA TONIAZZO DAL SANTO

XI) Representante das Instituições de Ensino

- Membro Titular – CLAUDETE BOSCHETTI DE OLIVEIRA; Suplente: DINAURA REGINATTO;

XII) Representante dos Clubes de Serviço
- Membro Titular – ARI ANDOLFATTO; Suplente: CRISTIANO FURLANETTO.

Art. 2º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA deverá trabalhar no desenvolvimento de políticas locais a serem implementadas a partir de iniciativas e parcerias da municipalidade com a sociedade civil.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.

Art. 4º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de março de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Decreto Ordenador de Despesa

DECRETO Nº 155/2014

Nomeia Secretario Municipal da Administração Ordenador Primário e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RODRIGO VIRIATO MORÁS, Secretario Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos de 23 a 26 de março de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de março de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Associações

EGEM

Edital Nº 26.2014 - Chamamento - 10º Congresso Catarinense de Contadores

EDITAL Nº 26/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

10º CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETÁRIOS DE FINANÇAS, CONTADORES PÚBLICOS E CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS

1. APRESENTAÇÃO

O Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais já está consolidado como um dos mais importantes eventos no âmbito municipal, trazendo sempre para o debate assuntos relevantes e atuais que estão sendo tratados. É o momento dos participantes buscarem informações, se atualizarem e trocarem experiências de gestão. Sendo a área de Finanças reconhecida como uma das mais importantes dentro da administração municipal, fica inquestionável a necessidade de preparação e capacitação dos técnicos que nela atuam.

2. OBJETIVO

Debater assuntos relevantes e atuais da área de Finanças.

3. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais de Administração e Finanças, contadores públicos, controladores internos, técnicos e assessores das áreas afins dos 295 municípios do Estado de Santa Catarina/SC.

4. CALENDÁRIO

Cidade/Local	CHAPECÓ/SC Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes - Rua: Assis Brasil, 20-D, Centro
Período das inscrições	24/03 à 28/04/2014
Vencimento do boleto de cobrança	28/04/2014
Homologação das inscrições	05/05/2014
Período de realização	14, 15 e 16 de maio de 2014
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	600 vagas

5. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

5.1 Dos Valores

Tipo de inscrição PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 4.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola

de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do evento. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 4 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

6. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

7. PROGRAMAÇÃO

A programação e mais informações estão disponíveis na página do evento através do endereço <www.egem.org.br>.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do evento.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 27.2014 - Chamamento - V Seminário Estadual da Assistência Social

EDITAL Nº 27/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

V SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTORES E TRABALHADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. APRESENTAÇÃO

O V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social reunirá profissionais dos municípios de todas as regiões do estado. Nos últimos anos, mudanças significativas aconteceram na Política de Assistência Social. O foco do trabalho deixou de ser o atendimento dos benefícios eventuais, a entrega de um bem material. Hoje é uma política pública, garantida em Lei, que oferta serviços, ou seja, atendimento por equipe de trabalhadores – assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados – que desenvolvem trabalho social com as famílias, prevenindo situações de violação de direitos e rompimento de vínculo familiar. Esse é o desafio aos secretários municipais: romper com o assistencialismo e inovar na oferta de serviços. A edição do ano passado reuniu em Florianópolis cerca de 700 participantes.

2. OBJETIVO

Apresentação das modificações referentes à Política de Assistência Social.

3. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, gestores da assistência social, contadores, vereadores, trabalhadores da política de assistência social, conselheiros municipais, gestores e técnicos de instituições socio-assistenciais que prestam serviços na área da assistência e estudantes das áreas afins.

4. CALENDÁRIO

Cidade/Local	CHAPECÓ/SC Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes - Rua: Assis Brasil, 20-D, Centro
Período das inscrições	24/03 à 28/04/2014

Vencimento do boleto de cobrança	28/04/2014
Homologação das inscrições	05/05/2014
Período de realização	14, 15 e 16 de maio de 2014
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	700 vagas

5. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

5.1 Dos Valores

Tipo de inscrição PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 4.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do evento. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 4 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

6. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

7. PROGRAMAÇÃO

A programação e mais informações estão disponíveis na página do evento através do endereço <www.egem.org.br>.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do evento.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011 - Convocação Para Provimento de Vaga do Concurso Público

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO

DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO, relacionado abaixo, para o provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC na data de 23 de novembro de 2011.

CONVOCADOS:

Inscrição	Candidato	Classificação Final	Cargo
50118	LEANDRO RATEKE RAMOS	6º	TÉCNICO EM TI

O convocado deve comparecer, durante o período de 26 de março de 2014 a 04 de abril de 2014 das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 11.5 do Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- Fotografia recente, tamanho 3x4;
- Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 24 de março de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

DIRETOR EXECUTIVO

CINCO

Resolução Nº 009_2014

Resolução n. 009/2014

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de Leites e Suplementos e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de Leites e Suplementos, com os seguintes membros:

I – Nádia De Lorenzi – Consórcio Integrado do Contestado - CINCO;

II – Camila Strapazon – Município Videira

III - Luiza Sabina Gazzi – Município de Videira;

IV – Janaina Menegazzo - Município de Caçador;

V – Ana Cristina Hagemann - Município de Caçador;

VI – Leonice Frarão – Município de Fraiburgo.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 14 de março de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCO

CIS NORDESTE

Processo Seletivo

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 0001, DE 25 DE MARÇO DE 2014

PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 37 e 38 do Protocolo de Intenções e Art. 37 e 38 do Contrato de Consórcio Público, firmado em 10 de Dezembro de 2013, Resoluções nº 185/13, 3/2014, 5/14 e 7/14 torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, visando à contratação, por prazo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, durante o ano de 2014, com possibilidade de prorrogação, de profissionais para preenchimento de vagas junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, com quantitativos, especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas presencialmente, no período de 01 de abril de 2014 a 14 de abril de 2014, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, excetuados sábados, domingos e feriados, junto à sede do

CISNORDESTE/SC, localizada na Rua Max Colin nº 1843, 1º Andar, Bairro América, CEP 89.204-635 - Joinville/SC.

1.2. Para candidatar-se às vagas oferecidas, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos:

I – ter a nacionalidade brasileira;

II – estar em gozo dos direitos políticos;

III – estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

IV – possuir o nível de escolaridade e qualificação especial exigidos para o exercício da função;

VI – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, completos até a data da inscrição;

1.3. O candidato deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos no item 1.1 deste Edital, optando, dentre as funções públicas especificadas no item 1.4, por apenas uma para a qual pretende concorrer.

1.4. QUADRO DE FUNÇÃO PÚBLICA, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, SALÁRIO, ESCOLARIDADE MÍNIMA E QUALIFICAÇÃO EXIGIDA:

Função Pública	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)	Escolaridade Mínima	Qualificação Especial
Contador	1	20 h	2.417,85	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Contabilidade	1	40 h	2.417,85	Ensino Técnico em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Apoio Logístico	1	40 h	1.051,80	Ensino Médio Completo	
Assistente Administrativo	RT*	40 h	1.633,41	Ensino Médio Completo	
Auxiliar Administrativo	RT*	40 h	1.310,73	Ensino Médio Completo	

* Reserva Técnica

1.4.1. Como o número máximo de vagas por função é de apenas 1 (uma) vaga, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, havendo lista única de classificados. Ressalvando-se, contudo, sua preferência, como critério de desempate, conforme item 2.5, inciso I deste Edital.

1.4.2. Para os contratados às vagas com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas haverá pagamento de auxílio alimentação, no valor de R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro Reais) mensais.

1.4.3. As atribuições das funções públicas são as previstas no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

1.5. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Ficha de Inscrição ao Processo Seletivo, sem emendas ou rasuras, devidamente assinada, conforme modelo do Anexo II deste Edital;

II - documento de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física);

III - comprovante de estado civil;

IV - certidão de nascimento dos filhos com até 16 anos;

V - atestado de capacidade e condições para o exercício da função, emitido a menos de 30 (trinta) dias, caso o candidato tenha necessidades especiais;

VI - diplomas, certificados e/ou comprovantes de cursos que tenham relação com a vaga à qual pretende concorrer;

VII – comprovante da experiência profissional na área da vaga à qual pretende concorrer;

VIII - título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

IX - comprovante de residência, emitido a menos de 90 (noventa) dias;

X – registro no órgão de classe competente, quando exigido como qualificação especial;

XI – Curriculum Vitae, datado e assinado pelo candidato ou procurador.

1.5.1. A comprovação da experiência mencionada no inciso VII será realizada através da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou outro documento oficial que ateste a experiência.

1.5.2. Os documentos listados pelos incisos II a X poderão ser apresentados em fotocópia autenticada ou simples, quando apresentado o original para autenticação no momento da inscrição.

1.6. A inscrição será efetuada pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

1.7. Não será admitida inscrição condicional e/ou com falta de documentos.

1.8. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração pública ou particular, esta com firma reconhecida, contendo poderes específicos para a inscrição no Processo Seletivo Nº 1/2014 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC

1.9. Não será aceita mais de 1 (uma) inscrição por candidato, seja para a mesma função ou para funções diferentes.

1.10. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração e/ou inclusão de novos documentos.

1.10.1. Nenhuma inscrição será realizada fora das datas e horários estabelecidos no item 1.1, sob qualquer condição, justificativa ou pretexto.

2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1. A pontuação final de cada candidato será aquela obtida pelo somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do Curriculum Vitae, de forma detalhada e documental, com a identificação dos títulos;

2.2. Para contagem de títulos e experiência comprovada na função, serão considerados os descritos no quadro abaixo:

CRITÉRIOS	ESPECIFICAÇÃO	PONTOS
	Curso superior concluído*	3
	Curso superior em andamento**	2
	Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área da função à qual concorre, com carga horária, por curso, acima de 16 (dezesesseis) horas, limitados a 10 (dez) cursos	1 ponto cada, limitado a 10 pontos
	Especialização	3
	Mestrado	4
TÍTULOS	Doutorado	5
EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA INICIATIVA PRIVADA	De 06 meses até 23 meses	1
	De 24 meses até 48 meses	2
EXPERIÊNCIA COMPROVADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Acima de 48 meses	3
	De 06 meses até 23 meses	2
	De 24 meses até 48 meses	4
	Acima de 48 meses	6

*Desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para a função e pertinente às atribuições da função.

**Desde que seja pertinente às atribuições da função e com comprovante de frequência, emitido a menos de 30 (trinta) dias pela instituição de ensino.

2.3. No cômputo dos pontos, os títulos já considerados para pontuação ou que sejam requisitados como escolaridade mínima para a função não serão somados.

2.4. A classificação ocorrerá separadamente, por função, em ordem decrescente da pontuação total obtida.

2.5. Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, por ordem de eliminação:

I - portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função;

II - maior idade;

III - maior pontuação na prova de experiência comprovada.

2.6. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

I - apresentar dados inverídicos ou qualquer documento fraudado/falso;

II - não atender aos requisitos de habilitação necessários para a função;

III - descumprir qualquer item deste Edital;

IV - houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante a Administração Pública direta ou indireta, em qualquer nível, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade.

2.7. Realizada a classificação, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências do Edital, a lista dos candidatos classificados será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br e na página da internet www.cisamunesc.org.br.

2.8. O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista no órgão oficial para apresentar recurso, devendo este ser formulado por escrito, de forma fundamentada e encaminhado ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC.

2.8.1. O recurso poderá ser interposto pessoalmente ou através de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, contendo poderes específicos para a interposição de recurso no Processo Seletivo Nº 1/2014 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC.

2.9. Julgados os recursos ou expirado o prazo estabelecido no item 2.8, a classificação final será homologada pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC e publicada no órgão oficial de publicação.

3. DA CONTRATAÇÃO

3.1. A convocação obedecerá rigorosamente à ordem da classificação.

3.2. A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência do Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, enviado por carta registrada com Aviso de Recebimento ao endereço do candidato, tendo este 03 (três) dias para comparecer, munido dos documentos listados no item 3.6, no horário de expediente na Diretoria Executiva, localizada na sede do Consórcio Público, na Rua Max Colin nº 1843, 1º Andar, América, Município de Joinville/SC, CEP 89.204-635.

3.3. O não comparecimento ou a falta de entrega da documentação necessária, no prazo estipulado no item 3.2, implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

3.4. O contratado temporariamente será remunerado de conformidade com o salário mensal vinculado à função para a qual efetuou sua inscrição, conforme item 1.4, de acordo com o emprego do titular afastado ou do emprego público vago, previsto no Contrato de Consórcio Público.

3.5. O contrato de trabalho terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou 20 (vinte) horas semanais, no caso da função de Contador, podendo variar de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais trabalhadas, à proporção dos valores e cargas horárias estabelecidos no item 1.4 deste Edital.

3.6. No ato da contratação, o candidato deverá apresentar:

I - atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;

II - declaração de que a posse na função não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III - documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público.

3.7. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;

II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;

III - por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo

contratual.

3.7.1. A extinção do contrato, no caso do inciso II deste item, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de pagamento de multa rescisória, equivalente ao valor do salário mensal, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.7.2. A extinção do contrato nos termos do inciso III deste item somente poderá ocorrer em razão de interesse público, devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30 (trinta) dias do salário mensal.

3.8. As contratações temporárias terão prazo de até 01 (um) ano, sendo regidas pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

3.9. O candidato convocado ficará à disposição do Consórcio Público, devendo exercer as funções na qual se inscreveu nos locais em que houver a necessidade temporária de atendimento.

3.10. Cessará os efeitos do ato convocatório quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.11. As normas de contratação seguirão o regime especial estabelecido no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Consórcio Público ou com os Municípios consorciados.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Antes de confirmar sua inscrição, o candidato deverá revisar a ficha de inscrição prevista no Anexo II deste Edital, verificando a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação às normas do presente processo seletivo.

4.3 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Consórcio Público ou com os Municípios consorciados.

4.4 Caso o candidato não queira ou esteja impedido de exercer a função para a qual for convocado, será eliminado da lista classificatória ao processo seletivo.

4.5 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato é de sua responsabilidade a atualização dos mesmos junto à Diretoria Executiva do Consórcio Público, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser desclassificado, considerando-se a falta de atualização de seus contatos como renúncia tácita à vaga.

4.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado pela comissão especial nomeada pela Resolução nº 07/2014, de 26 de fevereiro de 2014, e supervisionado pela Presidência e Conselho Fiscal.

4.7. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, prorrogável por igual período.

4.8 O presente edital e/ou suas retificações (caso ocorram) poderão ser impugnados, através de petição fundamentada, instruída com documentos e encaminhada ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC, em até 02 (dois) dias úteis da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br.

4.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, no órgão oficial de publicação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC.

Joinville, SC, 25 de março de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

V - Auxiliar Administrativo: executar os serviços de complexidade mediana relativos a suporte operacional nas atividades administrativas, tais como almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, processos de compras e licitações, contratos, controle de documentos de pessoal, recursos humanos, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

Responsável pela Inscrição

CIS/AMAUC**Aviso de Licitação 04_2014**

CIS AMAUC – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense - Concórdia SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, consórcio público, estabelecido à Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, usando a competência delegada pela legislação em vigor, torna público que se acha aberta, a licitação 4/2014 na modalidade Pregão Presencial 4/2014, do tipo menor preço por Item, objetivando o Registro de Preços para aquisição de Materiais de Procedimento, Materiais médico/odontológico e de uso nas Unidades de Saúde para os Municípios integrantes do CIS AMAUC, conforme relação de itens com as especificações constante nos Anexos do Edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 4/2014 – Pregão Presencial 4/2014 Registro de Preços, julgamento menor preço por Item.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues na sede do CIS Amauc, situada a Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Centro, Cidade de Concórdia, no horário e dias de expediente do Consórcio, de segundas a sextas-feiras, das 8h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, tendo como limite máximo as 8h30min do dia 07/04/2014.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser solicitadas junto à sede do CIS AMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro, 772, 2º Andar, Centro, Município de Concórdia, de segunda a sexta em horário de expediente, ou pelo fone (49) 3442-1034.

O Edital completo poderá ser obtido através do site www.amauc.org.br

Município de Concórdia – SC em 14 de março de 2014.

VALDIR ZANELLA

Presidente do CIS AMAUC

CIS/AMFRI**Resolução N.º 002/2014**

RESOLUÇÃO N.º 002/2014

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 006/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 11 FMS de Itajaí

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção e Funcionamento do CIS-AMFRI

Despesa: 37 3.1.90.00 Aplicações Diretas. . . . R\$ 1.000,00

Despesa: 38 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . R\$ 2.474,00

TOTAL R\$ 3.474,00

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 11 FMS de Itajaí

Projeto/Atividade: 2.002 – Prestação de Serviços de Saúde

Despesa: 40 3.3.90.00 Aplicações Diretas. R\$ 16.526,00

TOTAL R\$ 16.526,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$20.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 19 de Março de 2014.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO

CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

CONSÓRCIO MAMPITUBA**Resolução 02/2014**

Resolução nº 2, de 24 de março de 2014

Altera o Anexo I da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2013 que dispõe sobre Quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 28 do Contrato do Consórcio, e de conformidade com a deliberação do Conselho Diretor, conforme ata da Reunião Extraordinária de 24 de março de 2014,

RESOLVE:

Art. 1o A carga horária semanal do cargo de Diretor Executivo prevista no Anexo I da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2013, passa a vigorar com alteração de 40 para 20 horas semanais.

Art. 2o Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 24 de março de 2014.

Pedro Juarez da Silva

Prefeito Municipal de Mampituba

Presidente do Consócio

ANEXO I

(Resolução nº 2/2013)

QUADRO DE EMPREGOS COMISSIONADOS

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO
1	Diretor executivo	40 Hs	2.000,00

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e gestão do Consócio, realizar concursos públicos e promover a contratação,

demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do Consócio; elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral do Consócio; elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Consócio, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do Consócio; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consócio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do Consócio; executar a gestão administrativa e financeira do Consócio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consócio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembléia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consócio.

Ata 02/2014

Ata nº 02/2014

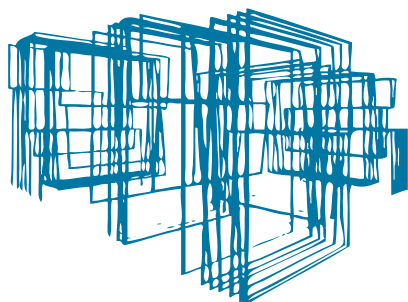
No dia 24 de março, do ano de dois mil e quatorze, às 15h15min estava presente o Presidente e demais membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, na Sede do Consócio em São João do Sul-SC, para reunião extraordinária, com a seguinte ordem do dia: deliberação sobre alteração do Quadro de Pessoal do Consócio. O Prefeito de Mampituba e Presidente do Consócio, Sr. Pedro Juarez da Silva, abriu os trabalhos apresentando proposta de alteração do Anexo I da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2013, para alterar a carga horária semanal do cargos de Diretor Executivo de 40 para 20 horas, mantendo o valor original de vencimento do cargo, alegando que as atividades da entidade são baixas e não comporta 40 horas de ocupação do Diretor, além do que, o vencimento era incompatível com o preço de mercado para dedicação ao cargo em tempo integral, restando aprovado o indicativo de Resolução. Nada mais tendo a ser deliberado ou discutido, o Sr. Pedro Juarez da Silva deu por encerrada a reunião, da qual, lavrou-se a presente ata, abaixo assinada pelos presentes.

Pedro Juarez da Silva
prefeito municipal de Mampituba

Valcir Daros
Prefeito Municipal de Praia Grande,

João Rubens dos Santos
Prefeito Municipal de São João do Sul

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br